

RON DÔ NIA

**PANORAMA HISTÓRICO-ECONÔMICO E
POPULACIONAL E AS INTERFERÊNCIAS
DA POLÍTICA NACIONAL (1970 A 2010)**

Antônio Nogueira Neto

Rondônia: panorama histórico-econômico
 e populacional e as interferências
 da política nacional (1970 a 2010)

Antônio Nogueira Neto

RONDÔNIA: PANORAMA HISTÓRICO-ECONÔMICO
E POPULACIONAL E AS INTERFERÊNCIAS
DA POLÍTICA NACIONAL (1970 A 2010)
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2026





www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia - MG
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Arte capa: Letícia Lucena

Copyright © by autor, 2026.

An888 – NOGUEIRA NETO, A. Rondônia: panorama histórico-econômico e populacional e as interferências da política nacional (1970 a 2010). Uberlândia: Navegando Publicações, 2026.

ISBN: 978-65-6070-155-7
DOI -10.29388/978-65-6070-155-7

1. Rondônia 2. Política Nacional 3. História. 4. Economia I. Antônio Nogueira Neto. II. Navegando Publicações. Título.

CDD - 300

Índice para catálogo sistemático
Ciências Sociais 300

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani - USP - Brasil
Anderson Bretas - IFPM - Brasil
Anselmo Alencar Colares - UFOPA - Brasil
Carlos Lucena - UFU - Brasil
Carlos Henrique de Carvalho - UFU, Brasil
Cilson César Fagiani - Uniube - Brasil
Dermeval Saviani - Unicamp - Brasil
Elmiro Santos Resende - UFU - Brasil
Fabiane Santana Previtali - UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves - UFMG - Brasil
Inez Stampa - PUCRJ - Brasil
João dos Reis Silva Júnior - UFSCar - Brasil
José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil
José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil
Larissa Dahmer Pereira - UFF - Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães - UFSB - Brasil
Marcelo Cactano Parreira da Silva - UFU - Brasil
Mara Regina Martins Jacomel - Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário - UFPA - Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan - Unicamp, Brasil
Paulino José Orso - Unioeste - Brasil
Ricardo Antunes - Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França - UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira - UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi - UFSCar - (Apos) - Brasil
Valéria Lucília Forti - UERJ - Brasil
Yolanda Guerra - UFRJ - Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky - Universidad de Buenos Aires - Argentina.
Alicia Maria de Castro Martins - (I.S.M.T), Coimbra - Portugal
Alexander Steffanell - Lee University - EUA
Ángela A. Fernández - Univ. Aut. de St. Domingo - Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega - Pont. Un. Cat. M. y Me - Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar - Colômbia
Artemis Torres Valenzuela - Universidad San Carlos de Guatemala - Guatemala
Carolina Cnsorio - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Christian Cwik - Universität Graz - Austria
Christian Hausser - Universidad de Talca - Chile
Daniel Schugurensky - Arizona State University - EUA
Elizet Payne Iglesias - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Elsa Capron - Université de Nimés / Univ. de la Réunion - France
Elvira Aballi Morell - Vanderbilt University - EUA
Fernando Camacho Padilla - Univ. Autónoma de Madrid - Espanha
José Javier Maza Avila - Universidad de Cartagena - Colômbia
Hernán Venegas Delgado - Univ. Autónoma de Coahuila - México
Iside Gjergji - Universidad de Coimbra - Portugal
Iván Sánchez - Universidad del Magdalena - Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora - México
Lionel Muñoz Paz - Universidad Central de Venezuela - Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro - Universidad del Magdalena - Colômbia
José Jesus Borjón Nieto - El Colegio de Vera Cruz - México
José Luis de los Reyes - Universidad Autónoma de Madrid - Espanha
Juan Marchena Fernandez - Universidad Pablo de Olavide - Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador - Equador
Lerber Dimas Vasquez - Universidad de La Guajira - Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske - Universität Zu Köln - Alemanha
Miguel Perez - Universidade Nova Lisboa - Portugal
Pilar Caggio Vila - Universidad de Santiago de Compostela - Espanha
Raul Roman Romero - Univ. Nacional de Colombia - Colômbia
Roberto González Aranas - Universidad del Norte - Colômbia
Ronny Viales Hurtado - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos - Universidad de Granada - Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva - Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy - Universidad de la Habana - Cuba
Silvia Mancini - Université de Lausanne - Suíça
Teresa Medina - Universidade do Minho - Portugal
Tristan MacCoaw - Universit of London - Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha - Univ. Cat. N. Señora de la Asunción - Paraguai
Yoel Cordoví Núñez - Instituto de Historia de Cuba v Cuba - Cuba

DEDICATÓRIA

Céus de Rondônia

Hino de Rondônia

Letra: Joaquim de Araújo Lima

Quando nosso céu se faz moldura
Para engalantar a natureza
Nós, os Bandeirantes de Rondônia
Nos orgulhamos de tanta beleza

Como sentinelas avançadas
Somos destemidos pioneiros
Que destas paragens do poente
Gritam com força: "Somos Brasileiros!"

Desta fronteira de nossa Pátria
Rondônia trabalha febrilmente
Nas oficinas e nas escolas
A orquestração empolga toda gente

Braços e mentes forjam cantando
A apoteose deste rincão
Que com orgulho, exaltaremos
Enquanto nos palpita o coração

Azul, nosso céu é sempre azul
Que Deus o mantenha sem rival
Cristalino muito puro
E conserve sempre assim

Aqui, toda vida se engalana
De beleza tropical
Nossos lagos, nossos rios
Nossas matas tudo enfim

..

“Tudo vale a pena. Se alma não for pequena”

Fernando Pessoa

ACRÔNIMOS E SIGLAS

ANEEL	– Agência Nacional de Energia Elétrica
ANPES	– Associação Nacional de Programação Econômica e Social
ANTAQ	– Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BASA	– Banco da Amazônia
BCIM	– Base Cartográfica Contínua ao Milionésimo
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	– Banco Nacional de Habitação
C.F.	– Constituição Federal do Brasil de 1988
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETAS	– Centro de Triagem de Animais Silvestres
CHESF	– Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNM	– Confederação Nacional de Municípios
DGC	– Diretoria de Geociências
D+	– Refere-se aos 35 (trinta e cinco) municípios de Rondônia que foram analisados individualmente, porém por uma questão didática na demonstração dos dados, foram apresentados consolidados
EE	– Eficiência Energética
EIA	– Estudos de Impactos Ambientais
EMATER-RO	– Associação Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EPEA	– Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
ESBR	– Energia Sustentável do Brasil S. A.
FDA	– Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FIERO	– Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FIP	– Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FNDCT	– Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
FNO	– Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GB	– Gestão de bacias e reservatórios
Hab./Km ²	– Habitante por quilômetro quadrado
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	– Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
INCRÁ	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Km	– Quilômetro
Km ²	– Quilômetro quadrado
MA	– Meio Ambiente
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	– Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEFP	– Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
MW	– Megawatts
NEPO	– Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
NGE	– Nova Geografia Econômica
NUAR	– Núcleo Urbano de Apoio Rural de Rondônia
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	– Organização das Nações Unidas
OP	– Operação de Sistemas de Energia Elétrica
OPI	– Orçamento Plurianual de Investimento
P&D	– Programa de Pesquisa e Desenvolvimento
PA	– Projeto de Assentamento
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	– Projeto de Assentamento Dirigido
PAEG	– Programa de Ação Econômica do Governo
PAG	– Plano de Ação Governamental
PBA	– Projeto Básico Ambiental
PCM	– Plano Nacional de Consistência Macroeconômica
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PDFF	– Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEA	– População Economicamente Ativa
PED	– Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIC	– Projetos de Integração de Colonização
PIN	– Plano de Integração Nacional
PL	– Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento
PND-NR	– Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNDR	– Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNEA	– Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PPA	– Plano Plurianual
ProUni	– Programa Universidade para Todos
RIMA	– Relatório de Impacto Ambiental
RO	– Rondônia
ROL	– Receita Operacional Líquida
SC	– Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de

	Energia Elétrica
SEAGRI/RO	– Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária.
SEDAM/RO	– Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEPLAN/PR	– Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República
SEPOG/RO	– Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
SIG	– Sistemas de Informação Geográfica
SIN	– Sistema Interligado Nacional
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UHE	– Usina Hidrelétrica de Energia
UGs	– Unidades Geradoras
UNICAMP	– Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTOS NO REGIME MILITAR DE 1964 A 1985	36
QUADRO 02 – POPULAÇÃO DE RONDÔNIA, REGIÃO NORTE E BRASIL – (1950 A 2010)	89
QUADRO 03 – RONDÔNIA E SUAS MICRORREGIÕES	93
QUADRO 04 – RONDÔNIA E SEUS MUNICÍPIOS	93
QUADRO 05 – MUNICÍPIOS POR ESTADO E ARCOS NA FAIXA DE FRONTEIRA	98
QUADRO 06 – MUNICÍPIOS PERTENCENTES À FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA E ÁREA TERRITORIAL COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA, 2010 (hab./km ²)	100
QUADRO 07 – MUNICÍPIOS NÃO PERTENCENTES À FAIXA DE FRONTEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA E ÁREA TERRITORIAL COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2010 (hab./km ²)	102
QUADRO 08 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE RONDÔNIA – 1950 A 2010	110
QUADRO 09 – MIGRAÇÃO POSITIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991	117
QUADRO 10 – MIGRAÇÃO NEGATIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991	118
QUADRO 11 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – PAÍS DE ORIGEM – 1986 A 1991	120
QUADRO 12 – FLUXO MIGRAÇÃO POSITIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2000	123
QUADRO 13 – FLUXO DE MIGRAÇÃO NEGATIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2000	124
QUADRO 14 – MIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL PARA RONDÔNIA – 1995 A 2000	125
QUADRO 15 – FLUXO MIGRATÓRIO POSITIVO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 2005 A 2010	129
QUADRO 16 – FLUXO MIGRATÓRIO NEGATIVO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 2005 A 2010	131
QUADRO 17 – MIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL PARA RONDÔNIA – 2005 A 2010	132
QUADRO 18 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – UNIDADES FEDERATIVAS POR REGIÕES – 1970 A 2010	192

QUADRO 19 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1970 A 2010	194
QUADRO 20 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	196
QUADRO 21 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	197
QUADRO 22 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2010	198
QUADRO 23 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2010 MUNICÍPIOS D+	200
QUADRO 24 – IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	202
QUADRO 25 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1975 A 1980	203
QUADRO 26 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1986 A 1991	206
QUADRO 27 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL - 1995 A 2000	208
QUADRO 28 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL - 2005 A 2010	213
QUADRO 29 – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS - 1970 A 2010	218
QUADRO 30 – MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA COM LEGISLAÇÃO E DATA DE CRIAÇÃO	235
QUADRO 31 – EXPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO	237
QUADRO 32 – IMPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS	238

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE RONDÔNIA E SEUS MUNICÍPIOS	92
FIGURA 2 – MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MICRORREGIÕES	95
FIGURA 3 – MAPA DO BRASIL – FAIXA DE FRONTEIRA	97
FIGURA 4 – MAPA DO BRASIL – FAIXA DE FRONTEIRA: ARCOS	99
FIGURA 5 – MAPA DE RONDÔNIA – MUNICÍPIOS: FAIXA DE FRONTEIRA	101
FIGURA 6 – MAPA RONDÔNIA – MUNICÍPIOS NÃO PERTENCENTES A FAIXA DE FRONTEIRA	103
FIGURA 7 – MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MESORREGIÕES	239

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980	137
GRÁFICO 2 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991	138
GRÁFICO 3 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000	141
GRÁFICO 4 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010	143
GRÁFICO 5 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010	144
GRÁFICO 6 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010	150
GRÁFICO 7 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980	151
GRÁFICO 8 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991	153
GRÁFICO 9 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000	154
GRÁFICO 10 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010	155
GRÁFICO 11 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010	156
GRÁFICO 12 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980	221
GRÁFICO 13 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991	222
GRÁFICO 14 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000	223
GRÁFICO 15 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010	224
GRÁFICO 16 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010	225
GRÁFICO 17 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980	226
GRÁFICO 18 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991	227
GRÁFICO 19 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000	228
GRÁFICO 20 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010	229

GRÁFICO 21 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980	230
GRÁFICO 22 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991	231
GRÁFICO 23 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000	232
GRÁFICO 24 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010	233
GRÁFICO 25 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010	234

SUMÁRIO

PREFÁCIO	20
Prof. Dr. Ricardo Rippel	
APRESENTAÇÃO	22
INTRODUÇÃO.....	24
1. A POLÍTICA DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL E SEUS REBATIMENTOS NA MIGRAÇÃO EM RONDÔNIA	31
1.1. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR.....	32
1.1.1 O planejamento nacional como instrumento de política governamental	34
1.2 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DE 1964 A 1985....	35
1.3 PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DE 1986 A 2011 ...	45
1.4 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	53
1.4.1 Retrospectiva da migração e a ocupação do território brasileiro a partir de 1970.....	57
2. O DESENVOLVIMENTO E AS MIGRAÇÕES NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	60
2.1 A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL: BASE DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO	60
2.1.1 Teoria dos polos de crescimento de François Perroux	62
2.1.2 Teoria do processo de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal....	66
2.1.3 Teoria do desenvolvimento desequilibrado de Albert Otto Hirschman	68
2.1.4 Teoria da base de exportação de Douglass North	71
2.1.5 A Nova Geografia Econômica.....	75
3. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL: ESTUDO DE CASO DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	80

3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DO ESPAÇO DE RONDÔNIA.....	81
3.2 A FRONTEIRA DE RONDÔNIA.....	96
4. DINÂMICA MIGRATÓRIA DE RONDÔNIA DE 1970 A 2010	109
4.1 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 1980	112
4.1.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1970	114
4.1.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1970	115
4.2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 1991	116
4.2.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1980	118
4.2.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1980	120
4.3 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 2000.....	121
4.3.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1990	124
4.3.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1990	126
4.4 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 2010.....	127
4.4.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 2000	131
4.4.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 2000	133
5. ANÁLISES DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DE RONDÔNIA	136
CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICES	192
APÊNDICE 01_– IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – UNIDADES FEDERATIVAS POR REGIÕES - 1970 A 2010	192
APÊNDICE 02 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1970 A 2010	194

APÊNDICE 03 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	196
APÊNDICE 04 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	197
APÊNDICE 05 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2010	198
APÊNDICE 06 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2010 MUNICÍPIOS D+	200
APÊNDICE 07 – IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010	202
APÊNDICE 08 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1975 A 1980	203
APÊNDICE 09 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1986 A 1991 – Páginas - (206 a 207).....	205
APÊNDICE 10 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL - 1995 A 2000 Páginas – (209 a 212)	208
APÊNDICE 11 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO BRASIL - 2005 A 2010 Páginas – (214 a 217).....	213
APÊNDICE 12 – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS - 1970 A 2010 Páginas – (219 a 220)	218
APÊNDICE 13 GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980	221
APÊNDICE 14 - GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL –1986 A 1991	222
APÊNDICE 15 GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000	223

APÊNDICE 16 GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010	224
APÊNDICE 17 GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010	225
APÊNDICE 18 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980.....	226
APÊNDICE 19 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991.....	227
APÊNDICE 20 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000	228
APÊNDICE 21 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010	229
APÊNDICE 22 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980	230
APÊNDICE 23 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991.....	231
APÊNDICE 24 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000	232
APÊNDICE 25 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010	233
APÊNDICE 26 GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010	234
APÊNDICE 27 QUADRO 30 – MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA COM DATA DE CRIAÇÃO E LEGISLAÇÃO	235
APÊNDICE 28 QUADRO 31 - EXPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO	237
APÊNDICE 29 QUADRO 32 - IMPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS	238

APÊNDICE 30 FIGURA: MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MESORREGIÕES.....	239
ANEXOS.....	240
ANEXO 1 PROJETO INTEGRAÇÃO DE COLONIZAÇÃO (PIC)	240
ANEXO 2 PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO (PAD)	241
ANEXO 3 PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)	242
SOBRE O AUTOR	243

PREFÁCIO

Conheci Antônio Nogueira Neto há muitos anos na condição de aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Universitário de Toledo, e de modo mais consistente como meu orientando de Tese de Doutorado. Sua pesquisa e a presente obra faz justiça em grande parte à representatividade que o Estado de Rondônia tem no país e da relevância do mesmo na ocupação e do crescimento econômico da região Norte do Brasil.

Antônio na condição de professor, e imigrante em um Estado localizado em uma área de fronteira, para onde se deslocou na década de 1980, oriundo da Região Oeste do Estado do Paraná, detém conhecimento empírico e vivência dos movimentos de migração e do processo de crescimento e desenvolvimento desta importante unidade federativa do país. Este conhecimento se agrega ao conhecimento científico que assimilou e desenvolveu ao longo de sua carreira e que se expandiu com suas pesquisas e trabalhos, que lhe permitiram chegar a esta obra.

Há que se evidenciar que o livro resulta em grande parte de sua Tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) nível de Doutorado, na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Toledo e de outros trabalhos por ele efetuadas.

A obra aponta a relevância que estudos a respeito do desenvolvimento territorial, e ou regional possuem; e que consistem em uma das dimensões mais modernas da questão do desenvolvimento econômico. No caso específico o livro ao considerar a importância da análise de um espaço territorial determinado, que foi e ainda é fronteira territorial e demográfica do Brasil, Rondônia; serve para identificar e analisar os principais ciclos econômicos ali ocorridos e a interrelação com os movimentos migratórios na região.

Assim percebe-se que o trabalho considera diferentes períodos e épocas da história contemporânea nacional, e mais ainda da Unidade da Federação em questão, relacionando-as à orientação histórico-econômica e política nacional que se deu em décadas recentes no território nacional.

O texto, em última análise, consiste em um estudo de caso que tem como principal referência as interpretações de mudanças no panorama socioeconômico, migratório e histórico que ocorreu na região que pertence ao bioma amazônico, desde a criação do Território Federal do Guaporé ocorrida no ano de 1943 até o primeiro quartil do século XXI.

Outrossim percebe-se que o recorte de pesquisa do livro tem o intuito de oferecer um montante a mais de dados, informações e de análises a respeito de Rondônia, buscando preencher lacunas existentes de estudos sobre o desenvolvimento regional e à migração na área que atualmente compõem o Estado de Rondônia, evoluindo até uma pesquisa que vem até o período de 1970 a 2010.

Esses fatores refletiram a espacialidade e a dinâmica demográfica e econômica regional e, por essa razão, o livro tem como objeto central de sua realização, a compreensão das relações existentes entre as variáveis do desenvolvimento econômico regional e o crescimento populacional em Rondônia, numa análise possível até 2010, haja vista o fato de que os micros dados do censo demográfico mais recente o de 2022, ainda não foram totalmente disponibilizados pelo IBGE.

Dessa maneira, as informações econômicas utilizadas e identificadas na pesquisa evidenciam a relevância e a contribuição dos movimentos migratórios na construção do crescimento agroindustrial exportador de Rondônia, provenientes de produtos relacionados a atividades produtivas ligadas ao agronegócio, tornado este livro muito importante, principalmente considerando-se o fato de que Rondônia é um Estado jovem, carente de mais análises e estudos.

Prof. Dr. Ricardo Rippel

Maio de 2024

APRESENTAÇÃO

O livro ora publicado é resultado da tese denominada “As migrações e o crescimento econômico do estado de Rondônia (1970 a 2010)”, defendida em janeiro de 2018 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Toledo. O propósito desta obra é considerar a importância de analisar um determinado espaço para demonstrar os principais ciclos econômicos e a interrelação com os movimentos migratórios ocorridos na região. Para tanto, foram consideradas diferentes épocas relacionando-as à orientação histórico-econômica ocorrida no Brasil. O enfoque abordado consiste em um estudo de caso que tem como referência histórica as interpretações de mudanças expressas no cenário socioeconômico e migratório entre a criação do Território Federal do Guaporé de 1943 aos dias atuais do século XXI. Portanto, o recorte da pesquisa perseguiu o objetivo em preencher a lacuna existente de estudos anteriores sobre o desenvolvimento regional e à migração na região que compõem o atual Estado de Rondônia, no período de 1970 a 2010. Adverte-se porém, aos leitores, que a lacuna existente no processo de produção da tese pode não mais se verificar até o momento da publicação deste livro.

Nesse contexto, foram considerados dados dos censos demográficos ocorridos neste período. A justificativa para a escolha deste objeto de estudo tem por base a magnitude do processo migratório ocorrido na região e seus rebatimentos no ambiente histórico-econômico e social. Esses fatores refletiram na espacialidade e na dinâmica regional e, por essa razão, a realização deste estudo tem como objeto a compreensão das relações existentes entre as variáveis do desenvolvimento econômico regional e o crescimento populacional na região. Dessa maneira, os dados econômicos identificados na pesquisa evidenciam a relevância e a contribuição dos movimentos migratórios na construção do crescimento agroindustrial exportador de Rondônia, provenientes de produtos relacionados a atividade produtiva ligadas ao agronegócio.

Assim, o planejamento público nacional tornou-se direcionador à economia regional, através da presença de incentivos governamentais federais pela integração da região de fronteira, e conseguiu estruturar

melhorias, na cadeia produtiva em busca de transformar Rondônia em estado produtor e exportador da Amazônia. Além disso, há a necessidade de distribuição de oportunidades econômicas determinadas pela forma da organização da produção e pela alteração setorial e espacial de recursos determinantes que provocam os deslocamentos geográficos da população. Esta perspectiva é correspondida pela evidência empírica e teórica de que a busca de emprego e de melhor renda, constituem na região, a motivação principal para migrar.

INTRODUÇÃO

O estado de Rondônia faz parte da Região Norte brasileira, a qual possui uma área total de 3.853.843,713 Km², que equivale a aproximadamente 45,3% do território nacional. A região conta com 15.864.454 habitantes, montante correspondente a 8,3% da população total do país e, por conseguinte, à densidade demográfica¹ é de 4,12 habitantes por quilômetro quadrado e uma taxa média de crescimento geométrico populacional² de 2,09 (IBGE, 2010).

A título de comparação, a dinâmica populacional da Região Norte vivenciou um incremento de aproximadamente 280% na população total entre 1970 a 2010. Nesse período, a população brasileira cresceu 101% e as Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste cresceram, respectivamente, 204%, 64%, 99% e 85% (IBGE, 2014).

Entre as sete Unidades Federativas que compõem a Região Norte, Rondônia é o terceiro estado em número de habitantes com 1.787.279³ indivíduos. Entre as unidades federativas da região, o Estado de Rondônia é o quarto maior com seus 237.765,376 km² e, em escala nacional é a décima terceira maior unidade federativa em extensão territorial no país (IBGE, 2015).

Especificamente na década de 1970, a influência econômica governamental se tornou um fator propulsor ao avanço do capital econômico em direção às regiões de fronteira da região amazônica e, resultante deste movimento, a espacialidade da área passou por uma modificação demográfica. Nesse espaço, logo ocorreram os movimentos migratórios visando à ocupação da Amazônia brasileira, os quais representaram um esforço de criação de oportunidades em áreas até então inóspitas (BECKER, 1988); (DAL PAI, 2016).

¹ Densidade Demográfica também chamada de população relativa, é um importante conceito que permite inferir a proporção entre o número de habitantes e a amplitude territorial. Consiste na medida dada entre o número de habitantes por quilômetro quadrado: hab./km². Esse dado possibilita mensurar a distribuição da população em um determinado território, permitindo a verificação das áreas mais e menos povoadas (IBGE, 2016).

² Taxa média de crescimento geométrico anual da população. Indica o ritmo de crescimento populacional. O valor da taxa se refere à medida anual obtida para um período de anos compreendidos entre dois momentos, em geral, correspondentes aos censos demográficos. A taxa é influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações (geo.dieese.org.br, 2016).

³ O Censo Demográfico de 2010 apontou o montante de habitantes do estado de Rondônia de: 1.562.409 habitantes, os dados apontados referem-se aos divulgados pelo IBGE em 2016.

De acordo com Singer (1998), o governo militarista brasileiro da época adotou diversas medidas de incentivos, notadamente financeiras. A intenção foi impulsionar processos migratórios, sobretudo aos assalariados e de pequenos agricultores da região sul do país excluídos do processo de acumulação capitalista em curso na região. Essas medidas governamentais ocorreram com o propósito de readequar a distribuição da população em regiões de fronteira. A alternativa atendia de forma viável o deslocamento espacial das atividades econômicas para regiões mais longínquas e com densidade demográfica baixa⁴, caso específico de Rondônia.

Mediante este contexto, as abordagens revelam a interrelacionabilidade entre as questões de dinâmica demográfica e os fenômenos migratórios, bem como seus reflexos sobre o crescimento regional. Nesse sentido, apresenta-se um retrato do Estado de Rondônia por meio de fontes primárias e secundárias, que fundamentam o perfil histórico-econômico, para por fim, explicar a relação entre os fluxos migratórios e os ciclos econômicos ocorridos na região.

Nessa visão, Martine (1987), discorre que após o final da Segunda Grande Guerra, o comportamento econômico regional passou por um longo período de estagnação e de isolamento até meados da década de 1970. A partir desse momento, com a implantação da política dos governos militares, um movimento populacional induzido se deslocou em direção à Rondônia. Essa situação, portanto, provocou um importante movimento migratório, aumentou o crescimento populacional e incrementou economicamente o território.

A pesquisa, nestes termos, pretende identificar que a colonização do Estado de Rondônia foi direcionada à expansão da fronteira agrícola da região norte brasileira e, por esta razão, representa um importante objeto de estudo de desenvolvimento e de demografia. De acordo com Martine (1994), esse cenário decorre do fato de que o processo migratório capitaneado pela ação política estatal, é essencial para nortear a dinâmica territorial, a distribuição da população e o estabelecimento de bases que fundamentaram o desenvolvimento do Estado.

⁴ A densidade demográfica no ano 1970, Rondônia – 0,49; Região Norte – 1,09 e Brasil 11,10. E Densidade demográfica ano 2010, Rondônia – 6,58; Região Norte – 4,12 e Brasil 22,43. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Diante dessa situação, esta obra se propõe a estudar um enfoque diferencial no que tange à temática do desenvolvimento e migração no atual Estado de Rondônia, desde a década de 1970 até a primeira década do século XXI. Nesse período, vários estudos constataram que o estado se constituiu em uma “Nova Fronteira de Oportunidades”, justo porque possui solo fértil, água abundante e clima adequado a diversos setores produtivos. Assim, a pesquisa intenciona descrever a interrelação dos ciclos econômicos e os movimentos migratórios ocorridos na região, além da dinâmica populacional entre os municípios do estado mediante às mudanças no cenário histórico-econômico de Rondônia.

Logo, com base nesses pressupostos, a hipótese deste livro se consubstancia na condição de que, o Estado por meio de políticas econômicas e de planejamento, promove o crescimento e o desenvolvimento em diferentes partes de um país mediante à alocação regional de recursos públicos. Contudo, considera-se haver um quadro de desenvolvimento desequilibrado que se caracteriza pela atividade econômica dependente de uma estratégica política nacional. Com isso, em decorrência da política nacional, o ciclo econômico de Rondônia possui seu esteio comercial na exportação de produtos agrícolas e do extrativismo vegetal, os quais, conferem, ao estado, importantes resultados no saldo das balanças comerciais.

Diante do exposto, ao problema do tema, uma pergunta é apontada no que se diz respeito a relação entre os processos de crescimento da economia brasileira e o desenvolvimento do país, os quais permitem entender o papel da migração e sua repercussão na ocupação do estado de Rondônia de 1970 a 2010. Corroborando a essa ideia, Gonçalves Neto (1997), aponta que a política de créditos facilitados se iniciou na segunda metade dos anos 1960 pelo desenvolvimento urbano-industrial, denominado “milagre brasileiro”.

Graziano Neto (1985), aponta que a reestruturação econômica da agricultura ocorre vinculada às transformações da economia brasileira e, portanto, esse processo ocorreu com a aplicabilidade de novas técnicas e equipamentos modernos que estabeleceram o processo produtivo. Desse modo, o produtor passou a depender menos da natureza, adaptando a produção aos interesses econômicos.

Porém, nesse âmbito, Martine (1987), expõe que o crescimento do aparato estatal e as mudanças na estrutura do poder em favor do capital

industrial, facilitaram a interação regional e a penetração da influência governamental nos confins rurais. Assim também, a expansão da malha viária intensificou a comunicação intra e entre regiões. Paralelamente a essas situações, importantes melhorias nas condições de saneamento e saúde propiciaram a migração rural e urbana com consequente crescimento urbano.

De acordo com Rizzotto (2007), a existência descontrolada e não planejada do excessivo êxodo rural, ocorrido nas décadas de 1960 e mais intensamente na década de 1970, está presente em muitas das questões sociais⁵. Todavia, naquele momento, os administradores, planejadores e políticos consideravam os movimentos migratórios gerados nas cidades temporários e indesejáveis. Além disso, os problemas referentes ao intenso e desordenado crescimento urbano contribuíram para o agravamento dos problemas sociais na cidade.

Após a explosão demográfica urbana e seus evidentes problemas, o Estado brasileiro em pleno regime militarista, lançou mão de um novo projeto para absorver a população envolvida no êxodo rural via a ocupação amazônica. Em primeiro lugar, expandiu a fronteira econômica para o Norte, aproveitou a região amazônica, a qual correspondeu aproximadamente a 45,3% da área do território nacional. Sendo assim, com muito espaço e riquezas a serem exploradas, a região se manteve sob a atenção do próprio Estado, uma vez que no período foi responsável por 2% do produto interno bruto, fator contraditório ao modelo econômico vigente, que propôs a total modernização produtiva (MONTEIRO NETO; GOMES, 2000).

Nesse sentido, diversos retratos demográficos foram apresentados em períodos decenais os quais evidenciaram a coexistência espacial de disparidades na distribuição populacional em Rondônia e na alocação produtiva do capital humano no Estado. As situações implicam em debates sobre questões interrelacionadas ao desenvolvimento regional e à relação econômica do capital nas áreas de Fronteira (MONTEIRO NETO; GOMES, 2000).

⁵ A expressão “questão social”, na orientação Keynesiana (século XX até a crise de 1973), considera a “questão social” como um “mal necessário”; o qual é produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a “questão social” e tratando-a sistematicamente mediante às políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços. (KEYNES, 1985).

Diante o exposto, o objetivo geral desta pesquisa considera analisar o desenvolvimento regional do espaço geográfico que, atualmente, compõe o estado de Rondônia a partir de dois enfoques: populacional e o econômico. Assim, o estudo considera a análise do crescimento demográfico, dos movimentos migratórios de ocupação da área, do papel dos diversos planos de desenvolvimento nacionais e dos fatores condicionantes desse processo. Para tanto, também será analisado, o planejamento nacional mediante às mudanças ocorridas no cenário histórico-econômico regional (1970 a 2010). A propósito disso, as descrições também darão suporte a objetivos específicos, como por exemplo:

1. Apresentar a formação histórico-econômica das bases legais da criação do Território Federal do Guaporé e da sua transformação no Estado de Rondônia;
2. Descrever a formação da organização espacial dos movimentos migratórios ocorridos na região;
3. Discutir a interrelação das políticas de planejamento econômico direcionadas à expansão da última fronteira do Regime Militarista e seus rebatimentos nas teorias sobre migração e desenvolvimento econômico regional;
4. Apresentar de acordo com uma perspectiva da economia regional apoiada na teoria do desenvolvimento econômico os fatores determinantes estruturais da decisão da migração interna e a relação com o desenvolvimento regional;
5. Analisar a interrelação entre os principais ciclos econômicos e os processos migratórios com a formação histórico-econômica dos municípios pertencentes à faixa de fronteira e dos municípios não pertencentes à faixa de fronteira do Estado de Rondônia, no período de 1970 a 2010.

A partir da proposta apresentada, estruturou-se esta pesquisa em 6 (seis) capítulos. O **primeiro capítulo**, expõe à revisão teórica das políticas de planejamento nacional do período, envolvendo do regime militarista ao período da nova república. O propósito é demonstrar a interrelação do planejamento desses períodos com as migrações ocorridas em Rondônia, consta ainda a temática do processo migratório em todo o território brasileiro no período de 1970 a 2010.

No **segundo capítulo**, apresenta-se a revisão teórica, com a perspectiva de apresentar uma descrição histórico-econômica do ambiente da região: o Estado de Rondônia a fim de elucidar as análises propostas, a qual estabelece os aportes de discussão apresentados na pesquisa. Em sua constituição, o capítulo expõe um conjunto de teorias com base nos estudiosos da temática sobre desenvolvimento: François Perroux, Gunnar Myrdal, Alfred O. Hirschman e Douglas North. Destaca-se que esses autores apresentam conceitos que coadunam com a realidade empírica da região estudada e abordam também os elementos fundamentais para se pensar o desenvolvimento em seus diversos aspectos teóricos. Por exemplo, estabelecem a necessidade de um suporte da Nova Geografia Econômica (NGE) em uma perspectiva que considera os estudos de economistas contemporâneos para fundamentar o desenvolvimento local.

Na abordagem da NGE, apresenta o modelo centro-periferia e a teoria de localização de Paul Krugman. Há, o pressuposto de explicar as desigualdades sociais e econômicas de uma população provida de renda para consumir baseada em uma atividade industrial com inovação tecnológica. Em contrapartida, há também uma população baseada em atividades primárias, relacionadas à agricultura, segundo o perfil da região estudada.

No **terceiro capítulo**, apresenta as particularidades analíticas do estudo de caso: o Estado de Rondônia. Trata-se de uma abordagem histórico-demográfica da evolução populacional desde o período imperialista do Brasil até os dias atuais. A formação histórico-econômica da formação do espaço do estado é apresentada e complementa uma discussão sobre a faixa de fronteira, os estudos teóricos em função da posição geográfica do estado em relação à linha de fronteira, além de que, os municípios de Rondônia pertencentes e os não pertencentes à faixa de fronteira são apontados. Encerra-se o capítulo tratando do ciclo produtivo que iniciou no século XXI.

Quanto ao **quarto capítulo**, analisa-se a dinâmica migratória de Rondônia no período entre 1970 a 2010, bem como a população rural e urbana. Os movimentos migratórios serão expostos de acordo com as décadas, por exemplo, de 1970 e de 1980, as particularidades do censo demográfico da época, além das características da região que serão analisadas em seus aspectos migratórios.

Referente ao **quinto capítulo**, são apresentados os resultados da pesquisa do estudo de caso referente ao Estado de Rondônia. Desse modo, os movimentos interestaduais que nortearam a dinâmica migratória rondoniense e os intercâmbios ocorridos nos limites da fronteira estadual, revelam o cenário da população como parte constitutiva do processo de produção da economia regional. Na sequência, é exposto, a conclusão na visão do autor. E encerra-se com os apêndices elucidativos e os anexos integrantes da pesquisa abordada.

1.

A POLÍTICA DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL E SEUS REBATIMENTOS NA MIGRAÇÃO EM RONDÔNIA

Na primeira seção deste capítulo serão apresentados os Planos de Desenvolvimento Econômico Brasileiro, de 1964 a 1985, com a perspectiva de inter-relacionar a política de planejamento migratório nacional com o espaço geográfico que compõem atualmente o território de Rondônia. Essa abordagem considerou o período do regime militar e a estratégia de ocupação da área de fronteira do país. Na sequência a análise abrangerá a trajetória do planejamento econômico no Brasil, com a descrição dos planos plurianuais governamentais de desenvolvimento econômico brasileiro do período de 1986 a 2011⁶, denominado de Nova República. O planejamento público nacional foi direcionador à economia e propulsor do desenvolvimento regional no período da história citado acima. Em que, o país conseguiu estruturar melhorias em sua cadeia produtiva para, sobretudo, avançar na implantação industrial de alta tecnologia, ou mesmo de tecnologia mais moderna.

Na segunda seção do capítulo, serão apresentadas discussões sobre a contribuição e a participação do perfil demográfico das populações, bem como estudos do comportamento espacial da população. Para tanto, diversos fatores são apontados com o intuito de contribuir em projetos e planos para que novos polos regionais de desenvolvimento sejam estabelecidos. Neste período que abrange a pesquisa, os procedimentos da política de planejamento foram modificados em conformidade à Constituição de 1988, que estabelece em seu art. 21, que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território de desenvolvimento econômico e social. E em seu art. 165, estabelece o modelo de planejamento baseado nos planos plurianuais. Consta ainda, no art. 174 da C.F., que o Estado como agente

⁶ Os planos governamentais abordados nesta seção são: O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: I PND-NR; o Plano de Ação Governamental (PAG): 1987 a 1991; o Plano Plurianual (PPA): 1991 a 1995; o Plano Plurianual (PPA): 1996 a 1999; o Plano Plurianual (PPA): 2000 a 2003; o Plano Plurianual (PPA): 2004 a 2007; o Plano Plurianual (PPA): 2008 a 2011.

normativo e regulador da atividade econômica exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Fica evidente que a Constituição Federal Brasileira estabelece as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorpora e compatibiliza os planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Assim, todos os governos após o lançamento da Constituição de 1988, tiveram por obrigatoriedade, de criar planos nacionais e regionais de desenvolvimento, estabelecendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

A utilização do Planejamento Econômico no Brasil, traduzido na forma de planos e programas de desenvolvimentos coordenados e operacionalizados pelo Estado, constituem-se em uma das estratégias mais profícuas de aprofundamento do capitalismo e mais eficazes do ponto de vista de acumulação e concentração de riqueza ocorrida em nosso país. De fato, corroborando à ideia, Pereira (2004), afirma que a ideologia do desenvolvimento foi tão bem-sucedida que a melhoria futura das condições de vida foi dada como incontestável. Contudo, só restaria saber quando os frutos seriam colhidos, de modo que, as elites políticas poderiam sempre contornar as demandas sociais, prometer tempos melhores e, ainda, pedir mais sacrifícios à população.

1.1. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

Com a adoção do planejamento estatal nos países centrais, permitiu-se criar um Estado de bem-estar social, que possibilitou distribuir parte da riqueza produzida entre todos, no entanto, aqui no Brasil isto não ocorreu. Nos momentos de auge do planejamento econômico e de intenso crescimento da economia houve maior concentração de riqueza nas mãos de poucos. Ao longo de décadas, muitos planos e programas de diferentes envergaduras foram propostos com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico brasileiro, particularmente a partir da década de 1950. Entretanto, como argumenta Rizotto (2007), em determinadas áreas e setores da economia a intervenção estatal obteve sucesso no que se refere às questões sociais. O Estado brasileiro instituiu políticas compensatórias

que não atenderam nem atendem às necessidades dos trabalhadores, apenas cumprem seu papel de integrador das classes subalternas, criando condições necessárias à reprodução e à acumulação do capital.

No que concerne ao regime militar, embora se comprometesse abertamente com o modelo de mercado e com a acumulação privada, na prática, foi mais intervencionista do que o modelo requeria. Porém, contrário às próprias críticas que realizara ao assumir o poder, em 1964, a intervenção ocorreu, na medida em que direcionou os investimentos para determinados setores, que julgou importante desenvolver e regulou como nunca a atividade econômica social. É válido sinalizar que o planejamento foi introduzido definitivamente como princípio fundamental da atividade administrativa federal pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dessa forma, exigiu a elaboração de planos e programas tendo por base os seguintes instrumentos: plano geral de governo; programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual; orçamento anual e programação financeira de desembolso.

No Brasil, as autoras Nogueira; Rizotto (2007), analisando a questão, discorrem que durante praticamente todo o período compreendido como regime militar, o Estado brasileiro se constituiu em motor de crescimento privado. Coube a ele, além das funções clássicas, a tarefa de promover o crescimento, administrar o ciclo econômico, disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção nacional na dinâmica do capitalismo mundial. Esse modelo de organização da economia centrado no Estado, o qual identificava-se como desenvolvimento e industrialização, vigorou no período de 1930 à década de 1970 e possibilitou um rápido processo de desenvolvimento capitalista. Portanto, ampliou a capacidade de produzir riqueza sem que houvesse a correspondente distribuição de renda nem melhorias nas condições de vida de grande parte da população. Ao contrário, o padrão de acumulação que se instalou no país foi extremamente excludente e concentrador de renda, tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo.

Assim, a perspectiva que orientou a ação do Estado brasileiro e orienta grande parte das propostas do desenvolvimento, no caso de identificar desenvolvimento econômico e social com desenvolvimento capitalista, não são conceitos idênticos. Segundo Ianni (1971), a questão do desenvolvimento aparece como desdobramento do entendimento da

história não apenas como resultado da construção dos homens, que podem escolher o futuro e acelerar suas transformações em determinada direção.

Dessa forma, a análise dos diferentes planos de desenvolvimento econômico pressupõe um entendimento da participação do Estado nesse processo e também na temática do planejamento governamental retratada na sequência, justo porque fica evidente que não se consegue elaborar e/ou implementar planos e programas sem estabelecer prioridades, estratégias de implementação e identificar os envolvidos e seus determinantes nas práticas de governos. Essa situação foi identificada na política expansionista de fronteira ocorrida durante o regime militar, na qual está inserido o espaço geográfico de Rondônia.

1.1.1 O planejamento nacional como instrumento de política governamental

A prática do planejamento, atualmente incorporada à maioria dos governos das sociedades organizadas, passou a ser adotada a partir da década de 1930, com o advento da grande depressão americana e do surgimento da teoria Keynesiana, que estabeleceu a interferência do Estado no sistema de mercado para corrigir as imperfeições decorrentes do mesmo. Até aquela data, a teoria clássica estabelecia como suficiente a livre concorrência e o mercado competitivo como únicos responsáveis por promover o equilíbrio entre produção e consumo, fatores considerados elementares ao desenvolvimento econômico e social (GARCIA, 2000).

Tanto que, na América Latina, de acordo com Rizzotto (2007), o planejamento foi definitivamente introduzido com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que construiu um pensamento próprio para estudar a realidade econômica e social dessa região; produziu, portanto, construções teóricas específicas a partir do entendimento de que a questão do subdesenvolvimento seria superada com a participação de um Estado que promoveria planos e programas gerais. Além disso, definiria antecipadamente a taxa de crescimento durante a vigência do plano ou do programa, informando o volume de investimentos necessários para atingir as metas estabelecidas.

Essa colocação, referente à produção de desenvolvimento da CEPAL, direcionou os países da América Latina nos quarenta anos finais do século XX. De fato, as propostas tornaram-se subsídios aos governos destes países, inclusive no Brasil. A contribuição da CEPAL no Brasil, iniciou-se com a criação em 14 de julho de 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB⁷) por João Café Filho⁸.

De acordo com Rangel (1980), neste período, a operacionalização dos planos ou programa de um planejamento promoveu o desenvolvimento nacional realizado com a transferência de renda de um setor ou segmento para outro. Nesta perspectiva prognosticava que o planejamento só poderia ser realizado em sociedades estáveis e que seus membros aceitassem sacrifícios em favor da operacionalização do plano ou programa. Assim, a soberania nacional foi considerada um fator relevante na política de planejamento e disciplinadora dos fluxos básicos econômicos e do comércio exterior e intercâmbios com outros países introduzidos no Brasil.

1.2 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DE 1964 A 1985

No Brasil, a emergência de planos de desenvolvimento como estratégia para direcionar as ações do Estado no sentido de provocar mudanças deliberadas no processo econômico e na dinâmica social, ocorreu a partir de 1940. Esse fato aconteceu quando o Estado Brasileiro

⁷ O ISEB, distinguiu-se como um centro de formação política e ideológica, de orientação democrática e reformista e acabou encerrando suas atividades em abril de 1964, após ter sua sede, arquivos e biblioteca destruídos. No final do governo de João Goulart (1961 a 1964), foi fundada a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) que de acordo com Almeida (2004), possuía o objetivo de realizar estudos para o desenvolvimento de planos para governos futuros e que abriram o caminho, a partir de 1964, para o desenvolvimento crescente de estruturas de planejamento governamental no Brasil. Em setembro desse mesmo ano, sob a coordenação do ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, foi criado o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), que antecedeu à criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, criado com o propósito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas (IPEA, 2006).

⁸ JOÃO FERNANDES CAMPOS CAFÉ FILHO. (Natal, 3 de fevereiro de 1899 – Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1970), advogado e político brasileiro. Participou da chapa de Getúlio Vargas como vice-presidente, mas com o suicídio de Vargas assumiu a presidência do Brasil entre 24 de agosto de 1954 a 08 de novembro de 1955. Foi o 18º Presidente da República Federativa do Brasil. <https://educacao.uol.com.br/biografias/joao-fernandes-campos-cafe-filho.jhtm>. Acesso em 13.10.2016.

apresentou certa estrutura administrativo burocrática capaz de dar organicidade e de operacionalizar políticas de governo em diversas áreas e setores considerados relevantes para o desenvolvimento capitalista planejado.

Assim, nas décadas de 1950 a 1970, o planejamento assumiu importância na política governamental, como no caso do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1955 – 1961), o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1962 – 1964) no Governo de João Goulart. Neste período, acumulou-se uma experiência de planejamento governamental que serviu de referência a política nacional do regime militar, conforme expõe o quadro 01.

QUADRO 01 – PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTOS NO REGIME MILITAR DE 1964 A 1985

Descrição de Plano e/ou Programa	Formulação e Coordenação	Ano de Apresentação e Período de Vigência	Presidente em Exercício
Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG	IPEA – Roberto Campos e Otávio Gouvêa de Bulhões	1964 (1964 a 1966)	Castelo Branco
Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social	IPEA – Mario Henrique Simonsen e Roberto Campos	1966 (1967 a 1976)	Castelo Branco
Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED	IPEA – Hélio Beltrão	1968 (1968 a 1970)	Arthur da Costa e Silva
Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo	IPEA – Reis Velloso	1970 (1970 a 1973)	Emílio Garrastazu Médici
Plano Nacional de Desenvolvimento – PND I	IPEA – Reis Velloso	1972 (1972 a 1974)	Emílio Garrastazu Médici
Plano Nacional de Desenvolvimento – PND II	IPEA – Reis Velloso e Severo Gomes	1974 (1975 a 1979)	Ernesto Geisel
Plano Nacional de Desenvolvimento – PND III	IPEA	1979 (1980 a 1985)	João Baptista de Oliveira Figueiredo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados, RIZZOTTO, 2007.

O quadro 01, aponta que o primeiro plano do regime militar foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), exequível de

novembro de 1964 a março de 1967. O plano pretendeu difundir no campo econômico a noção sistemática de planejamento com eficiência da atuação do Estado. Com isso, as informações passaram a conter a programação de investimentos executados pelo governo federal com suas respectivas fontes de recursos; o orçamento fiscal e a programação de caixa da União; enumeraram os investimentos executados privados utilizados pelo governo federal e os instrumentos de ação indireta do governo sobre o setor privado (BRASIL, 1964).

Para Rizzotto (2007), em sua finalidade básica de estabilização, desenvolvimento e reforma democrática, o PAEG apresentou como objetivos acelerar o desenvolvimento econômico do país, reduzir os desníveis econômicos regionais e setoriais com buscas em melhorias de condições de vida, conter o processo inflacionário⁹; assegurar oportunidades de emprego à mão de obra que chegava ao mercado de trabalho e corrigir o déficit do balanço de pagamentos.

Para Kornis (1982), o PAEG, privilegiou a política de redução do déficit de caixa governamental com o propósito de diminuir a pressão inflacionária, por uma política tributária destinada à arrecadação e melhorias nos investimentos privados para corrigir as desigualdades econômicas regionais. Todavia, foi implementada uma política de investimentos públicos para fortalecer a infraestrutura econômica e social do país.

Ademais, a política cambial e de comércio exterior incentivando exportações e uma política de consolidação e restauração de crédito do país no exterior foram praticadas para acelerar a taxa de desenvolvimento econômico e o ingresso do capital estrangeiro no país. Além disso, a política agrária visou aumentar a produtividade na agricultura e desenvolver melhorias de condições ao setor rural produtivo (BRASIL, 1964).

Para Fishlow (1974), não se pode deixar de apontar que o PAEG derivou de reformas relevantes como a do sistema financeiro, a tributária, a habitacional e as vinculadas ao setor externo da economia. Essas reformas vieram contribuir às características de desenvolvimento da

⁹ Índices de inflação no Brasil nos anos de: (1963 – 79,92%), (1964 – 92,12%), (1965 -34,24), (1966 – 39,12%). Fonte: IGP-DI/FGV (1948 – 1979); disponível em: <http://www.f7.com.br/media/2014/201440331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em 13/10/2016.

economia brasileira.

O segundo plano, abordado na pesquisa, foi o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado no final do governo de Castelo Branco executável entre 1967 a 1976. Esse projeto considerou duas partes: um modelo macroeconômico de desenvolvimento do Brasil por um período de dez anos sobre a égide do economista Mario Henrique Simonsen; e, um conjunto de diagnósticos setoriais sob a responsabilidade do próprio IPEA, que servia de base para ações futuras (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Almeida (2004), a pretensão de aplicar uma estratégia inovadora de desenvolvimento a longo prazo para sair da improvisação imediatista, é considerada muito prejudicial para o presente e com rebatimentos no futuro, por não entender o passado. Assim, a execução do plano foi coordenada por um grupo de planejamento geral, com vários grupos de atuação como o da agricultura e do planejamento regional, entre outros. Houve ainda grupos de atuação para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, e Sul. E também o estado de Rondônia, que pertencia ainda ao Mato Grosso (região Oeste), também um grupo de macroeconomia que estava encarregado da política monetária fiscal. A política de investimentos aplicada ao plano se baseou no crescimento do mercado, para tanto, foram fixadas prioridades setoriais, prioridades sociais e prioridades institucionais. As prioridades setoriais abordaram a consolidação da infraestrutura e do processo de dinamismo das indústrias básicas e da inserção da tecnologia e modernização na agricultura. Com relação às prioridades sociais, sua aplicabilidade foi direcionada primeiramente para a política habitacional e, depois, na educação. Quanto às prioridades institucionais, foram direcionadas para o fortalecimento das empresas privadas nacionais na perspectiva de viabilizar instrumentos que facilitassem e atraíssem o capital estrangeiro para o país e buscassem dinamizar a administração pública (BRASIL, 1967).

Corroborando à ideia, Abreu (1975), argumenta que a política de fortalecimento do setor privado foi direcionada à redução progressiva do setor público na economia; ao combate à inflação e, à inserção de uma política fiscal orientada para o desenvolvimento. Com isso, soluções deveriam sanar os principais gargalos existentes, os quais impediram a expansão da empresa nacional com atenção especial aos problemas de

capital de giro, os baixos índices de produtividade e a modernização do parque industrial com acesso a fontes de recursos internacionais.

Analisando o Plano Decenal, chega-se às seguintes alternativas: introduziu um novo estilo normativo, aplicando orçamentos básicos setoriais e indicando orçamentos-programas para providências institucionais a serem adotadas e, por fim, serviu de base para a elaboração do PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento, publicado em julho de 1967. A experiência obtida com a publicação do Plano Decenal, além de servir de parâmetros para tomadas de decisões de ações nos vários planos do regime militar que o sucederam, permitiu também, corrigir e melhorar as estimativas realizadas no próprio Plano Decenal (ABREU, 1975).

O terceiro programa analisado, denominado PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento foi o programa econômico exequível para o triênio de 1968 a 1970. O ponto inicial do plano apresentou um diagnóstico do desenvolvimento da economia brasileira após 1967, com causas estabelecidas nos governos anteriores que comprometeram o dinamismo da economia nacional, reduziram o poder aquisitivo dos assalariados e a condução das empresas nacionais a uma debilidade no processo produtivo (ALMEIDA, 2004). O plano teve como intenção definir uma estratégia de desenvolvimento econômico e social inovadora para o país com destaque para os instrumentos de ações diretas sobre o setor privado. O propósito do plano foi também de promover a aceleração do desenvolvimento, revertendo a recessão que o país se encontrava na época, promover ações setoriais de curto e de longo prazo na política econômica e social (BRASIL, 1967).

A estratégia inovadora definida preconizou o desenvolvimento simultâneo harmônico da agricultura, da indústria e dos setores de infraestrutura econômica que envolviam o transporte, as comunicações e a energia elétrica, com setores sociais que abordaram a educação, habitação, saúde e saneamento. O objetivo da proposta pretendeu dinamizar o mercado interno e promover a elevação do nível de emprego no país (BRASIL, 1967). Entretanto, para atingir os objetivos definidos pelo plano, seria necessário realizar uma reforma administrativa, manter o controle do balanço de pagamentos e evitar o agravamento das disparidades econômicas regionais e setoriais. O PED procurou também

definir políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento do produto interno bruto (PIB), a redução do retorno inflacionário e, por fim, a redução dos custos de produção do setor privado através de baixas taxas de juros (SINGER, 1972).

A retomada do desenvolvimento acelerado de acordo com o PED, considerou dois estágios - a fase de transição e a fase de retomada. A fase de transição esteve caracterizada pela situação fundamental de melhoria da liquidez para elevar a demanda de produtos industriais com a política de redução dos índices inflacionários. A fase de retomada elevou a poupança nacional e o investimento global, permitindo alavancar a rentabilidade do setor privado, da expansão de mercado e a proteção à indústria (BRASIL, 1967).

O PED encadeou o ciclo expansivo da economia brasileira verificado no período de 1968 a 1973, que foi denominado de “Milagre Brasileiro”. Esse ciclo, segundo Singer (1972), teve como causa básica uma política de crédito facilitada que propôs readequar a economia, recessiva por vários anos com índices de desemprego elevados e mão-de-obra com pouca qualificação para atender às necessidades do mercado.

O próximo programa e quarto a ser analisado, foi o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, exequível de 1970 a 1973. Anunciado no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi contemplado por três outros documentos: o novo Orçamento Plurianual de Investimentos, o I Plano de Nacional de Desenvolvimento e o Programa Geral de Investimentos. Preconizou a necessidade de criar condições para estimular o mercado funcionar com base nos fatores de produção (ALMEIDA, 2004).

O Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo manteve como objetivo desenvolver o país para chegar ao final do século XX no grupo de países pertencentes aos desenvolvidos. O programa foi estruturado em quatro áreas fundamentais: i) a revolução na educação e a aceleração do programa de saúde e saneamento; ii) a revolução na agricultura e no abastecimento de produtos ao mercado; iii) a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico; iv) fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. Como metas econômicas, pretendia: a) assegurar uma taxa de crescimento entre 7% e 9% ao ano, em termos reais, evoluindo para 10% ao fim do período; b) a expansão crescente do

emprego, da ordem de 2,8% a 3,3%, até 1973; c) inflação decrescente, em nível não superior a 10%, em 1973¹⁰; d) elevação do investimento, da média de 15% a 16%, para mais de 18%, até 1975 (BRASIL, 1970).

O plano previu a expansão considerada necessária da receita das exportações pelo menos à taxa média de 7% a 10% ao ano, de maneira a evitar o aumento rápido do endividamento externo e problemas futuros de balanço de pagamentos. Além disso, propiciou aos trabalhadores participarem dos resultados do desenvolvimento com maiores oportunidades de educação e melhores condições de vida. Ressalta-se que para o plano, os desequilíbrios regionais e setoriais relacionados à saúde e saneamento fossem gradualmente corrigidos (BRASIL, 1970).

O próximo planejamento governamental e quinto analisado, foi o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), apresentado no final do ano de 1971 para ser executado no período de 1972 a 1974. Quando de sua divulgação, o Brasil experienciou um período de grande expansão econômica - o chamado “milagre brasileiro” (1968 a 1973) – em que elevadas taxas de crescimento¹¹ refletiram o aumento da produção do setor de bens duráveis como automóveis, eletrodomésticos e imóveis, bancados pelo crédito ao consumidor, pelo crédito às empresas (financiamento externo) e pela poupança compulsória direcionada à construção civil, via (BNH), Banco Nacional de Habitação (MILAN, 2002). Partiu-se do pressuposto de que o primeiro governo do regime militar tinha se ocupado em promover a reconstrução econômica. O segundo havia se preocupado com a expansão econômica e, o terceiro, teve como objetivo elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida integrando-a à economia mundial. O modelo econômico que se pretendeu construir para sustentar esse objetivo foi pautado numa aliança entre o governo e o setor privado, entre a União e os Estados Federados (RIZZOTO, 2007).

¹⁰ Índices de inflação no Brasil nos anos de: (1970 – 19,26%), (1971 – 19,47%), (1972 -15,72), (1973 – 15,54%), (1974 – 26,90%). Fonte: IGP-DI/FGV (1948 – 1.979); disponível em: <http://www.r7.com.br/media/2014/201440331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em 13/10/2016.

¹¹ Índices de PIB brasileiro nos anos de: (1968 – 9,8%), (1969 – 9,5%), (1970 – 10,4%), (1971 – 11,3%), (1972 -11,9%), (1973 – 14,0%), (1974 – 8,2%). Fonte: IGP-DI/FGV (1948 – 1979); disponível em: <http://www.r7.com.br/media/2014/201440331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em 13/10/2016.

No entanto, a promessa que acompanhou a divulgação do I PND foi de realizar um dos maiores projetos de desenvolvimento do mundo, consolidando o núcleo desenvolvido do centro-sul e criando novos polos de desenvolvimento nas demais regiões do país. A perspectiva intencionava promover a integração de todo o território nacional. Nesse sentido, a construção de estradas como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém, as expansões do contingente populacional, a criação de um suporte de educação, saúde e assistência, entre outras estratégias, contribuíram para a promoção da integração nacional (BRASIL, 1971).

No aspecto da integração social, o I PND apresentou esquematicamente a perspectiva do crescimento por setores no período de 1970 a 1974. No programa de investimentos, orçou gastos da ordem de Cr\$ 15.200 milhões (menos Cr\$ 1.650 milhões para saneamento), sendo um dos setores com menor previsão de investimento. Na habitação, pretendeu-se investir Cr\$ 17.500 milhões e na educação, Cr\$ 31.200 milhões. Apesar de algumas críticas, nesse período, o planejamento governamental teve seu ponto alto no Brasil e o Estado não ficou restrito à elaboração de planos e à regulação da economia, mas interveio na área econômica mais do que em qualquer outro período da história nacional. Durante a vigência do I PND, iniciaram-se grandes obras de infraestrutura, como por exemplo, a ponte Rio-Niterói, a Usina Hidrelétrica de São Simão (MG) e a Barragem de Itaipu, entre outras. O financiamento para esses projetos teve como fonte bancos nacionais como o BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica, mas também contou com recursos externos (ALMEIDA, 2004).

O II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, executável de 1975 a 1979, se reafirmava a tarefa de planejamento vinculado ao desenvolvimento regional analisado na pesquisa. Na época, tornou-se extraordinariamente árduo e difícil em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo (BRASIL, 1974). Essas crises envolveram diversas áreas e setores, como por exemplo, energia, petróleo, dívida externa, inflação, comércio exterior, balanço de pagamentos e a crise de confiança na estabilidade. Esse contexto fomentava uma inquietação social e revelava surtos de violência irracional e destruidora (BRASIL, 1974).

Porém, apesar das incertezas daquele momento, o plano era ambicioso, justo porque garantia um porto seguro e acolhedor à cooperação internacional no campo de capitais, além de tecnologia e trabalho qualificado. O II PND deu ênfase à integração com a economia internacional e, internamente, aos investimentos nas indústrias de base, indústria nuclear, pesquisa do petróleo; além do programa do álcool e da construção de hidrelétricas para tentar sanar os problemas evidenciados pela crise energética e do petróleo. Previu-se, por fim, que o financiamento para a operacionalização dos projetos viria do exterior, uma vez que não havia poupança interna suficiente, mas havia oferta de recursos externos a custos razoáveis (RIZZOTTO, 2007).

Embora o modelo de mercado tenha caracterizado todo o período do regime militar, o II PND deixava claro os limites em que o Estado pretendia atuar no sentido de que houvesse estabilidade e eficiência do sistema para evitar que a estatização avançasse. Assim, foram considerados campos de atuação direta os setores de infraestrutura com a ressalva da produção de equipamentos e materiais de responsabilidade da iniciativa privada e as áreas de desenvolvimento social (educação, saúde e previdência social), em ação conjugada à iniciativa privada (BRASIL, 1974).

No caso dos setores confiados à iniciativa privada, [...] o governo iria provê-los de condições para um desempenho satisfatório, por meio de incentivos fiscais, financeiros, política de preços e outros estímulos. No campo social, o II PND reconheceu que o crescimento poderia não resolver o problema de distribuição de renda se deixado apenas à ação do mercado. Além de que a solução pela via do crescimento da economia poderia demorar mais do que a consciência social admite em termos de necessidade de melhorar o nível de bem-estar de amplas camadas da população (BRASIL, 1974).

Em face ao exposto, deveria ser assegurado um aumento de renda real para todas as camadas sociais, bem como a redução da pobreza absoluta. Para isso, seria executada uma política social articulada, que não constituía simples consequência da política econômica, mas objetivo próprio (BRASIL, 1974). As estratégias a serem executadas consistiam de uma articulação da política de emprego com a política de salários e de uma estratégia de valorização de recursos humanos.

Em 1979, quando da elaboração do III PND - Plano Nacional

de Desenvolvimento, exequível de 1980 a 1985, o Brasil enfrentou uma grande crise econômica em face do segundo choque do petróleo e do início do aumento dos juros, que desembocaram na crise da dívida externa em 1983¹². Como nos demais planos do regime militar, o III PND explicitou os objetivos e linhas de atuação do governo, bem como as orientações para os setores privados. Contudo, o planejamento do desenvolvimento era um processo dinâmico, condicionado pela própria evolução da sociedade e da economia do país (BRASIL, 1980). Portanto, o plano era flexível e passível de ajustes e adaptações de acordo com a conjuntura existente. Porém, as incertezas dos tempos atuais obrigam a não fazer do uso das técnicas quantitativas de planejamento fonte de compromissos ou de fixação de metas rígidas a alcançar [...]. Portanto, o plano deveria ser, sobretudo, um documento qualitativo que explicita a política de desenvolvimento adotada e seus desdobramentos (BRASIL, 1980).

De acordo com Rizzotto (2007), essa condição revelou os problemas enfrentados pelo governo na condução do desenvolvimento nacional e pelo próprio planejamento como instrumento racionalizador de decisões e disciplinador da atuação governamental em todos os setores públicos e privados. Em face da crise instaurada, a opção fez-se por uma proposta de crescimento moderado em lugar da projeção de um crescimento acelerado. Nesse sentido, o III PND foi elaborado como uma exigência legal do que propriamente como um documento direcionador das ações do governo.

A análise realizada, no âmbito do recorte deste estudo, permite concluir que em alguns documentos parece haver um entendimento de que o desenvolvimento estava vinculado a aspectos sociais como educação, saúde e instituições políticas, entre outros. Contudo, justificava a abordagem economicista presente nos planos pela necessidade de quantificar os fatos econômicos para melhor controlá-los; [...] a maior aplicação das relações matemáticas à economia do que às ciências sociais; [...e] a alta correlação observada entre desenvolvimento cultural e

¹² Valores da Dívida Externa brasileira em U\$ mil nos anos de: (1979 – 49.904,70), (1980 – 53.847,50), (1981 – 61.410,80), (1982 – 70.197,50), (1983 - 81.319,20), (1984 – 91.091,00), (1985 – 95.856,60). Fonte: IGP-DI/FGV (1948 – 1979); disponível em: <http://www.f7.com.br/media/2014/201440331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em 13 out. 2016.

desenvolvimento econômico (BRASIL, 1967b).

Como parte das considerações sobre os planos de desenvolvimento no Brasil, é possível afirmar que os planos de desenvolvimento desempenharam um papel ideológico importante na burocracia e na sociedade brasileira em vários momentos do período estudado. Tanto que, a ponto de em alguns momentos, criar um consenso nacional em torno desses planos, mobilizando grande parte da sociedade para sua consecução.

No âmbito da burocracia, a construção do consenso se iniciou com a elaboração do plano e com a produção de informações para os diagnósticos, completou-se com seu acompanhamento e execução. As apropriações das técnicas de planejamento, que foram sofisticadas com o tempo e acompanhadas da crença de seu poder de transformação da realidade, fizeram com que praticamente todas as estratégias de intervenção, na realidade, fossem realizadas a partir do planejamento (BRASIL, 1980).

No estado de Rondônia, no âmbito das políticas sociais, centrou-se sua ação na cobrança de resultados e de metas definidas *a priori*, sem que essa definição fosse precedida de um processo de leitura da realidade, ou seja, sem mesmo um efetivo diagnóstico. Assim, apesar de todos os fatores apresentados em planos e programas, observou-se que o planejamento no Brasil, algumas vezes, foi implementado parcial ou totalmente pelo menos até o III PND. Segundo Garcia (2000), os vinte anos de (1964 a 1984), os processos de governo e a aplicabilidade de práticas de planejamento público moderno integraram os recursos políticos, econômicos e organizativos em uma perspectiva estratégica.

1.3 PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DE 1986 A 2011

O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND-NR, no governo de José Sarney foi publicado pela SEPLAN/PR e exequível para o período de 1986 a 1989. Trata-se de um plano que intencionou realizar reformas econômicas visando o crescimento e o controle da pobreza e, sob a coordenação do ministro João Sayad, abordava três metas estratégicas: i) de crescimento econômico; ii) reformas; e de iii) combate à pobreza. Assim, a meta interligou-se à

melhoria na distribuição da renda, pela recuperação dos salários e por concentração de esforços e recursos para reduzir os problemas de saúde, alimentação e habitação dos brasileiros mais pobres (BRASIL, 1985).

Nesse sentido, o governo estabelece que o crescimento estava direcionado à retomada do setor privado na participação da economia do país para buscar o desenvolvimento com estratégias de longo prazo estabelecidas pelo Estado e complementares à iniciativa privada. O I PND-NR abordou os seguintes aspectos como fundamentais: i) crescimento econômico; ii) combate à pobreza, às desigualdades e ao desemprego; iii) na educação, alimentação, saúde, saneamento, habitação, previdência e assistência social; e iv) na justiça e segurança pública (BRASIL, 1986).

Referente aos aspectos econômicos, o I PND-NR priorizou no âmbito do mercado internacional a mudança no padrão de negociação da dívida externa com redução das transferências de recursos econômicos ao exterior. Entretanto, com relação ao âmbito público, priorizou medidas de privatizações de empresas estatais, anunciadas como sendo a reforma pública administrativa necessária para colocar o país de volta ao contexto produtivo (BRASIL, 1985).

Para Giacomoni (1996), as dificuldades no setor público em reorientar as questões financeiras relacionadas à dívida externa e interna do país, provocaram a insegurança na população, estabeleceram quedas de ministros da área econômica e dificultaram o planejamento de médio e longo prazo no país e a conseqüente implementação do I PND-NR.

O segundo plano do período da nova república, o Plano de Ação Governamental (PAG), exequível de 1987 a 1991, apresentado no Governo do Presidente José Sarney em 1987, foi quinquenal com programas setoriais de desenvolvimento de longo prazo no país. A ênfase foi dada ao desenvolvimento do mercado interno; a expansão das exportações e, a atenção especial aos investimentos na área social (BRASIL, 1986).

Entre os principais objetivos e metas do plano - PAG, de acordo com Bresser Pereira (1987), estabeleceu a meta de crescimento do PIB de 5% em 1987, de 6% para 1988 e de 7% nos anos seguintes. Além disso, estabeleceu uma forma mais equitativa da renda por intermédio de uma política fiscal monetária que estabilizou os preços no país e garantir em

abaixar as altas taxas inflacionárias com medidas de congelamento de preços; e, também estabelecer uma nova política de renegociação da dívida externa sem prejudicar o crescimento econômico do país, incentivando o crescimento das exportações em patamares reais de 5% ao ano de 1988 a 1991 e manutenção dos saldos positivos e elevados da balança comercial sem prejudicar a acumulação interna do país.

Segundo Matos (2002), o PAG destacou quatro grandes segmentos:

- Geração de empregos a taxas suficientes para atender aos contingentes de trabalhadores da PEA; efetivação dos programas de gastos públicos em infraestrutura social, especialmente voltado para o setor de saúde e saneamento; preservação dos salários reais dos trabalhadores e concessão de aumentos reais para as classes mais baixas dos assalariados; e a possibilidade de acesso aos frutos do progresso e do desenvolvimento pelos segmentos menos favorecidos da população. Após, apontar os objetivos econômicos e sociais, o PAG procurou restabelecer a confiança aos diversos segmentos da sociedade nas diretrizes e metas governamentais de médio e longo prazo, transferir à iniciativa privada a liderança do processo de investimento, racionalizar os gastos públicos e otimizar as alocações de recursos em projetos prioritários (MATOS, 2002, p.74).

Nas afirmativas de Lopes (1998), o PAG teve suas metas de prioridades comprometidas decorrentes das restrições orçamentárias impostas aos investimentos públicos e da desestruturação da economia da época. Estes fatos refletiram na retração do mercado para as empresas privadas no país.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, o planejamento foi definitivamente incluído no processo de ação governamental por meio da obrigatoriedade dos governos federal, estadual e municipal, como afirmado acima. A proposta elaborou e executou planos plurianuais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Assim, os planos têm a duração de quatro anos, iniciando no segundo ano de cada mandato e concluindo na gestão seguinte como tentativa de evitar a descontinuidade nas políticas, programas e projetos dos diversos setores estatais.

O terceiro Plano governamental, no período da Nova República, estabelecido no governo do Presidente Fernando Collor de Mello apresentou em 1990 as propostas para o Plano Plurianual de Investimentos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para o Orçamento, que vigoraram de 1991 a 1995, denominado Plano Plurianual (PPA).

De acordo com Garcia (2000), a reforma político-administrativa realizada apresentou a fusão da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN -PR) com o Ministério da Fazenda e com o Ministério da Indústria e Comércio em um Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP). Também houve a redução do Instituto de Planejamento Econômico Social (IPEA) à condição de Instituto de Pesquisa Aplicada, vinculando-o não à área de planejamento do MEFP, mas à reforma de política econômica. A ação representou um retrocesso ao sistema de planejamento governamental brasileiro, na opinião de alguns autores, em voltar aos anos de 1960.

O primeiro Plano Plurianual assumido pelo Governo Federal após a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, foi instituído para o quinquênio de 1991 a 1995, conforme estabelecido pela Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991. O Plano era mais voltado à programação da ação do governo sem as características de plano de desenvolvimento econômico-social como os anteriores. As propostas do plano não chegaram a ser totalmente implementadas devido à recessão, gerada pelo Plano Collor de estabilização e, devido, principalmente à crise política do governo que acabou culminando com processo de *impeachment* e o afastamento do presidente¹³ (MATOS, 2002).

¹³ O Presidente Fernando Collor de Mello foi o primeiro civil eleito diretamente pelo voto popular, depois do golpe militar de 1964. Também foi o primeiro a ser julgado e condenado por Crime de Responsabilidade, sendo, portanto, o primeiro Presidente da República a sofrer o processo de *impeachment*. Por isso, sofreu pena de suspensão de direitos políticos por 8 anos, tornando-se inelegível para qualquer função pública durante esse período. O primeiro Presidente da República civil eleito por voto direto desde 1960, Fernando Affonso Collor de Mello foi escolhido de acordo com as regras da Constituição de 1988, com plena liberdade partidária e eleição em dois turnos. O seu mandato presidencial teve curta duração: de 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992, quando foi afastado da Presidência da República para responder ao processo de *impeachment*. O processo político do Presidente Fernando Collor de Mello estendeu-se por sete meses, no período de 1º de junho à 29 de dezembro de 1992. Acesso em 13/abr./2024. <https://www2.camaraleg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>.

Após o impeachment¹⁴, o novo governo de Itamar Franco, reviu as estratégias e as prioridades do plano, produzindo uma revisão para o período de 1994 a 1995. Contudo, enviada ao Congresso Nacional em 1993, a proposta não chegou a ser votada. De acordo com Guimarães Filho (1999), a revisão do plano foi estabelecida em cinco grandes abordagens especificadas como:

i) educação, saúde, ciência e tecnologia; ii) reforma agrária e incentivo à produção agrícola; iii) recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano; e iv) consolidação e recuperação da infraestrutura; v) abertura e modernização de economia (GUIMARAES FILHO, 1999, p. 175).

O próximo plano e quarto no período na nova república, foi o Plano Plurianual proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e elaborado durante a gestão de José Serra no Ministério do Planejamento. Foi o segundo plano plurianual aprovado desde que passou a ser exigido pela Constituição. O Plano Plurianual de 1996 a 1999, foi instituído pela Lei nº 9.276 de 9 de maio de 1996, quatro meses após o início de sua vigência.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PPA 1996-99 tinha por objetivo remover os principais obstáculos à consolidação do Real, à retomada do crescimento e ao progresso econômico e social da população. Para a realização destes objetivos, o PPA estabeleceu novos procedimentos de planejamento no Brasil, com a execução pelo estado de parcerias entre a União, os estados e os municípios e entre o setor público e o setor privado (BRASIL, 1995).

Portanto, de acordo com Matos (2002), o PPA não se restringiu

¹⁴ O *impeachment* é um termo do inglês que, na tradução literal, significa impugnação de mandato, denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo. No Brasil, o *impeachment* surgiu com a República, que o instituiu em sua primeira Constituição, de 1891, seguindo os preceitos constitucionais norte-americanos. A Constituição brasileira de 1988 especifica os casos em que o Presidente da República pode ser processado no artigo 85 e define quem irá processá-lo de acordo com o crime que tenha cometido no artigo 86, combinado com pela Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidades e regula o respectivo processo de julgamento. Acesso em 13/abr./2024. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>.

a enumerar metas governamentais, mas delimitou todos os investimentos fundamentais à infraestrutura econômica adotando as seguintes estratégias para a ação do Estado no respectivo período: construção de um Estado moderno e eficiente pela Reforma do Estado; redução dos desequilíbrios espaciais e sociais pela criação de novas oportunidades, redução de custos, aproveitamento das potencialidades econômicas e melhorias da infraestrutura; inserção competitiva e modernização produtiva, pelo aperfeiçoamento das políticas de abertura comercial, desregulamentação, flexibilização das relações trabalhistas, garantia de concorrência e defesa do consumidor.

Em conformidade às estratégias de atuação, o governo estabeleceu a realização de ações e projetos envolvendo recursos públicos e privados da ordem de R\$ 460 bilhões. Sendo que deste total, 33% se destinavam à execução de investimentos e os 67% restantes seriam aplicados em programas da área social. Os investimentos propostos pelo PPA enfatizaram os setores de energia elétrica, petróleo, telecomunicações, transportes e saneamento básico, além de investimentos na área de educação, principalmente, no ensino básico, em programas de alimentação escolar e em medidas de combate à mortalidade infantil (BRASIL, 1995).

Em outubro de 1998, o governo federal alterou o procedimento metodológico de gestão e elaboração do PPA - Plano Plurianual e dos orçamentos públicos. De acordo com Garcia (2000), as implicações destas mudanças incidiram sobre o processo de trabalho, nos modelos gerenciais e nas estruturas organizacionais da administração pública brasileira.

Assim, a Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, instituiu o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003¹⁵, ou Avanço Brasil. De acordo com Matos (2002), o Plano foi estabelecido sob o trabalho de pesquisa fundamentado pela equipe do Ministério do Planejamento, com o propósito de desenvolvimento nacional com parcerias entre o governo federal, os estados e municípios, com as empresas privadas, com as organizações não-governamentais e com organismos internacionais. Para tanto, adotou um modelo gerencial voltado para resultados medidos pelos efeitos provocados na sociedade.

Sob o propósito de especificar objetivos e resultados, o Plano

¹⁵ Segundo Mandato de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (01/01/1999 a 01/01/2003).

elencou 365 (trezentos e sessenta e cinco) programas de governo com objetivos próprios e técnicas de mensuração de seus resultados, bem como a fonte de recursos para a execução de cada um e as metas identificadas para cada ação orçamentária envolvida, em seus valores globais e, devidamente, regionalizados. O Avanço Brasil, dentro de uma nova cultura gerencial, buscou reordenar a atuação do governo federal em direção à produção de bens e serviços para a população (MATOS, 2002). Neste plano, a prioridade governamental foi direcionada a uma política fiscal rigorosa com enfoque aos controles de gastos públicos, perpassando pelo controle dos índices inflacionários a metas de “um dígito” e o regime de flutuação cambial, com o desafio governamental de elevar a poupança e reduzir a taxa de desemprego em 1,5% aos níveis de 1999, que eram de 6% e conseguir reduzir gradativamente as taxas inflacionárias até atingir os índices de 3% no ano de 2003 (BRASIL, 2000).

O próximo Plano Plurianual teve sua exequibilidade entre 2004 a 2007, e foi instituído pela Lei nº 10.933 de 11 de agosto de 2004, estabelecido no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da mensagem do Presidente da República¹⁶ de nº 415, de 28 de agosto de 2003. Evidenciou que o principal intuito do plano estava concentrado em fazer da justiça social, a nova alavanca do desenvolvimento a partir da retomada do crescimento. Além disso, projetou a geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social e mediante à indução do crescimento econômico pelo setor público com a participação da sociedade civil e da iniciativa privada (BRASIL, 2003).

A orientação do plano direciona para a chamada visão estratégica de longo prazo, extrapolando as perspectivas para além dos quatro anos de vigência do plano plurianual para período específico e de médio prazo. O modelo estratégico de planejamento adotado na elaboração do Plano abrangeu uma fase prévia chamada de “planejamento participativo”, no intuito de buscar o envolvimento da sociedade social mediante a realização de fóruns com efetiva participação social nas 27 (vinte e sete) unidades da federação e de torná-la corresponsável às decisões e às políticas públicas a serem incluídas na proposta a ser enviada ao Poder Legislativo.

¹⁶ Primeiro Mandato de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003 a 01/01/2007).

Este plano, apresentou uma divisão entre megaobjetivos que foram distribuídos em três: i) inclusão social e redução das desigualdades sociais que abordou dez categorias de trabalho, envolvendo assuntos como, cidadania, saúde, pobreza, qualidade de vida e desigualdades sociais, entre outros.; ii) crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, com abordagem na geração de trabalho e renda, a formação profissional com acesso à redução de informalidade, fortalecer e consolidar a agricultura, entre outros. E o último megaobjetivo abordou a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, que envolveu a valorização regional com implementação de políticas públicas descentralizadas (BRASIL, 2003).

O sétimo plano, após ao período da nova república, o Plano Plurianual, exequível de 2008 a 2011¹⁷, buscava o desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. Destaca-se que no lançamento deste plano os fundamentos econômicos do país encontravam-se em uma fase de ampliação de investimentos públicos com redução contínua da taxa de juros e controle da inflação. Por fim, as reservas internacionais alcançaram patamar histórico, e consolidaram a estabilidade econômica.

O PPA dos anos 2008 a 2011 apresenta as ações do Governo em três eixos: i) crescimento econômico; ii) agenda social e iii) educação de qualidade. O plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que são referências do setor privado. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é elemento essencial dessa estratégia, assim, entre os investimentos em educação, destaca-se o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a instalação de escolas técnicas em todas as cidades-polo do País (BRASIL, 2007).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) visou estimular o investimento privado e reforçar o movimento crescente de inversões públicas em infraestrutura e buscar promover o desenvolvimento do país. Logo, congregou um grande quantitativo de obras públicas estratégicas, inclusive no estado de Rondônia, com a finalidade de superar os gargalos de crescimento da economia e promover o crescimento econômico e o

¹⁷ Segundo Mandato de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2007 a 01/01/2011).

desenvolvimento do país, com parcerias entre os setores privado e com os governos estaduais e municipais (BRASIL, 2007).

1.4 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Analisando o cenário do desenvolvimento e do comportamento demográfico no Brasil, Singer (1977), pontua que o processo de desenvolvimento ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma os fluxos de migração interna, ainda que tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento. O que importa considerar, porém, é que só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão de obra trazida à cidade pelas migrações.

Assim, Rippel (2005), indica que na relação entre o desenvolvimento e a dinâmica demográfica, diante do crescimento de determinados setores econômicos, uma série de pressões são geradas sobre outros setores. Essas forças incorrem em uma sequência de pressões sociais que, frequentemente, resultam em movimentos migratórios, de modo que, é possível perceber uma relação causal entre o processo de desenvolvimento e o comportamento espacial da população. O autor ressalta ainda que, a migração interna de um país adquire especial significado, uma vez que é um dos fatores que compõem o conjunto maior de transformações que acontecem nas regiões e no país, mediante um determinado modelo de desenvolvimento.

Conforme Singer (1998) existem importantes fatores que orientam as migrações internas - os fatores de mudanças e os fatores de estagnação. O autor entende por fatores de mudanças aqueles que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nas áreas de expulsão, que acarretam a expropriação de camponeses, assalariados e outros agricultores não proprietários. Quanto aos fatores de estagnação, por sua vez, são percebidos mediante a crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização pelos grandes proprietários. Os fatores de mudanças fazem parte do próprio processo de industrialização na medida em que atingem a

agricultura, trazem mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Em suas prerrogativas, identifica os fatores de mudanças quando a região perde população, mas percebe um aumento da produtividade. Por outro lado, os fatores de estagnação são identificados quando ocorre deterioração das condições de vida das comunidades locais e ampla disponibilidade de mão de obra. Dessa forma, uma preocupação fundamental no estudo das populações humanas é com o seu tamanho em determinado momento e com os possíveis fatores que determinam ou afetam esse tamanho, tais como os nascimentos, os óbitos e fenômenos migratórios (SILVA, 2005).

Nessa direção, para Carvalho; Sawyer; Rodrigues (1988), compreendem a demografia como uma ciência que tem por finalidade o estudo de populações humanas, enfocando aspectos tais como sua evolução no tempo, seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e características gerais. Todavia, é importante investigar individualmente cada um desses aspectos e como se relacionam entre si.

Observa-se, contudo, que em países em desenvolvimento como o Brasil, o uso de dados demográficos para o planejamento da vida social e econômica ainda possui baixo grau de utilização por diferentes razões. Por um lado, as técnicas demográficas estão menos desenvolvidas quando o problema diz respeito a pequenas áreas. Além disso, muitas das análises necessárias nessa escala passaram a requerer a utilização de sistemas de informação geográfica (SIG), nem sempre disponíveis localmente, seja porque o município ou Estado não os desenvolveu, seja porque os órgãos estatísticos nacionais não disseminam dados compatíveis com tais sistemas. Assim, para Torres (2005), a pouca familiaridade dos gestores com a informação demográfica provoca o uso de forma não adequada e quando o fazem, a ausência de conhecimento não possibilita aproveitar o potencial de informação existente. Paradoxalmente, constitui-se um momento de explosão na produção de dados e indicadores de categorias diversas, inclusive em escala intraurbana, como o projeto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evidenciou exemplarmente.

O conhecimento e o reconhecimento de dados pertinentes à po-

pulação, no que diz respeito ao seu crescimento, deslocamentos e aglomerações pode interferir positivamente no planejamento das regiões. Tanto que, Adam Smith (1776), visando explicar a riqueza das nações, escreveu que o sinal mais importante de prosperidade de qualquer nação é o crescimento de sua população. Malthus, no séc. XVIII associou o crescimento populacional a um menor crescimento econômico e à pobreza. De acordo com estas perspectivas, acredita-se que as visões diferenciadas sobre o impacto de fatores demográficos no desenvolvimento econômico refletem a complexidade do problema e que existem importantes relações conectando o tamanho e a estrutura de uma população ao desenvolvimento de uma sociedade. Todavia, análises recentes demonstram que estas relações são difíceis de serem percebidas e algumas das mais importantes transformações no nosso padrão demográfico foram desconhecidas e, inclusive, ignoradas pelo poder político e por gestores públicos. Esse fato acarretou consequências sociais diante de decisões incorretas e socialmente incoerentes, gerando novos desafios para as políticas públicas.

Os instrumentos e as metodologias próprias, segundo Martine (2014), oferecem vantagens comparativas da demografia no contexto do século XXI e são resumidas pelo autor em três pontos:

- 1) capacidade de dimensionar os fenômenos sociais de forma mais correta e resumidamente; o autor defende que, a capacidade de medir com maior precisão os fenômenos sociais e de quantificar o que eles representam numa perspectiva mais ampla talvez seja a maior vantagem da disciplina, porque facilita o estabelecimento de ordens de prioridades e a formulação de melhores políticas;
- 2) capacidade para projetar tendências futuras com uma base mais sólida e uma maior possibilidade de acerto; isto é, os processos demográficos são marcados por uma inércia que lhes dá estabilidade e uma previsibilidade maior do que outras tendências políticas, sociais ou econômicas. Nesse processo, partindo da teoria de populações estáveis e trabalhando com variáveis, que não se alteram rapidamente porque elas têm uma inércia, há uma coerência interna e uma previsibilidade relevante. Assim, os instrumentos demográficos constituem a base empírica de qualquer planejamento estratégico para o médio ou longo prazo;
- 3) interdisciplinaridade inerente aos estudos populacionais: as tendências demográficas e sua inércia são intimamente ligadas a quase todas as formas de

comportamento humano; os estudos populacionais têm uma interface com quase todas as outras ciências humanas (MARTINE, 2014, s/p).

Na visão do mesmo autor, a compreensão e a resolução de muitos problemas sociais e econômicos é pouco explorada, sobretudo, limitam-se a oportunidades perdidas por falta de conhecimento e aplicabilidade adequada de políticas públicas no cenário demográfico. Para o autor, a falta de um estudo mais aprofundado de planejamento e políticas públicas remete-se à ausência do Estado na política demográfica. Desse modo, torna-se incentivador do deslocamento de um contingente populacional expressivo, fato identificado pois são dados que abrangem, particularmente, a região que envolve Rondônia.

De acordo com Camarano (2014), no projeto ideológico-político da Nação destacou-se a ocupação do território nacional, a exploração de recursos nacionais e a migração de regiões mais pobres para regiões mais ricas, ou em processo de industrialização vistas como fatores propulsores de crescimento no Brasil. Este crescimento populacional no Brasil pode ser sintetizado em quatro fases históricas. Na primeira fase, que abrange desde o final do século XIX, até aproximadamente 1930, observou-se um incremento populacional significativo como resultado da imigração internacional. Na segunda fase, conforme argumenta Camarano (2014), inicia-se a partir de 1940 até 1970, neste período a redução acelerada de mortalidade tornou-se o fator mais expressivo. Na terceira fase, a característica que se destacou esteve diretamente relacionada à redução dos níveis de fecundidade e natalidade que envolveram o período entre 1970 até a última década do século XX. Com o início do século XXI, ratifica-se a fecundidade brasileira que encerrou o século anterior com níveis abaixo da reposição; no entanto, é prerrogativa da autora apontar que a população brasileira caminha para uma quarta fase, que apresentará o superenvelhecimento da população caracterizada pela diminuição populacional.

Nascimento (2010), considera que é necessária uma atenção especial às questões demográficas no futuro e que novos estudos precisam ser explorados, devido às mudanças no cenário demográfico. De sobre-

maneira, é importante analisar o crescimento, a distribuição e a composição da população que alteram a natureza e a priorização de políticas sociais, enquanto também determinam a demanda por bens e serviços na sociedade. Da mesma forma, é requerida a otimização de recursos financeiros, naturais e ambientais para promover e compartilhar objetivos comuns. Logo, o propósito é trazer ganhos reais para a população e para a organização logística com ações definidas, bem como a organização de políticas públicas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, foram abertos desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, principalmente se considerar a cultura clientelista¹⁸ e localista que ainda vigora na administração pública.

1.4.1 Retrospectiva da migração e a ocupação do território brasileiro a partir de 1970

Na década de 1970, de acordo com Singer (1982), a migração interna assumiu relevância na contribuição do número populacional no mercado de trabalho em áreas urbano-industrial que iniciaram o processo no país. Como por exemplo, na região sudeste, foi o período em que ocorreu a redistribuição da força de trabalho do campo para as atividades produtivas industriais. Ainda para o mesmo autor, as políticas públicas para ocupação do oeste brasileiro contribuíram para a redistribuição espacial da população excedente da região do processo industrial para a áreas de fronteiras relacionadas às regiões norte e centro-oeste.

Assim, o cenário migratório nacional verificado na década de 1970, caracterizou-se por novos aspectos de redistribuição espacial da população. Destaca-se a aceleração do crescimento de São Paulo, decréscimo da migração nas áreas de fronteira, sobretudo o Paraná, maior absorção em décadas anteriores e ocupação incipiente da fronteira amazônica com continuidade do processo de esvaziamento de áreas de ocupação mais antigas como o Nordeste, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRITO, 2009).

¹⁸ Cultura clientelista - termo utilizado que expressa agrupamentos, arranjos pessoais direcionados e redes pessoais, que representam troca de generosidade. Acesso: 13/out/2016. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14137

Autores como Baeninger (1998), e Martine; Camargo (1984), destacam que o quadro da expansão dos sistemas de transporte, a industrialização, o processo de modernização da agricultura e a elevação da produtividade do trabalho nas regiões de fronteira agrícola, atraíram quantidades significativas da população para os centros urbanos. Essa situação representou, portanto, a reordenação de oportunidades econômicas e sociais, porém a concentração espacial só fez ampliar os desequilíbrios tanto regionais quanto sociais, fator que deu impulso às migrações internas, especialmente a população rural que deixa o campo e vai para as cidades (CANO, 1985).

Na década de 1980, de acordo com Martine (1994), Pacheco; Patarra (1998); e Martine, Neiva, Macedo (1984), foi um período caracterizado por importantes transformações econômicas, políticas e demográficas apresentando alterações significativas em relação ao uso do espaço nacional. Evidenciou-se, nesse contexto, um baixo desempenho econômico que se somou a um longo período em que a economia ficou estagnada, levando ao empobrecimento da população.

Embora se tenha lançado mão de diversas políticas econômicas como instrumento de enfrentamento do quadro recessivo, mostraram-se pouco eficazes. Nesse período, o comportamento da economia se refletiu na distribuição espacial da população e os anos de 1980 representaram um período de grandes alterações demográficas, isto porque, segundo enfatiza Martine (1994); Martine; Neiva; Macedo (1984); Pacheco; Patarra (1998), em momentos de crises desta envergadura há a tendência das pessoas de realizarem deslocamentos para locais mais próximos que tenham amigos ou parentes para recebê-los. Para Martine (1994), aconteceu uma redução do ritmo de crescimento ao longo de todas as grandes regiões brasileiras, aponta como principais fatores desse cenário o desequilíbrio econômico e o aprofundamento da queda da fecundidade durante a década de 1980. Mesmo as duas regiões que mais cresceram, a saber - o norte e o centro-oeste - apresentaram reduções significativas em sua taxa de crescimento populacional quando comparada ao decênio anterior.

Entretanto, entre as demais regiões, apenas o Nordeste apresentou uma taxa de crescimento relativamente alta decorrente da combinação da elevação na fecundidade e do enfraquecimento do seu fluxo migratório. No que se refere ao sul e ao sudeste do país, o ritmo de crescimento seguiu

uma tendência bastante lenta. Ao considerar uma amplitude desagregada, observaram-se diferenças intrarregionais muito significativas para o crescimento populacional, tanto que, algumas áreas do país foram marcadas por um crescimento modesto, ou até negativo, durante a década de 1980. Algumas regiões de ocupações mais antigas se destacaram nesse crescimento negativo, porém, o mais afetado por esse processo é, sem dúvida, o estado do Paraná. Esse fato influenciou diretamente a dinâmica migratória nas regiões centro-oeste e norte do país (MARTINE, 1994).

Cunha e Baeninger (2005), relataram alterações no cenário migratório nacional iniciadas a partir dos anos de 1990. As modificações foram evidenciadas por distintas modalidades de movimentos migratórios, como por exemplo, houve uma emigração mais intensa do Nordeste. Também por haver alterações no intercâmbio demográfico entre metrópole-interior caracterizadas pela intensificação do movimento de circularidade, em particular em grandes metrópoles, a exemplo de São Paulo e, em menor magnitude, no Rio de Janeiro. Ainda neste período, para Pacheco e Patarra (1998), observou-se um incremento da migração de retorno para áreas historicamente emissoras de população. Logo, a população que não foi absorvida naquelas áreas com maior potencial de geração de emprego, permaneceu à margem do sistema econômico, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Por conseguinte, mudanças significativas também ocorreram em outros estados, como pode-se citar, o Paraná, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal que passaram a concentrar a população em aglomerações maiores em decorrência de avanços nas cidades consideradas polos industriais. Outra particularidade do período foi a inversão na tendência de estabilização da emigração no nordeste brasileiro, para Cunha e Baeninger (2005), estados como Bahia, Ceará e Pernambuco reduziram o poder de absorção de suas regiões metropolitanas, acompanhados do fortalecimento da migração intrarregional e intraestadual. Em continuidade ao assunto migração e também com os objetivos específicos do trabalho, a seguir, no próximo capítulo aborda-se especificamente a discussão referente a migração do estado de Rondônia.

2.

O DESENVOLVIMENTO E AS MIGRAÇÕES NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O presente capítulo é composto de duas seções, sendo assim, na primeira, estão expostas as interpretações de teóricos que tratam da temática acerca do desenvolvimento. Neste segmento estão fundamentadas análises de diversos pontos de vista em bases teóricas acerca do crescimento e do desenvolvimento regional que representa o desenvolvimento econômico.

Na segunda seção, há a abordagem dos estudos teóricos da nova geografia econômica, para tanto, expõe seus aspectos com referência aos estudos de economistas contemporâneos. A interrelação dos fundamentos para o desenvolvimento regional é apresentada como um instrumento capaz de lidar com as histórias locais que caracterizam as novas estruturas espaciais, neste contexto inclui-se o espaço geográfico de Rondônia. Para tanto, a exposição dessa segunda seção está subdividida em duas partes, na primeira, apresenta-se a abordagem do modelo centro-periferia e para por fim, encerrar o capítulo discute-se a abordagem da teoria da localização, com o propósito de compreender as economias regionais.

2.1 A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL: BASE DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO

Furtado (2000), estabelece que o crescimento econômico pode ser interpretado com referência ao progresso técnico que se refere ao conjunto de transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte, à reprodução do sistema capitalista. Na concepção de Furtado (2000), a medida em que ocorria a evolução da teoria, que se soma ao advento das doutrinas neoclássicas e utilitaristas, é possível verificar que o estudo da ciência econômica foi direcionado para a discussão sobre a geração de riqueza e sobre o modo de acumulação capitalista, sobretudo, da racionalidade dos agentes.

Contudo, há que se considerar que os mecanismos de distribuição de renda e as funções de produção marginalistas¹⁹ foram insuficientes

¹⁹ Os principais representantes e suas respectivas obras da produção marginalista são: Joseph

para captar as transformações estruturais, pois deixaram de considerar a totalidade das complexas interações entre as estruturas sociais que ocorrem subjacentes ao sistema econômico. Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico tratam de fenômenos multifacetados e correlacionados de forma linear, a tal ponto que, podem ser confundidos (SINGER, 1976), essa mesma visão é corroborada por Schumpeter (1997).

Kuznets (1983) afirma que, o crescimento é uma relação de interdependência regional, justo porque as regiões são inter-relacionadas. Nesse sentido, Furtado (2000), destaca que o crescimento não ocorre de forma homogênea entre as regiões, comumente representa um processo desequilibrado de geração e distribuição de riquezas. Quando não planejado e articulado, tende a perenizar ou até mesmo a acentuar as desigualdades existentes.

Para Singer (1976), existem algumas diferenciações fundamentais entre crescimento e desenvolvimento. O autor considera que a mudança estrutural é uma condição do desenvolvimento, verificada pela transferência de atividades manufatureiras e de serviços do campo para a cidade, em que consiste o fenômeno indutor do crescimento. De acordo com as afirmativas, o processo de variação estrutural se torna eixo do desenvolvimento pela modificação das relações entre os setores da economia derivados da divisão social do trabalho.

Prebisch traz à luz esse tema, destacando a América Latina (1964). Interpreta que o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de transformação estrutural e o maior objetivo está em superar o atraso histórico pelo qual passam os países subdesenvolvidos quando comparados às nações desenvolvidas. Pode-se afirmar que os males que afetam a economia latino-americana são expressões da crise da ordem de fatores existentes e da escassa aptidão do sistema econômico, que possui falhas estruturais as quais não se soube corrigir para atingir um padrão de desenvolvimento que se interrelacionasse ao crescimento da população e às suas exigências de melhoramento.

Mediante o panorama exposto, Singer (1976), argumenta que o

Schumpeter (1911) A Teoria do Desenvolvimento Econômico; Rosenstein-Rodan (1943) Problema de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental; Arthur Lewis (1954) Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra; Ragnar Nurske (1957) Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos; Walt W. Rostow (1962) Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista.

desenvolvimento não diz respeito somente à questão temporal, mas comporta também um sentido histórico, que se desenrola em ciclos e aponta mudanças qualitativas de recursos. Ao apresentar essa argumentação, o autor explicita que a produção cresce não porque há um uso intensivo dos recursos, mas porque seu uso é qualitativamente diferente. A exposição de Singer (1976), inscrita nesta pesquisa, é referenciada como instrumental analítico e almeja apresentar as particularidades em buscar o processo de crescimento econômico da região estudada.

Corroborando à ideia, Singer (1976), estabelece a relação entre o desenvolvimento econômico e a dinâmica populacional. Ressalta, portanto, que o tamanho, a estrutura e o crescimento da população atuam como fatores determinantes da disponibilidade de mão de obra. Assim, ao mesmo tempo em que influenciam o nível de consumo da sociedade, consistem em uma relação recíproca de oferta e demanda.

Todavia, o desenvolvimento econômico se constitui de uma rápida mudança institucional tecnológica. Diante disso, a consequente transformação institucional implícita ao desenvolvimento leva a economia a uma divisão social do trabalho inteiramente nova. Por essa razão, torna possível a adoção de técnicas industriais modernas favorecidas pelo crescimento da população aliado à migração que eleva a demanda de força de trabalho.

2.1.1 Teoria dos polos de crescimento de François Perroux

François Perroux desenvolveu na década de 1950 o conceito matemático de espaço abstrato. A intenção estava em analisar as interrelações econômicas existentes nos espaços econômicos. Contudo, é preciso considerar que as determinações dos espaços econômicos são complexas, uma vez que a empresa como unidade de produção, apropria-se de um espaço em que estabelecem seus meios materiais e pessoais; ou seja, trata do seu local de funcionamento e proporciona a elaboração de três espaços econômicos:

- i) a empresa abrange um espaço definido no conjunto das inter-relações estabelecidas com seus fornecedores de matérias-primas, de mão de obra, de capital, aqueles ligados ao processo de *in-put* e com seus compradores, os intermediários e os consumidores finais,

ligados ao processo de *out-put*. Este processo é mutável e instável no tempo e no espaço; ii) a empresa abrange um espaço determinado, constituído por forças atrativas denominadas centrífugas e de forças expulsivas denominadas centrípetas; iii) num terceiro momento, a empresa abrange um espaço determinado homogêneo nas inter-relações entre as unidades e sua estrutura (PERROUX, 1967, p.158).

Assim, indiferente do espaço geográfico, as empresas se identificam nas inter-relações do espaço econômico, que para Perroux (1982), é definido como um espaço polarizado. Em outras palavras, há um campo de forças e de relações interfuncionais econômicas entre elementos econômicos. Na concepção de espaço econômico, Perroux (1967), investiga o segmento de crescimento, que em seu entendimento é desigual, por isso, manifesta-se com intensidades e em pontos variáveis da economia. Para o autor, estes pontos são denominados polos de crescimento e se relacionam com o crescimento diferenciado das diversas indústrias no decorrer do tempo.

Portanto, para Perroux (1967), o crescimento ou surgimento de uma nova indústria ou de aglomerados industriais, propagam efeitos na economia por intermédio de preços. Diante dessa perspectiva, a análise modal do crescimento considera o desempenho da indústria motriz e analisa as influências específicas que exercem sobre outras indústrias e, conseqüentemente, sobre a economia envolvida. Destarte, as empresas estão interligadas pelo preço e pela tecnologia e evidenciam a importância das inter-relações industriais, se configurarem nas economias externas.

Entretanto, para Perroux (1962), o crescimento se revela em diversas localidades ao mesmo tempo. Com isso, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento com intensidade e efeitos oscilantes distintos para o conjunto da economia. Ainda nessa concepção, o mesmo autor destaca que o polo de crescimento atua como um fator de atração de fatores de produção e insumos e concentra em sua área pessoas e atividades e, nesse contexto, ocorre uma ampliação de efeitos. Diante desses fatores, o local passa a alastrar renda, emprego e inovações em toda a área em que exerce influência.

Para Perroux (1967), o crescimento se transmite por meio de múltiplos fatores inter-relacionados ao processo econômico, os quais

distinguem o polo de crescimento ativo do polo de desenvolvimento, que só geraria a ampliação da indústria por meio de condições específicas. Assim sendo, de acordo com as argumentações de Perroux (1982), os polos influenciam e induzem outros espaços. Essa dominação se concretiza pela inferência da unidade motriz²⁰ mesmo quando a exploração de sua matéria-prima está situada distante geograficamente do mercado de bens e serviço localizado em outras regiões

Segundo Rippel; Lima (2009), são três os fundamentos básicos da teoria de Perroux:

- a) O crescimento é localizado, isto é, não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo;
- b) O crescimento é forçosamente desequilibrado; e
- c) A interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do conhecimento (RIPPEL; LIMA, 2009, p. 138).

E referente aos efeitos relacionados ao custo de transporte que se torna um componente relevante da composição do custo do produto. O sentido está em ampliar a eficácia da estrutura logística de transporte para atender à indústria motriz e ser um instrumento de desenvolvimento além da circulação de produtos do mercado de serviços e capitais. Nesse sentido, Perroux (1982), sustenta que, a região polo tem um maior engajamento coletivo, por conseguinte, pode-se entender que a polarização é um instrumento de interrelação social, ou seja, que torna a população mais produtiva e, sobretudo, estimula as empresas a serem mais inovadoras.

Na afirmação de Müller (1986), a teoria dos polos de crescimento²¹ surgiu como uma tentativa de resposta aos problemas criados pelos desequilíbrios causados pelo modelo de expansão capitalista. Esse modelo é inerente à concentração, em decorrência do aumento dos processos de industrialização e urbanização, assim, esse pressuposto corrobora às afirmativas expostas acima em entendimento neste estudo.

Conforme Perroux (1955), cabe ao Estado o papel de atuar como

²⁰ Para Perroux (1982), a unidade motriz pode ser uma unidade simples ou complexa composta por empresas ou indústrias, ou uma combinação delas que exercem um efeito de atração e economicamente ocorreria uma dominação sobre as demais unidades a ela relacionada. Sua atuação num espaço socioeconômico gera efeitos positivos.

²¹ A Teoria dos Polos de Crescimento faz parte de um ramo específico da economia denominado Economia Regional e Urbana e possui relevante significado no arcabouço teórico atual das Ciências Econômicas.

fator de estímulo diante da estagnação ou do baixo dinamismo da indústria-motriz. Por isso, a política pública é necessária sob uma perspectiva de desenvolvimento técnico, humano para contribuir em regiões ricas ou pobres. O desenvolvimento é a conjunção das variações sociais da população, que viabiliza o aumento cumulativo fundamentado na implantação e na consolidação dos complexos industriais e, no seu processo de crescimento, que irradia uma propulsão à economia regional.

As referidas indústrias, através das fortes concentrações de capitais, da decomposição dos fatores de produção, da atratividade de mão de obra, da localização, entre outros fatores, comandam o desenvolvimento de determinado espaço econômico. Tais indústrias são denominadas por Perroux (1967), como motrizes e não se limitam somente a uma única empresa, sendo capaz, na verdade, haver uma corporação delas.

Na inter-relação da base teórica utilizada de Perroux com a área estudada, destaca-se em primeiro momento o papel do Estado como direcionador e ordenador de investimentos financeiros, para a região no período analisado. O Estado esteve sempre presente através de diversos investimentos e tornou o responsável como fator de estimular a política de ocupação da região, como os programas de assentamentos de famílias e nas contribuições de profissionais técnicos que orientassem o início das atividades dos novos migrantes produtores.

O Estado também, em um segundo momento, foi o responsável em atrair investimentos privados para a região, pois sabendo da deficiência de capital na região, possibilitou créditos através da SUDAM²² e do FNO²³. Além disso, os espaços definidos por Perroux em sua teoria de polarização, foram identificados na realização da política de construção e pavimentação da BR-364, que proporcionou a alguns municípios se tornarem mais atrativos a pessoas e referencial de estabelecimentos comerciais na região, proporcionando crescimento em diversos municípios simultaneamente. Caso específicos dos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena.

Pode-se destacar ainda que a teoria da polarização possui ligação com outras teorias do desenvolvimento regional. Algumas ideias que já haviam sido desenvolvidas nessa teoria, foram continuadas devido à sua

²² SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

²³ FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

importância para a compreensão dos fenômenos do desenvolvimento regional. Tais conceitos, que são encontrados na teoria da polarização, consubstanciam-se em maior ou menor intensidade na teoria da base de exportação, teoria da base econômica e teoria dos lugares centrais, na teoria do desenvolvimento desequilibrado e também na teoria do processo de causação circular cumulativa.

2.1.2 Teoria do processo de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal

Myrdal (1960), em suas afirmativas dizia que, com o propósito de contribuir para a teoria econômica, discutia a realidade para explicar pela igualdade de oportunidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com abordagens nas relações econômicas internacionais determinadas pelo monopólio estatal. O autor acreditava que o princípio da causação circular e acumulativa se aplicava para explicar as tendências e admitir a nítida discussão da economia mundial em dois mercados paralelos. Para Myrdal (1960), a rápida multiplicação dos ensaios relacionados às problemáticas cotidianas dos países subdesenvolvidos refletiam a necessidade de uma mudança política internacional. Com isso, a complexa problemática e desafiadora situação dos países subdesenvolvidos resulta em desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. O autor também afirma que as desigualdades econômicas correspondem às diferenças entre elevados níveis de renda per capita dos países altamente desenvolvidos, nos quais se evidenciavam sinais de perpetuação do desenvolvimento econômico em continuidade.

Ainda de acordo com Myrdal (1957), nos países subdesenvolvidos onde se identificam rendas muito baixas e a ausência de investimentos com o aumento natural da população geralmente mais rápido, houve como consequência a estagnação. A renda média nestes países retrocedeu ao invés de melhorar com o passar dos anos e, logo, houve o aumento da distância entre estes grupos. O autor atribui como fator básico da problemática das desigualdades o sistema econômico mundial como se fosse alternativa desejável pelos países ricos. Assim, eles se tornariam cada vez mais ricos e, para o autor, a distinção entre os fatos deve-se buscar entender os fatores relevantes e irrelevantes e isso se aplica às desigualdades

regionais dentro dos países.

A interrelação causal e circular entre os fatores envolvidos no processo de desenvolvimento pode gerar conclusões gerais. A propósito disso, quanto mais se conhece a maneira pela qual os diferentes fatos se interrelacionam e os respectivos efeitos que a mudança primária de cada fator provocará, mais será possível estabelecer os meios de obter os melhores resultados. Para o autor, esta teoria tem como propósito ensejar efeitos finais cumulativamente ampliados e aplicados aos fatores relevantes. Portanto, as definições de conceitos políticos baseados em premissas de valores devem formular termos dinâmicos de causação circular de desenvolvimento acumulativo (MYRDAL, 1960).

Na explicação de Myrdal (1960), quanto à interdependência circular no processo de causação acumulativa reage como efeito imediato dessa mudança. Os fatores exógenos provocam a diminuição da demanda, que por sua vez reduzirá as rendas e, conseqüente, causará desemprego em outros setores da comunidade. Dessa forma, desencadeia-se um processo de causação circular com efeitos que se acumulam e são denominados de círculo vicioso, os quais causam novas mudanças que se tornarão ainda mais sucessivas. Todavia, na visão do autor, o processo acumulativo também funciona para situações favoráveis, por exemplo, o estabelecimento de um novo negócio ou quando da ampliação de um existente, expande o mercado e provoca o aumento da demanda e da renda.

Com relação à visão de Myrdal (1957), quanto ao jogo de forças do mercado, se perpetuará a desigualdade. No caso típico de Rondônia e na aplicabilidade desta teoria, as regiões começam a obter vantagens competitivas, por conseguinte, o poder de atração ocorrerá normalmente com êxito. No intercâmbio entre regiões econômicas, muitas vezes distintas, as forças políticas intervencionistas tendem a proporcionar o fortalecimento da região e, por fim, mantém o crescimento contínuo às expensas de outras regiões. Com relação ao movimento de capital e comércio denominado de efeitos regressivos, para o autor, os movimentos de mão de obra e de bens e serviços não impedem a tendência da desigualdade regional. As localidades e regiões onde a atividade econômica está se expandindo atrairão imigração em massa de outras partes do país.

2.1.3 Teoria do desenvolvimento desequilibrado de Albert Otto Hirschman

Para compreender o processo de desenvolvimento regional, referencia-se a teoria de Albert Otto Hirschman, a qual apregoa que o desenvolvimento econômico em uma região ou país, pode ser disseminado em diferentes níveis de crescimento. Para o autor, as teorias de crescimento econômico elaboradas são úteis na análise de problemas específicos, porém não foram capazes de explicar as várias correlações deste processo, dinâmico, retratado como ciclos viciosos de complexidade singular. Nesse sentido, Hirschman (1961), fundamenta um estudo na dinâmica do desenvolvimento econômico afirmando que a concentração espacial inicial relevante e que a inexistência de homogeneidade entre regiões é uma constante. Com isso, as diretrizes do planejamento a ser aplicado devem consistir em estratégias sequenciais com utilização de recursos, conduzindo a formação de capital em outras atividades de acordo com a capacidade local.

A construção da sua obra parte da reinterpretação de uma série de questões sobre o desenvolvimento. Para Hirschman (1958), os investimentos concentrados durante determinado período, devem auxiliar a consolidação do crescimento econômico. O desenvolvimento de uma localidade atua com pressões e tensões a outras localidades, por essa razão, o autor aponta que surgirão dois efeitos: gotejamento, *trickling-down* e efeitos de polarização, *polarization effects*. O autor divide um país em duas regiões para explicar como estes efeitos funcionam: Norte, desenvolvida e, Sul, subdesenvolvida. Porém, a visão positivista do autor sobre este processo define os *trickling-down effects* como sendo em quantidades superiores aos *polarization effects*, isto permitirá ao Sul crescer a partir da expansão do Norte. Outro fator apresentado assegura que a ação dos *policy makers* ou decisores políticos, traz resultados otimistas e consegue contrabalançar os efeitos da polarização.

Hirschman (1961), desafia e ampara o desenvolvimento no capital como causas próximas do desenvolvimento econômico, a capacidade de organizar e direcionar o aperfeiçoamento técnico e os investimentos nos agentes de produção. De acordo com Hirschman (1961), nos países

subdesenvolvidos, a dinâmica depende de medidas mais diretivas organizacionais políticas. Isso é identificado pelo autor na imagem de mudança centrada no grupo e na imagem de mudança centrada no ego²⁴, que em seu posicionamento são barreiras ao desenvolvimento nestes países. A mudança econômica afeta igualmente todos os membros do grupo a que pertencem e leva à dispersão dos fundos governamentais nas localidades, dificultando melhorias. No outro caso, o progresso econômico ocorre a partir da mudança do indivíduo como fator que diminui a cooperação e a capacidade empreendedora. A dificuldade não é a escassez de recursos, mas a incapacidade de administrá-los eficientemente.

Partindo dessa reflexão, Hirschman (1961), considera que a intervenção pelos governos em investimentos de recursos nos países subdesenvolvidos, com o objetivo de ampliar as oportunidades, deve acontecer partindo sempre do reconhecimento dos pontos que possam assegurar o crescimento pleno das regiões. Para tanto, Hirschman (1961) e Dal Pai (2016), indicam ainda que é necessário que as regiões adotem um planejamento condizente com a realidade para que, de fato, superem o subdesenvolvimento.

Ainda nesta direção, destaca Perroux (1967), que ao analisar a transmissão do desenvolvimento entre as regiões e países, observa que o progresso econômico não se manifesta simultaneamente entre as regiões. Apresenta, nesse sentido, uma tendência de concentração em volta dos pontos originários, ou seja, é possível observar que parte da renda gerada nas regiões mais desenvolvidas, é repassada para as regiões que apresentam menos dinâmicas por meio do mecanismo denominado gotejamento.

Hirschman (1958), aponta que o processo de desenvolvimento regional provoca um comportamento tendencioso que aumenta as desigualdades. Hirschman (1983), aborda o conceito de “*linkage*”²⁵, que alcançou notável reconhecimento analítico na linguagem do desenvolvimento econômico regional para relacionar os investimentos com os efeitos de encadeamentos. Para o autor, o conceito de *linkage* se destaca, inicialmente na aplicabilidade para melhor compreender o processo na industrialização e,

²⁴ Termo original no inglês: ego the group-focused image of change e the ego-focused image of change.

²⁵ Termos desenvolvidos pelo autor Hirschman (1958): *backward linkages effects*-efeitos de ligação para trás (fornecedores e matérias-primas) e *forward linkages effects*-efeitos de ligação para frente (intermediários e consumidores).

depois, passou a ser utilizado em modelos econômicos nos países em desenvolvimento. O propósito está em uma avaliação detalhada na exportação de produtos primários e seus reflexos em novas atividades econômicas.

Na interpretação de Bianchi (2007), os encadeamentos para trás correspondem a estímulos ao fornecerem insumos de uma atividade não específica, enquanto os encadeamentos para frente, induzem o estabelecimento a atividades prospectivas na utilização do produto. Com isso, a fonte de desenvolvimento seria direcionada por atividades com alto potencial de gerar encadeamentos para trás para proporcionar aumento nos lucros para as indústrias fornecedoras conforme a demanda de seus produtos aumentasse. Em consequência aos encadeamentos para frente, seriam cometidos de reduções de custos que levariam a um aumento dos lucros alcançáveis por seus usuários potenciais.

Desse modo, em um cenário de desenvolvimento desequilibrado é necessário escolher setores específicos para induzir novos investimentos e maximizar os efeitos de encadeamentos. Para Hirschman (1961), o caminho eficiente em direção ao desenvolvimento econômico, é buscar soluções para os gargalos existentes e em habilidades insuficientes, serviços e produtos. Todavia, conforme afirma o autor, os obstáculos ao desenvolvimento decorrentes da insuficiência de serviços públicos e da infraestrutura logística, entre outros, acentuam-se após iniciado o processo. Especialmente na América Latina, os países demonstram dificuldades em manter a regularidade do crescimento que se desenvolve em lugares distintos e em tempo diferente e, por consequência, surgirão tensões naturais entre setores tradicionais e modernos da economia. Por essa razão, justifica-se a importância de uma estratégia de desenvolvimento governamental e sua intervenção em atividades.

Concluindo seu trabalho, Hirschman (1961), estabelece que é importante a participação do governo e o investimento do capital estrangeiro para compensar as deficiências tanto econômica quanto social ligadas à infraestrutura. Essa condição é necessária para impulsionar a atividade produtiva relacionada aos serviços públicos, infraestrutura logística, legislação e para elaborar uma estratégia de desenvolvimento com prioridades em áreas fundamentais. Com relação ao capital externo, o autor expõe que como forma de equilíbrio, compete ao governo a

capacidade de agir e permitir a continuidade do processo de crescimento sob a análise e o acompanhamento direcionado por um plano ou planejamento ligado à concorrência externa. Estes fatores contribuirão para administrar os desequilíbrios do balanço de pagamentos existentes.

No caso de Rondônia, os gargalos existentes estão relacionados ao custo de transporte, frente a localização da produção em relação à distância do mercado consumidor. Nesse sentido, as indicações da aplicabilidade teórica de Hirschman são utilizáveis e viáveis, principalmente relacionadas ao estabelecimento de estratégias, sendo, portanto, necessário o planejamento e a superação dos gargalos para suprir a carência de habilidades. Por conseguinte, cabe ao governo o papel, de forma ativa e contributiva no processo de desenvolvimento, desenvolver a infraestrutura em níveis satisfatórios para impulsionar a atividade produtiva. Como alternativa da interferência da política governamental, pode-se apontar a expansão da fronteira agrícola e sua comercialização através da exportação, que é uma das soluções aos gargalos encontrados para alcançar o desenvolvimento e, sobretudo, também apontada na teoria da base de exportação de Douglass North.

2.1.4 Teoria da base de exportação de Douglass North

Douglas North quando apresentou as bases para desenvolver e criar teorias relacionadas ao assunto das instituições no contexto da teoria econômica, contribuiu com uma nova propositura na história da economia. North (1977a), em seu posicionamento retrata que as instituições foram criadas com o propósito de ordenarem e, em contrapartida, reduzir as incertezas e os riscos, os quais, implicam na redução dos custos de transação²⁶, elemento de eficiência na concorrência entre as empresas.

Para Douglas North (1977), a organização econômica ocorre inter-relacionada à produção agrícola eficiente direcionada para o setor exportador da região e induz o processo de desenvolvimento urbano-industrial. O autor confronta a teoria do crescimento econômico e a teoria

²⁶ Custos de transação envolvem: **a)** elaboração e negociação dos contratos; **b)** mensuração e fiscalização de direitos de propriedade; **c)** monitoramento do desempenho; **d)** organização da atividade (CHEUNG, 1990).

da localização no sentido em que ambas analisam o desenvolvimento como uma sequência de estágios²⁷. Para ele, tais estágios não se sustentam diante do pragmatismo histórico e são pouco praticáveis devido à ênfase dada à industrialização; do mesmo modo que uma teoria do crescimento econômico deveria analisar os fatores que viabilizam ou entram o desenvolvimento da região.

North (1971), afirma que se as instituições evoluem, conectando o decorrido, o atual e o por vir de sua história institucional no desempenho histórico-econômico, e pode ser compreendida conforme uma história contínua. Portanto, a questão central está na evolução das instituições políticas e econômicas para que possam gerar um ambiente econômico que induz ao aumento da produtividade. Segundo o teórico, o conceito fundamental sobre o qual sustenta sua teoria é designado como base de exportação, que se refere à coletividade de produtos exportáveis de uma região.

Assim, segundo North (1977), a base de exportação também interferiu consideravelmente na indústria subsidiária, no arranjo populacional, no parâmetro de urbanização e na categorizada divisão de trabalho. Ademais, também influenciou em atuações sociais e políticas da localidade e sua sensibilidade a flutuações das remunerações e da empregabilidade. Para North (1971), a base de exportação é um instrumental da taxa de crescimento na análise das regiões, bem porque os fatores locais²⁸ possibilitam os produtos primários, secundários e terciários que vierem a obter desenvolvimento.

²⁷ O primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões é uma fase de economia de subsistência, autossuficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população, a agrícola, localiza-se de acordo apenas com a distribuição dos recursos naturais. O segundo estágio acontece à medida em que melhorias ocorrem nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local. Surge uma segunda camada da população que começa a gerir modestas indústrias locais para os agricultores. O terceiro estágio acontece com o aumento do comércio inter-regional, a região tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas, que vão da pecuária de extensiva à produção de laticínios e à horticultura. O quarto estágio, por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extensivas, a região é forçada a se industrializar. E no quinto e último estágio do desenvolvimento regional, quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação. Nesse estágio, a região exporta capital, mão de obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas (NORTH, 1977).

²⁸ Fatores locais da indústria: referem-se às vantagens competitivas que as empresas veem em um determinado local que atraem seus respectivos investimentos (SCHERMERHON, 2007).

Ainda segundo North (1977), quando há a limitação na produção, ficando esta presa a um único produto, a região não vê crescer os setores que são correlatos ao produto. Assim, reflete diretamente num grau de especialização que não permite a inserção de significativa parcela de população no mercado em questão. Nesta perspectiva, entende como fundamental, compreender que a dotação natural determina os bens iniciais que irão compor a base de exportação local.

Por outro lado, se as perspectivas de produção forem extensas de modo que as taxas de retorno entre os bens não divirjam do produto preliminarmente exportado, a relevância será a diversificação da pauta produtiva local. No que se refere às características do produto de exportação, o autor analisa que a natureza tecnológica da função de produção influencia diretamente o crescimento da região. Destaca também que as atividades agrícolas de cunho amplo com produção acentuada do trabalho e rendimentos crescentes de escala tendem a ampliar a concentração de renda e não incentivam o desenvolvimento de outros setores domésticos (NORTH, 1977).

North (1977), destaca que os bens e serviços exportados exigem significativo aporte de investimentos em transporte, estruturas de armazenamento e portos. Isso porque, segundo o autor, a indústria de exportação induz o crescimento de indústrias subsidiárias e incentiva a busca por tecnologias que tragam viabilidade econômica aos custos de transporte, permitindo ainda a produção interna em detrimento das importações, induzindo ao maior desenvolvimento.

Na lógica demonstrada pelo autor, os bens e serviços demandados aumentariam a partir da urbanização e da elevação e desenvolvimento da especialização de outras atividades. Com relação a mudança tecnológica dispensada na direção de promover o aumento das taxas de retorno da produção e busca de novos recursos, ele também os considera essenciais. No que se refere aos transportes, a redução dos custos amplia as vantagens em comparação ao produto de exportação; porém, o autor alerta que em regiões novas pode acontecer que os transportes se deem de forma unidirecional com frete de retorno e com valores mais baixos (NORTH, 1977a; 1977).

Para North (1977), é importante produzir, mas a destinação que se dá à renda que a produção gera é um fator decisivo no crescimento da

região, visto que se a renda for direcionada para fora na compra de produtos e bens, deixará de produzir o “efeito multiplicador-acelerador” internamente. Para ele, o comércio de exportação agrícola quando bem-sucedido, induz à urbanização, aperfeiçoando o mercado de maneira a conduzir a eficiência dos recursos. North (1977), destaca ainda que o processo de desenvolvimento econômico resulta da capacidade de integração por meio de exportações regionais.

Evidencia-se que, portanto, há relevância de alguns dos fatores apontados na teoria da base de exportação como instrumentos de crescimento econômico, indiferente de sua localização do espaço produtivo, caso típico de Rondônia. A região buscou alternativas para se tornar competitiva através de utilização de mudanças tecnológicas como maquinários e implementos agrícolas aplicados na produção intensiva de grãos de soja.

A região buscou uma alternativa viável decorrente do ciclo econômico agrícola e passou a direcionar o processo produtivo para a exportação, como viabilidade econômica para o estado. Em decorrência do êxito alcançado no processo produtivo, investimentos no porto graneleiro foram realizados com o propósito de conseguir atender a demanda que surgiu e reduzir o valor do custo de transporte para incluir a rota da região como uma alternativa viável para o escoamento da produção até outros países de continentes como o europeu e o asiático. Essa concepção é corroborada por North (1977), que considera a busca da transformação estrutural através da especialização da produção para conseguir a comercialização de produtos relacionados a atividades primárias de cunho extensivo com produção intensiva, novamente típico de Rondônia.

Destaca-se, portanto, que o crescimento no processo produtivo foi conquistado com a utilização e a valorização dos recursos potenciais naturais existentes. No período envolvido na pesquisa, identificou-se o “efeito multiplicador-acelerador” internamente em Rondônia, com a emancipação de novos municípios que incentivaram deslocamentos populacionais para a região, essa condição possibilitou um desenvolvimento do processo de transformação industrial como estado exportador de carne desossada congelada. Dessa forma, complementa-se esta informação com

a abordagem que trata das estruturas regionais na perspectiva da localização geográfica e das aglomerações urbanas e industriais. Por essa razão, apresentam-se como atrativos a novos investimentos para a região com a aplicabilidade de teoria da Nova Geografia Econômica.

2.1.5 A Nova Geografia Econômica

A expressão nova geografia econômica se refere a uma mudança qualitativa no estudo teórico de aglomerações a qual considera os estudos de economistas contemporâneos, que fundamentaram o chamado desenvolvimento local. A teoria da espacialidade a partir de abordagens dos autores Paul Krugmann (2002), Masahisa Fujita (2002), e Focchezatto (2010), que estão entre os mais destacados autores da Teoria (NGE) correlacionados à economia regional e urbana²⁹.

De sobremaneira, a utilização dessa teoria nesta pesquisa é para demonstrar que as aglomerações urbanas e industriais apresentam vantagens que atraem novos investimentos empresariais. A base industrial instalada provoca em uma determinada região uma interrelação entre novos bens e serviços que são demandados pelo mercado consumidor. Além disso, para Ruiz (2003), torna-se um atrativo para retornos econômicos crescentes e mão de obra qualificada para a região. Entretanto, desde o início dos anos de 1990, a NGE teoricamente estuda as estruturas regionais e urbanas com atenção às aglomerações.

Portanto, a questão central está na aglomeração das atividades econômicas em espaços como resultado de um equilíbrio de forças contrárias³⁰. Para Fujita e Thisse (2000), aglomeração econômica é estar vinculado a fenômenos diversos observados no mundo real; como o surgimento de *clusters* industriais³¹. Porém, uma questão relevante para a economia regional é a divergência entre regiões quando se refere ao

²⁹ Na economia urbana, os textos referência para essa crítica são: Von Thünen (1826), Alonso (1964), e Henderson (1974; 1988). Na economia regional, os mais importantes são a teoria do lugar-central (Christaller, 1933, e Lösch, 1940), a teoria da base exportadora de North (1977), e o mercado potencial de Harris (1954).

³⁰ As forças contrárias abordadas se referem às forças centrípetas, que tendem a favorecer a aglomeração econômica e as forças centrífugas, que favorecem a dispersão.

³¹ *Clusters* industriais: trata de uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem na mesma região. Tornando-se mais eficientes por colaborarem entre si (PORTER, 1998).

desenvolvimento econômico.

Diante do exposto, este assunto será abordado em duas partes, de maneira que, na primeira apresenta-se, inicialmente, a base teórica na abordagem centro-periferia. Em um segundo momento, destacam-se aqueles que são elementos centrais existente na literatura em referência ao ambiente geográfico estudado e, após isso, na última parte, são abordados aspectos teóricos referentes à teoria da localização, na visão propositiva de Krugmann (2002), para compreensão das economias regionais.

No ápice entre países desenvolvidos *versus* países subdesenvolvidos, na década de 1960, foi instituída a abordagem analítica centro-periferia. O objetivo é expor as circunstâncias entre os países na medida em que existia uma formação de atividades economicamente desiguais e, totalmente distintas entre o centro, identificados como os países detentores do núcleo do capitalismo mundial e a periferia, que são os países latino-americanos, africanos e a esmagadora maioria dos países asiáticos.

No Brasil, segundo Becker; Egler (1998), no início da década de 1960, as regiões brasileiras configuravam uma estrutura articulada e desigual. Na região sudeste, como por exemplo, está o estado de São Paulo em destaque, dominava a maior parcela da renda nacional e as outras regiões brasileiras se constituíam em uma economia de periferia.

Para Ruiz (2003), no centro-periferia³² os consumidores relacionam a renda ao nível de produção e aos preços. A economia regional analisa o custo de transporte como uma variável determinante das empresas produtivas, justo porque arcam com um percentual representativo da composição do preço final das mercadorias na economia regional. Portanto, é relevante apontar que o modelo centro-periferia tem nas relações desiguais sua mais importante abordagem. A atividade do centro foi composta por uma população de renda com capacidade para consumir com alto nível de escolaridade e baseada em uma atividade industrial de ponta, ou seja, com capacidade de inovação tecnológica. Quanto às atividades da periferia, as economias tiveram por base atividades primárias, como o agronegócio e à extração mineral com a utilização de baixos recursos tecnológicos, como foi o caso específico de Rondônia.

³² A abordagem centro-periferia está referenciada na base teórica da Nova Geografia Econômica e detalhada na obra *The Spatial Economics* (1999), dos autores: Masahisa FUJITA; Paul KRUGMAN e Anthony J. VENABLES.

Diante do exposto, observa-se que os produtos dos países denominados do centro possuíam maior valor comercial, bem porque agregavam tecnologias modernas. Contudo, os produtos dos países denominados periféricos não agregavam valores. De fato, a tendência se configurou em desigualdade nos preços dos produtos e os ganhos foram maiores em favor dos países do centro. Desse modo, acarretaram como resultado maior a disparidade socioeconômica ampliando, sobretudo, o abismo entre os grupos de países.

Para Ruiz (2003), a contribuição da teoria acontece quando se afirma que o espaço econômico é desigual e sua construção teórica produz retornos constantes em escalas, de concorrência monopolista. Logo, as firmas produzem bens utilizando tecnologia para produzir em um local específico para atender à preferência dos consumidores.

Para Fujita et. al. (2002), a abordagem centro-periferia pode ser entendida por quatro variáveis fundamentais: a renda, os preços de bens, ao salário nominal e ao salário real na indústria, em múltiplas localidades e com custos de transporte entre estas. O custo de transporte entre as regiões considera os retornos econômicos constantes dos trabalhadores desse setor agrícola, portanto, os salários dos trabalhadores industriais podem diferenciar entre regiões. Quanto à questão salarial, o elemento-chave é a mobilidade inter-regional dos trabalhadores industriais que, por conseguinte, faz com que os trabalhadores sejam atraídos para a região por salários mais elevados. Assim, de acordo com Meyrelles Filho (2009), o sistema atinge o equilíbrio tão somente quando os salários reais estão equilibrados e, para compreender a dinâmica proposta pelo modelo, deve-se considerar que as ofertas e demandas são determinadas. Há, por fim, equilíbrio entre elas, com isso, nesse modelo não deve haver mobilidade setorial de trabalhadores da indústria para a agricultura e vice-versa.

Diante desse contexto, configura-se, um processo em que os efeitos do mercado local atuam com forças centrípeta em uma estrutura regional. Nesse sentido, os custos de transportes são atrativos nos mercados periféricos para concentrarem a produção industrial em uma região e concentrarem a produção agrícola em outra. Desse modo, de acordo com Fujita; Thisse (2000), os mercados periféricos e os custos de transportes elevados criam condições para que as empresas julguem vantajoso se instalarem na região periférica, no caso a região menos industrializada.

Para Fujita et. al. (2002), existe um modelo que estabelece uma relação entre os custos de transportes e os equilíbrios possíveis quando se refere ao transporte de bens industrializados. Porém, no caso de equilíbrio estável localmente, as atividades industriais se aglomeram numa ou em outra região. Finalmente, outra condição está relacionada ao custo de transporte economicamente viável, neste caso, o padrão se deslocará do centro para a periferia.

Dessa maneira, compreende-se a utilidade da abordagem centro-periferia no estudo apresentado, bem porque a relacionalidade é identificada quando se projeta uma analogia do espaço geográfico de Rondônia, como periferia e o espaço geográfico das regiões sul/sudeste, como centro. Isso evidencia as desigualdades nas relações comerciais e financeiras existentes entre as regiões brasileiras, neste caso específico, da região norte versus regiões sul/sudeste. E ainda, quando a abordagem propõe os setores agrícolas e industrial como elemento-chave para a mobilidade estrutural regional, observa-se que é o caminho trilhado por Rondônia. Inclusive com aplicabilidade de matriz insumo-produto para tornar a produção regional competitiva no mercado consumidor, no caso específico, a exportação. Assim, outra teoria que trata também da relação dos custos de transportes e de temas relacionados à economia regional e urbana, denomina-se teoria da localização.

Na visão de Krugmann (2010), os principais economistas querem possuir capacidade de responder o impossível, uma vez que a sua abordagem enfatiza a singularidade das pessoas e as especificidades da história. Para Krugman (1991), a estrutura geográfica da economia depende de parâmetros-chave como, os custos de transportes, das economias de escala³³ e do fator mobilidade.

O autor afirma ainda, que o problema da geografia econômica é satisfatório para explicar a concentração populacional ou as concentrações das atividades econômicas. Porém, essas concentrações espaciais criam o ambiente econômico favorável (KRUGMANN, 1991).

Além disso, nos argumentos de Lima e Simões (2009), os novos

³³ Economia de escala: é o segmento da economia que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando a expansão da capacidade de produção através do aumento na quantidade total produzida sem aumentar proporcionalmente o custo de produção e atingindo como resultado, baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços

modelos geográficos são baseados nas transações das empresas com fornecedores³⁴ e transações de empresas com os intermediários e consumidores finais de seus produtos. Com isso, o foco de sua abordagem se encontra no mercado. Sendo assim, a concentração de produtores terá a tendência de oferecer um grande mercado e grande oferta de matéria-prima e de bens de consumo. Essa condição, geralmente, provoca uma reação em cadeia em que os produtores escolhem localizações que tenham bons acessos aos mercados compradores e acessos aos fornecedores de bens. Assim sendo, a geografia econômica depende da concentração espacial e das atividades econômicas que se opõem à área de concentração.

Portanto, a proposta da nova geografia econômica contribui à teoria da aglomeração e, para Fochezatto, (2010), sua origem está nas aglomerações que expliquem a distribuição no espaço geográfico. A análise centro-periferia tem como mérito a atenção para integrar fatores e incorporar elementos para a teoria econômica convencional, entre concorrência imperfeita e retornos crescentes de escala. A título de posicionamento sobre esta abordagem e para entender o comércio, Krugman argumenta que é necessário entender os processos que conduzem a concentração de produção local e regional. O objetivo, com isso, foi levantar a importância da teoria do desenvolvimento regional na especificidade do estudo de caso do estado de Rondônia e como as forças de interações provocam uma relação de cadeia entre fornecedores de bens e fatores de produção, que possibilitam o acesso a grandes mercados na interação de forças divergentes.

³⁴ Expressão utilizada pelo autor: backward linkages, para demonstrar a relação com os fornecedores e a expressão forward linkages, para demonstrar as transações com os compradores de seus produtos (KRUGMAN, 1991).

3.

HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL: ESTUDO DE CASO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Neste capítulo considera-se o espaço geográfico que constitui atualmente Rondônia. Para tanto, enfatizam-se os principais ciclos econômicos e a interrelação com os fenômenos migratórios ocorridos na região em diferentes épocas, constantemente direcionados por uma orientação dos dirigentes do país; sejam eles, monarcas, militares ou políticos, sempre com o pressuposto de buscar a ampliação e/ou a demarcação de uma fronteira para a região.

O histórico iniciou-se desde a época do Império no Brasil, passando pelo desmembramento territorial ocorrido em áreas que pertenciam ao estado do Mato Grosso e ao estado do Amazonas³⁵, até chegar aos dias atuais. Essa trajetória foi atravessada pela denominação de Território Federal de Rondônia em 17 de fevereiro de 1956³⁶ e pela instalação do Estado de Rondônia, ocorrida em 4 de janeiro de 1982 e chegando ao início do século XXI, com a ocorrência de um novo movimento migratório gerado pela construção do complexo hidrelétrico no Rio Madeira.

Nesse enfoque, o capítulo apresenta três seções e, na primeira, aborda a formação histórico-política do estado de Rondônia e apresenta os principais ciclos econômicos que ocorreram até o final do século XX. São descritos os fatores relevantes e, posteriormente, a criação do Estado de Rondônia, demonstrando as alterações ocorridas na organização política-administrativa até o presente período. Também são destacadas as emancipações municipais, uma vez que se trata de um instrumento relevante para entendimento das reordenações populacionais ocorridas naquele momento. A segunda seção contempla o processo histórico da faixa de fronteira, já mencionado no capítulo dois onde o referido espaço territorial provocou a atenção política para a região. Ademais,

³⁵ Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu.

³⁶ Lei nº 2.731 de 17 de fevereiro de 1956 muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

demonstram-se as duas formas de apresentações gráficas das faixas de fronteira existentes e aplicadas na atualidade em que os municípios estão demonstrados em suas respectivas faixas territoriais. Na sequência ao término da segunda seção, discorre-se sobre o mais recente ciclo econômico de Rondônia, que ocorreu no início do século XXI, com estudos iniciados a partir do ano de 2001. A construção efetiva das Usinas Hidrelétricas de Energia Santo Antônio e da UHE de Jirau, ambas no Rio Madeira, com construções iniciadas a partir do ano de 2008 e obras concluídas em 2016.

3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DO ESPAÇO DE RONDÔNIA

As principais referências documentais da região datam do século XVIII, quando em 1734, a área geográfica onde está localizado o Estado de Rondônia, apontou a descoberta do ouro no Vale do Guaporé. Esse fator atraiu milhares de aventureiros para a região, levando a Coroa Portuguesa a criar em 1748, a capitania de Mato Grosso que compreendeu a maior parte das terras que hoje integram o Estado de Rondônia (TEIXEIRA, 2002).

Todavia, de acordo com Matias (2010), a ideia ilusória de enriquecimento fácil provocou o ingresso de aventureiros na região e a situação também exigiu que o Governo Colonial promovesse no final do século XVIII um plano com o objetivo de facilitar a navegação do Rio Madeira, para manter um controle efetivo do recolhimento dos impostos devidos à Coroa (quinto³⁷). Foi assim que surgiram os povoados de São João do Crato e São José de Montenegro no Rio Madeira, fundados pelo Capitão-General D. Antônio Rolim de Moura Tavares³⁸.

³⁷ A obtenção do lucro para Portugal ia através de um percentual do que era extraído de ouro no Brasil. O **quinto** era a retenção de 20% do ouro levados às Casas de Fundição, que pertenciam à Coroa Portuguesa. O nome do imposto (taxa cambial) ficou como “quinto” e a fundação de “Casas de Intendência” fiscalizava e controlava tudo o que saía e tudo o que entrava. Acesso pela internet em 23 de agosto de 2016. Disponível no site: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/o-quinto-e-a-derrama/>

³⁸ Dom **Antônio Rolim de Moura Tavares** (12 de março de 1709 - 8 de dezembro de 1782), primeiro conde de Azambuja, foi o 10.º Vice-Rei do Brasil. Tinha larga experiência em administração colonial, tendo sido governador de Mato Grosso, de 17 de janeiro de 1751 a 1 de dezembro de 1765.

De acordo com as afirmações de Matias (2010), havia a preocupação em decorrência também dos conflitos correntes entre Portugal e Espanha, que era a proteção e a defesa das fronteiras brasileiras, na Região Vale do Guaporé. O projeto do Marquês de Pombal³⁹ estabeleceu a manutenção das posses das terras pela construção de uma grande fortificação, depois da anulação do Tratado de Madrid em 1750⁴⁰ com o Tratado de El Pardo em 1761 e 1778.

Dentro das premissas geopolíticas daquele momento, o governo brasileiro atencioso politicamente pela implantação do projeto de expansão territorial para consolidar o domínio da terra na Região Amazônica, resgata o princípio do “*uti possidetis, ita possideatis*”⁴¹, a intenção de promover a integração nacional. Desse modo, surgiram na região vários ciclos econômicos, que provocaram atratividade de movimentos migratórios para a região.

Contudo, para Siqueira (2002), a guarda das fronteiras desta região deveria se tornar mais eficiente, desta propositiva foi realizada a construção do Real Forte Príncipe da Beira. As obras foram iniciadas em 1776 e concluídas em 1783, no período do governo de Dom Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto Capitão - General da capitania de Mato Grosso entre 1772 e 1789. Porém, o esgotamento das jazidas, ou mesmo, a extrema redução da produção das minas do Guaporé

³⁹ **Sebastião José de Carvalho e Melo**, primeiro **Conde de Oeiras** e passou a história conhecido por seu título de nobreza, **Marquês de Pombal** (Lisboa, 13 de maio de 1699 – Pombal, 8 de maio de 1782) foi um nobre, diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750 a 1777). Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/marques-de-pombal.htm>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

⁴⁰ O **Tratado de Madrid** foi um tratado firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750 para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim, às disputas entre ambos os países. O objetivo do tratado era substituir o Tratado Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. Pelo tratado, de EL Pardo em 1761, ambas as partes concordavam em novas demarcações. Em 11 de março de 1778, o Brasil teve suas regiões demarcadas, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. Acesso pela internet em 26 de agosto de 2016. Disponível: <http://www.historiabrasileira.com/?s=tratado+de+madri>

⁴¹ “*uti possidetis, ita possideatis*” - Expressão consagrada do princípio do direito romano que significa quem possui de fato deve possuir de direito. Tal princípio foi utilizado no Tratado de Madrid, em 1750. Consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje. Acesso pela internet em 26 de agosto de 2016. Disponível no site: <http://www.historiabrasileira.com/?s=tratado+de+madri>

provocou sua decadência nos últimos anos do século XVIII. Esse quadro se agravou ao longo das primeiras décadas do século XIX, pois a Região do Vale do Guaporé não atraiu recursos e nem estímulos para fixação de outra atividade econômica na região. Iniciou-se um processo de descolonização com um fluxo dos habitantes para áreas mais prósperas nas proximidades de Cuiabá, atual capital do estado do Mato Grosso. Ao longo de todo o século XIX tornou-se uma região esquecida e povoada somente pelos negros e descendentes de escravos que ali permaneceram (MATIAS, 2010).

O fator efetivo que influenciou a migração, aproximadamente um século depois, foi o primeiro ciclo da borracha no II Império no Brasil. De fato, houve facilidades para os migrantes, que por seu reatamento e importância econômica, atraiu um número expressivo de nordestinos à região. Para Matias (2010), a ajuda de deslocamento foi fornecida pelo Governo Imperial Brasileiro em decorrência da grande seca do Nordeste no período de 1877 a 1880. Este fato gerou relevantes modificações sociais, políticas e econômicas em toda esta região amazônica. Os aspectos positivos resultantes deste fator econômico foram: a) a adoção de uma identidade socioeconômica própria à megarregião Norte, vinculada à produção e à exportação de borracha silvestre; b) a influência deste ciclo no mercado internacional que proporcionou o ingresso da região nas exportações brasileiras, situando-se como o segundo exportador nacional; c) a organização territorial em módulos onde foram assentados os seringais, funcionando como empreendimentos mistos extrativistas, agroindustriais e de comércio atacadistas, que atuavam como empregador de mão de obra, em sua maioria, análoga à escravidão, promovendo uma geopolítica específica ao modelo econômico implantado.

Todavia, percebe-se que este primeiro ciclo da borracha exerceu impactos positivos tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Porém, seu período de prosperidade persistiu até o ano de 1910, quando os seringais naturais brasileiros foram suplantados pelos seringais de cultivos implantados pelos ingleses por sementes oriundas da Amazônia na Malásia. Com isso, após o declínio da borracha, o espaço geográfico de Rondônia passou por um período de estagnação, a exemplo de toda a Amazônia. Outra alternativa de controle geopolítico emergiu com o Ciclo do Telégrafo que foram as implantações telegráficas da

Comissão Rondon de Cuiabá a Porto Velho direcionados por uma preocupação governamental brasileira de não esvaziar a região, mas de integrá-la ao sistema nacional de comunicações. Gerou-se, portanto, o povoamento urbano estruturado em agrovilas, tendo como base econômica a agropecuária de subsistência.

Muitos dos municípios que vieram a surgir mais de meio século após a construção da ferrovia, vincularam-se aos trabalhos realizados pela Comissão Rondon que influenciou também, de forma decisiva, nas políticas adotadas pelo Governo Federal. A Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas de 1907, também denominada Comissão Rondon, é de fundamental importância para o entendimento das origens e da formação do Território Federal do Guaporé (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

Na sequência, em 1942 foram assinados os Acordos de Washington⁴², visando o esforço conjunto dos governos do Brasil e dos EUA para o aumento da produção da borracha amazônica e seu fornecimento às indústrias norte-americanas. Tal acordo, como apontado, foi resultado do isolamento da Malásia à Europa, que a partir de 1943, devido à ocupação do sudoeste asiático pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, propiciou novamente o retorno da exploração dos seringais da Amazônia, que neste período foi denominado de Segundo Ciclo da Borracha.

Assim, conforme Matias (2010), neste período iniciou-se novamente uma migração significativa para a região, sendo a maioria de nordestinos vinculados à exploração de seringueira e denominados “soldados da borracha”. Diferente do modo operacional, este novo ciclo da borracha implantou um moderno sistema de coleta de látex, aproveitando a experiência utilizada nos seringais asiáticos, passou a gerar riquezas locais ao contribuir para o desenvolvimento dos núcleos urbanos existentes, tendo em vista a revitalização dos seringais e a implementação dos sistemas ferroviários e telegráficos.

Os fatores decorrentes da assinatura do acordo foram: a)

⁴² Acordo de Washington de 1942: acordo de borracha celebrado ente o Brasil e os EUA em 03 de outubro de 1942, assegura que os EUA iriam adquirir todo o saldo exportável de borracha bruta e manufaturada produzida no Brasil. Disponível em <<http://www.ufam.edu.br/noticias-bloco-esquerdo/3794-acordos-de-washington-iniciaram-migracao-em-massa-de-nordestinos-para-amazonia>>. Acesso em 22 de outubro de 2016.

fornecimento de matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana, o látex entre eles; b) fundo financeiro para o desenvolvimento da produção da borracha; c) fornecimento de babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará e cera de carnaúba, entre outros; d) projeto de modernização da mina de Itabira, localizada na região do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. Nota-se que muitos destes fatores tornaram-se produtos econômicos que compuseram a produção na região amazônica brasileira.

Nesse período, no Brasil, na primeira metade de 1940, foram criados vários órgãos cujos objetivos ligaram-se à captação de mão de obra, melhoria da infraestrutura de transportes, financiamento e abastecimento dos seringais e comercialização do produto. Como resultado desses novos investimentos ao futuro território, passou por um curto período de prosperidade. Dado o novo surto de exportação da borracha, já citado acima, esta iniciativa governamental se fez presente na região de maneira a interferir na decisão da criação do Território Federal do Guaporé (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

Com o Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que instituiu o Território Federal do Guaporé de terras desmembradas dos Estados do Mato Grosso e do Amazonas⁴³, o espaço geográfico formador do atual Estado de Rondônia começou a ser organizado política e administrativamente através de dois municípios integrantes da megarregião centro-oeste e da megarregião norte⁴⁴. Após a criação do Território Federal do Guaporé, foi estabelecida a estrutura política e administrativa da referida unidade brasileira. De acordo com o Decreto Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, foi nomeado pelo presidente da República Getúlio Vargas o primeiro governador do Território Federal do Guaporé, Aluísio Pinheiro Ferreira (BRASIL, 1943).

Em 31 de maio de 1944, as fronteiras do Território Federal do Guaporé e sua divisão administrativa foram modificadas pelo Decreto Lei nº 6.550, que reintegrou ao Estado do Amazonas o município de Lábrea e parcela do município de Canutama. Também reintegrou a parte territorial desmembrada do município de Vila Bela do Mato Grosso,

⁴³ A área geográfica que constitui o estado de Rondônia esteve, durante 195 anos, dividida entre o Mato Grosso (86%), e o Amazonas (14%), marcando um longo período de indefinições fronteiriças, somente solucionadas na última década do século XIX (MATIAS, 2010, p.13).

⁴⁴ Municípios de Guajará-Mirim e Porto Velho.

constituído a partir desta data por três municípios: Alto Madeira, Guajará-Mirim e Porto Velho (BRASIL,1944). Posteriormente, em 17 de abril de 1945, por meio do Decreto Lei nº 7.470, extinguiu o município do Alto Madeira, incorporando suas terras aos municípios de Porto Velho e de Guajará-Mirim (BRASIL, 1945).

Com esta nova incorporação, o município de Porto Velho ficou com 154.136 km² e Guajará-Mirim com 88.908 km². Destaca-se que na época, o município de Porto Velho era o maior município do mundo, ou seja, sete vezes maior do que o estado de Sergipe. Estes dois municípios se mantiveram com esta extensão territorial por trinta e dois anos, quando em 11 de outubro de 1977, ocorreu a primeira divisão territorial com a criação de cinco municípios. Passou a ter sete unidades administrativas através da Lei Complementar nº 6.448, sancionada pelo presidente da República Ernesto Geisel, criando os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena (BRASIL, 1977).

A criação dos municípios citados e os projetos de assentamentos de colonos iniciados pelo INCRA com recursos financeiros federais, aconteceu por alguns fatores. Dentre os quais: a) aumento da ocupação rural na atividade agropecuária; b) formação de um eixo econômico na BR-364; c) pela exploração predatória do extrativismo vegetal e exploração de madeiras nobres (INCRA, 2013). Para Schilling (1981), o propósito era consolidar a fronteira política e sempre que possível, ampliá-la na prática, usando todos os meios pacíficos: humanos, econômicos, financeiros e culturais. Tais procedimentos eram denominados pelos geopolíticos como fronteira móvel, viva, dinâmica ou fronteira em expansão.

Com isso, a economia da região permaneceu marcada fortemente pela base econômica extrativa florestal, com a exploração de látex, com a exploração vegetal, com a castanha-do-pará. Como a economia extrativa mineral e a exploração de cassiterita manual exigiram grande contingente de mão de obra, que resultou na reestruturação de todo quadro geopolítico, demográfico, além de resultar no desenvolvimento socioeconômico urbano e rural na área norte e oeste do Território Federal de Rondônia. Na verdade, essa nova atividade gerou a partir de 1958 um novo ciclo migratório oriundo de diversos estados brasileiros. Entre 1958 e 1970, a economia rondoniense esteve associada à exploração da cassiterita, atividade que absorvia na época praticamente metade da

população economicamente ativa. A atividade iniciou um processo de fortalecimento do comércio e de algumas ramificações industriais na região. Entretanto, como apontado, em 31 de maio de 1971, com a publicação da portaria Ministerial nº 195/70, do Ministério das Minas e Energias, a garimpagem manual ficou proibida baseada na justificativa que o garimpo manual não possuía um percentual econômico rentável produtivo para a região. Em consequência disso, a exploração mecanizada se tornou economicamente mais rentável e viável (BRASIL, 1970).

No final da década de 1970, o território passou a ser o maior produtor brasileiro de cassiterita. Sua produtividade representava 67,43% da produção nacional, contudo, ressalta-se que não havia beneficiamento industrial do mineral, o qual era exportado de forma bruta e sua exploração se constituía num setor oligopolizado, que limitava o emprego e a renda da região (FIERO, 1997). Essa medida, entretanto, gerou a remoção dos garimpeiros para fora do Território de Rondônia e privilegiou um reduzido número de empresas de grande porte⁴⁵. Todavia, as empresas eram predominantemente multinacionais que deixaram de circular as riquezas na região e o resultado econômico da exploração passou a ser aplicado fora do Território que provocou o encerramento do Ciclo da Cassiterita. Portanto, as descobertas de grandes manchas de terras férteis e os intensos fluxos migratórios dirigidos ao Território, transformaram a agricultura numa alternativa viável à economia rondoniense. Micro e pequenos produtores rurais, de acordo com Matias (2010), foram responsáveis pelo processo de povoamento das terras rondonienses e a geopolítica regional foi novamente modificada entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Por conseguinte, iniciou-se o ciclo da agricultura e a pecuária de corte.

Corroborando à ideia, Vesentini (1986), argumenta que a geopolítica brasileira se fundamentou principalmente em difundir o projeto denominado “Brasil, grande potência” que teve o suporte da (geo) política no período militarista. A iniciativa dedicou-se especialmente a amplitude espacial da população nas áreas de fronteira nacional. Na

⁴⁵ Atualmente cinco empresas fundidoras funcionam no estado, todas no município de Ariquemes: White Solder Metalúrgica e Mineração Ltda.; MeltMetais S.A.; Cooperativa Metalúrgica de Rondônia Ltda.; Coopermetal, Cooperativa dos Fundidores de Cassiterita da Amazônia Ltda.; CFC da Amazônia e Estanho de Rondônia S.A. Disponível no Portal do Governo do Estado de Rondônia em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/04/52570/>. Acesso em 28 dez. 2016.

natureza pragmática e utilitarista marcante da geopolítica, o Estado tornou-se o único agente legítimo e capacitado de ser o instrumento de ação e atuação e de expansão do desenvolvimento.

Assim, a distribuição espacial da população até a década de 1970 localizava-se ao longo dos eixos da antiga BR-29 e dos rios Abunã, Marmoré, Guaporé e Madeira. Com isso, a população de migrantes que se fixou em Rondônia entre 1968 e 1982 formou-se basicamente por paranaenses, mato-grossenses, sul-mato-grossenses, capixabas, mineiros e paulistas, além disso a região absorveu pessoas de todas as unidades federativas do país. Esses povoadores atraídos pelo ciclo da agricultura influenciaram decisivamente na transformação do modelo socioeconômico de Rondônia e na sua formação política.

Dessa maneira, o “Ciclo Agrícola”, com apoio de recursos financeiros apoiados na política de planejamento nacional, consolidou a vocação de Rondônia como Estado produtor da Amazônia e entreposto comercial da Região Norte do país. As principais identificações regionais estabelecidas nesse período e que fomentaram a continuidade deste ciclo são: a) a presença maciça de investimentos federais nos projetos de colonização; e b) a intensificação do fluxo migratório. Nesse contexto, o efeito imediato deste último fator foi a rápida formação de aglomerados urbanos e a ocupação efetiva do Estado ao longo da BR-364. Essa situação, de forma desordenada e veloz, tornou impraticável a ação do governo no que se refere ao controle ou à antecipação do processo (FIERO, 1997).

Corroborando à ideia, Martine (1984), expõe que, o processo de migração para o Território de Rondônia relacionado ao Ciclo da Agricultura, ocorreu em duas dimensões. A primeira, decorrente de vários fatores políticos e econômicos brasileiros provocou o grande êxodo rural das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nesse processo, houve a dispensa de milhares de trabalhadores das fazendas pela substituição da cafeicultura, que era uma atividade empregadora de expressivo volume de mão de obra no campo, pela pecuária de corte e pela plantação de soja. A conseqüente mecanização da lavoura transformou o Território Federal de Rondônia no maior receptor desse excedente populacional do país. Retratado no quadro 02.

QUADRO 02 – POPULAÇÃO DE RONDÔNIA, REGIÃO NORTE E BRASIL - (1950 A 2010)

Período	Rondônia		Região Norte		Brasil	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%
1950	36.935	-	2.048.696	-	51.944.397	-
1960	70.783	91,642	2.930.005	43,018	70.992.343	36,670
1970	116.620	64,757	4.188.313	42,946	94.508.583	33,125
1980	503.125	331,423	6.767.249	61,575	121.150.573	28,190
1991	1.130.874	124,770	10.257.266	51,572	146.917.459	21,268
2000	1.377.792	21,834	12.893.561	25,702	169.590.693	15,433
2010	1.562.409	13,399	15.864.454	23,042	190.755.799	12,480

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2016. IBGE: Censo Demográfico 1950, Censo Demográfico 1960, Censo Demográfico 1970, Censo Demográfico 1980, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010.

O quadro 2, expõe ainda que, no Censo de 1980 e no Censo de 1991, os índices alcançados no estado extrapolaram as médias nacionais e também regionais. Ratifica-se que, neste período, Rondônia foi uma terra que absorveu migrantes vindos de todas as unidades federativas do país. Essa situação está exposta nos apêndices 08 e 09 e também apontada em detalhes no capítulo dois e também nos próximos capítulos.

Para Martine (1987), outra dimensão apresentada esteve nos projetos executados pelo INCRA, denominados Projetos de Integração de Colonização (PIC), e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), estrategicamente desenvolvidos para serem executores da política destinada à ocupação da Amazônia Rondoniense. Este processo de migração a região, outorgou ao INCRA, órgão responsável e Coordenador da Política Agrária, a criar vários Projetos Fundiários de Colonização e de Assentamento Dirigido no desígnio de solucionar o problema e ordenar as novas ocupações que estavam ocorrendo na região.

Ratificando essa ideia, Matias (2010), certifica que a estratégia política de atuação maciça na organização fundiária de Rondônia proporcionou condições ao INCRA para se tornar o maior investidor oficial da região, na década de 1970. Além disso, foi o órgão representativo governamental incentivador da migração alcançar em Rondônia níveis percentuais superiores à média nacional e também da própria região norte do país. Esse contexto foi evidenciado quando em 1977 o orçamento desse órgão para Rondônia foi superior ao do próprio governo do Território.

Retornando às emancipações municipais, em 16 de junho de 1981, ocorreu outra divisão territorial através da Lei Complementar nº 6.921, sancionada pelo então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. Nessa divisão, foram criados seis novos municípios, a saber: Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Espigão d'Oeste, Colorado do Oeste e Costa Marques⁴⁶. Depois de um longo período, que o espaço geográfico da região estudada ficou por aproximadamente 32 anos (1945 – 1977) com apenas dois municípios, em apenas um espaço inferior a quatro anos, criaram-se 11 (onze) municípios elevando a categoria de treze unidades administrativas (BRASIL, 1981). A emancipação destas localidades à condição de municípios aconteceu por interesses econômicos, políticos e estratégicos de povoamento do território de Rondônia. A intenção se explicou na promoção do desenvolvimento econômico e social não apenas em benefício da região norte, mas do país (LIMA; BRAGA, 2013).

Assim, em 22 de dezembro de 1981, o Território Federal de Rondônia foi extinto e, nesta mesma data, foi sancionada a Lei Complementar nº 041, aprovada pelo Congresso Nacional, que criou a vigésima terceira Unidade Federativa do Brasil: o Estado de Rondônia. Com a instalação e o funcionamento do Estado de Rondônia a partir de 04 de janeiro de 1982, sua divisão territorial e sua área geográfica foram aceleradas proporcionando condições para novas alterações no mapa político-estadual. Entre estas alterações, destacou-se a criação de mais dois municípios: o de Rolim de Moura e Cerejeiras, conforme Decreto Lei nº 071, de 5 de agosto de 1983, do Governo do Estado de Rondônia. O município de Cerejeiras foi desmembrado do Município de Colorado do Oeste e o município de Rolim de Moura desmembrado do município de Cacoal. Totalizou nesta data quinze municípios expedidos no governo de Jorge Teixeira de Oliveira (RONDÔNIA, 1983).

A experiência de Rondônia revelou o significado político da região como poder local específico. O quadro institucional cria, legaliza e procura controlar o processo de formação da região com a criação de distritos, de municípios e do próprio estado. A prática social, contudo, acionada a uma resistência coletiva, influi na identidade regional e no direcionamento do processo de transformação espacial e social (BECKER,

⁴⁶ No apêndice 21, apresenta todos os municípios do Estado de Rondônia, com data de criação e instalação e respectiva legislação de criação.

1998).

Logo, totalizaram dezoito municípios sancionados pelo governador, Ângelo Angelim (RONDÔNIA, 1986). Em 1987, a divisão territorial do estado de Rondônia foi novamente alterada com a criação do Município de Nova Brasilândia do Oeste, desmembrado do município de Presidente Médici, sancionado pelo governador, Jerônimo Garcia de Santana (RONDÔNIA, 1987). Nesse cenário, no ano de 1988, foram criados mais quatro municípios, a saber: Machadinho do Oeste, São Miguel do Guaporé, Vila Nova do Mamoré e Cabixi. Totalizaram 23 (vinte e três) circunscrições administrativas sancionadas pelo governador Jerônimo Garcia de Santana (RONDÔNIA, 1988). O município de Machadinho do Oeste foi desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná; São Miguel do Guaporé foi desmembrado do município de Costa Marques; Vila Nova do Mamoré desmembrado do município de Guajará-Mirim e Cabixi, que por sua vez foi desmembrado do município de Colorado do Oeste⁴⁷.

Em 13 de fevereiro de 1992, foram criados mais 17 (dezesete) municípios no governo de Oswaldo Piana Filho (RONDÔNIA, 1992). Assim, a saber: Castanheiras, Cacaulândia, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Rio Crespo, Mirante da Serra, Urupá, Vale do Paraíso. A Lei nº 364/1992 criou o município de Jamari e foi revogada pela Lei nº 747, de 24 de outubro de 1997 alterando a denominação do município de Jamari para Itapoã do Oeste, desmembrado do município de Porto Velho e Ariquemes (RONDÔNIA, 1997).

A Lei nº 365/1992 criou o município de Cacaieiros, desmembrado do município de Rolim de Moura, alterado pela Lei nº 549, de 11 de janeiro de 1994 com a nova denominação de Novo Horizonte do Oeste. Na sequência criou-se os municípios de Seringueiras, de Theobroma, de Ministro Andreazza, de Monte Negro. Desse modo, o estado de Rondônia passou a totalizar 40 (quarenta) circunscrições administrativas (RONDÔNIA, 1992).

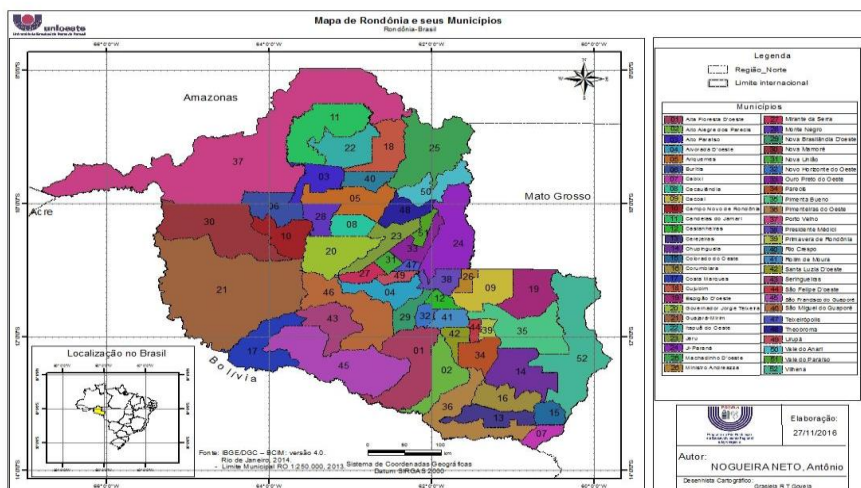
No ano de 1994, no governo de Oswaldo Piana Filho, nova mudança geográfica e política foi realizada em Rondônia com a emancipação política de mais 8 (oito) novos municípios. Os municípios

⁴⁷ No apêndice 21, apresenta todos os municípios do Estado de Rondônia, com data de criação e instalação e respectiva legislação de criação.

de: Nova União, de São Felipe d'Oeste, de Cujubim, de Primavera de Rondônia, de Alto Alegre dos Parecis (RONDÔNIA, 1994).

Também emancipou politicamente os municípios de Teixeiraópolis, o município de Vale do Anari, o município de Parecis, totalizando 48 circunscrições administrativas (RONDÔNIA, 1994).

FIGURA 1 – MAPA DE RONDÔNIA E SEUS MUNICÍPIOS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados pelo IBGE-DGC/BCM, 2014.

Em 1995, ocorreu a criação de 4 (quatro) novos municípios no governo de Valdir Raupp de Matos, totalizando 52 (cinquenta e duas) circunscrições administrativas. Criou-se o município de Chupinguaia, o município de São Francisco do Guaporé, o município de Pimenteiras do Oeste, o município de Buritis⁴⁸ (RONDÔNIA, 1995).

Atualmente, o Estado de Rondônia é formado por 52 (cinquenta e dois) municípios, conforme retratado na figura 1, apresentado em duas mesorregiões, conforme retratado na fig. 7 e também no apêndice 24, e por 08 microrregiões retratadas no quadro 3. O estado de Rondônia, está localizado no Oeste da Região Norte do Brasil, na área abrangida pela Amazônia Ocidental, em uma área de 237.765,376 km² e tem como capital a cidade de Porto Velho. Conforme o censo 2010, possui uma densidade

⁴⁸ No apêndice 21, apresenta todos os municípios do Estado de Rondônia, com data de criação e instalação e respectiva legislação de criação.

demográfica de 6,58 habitantes por km², relativa a uma população de 1.562.409 habitantes.

QUADRO 03 – RONDÔNIA E SUAS MICRORREGIÕES

Microrregiões Geográficas de Rondônia	
Base dados: ano 2010	
Nome da Microrregião	População
Alvorada d'Oeste	70.184
Ariquemes	171.150
Cacoal	228.212
Colorado do Oeste	53.031
Guajará – Mirim	71.369
Ji – Paraná	295.466
Porto Velho	540.320
Vilhena	132.677

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE. IBGE – Censo 2010, 2016.

A distribuição municipal do Estado de Rondônia e o respectivo quantitativo populacional, apresenta-se conforme a descrição no quadro a seguir:

QUADRO 04 – RONDÔNIA E SEUS MUNICÍPIOS

Rondônia e seus Municípios					
Base de dados: ano 2010					
	Município	População		Município	População
01	Alta Floresta d'Oeste	24.392	27	Mirante da Serra	11.878
02	Alto Alegre dos Parecis	12.816	28	Monte Negro	14.091
03	Alto Paraíso	17.135	29	Nova Brasilândia d'Oeste	19.874
04	Alvorada d'Oeste	16.853	30	Nova Mamoré	22.546
05	Ariquemes	90.353	31	Nova União	7.493
06	Buritis	32.383	32	Novo Horizonte do Oeste	10.240
07	Cabixi	6.313	33	Ouro Preto do Oeste	37.928
08	Cacaulândia	5.736	34	Parecis	4.810
09	Cacoal	78.754	35	Pimenta Bueno	33.822
10	Campo Novo de Rondônia	12.605	36	Pimenteiras do Oeste	2.315
11	Candeias do Jamari	19.779	37	Porto Velho	428.527
12	Castanheiras	3.575	38	Presidente Médici	22.319
13	Cerejeiras	17.029	39	Primavera de Rondônia	3.524

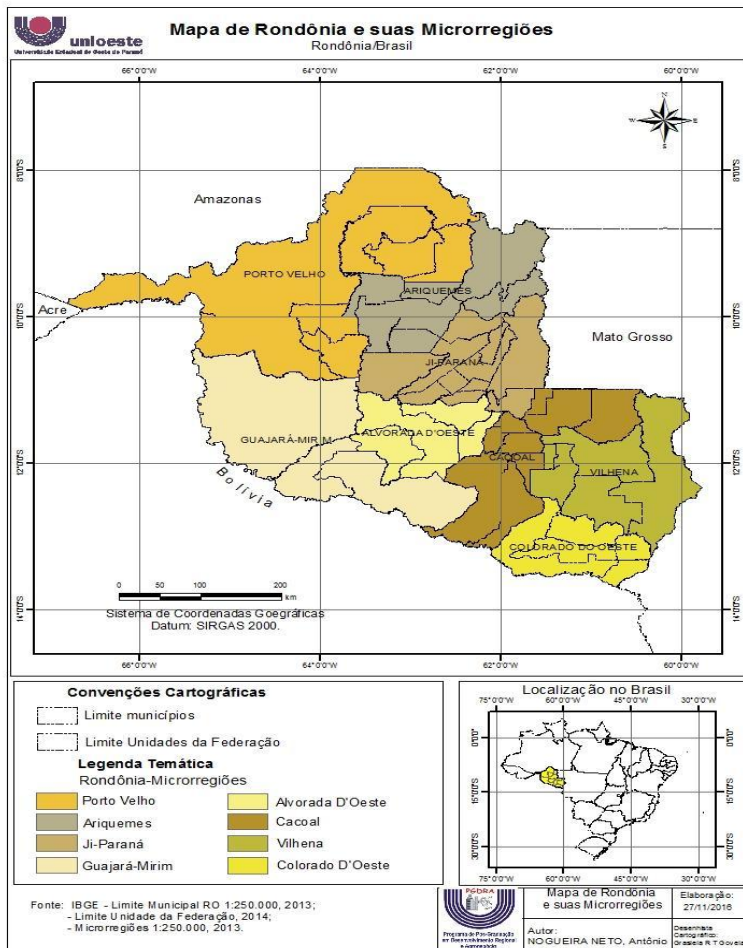
14	Chupinguaia	8.301	40	Rio Crespo	3.316
15	Colorado do Oeste	18.591	41	Rolim de Moura	50.648
16	Corumbiara	8.783	42	Santa Luzia d'Oeste	8.886
17	Costa Marques	13.678	43	Seringueiras	11.629
18	Cujubim	15.854	44	São Felipe d'Oeste	6.018
19	Espigão d'Oeste	28.729	45	São Francisco do Guaporé	16.035
20	Governador Jorge Teixeira	10.512	46	São Miguel do Guaporé	21.828
21	Guajará – Mirim	41.656	47	Teixeirópolis	4.888
22	Itapuã do Oeste	8.566	48	Theobroma	10.649
23	Jaru	52.005	49	Urupá	12.974
24	Ji – Paraná	116.610	50	Vale do Anari	9.384
25	Machadinho d'Oeste	31.135	51	Vale do Paraíso	8.210
26	Ministro Andreazza	10.352	52	Vilhena	76.202

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2016. IBGE: Censo 2010.

Diante do exposto, evidencia-se que o Estado de Rondônia corresponde a 6,79% da região norte e a 2,86% do território nacional. Situa-se entre as coordenadas 7°50'e 13°43' de latitude sul e 66°48'e 59°50' a oeste de Greenwich, em área abrangida pela Amazônia Ocidental limitando-se ao norte com o Estado do Amazonas, a noroeste com o Estado do Acre, a oeste com a República da Bolívia e a leste e sul com o Estado do Mato Grosso. Apresenta uma população estimada par o ano de 2016 em 1.787.279 habitantes (IBGE, 2016).

De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado de Rondônia é o quarto maior estado em extensão territorial da região Norte e o décimo terceiro do país.

FIGURA 2 – MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MICRORREGIÕES



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados IBGE-DGC/BCM, 2014.

A pesquisa identificou ainda que, no Estado de Rondônia há um distrito do município da cidade de Porto Velho denominado Extrema, candidato a se tornar a quinquagésima terceira circunscrição administrativa. Localizado na divisa do Estado de Rondônia com o Estado do Acre, criado pela Lei Estadual nº 2.264 de março de 2010⁴⁹. Inclusive, com orçamento aprovado para a implantação do município, porém até a presente

⁴⁹ Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia da lei. Devido ao fato que o artigo 18, §4, da Constituição da República Federativa do Brasil, diz que: a criação de municípios deve ser instituída por Lei Complementar Federal, portanto entende-se que o estado de Rondônia não teve força de lei para legislar sobre a criação de novos municípios,

data não houve manifestação por parte do governo do Estado para a implantação (RONDÔNIA, 2010).

Evidenciou-se ainda que, as políticas estatais da época atuavam pela integração da região e, em decorrência surge a necessidade de relatar aspectos que envolvem a Faixa de Fronteira com a Bolívia e as futuras modificações geopolíticas ocorridas no estado no período de recorte da pesquisa. Tais modificações foram fundamentais para o desenvolvimento da região e se tornaram importantes no processo de atração de pessoas e famílias, em função da localização geográfica e da criação de novos projetos de colonização e de assentamentos dirigidos.

3.2 A FRONTEIRA DE RONDÔNIA

As fronteiras são locais que por essência trazem imbricadas toda a dinâmica dos processos históricos que as constituiu, incluindo o campo jurídico que as reconhece. No caso brasileiro, as principais legislações foram a Lei nº 601, de 18 de dezembro de 1850; Decreto nº 1.318, de 30 de setembro de 1854 em seu art. 1º, que regulamenta a Lei nº 601, nos artigos 82 e parágrafos seguintes, que dispõe sobre a ocupação da faixa de fronteira.

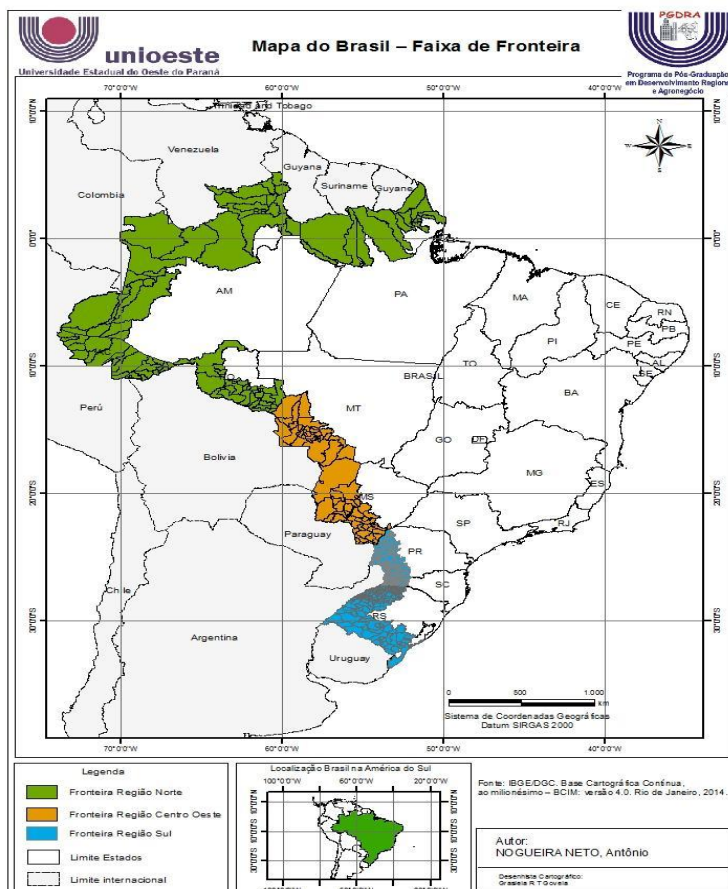
Contudo, a principal legislação sobre a temática data de 1979, trata da Lei nº 6.634 a qual, identifica a faixa de fronteira e a denomina região estratégica para o Estado, sendo considerado área de segurança do território nacional desde o regime do Segundo Império brasileiro.

Como decorrência do movimento da dinâmica da própria história, ao longo do tempo a extensão da faixa de fronteira foi sofrendo alterações (100 km na Constituição de 1934; 150km na Constituição de 1937, que permanece assim até o momento), conforme retratado na figura 3. Dessa maneira, a preocupação inicial com a segurança nacional e a soberania do território nacional tem alicerçado preocupações com o desenvolvimento regional. Confirma-se o entendimento do governo brasileiro da época de que para haver segurança, faz-se necessário intensificar a faixa de fronteira e a promessa de desenvolvimento com

conforme emenda constitucional nº 15 de 12 de setembro de 1996 que proibiu a criação de municípios por lei estaduais e definiu que só poderia ser realizado através de uma autorização em lei complementar federal (BRASIL, 1996).

geração de emprego e renda.

FIGURA 3 – MAPA DO BRASIL – FAIXA DE FRONTEIRA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2014.

Segundo consta no documento Brasil (2010), a faixa de densidade demográfica, deve-se em grande parte à “vocação atlântica”⁵⁰ do país, que se associa as grandes distâncias e a dificuldade de comunica o dos locais mais centrais com os centros de tomadas de decisões. O mesmo documento reitera que esses elementos provocaram

⁵⁰ Voca o atlântica do país, expressão utilizada para indicar a faixa da costa brasileira banhada pelo oceano atl ntico de norte a sul do país. Desde a época da coloniza o européia, foi a área geográfica de implanta es de vilas e localidades que gerou um adensamento urbano maior. http://www.ib.usp.br/ecosteiros/textos_educ/mata/historia/historia.htm. Acesso em 13.out.2016.

um relativo isolamento de algumas áreas, fator que acabou se colocando à margem das políticas centrais de desenvolvimento.

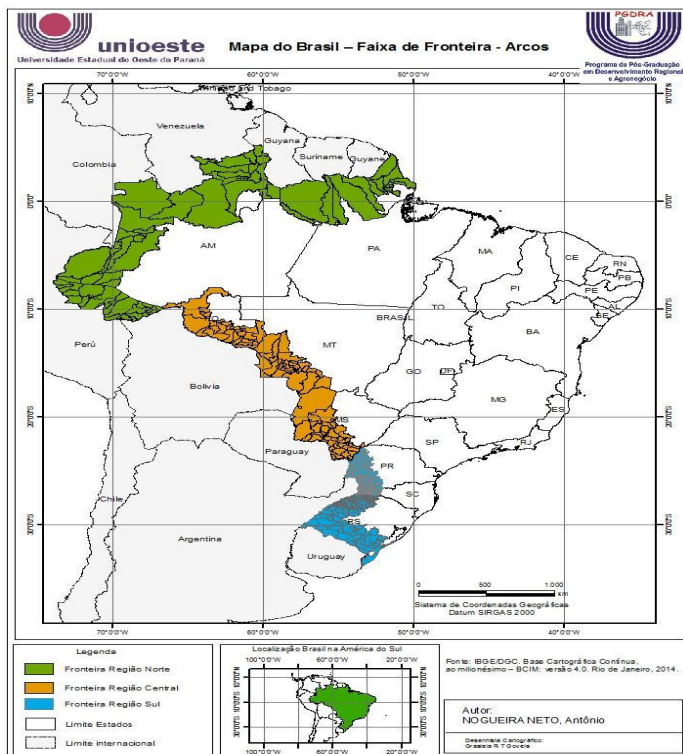
Com relação ao governo federal, estabelece como área de planejamento três grandes arcos definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF-2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração, conforme demonstrado no quadro 5 e na fig. 4, na sequência.

QUADRO 05 – MUNICÍPIOS POR ESTADO E ARCOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Arcos	Estado	Quantidade de Municípios - Faixa de Fronteira	Total de Municípios do Estado
Norte	Amapá	08	62
	Pará	05	143
	Roraima	15	15
	Amazonas	21	62
	Acre	22	22
	Total	71	304
Central	Rondônia	27	52
	Mato Grosso	28	141
	Mato Grosso do Sul	44	78
	Total	99	271
Sul	Paraná	139	399
	Santa Catarina	82	293
	Rio Grande do Sul	197	496
	Total	418	1.188
Total de Municípios		588	1.763

Fonte: PDFF (2005).

FIGURA 4 – MAPA DO BRASIL – FAIXA DE FRONTEIRA: ARCOS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2014.

Destaca-se que o Arco Norte compreende a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O Arco denominado Central, por sua vez, compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O denominado Arco Sul, agrega os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme retrata a figura 4.

Como apontado anteriormente, o estado de Rondônia possui 1.342 km de fronteira com a Bolívia, e 27 (vinte e sete) dos seus 52 (cinquenta e dois) municípios pertencem à faixa de fronteira, conforme retrata o quadro 06, representando 68,79% do espaço geográfico do estado e totalizando uma área territorial de 163.550,110 km² (IBGE, 2016).

QUADRO 06 – MUNICÍPIOS PERTENCENTES À FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA E ÁREA TERRITORIAL COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA, 2010 (hab./km²)

	Municípios	Área Territorial - km ² -	Densidade Demográfica Ano 2.010 (hab./km ²)
01	Alta Floresta d'Oeste	7.067,025	3,45
02	Alto Alegre dos Parecis	3.958,273	3,24
03	Alvorada d'Oeste	3.029,189	5,56
04	Buritis	3.265,809	9,92
05	Cabixi	1.314,353	4,80
06	Campo Novo de Rondônia	3.442,005	3,68
07	Cerejeiras	2.783,300	6,12
08	Chupinguaia	5.126,723	1,62
09	Colorado do Oeste	1.451,061	12,81
10	Corumbiara	3.060,321	2,87
11	Costa Marques	4.987,177	2,74
12	Guajará-Mirim	24.855,724	1,68
13	Nova Brasilândia d'Oeste	1.703,008	11,67
14	Nova Mamoré	10.071,643	2,24
15	Novo Horizonte do Oeste	843,446	12,14
16	Parecis	2.548,683	1,89
17	Pimenta Bueno	6.240,932	5,42
18	Pimenteiras do Oeste	6.014,733	0,38
19	Porto Velho	34.090,926	12,57
20	Primavera de Rondônia	605,692	5,82
21	Rolim de Moura	1.457,888	34,74
22	Santa Luzia d'Oeste	1.197,796	7,42
23	São Felipe d'Oeste	541,647	11,11
24	São Francisco do Guaporé	10.959,767	1,46
25	São Miguel do Guaporé	7.460,219	2,93
26	Seringueiras	3.773,505	3,08
27	Vilhena	11.699,265	6,62

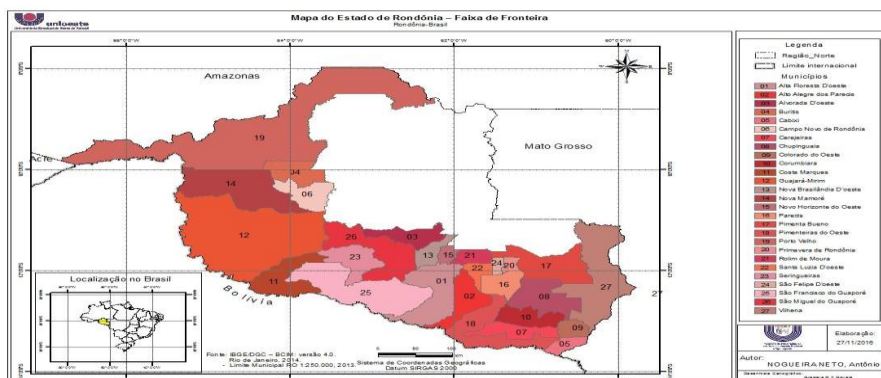
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE, 2016.

O quadro 06, é um instrumento para convalidar a baixa densidade demográfica na maioria dos municípios que compõem a faixa de fronteira do estado. A análise apontou que, mesmo os municípios que apresentam densidade maiores, no caso específico dos municípios de Colorado do Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste,

São Felipe d'Oeste e Rolim de Moura, identificou-se que as áreas territoriais destes municípios são pequenas em comparação com o tamanho dos outros municípios do estado. Isto foi decorrente do processo de aglomerações apontado anteriormente, que provocou a emancipação de alguns distritos em municípios.

Outro fator relevante é a qualidade do solo, a característica que mais recomendava Rondônia como alvo de colonização em grande escala e com relativa ausência de problemas fundiários. Quando foi realizado o primeiro cadastro nacional de propriedades rurais em 1967, a análise final estabeleceu que 93% de toda a área ainda pertenciam à União. Isso acabou propiciando a efetivação dos projetos de colonização realizados pelo INCRA.

FIGURA 5 – MAPA DE RONDÔNIA – MUNICÍPIOS: FAIXA DE FRONTEIRA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2016

Outra particularidade da região, é que Rondônia na época, possuía apenas dois municípios o de Porto Velho e o de Guajará – Mirim, ambos fazem parte da faixa de fronteira, conforme retratado na figura 5. Há uma população de 88.856 e 27.764 habitantes, respectivamente, totalizando 116.620 habitantes no Território, isto é, uma grande extensão de área para ser desbravada e colonizada (IBGE, 1970).

Do total de municípios de Rondônia, vinte e cinco, não fazem parte da faixa de fronteira e representam 74.215,266 km² e 31,21%, da área territorial do estado, conforme retratado no quadro 7 (IBGE, 2016). Quando da elaboração do censo demográfico de 1980, o território possuía

apenas 7 (sete) municípios, sendo 5 (cinco) novos municípios a saber, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena emancipados em 11.10.1977, já em decorrência do fluxo migratório ocorrido na região.

QUADRO 07 – MUNICÍPIOS NÃO PERTENCENTES À FAIXA DE FRONTEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA E ÁREA TERRITORIAL COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2010 (hab./km²)

		Municípios	Área Territorial - km ² -	Densidade Demográfica Ano 2.010 (hab./km ²)
1	28	Alto Paraíso	2.651,822	6,46
2	29	Ariquemes	4.426,571	20,41
3	30	Cacaulândia	1.961,778	2,92
4	31	Cacoal	3.792,948	20,72
5	32	Candeias do Jamari	6.843,868	2,89
6	33	Castanheiras	892,842	4,00
7	34	Cujubim	3.863,943	4,10
8	35	Espigão d'Oeste	4.518,034	6,36
9	36	Governador Jorge Teixeira	5.067,384	2,07
10	37	Itapuã do Oeste	4.081,583	2,10
11	38	Jaru	2.944,128	17,66
12	39	Ji-Paraná	6.896,648	16,91
13	40	Machadinho d'Oeste	8.509,270	3,66
14	41	Ministro Andreazza	798,083	12,97
15	42	Mirante da serra	1.191,875	9,97
16	43	Monte Negro	1.931,378	7,30
17	44	Nova União	807,126	9,28
18	45	Ouro Preto do Oeste	1.969,850	19,25
19	46	Presidente Médici	1.758,465	12,69
20	47	Rio Crespo	1.717,640	1,93
21	48	Teixeirópolis	459,978	10,63
22	49	Theobroma	2.197,413	4,85
23	50	Urupá	831,857	15,60
24	51	Vale do Anari	3.135,106	2,99
25	52	Vale do Paraíso	965,676	8,50

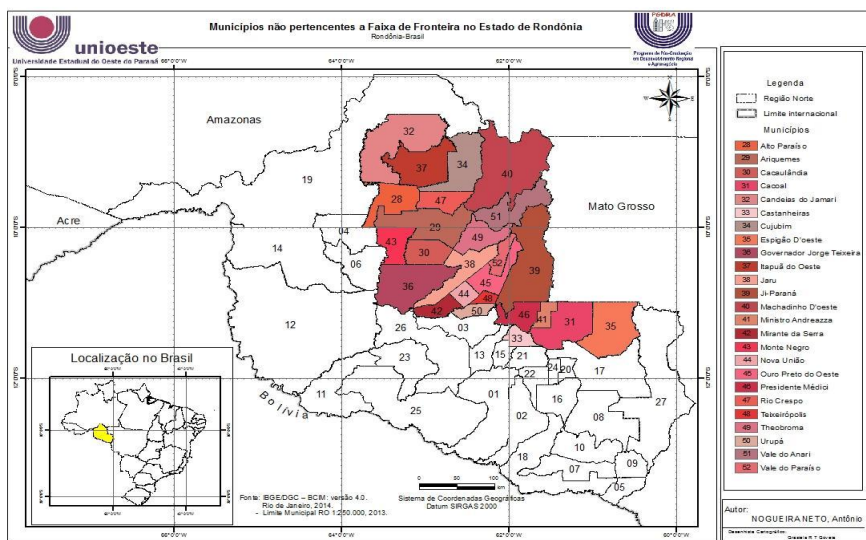
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2016.

Entre as alternativas discutidas nos círculos governamentais na época, com o propósito de aumentarem as oportunidades econômicas e diminuir o problema migratório no Brasil na década de 1970, o estímulo à

interiorização do capitalismo nacional dado pelo Plano de Integração Nacional - PIN, gerou um fluxo febril de migrantes para Rondônia, abordado detalhadamente no próximo capítulo.

Portanto, com essas medidas, o intuito foi reduzir as pressões causadas pelo excedente rural e amenizar os fluxos migratórios que se destinavam às cidades. Com isso, o Governo propagou notícias sobre a boa qualidade do solo e de distribuição de terras em comunicado nacional, aguçando o interesse de colonos da região sul do país, bem como pessoas de toda parte do país com o objetivo de ganhar terra, ou conseguir uma situação econômica mais viável. Esse deslocamento de pessoas para a região, resultou nas transformações de criação de municípios retratados no quadro 07, com suas respectivas densidades demográficas. Também está exposto na figura 6, o quantitativo de municípios fora da faixa de fronteira. Com relação a isto, pode-se afirmar que nos municípios de Urupá e Teixeiraópolis, a densidade demográfica obtida está relacionada à extração e à exploração de madeira nativa. O aglomerado que influenciou no índice demográfico elevado está relacionado ao tamanho menor do município em relação aos demais do estado.

FIGURA 6 – MAPA RONDÔNIA – MUNICÍPIOS NÃO PERTENCENTES A FAIXA DE FRONTEIRA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2016.

Quanto aos municípios de Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Cacoal e Ji-Paraná, tornaram-se ponto de atratividade para os imigrantes que aguardavam o processo de liberação de terras realizadas nos projetos de assentados, retratado nos anexos 1, 2 e 3. Assim, esses municípios se tornaram referência em atratividade na região. Com destaque diferenciado, foi o caso do município de Ariquemes, pelo em decorrência de na região existir a exploração da cassiterita em grande quantidade, além da exploração de madeira nativa.

Diante da intensidade dos fluxos migratórios para Rondônia, a região se constituiu numa alternativa viável para o excedente rural da época. O estudo realizado no próximo capítulo, aborda o acompanhamento por decênio dos fluxos migratórios recebidos na região.

Entre os ciclos que se tornaram fatores motivadores para deslocamento populacional para a região, ainda se tem que incluir o ciclo das hidrelétricas do Rio Madeira abrange as Usinas Hidrelétricas do Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau. Assim, em 2001, iniciaram os estudos pelas empresas Furnas-Odebrecht, para determinar qual seria a melhor tecnologia utilizada capaz de gerar energia no Rio Madeira e que provocaria menor impacto para a biodiversidade amazônica e em comunidades afetadas (GONCALVES FILHO, 2014).

A construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 2008 e iniciou sua construção no mesmo ano com previsão de geração e operação da primeira turbina para dezembro de 2011 (BRASIL, 2015).

A Santo Antônio Energia adotou uma nova tecnologia, denominada a fio de água, com turbina bulbo. Assim evitou-se a necessidade de grandes quedas d'água e ainda permitiu reduzir o reservatório d'água em níveis próximos a área inundada nas cheias do rio Madeira (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2015).

A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio agrega 4% da geração de energia elétrica nacional, trata-se de uma obra estratégica para o desenvolvimento da região Norte do país, particularmente para o Estado de Rondônia, onde está instalada, a 7km da capital Porto Velho. A obra foi incluída no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do então governo federal. E os benefícios mais visíveis e imediatos que proporcionam à região são a absorção de mão de obra e o pagamento de

royalties⁵¹ ao município de Porto Velho, ao estado de Rondônia, e também à União (BRASIL, 2015).

Tanto o pagamento dos royalties⁵² quanto à absorção de mão de obra estimulam a atividade industrial e comercial da região, que registrou significativo aquecimento ainda na fase de construção da obra, em função da geração de renda que proporcionaram. A UHE Santo Antônio é estratégica para o desenvolvimento local, principalmente, por proporcionar a expansão da oferta e o aumento da qualidade e confiabilidade de energia elétrica. A primeira usina a ser construída na Amazônia Legal em mais de vinte anos, a Hidrelétrica de Santo Antônio foi estruturada para produzir energia elétrica e também contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2016).

No âmbito geral, a concessionária Santo Antônio Energia, responsável pela implantação e operação da hidrelétrica, investiu R\$ 17,5 bilhões na obra e R\$ 2 bilhões, aplicados em 28 (vinte e oito) programas socioambientais⁵³ implantados durante a construção e após o início de operação da hidrelétrica (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2017).

Destaca-se que, de conformidade à Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do

⁵¹ Royalties, termo utilizado para referir a uma quantia paga por alguém pelo direito de usar, explorar ou comercializar um produto, um terreno ou uma determinada área específica.

⁵² Do total de Royalties, 45% são destinados ao Município de Porto Velho, outros 45% ao Estado de Rondônia e 10% restante à União, distribuídos em 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O valor total de R\$ 185.243.279,51 (cento e oitenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos) é o valor acumulado de royalties pagos entre março de 2012 a setembro de 2016. Disponível em < <http://www.santoantonioenergia.com.br/home/>>. Acesso em 8 de novembro de 2016.

⁵³ Referente às características dos vinte e oito programas de compensação socioambiental, foram apresentados como propósito de potencializar os efeitos positivos da usina e reduzir, caso não seja possível neutralizar, o impacto negativo. Os programas socioambientais foram divididos em grandes modalidades: meio físico (5 programas); meio biótico (8 programas); meio socioeconômico (13 programas); gerenciais (2 programas). Disponível em <http://www.santoantonioenergia.com.br/sustentabilidade/licenciamento-ambiental/>. Acesso em 08 de novembro de 2016.

setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, como a Santo Antônio Energia, devem investir no mínimo 1% de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL (BRASIL, 2015).

Ainda considerando as informações disponibilizadas pela Assessoria de Relações Institucionais da Santo Antônio Energia, destaca-se que na construção da usina foram necessárias a utilização de 138 mil toneladas de aço, material suficiente para construir 18 (dezoito) torres Eiffel; e, também 800 mil toneladas de concreto material suficiente para construir 40 (quarenta) estádios do Maracanã. A vazão do vertedouro é de 84.000 m³/s, operando na vazão máxima encheria a Baía de Guanabara em dez horas. O contrato estipula um prazo de concessão para utilizar os recursos do rio Madeira por um período de 35 (trinta e cinco) anos, com uma potência de 3.150,4 megawatts instalada da hidrelétrica, energia suficiente para abastecer 11 milhões de residências, isto equivale a um consumo de 40 milhões de pessoas⁵⁴ (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2016).

Além disso, a circulação salarial estimada com a chegada deste empreendimento foi de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão no período entre 2008 até 2015. Tais recursos trouxeram benefícios para a economia local, já que parte deles é aplicada diretamente em Rondônia com a aquisição de bens e serviços realizados pelos operários da obra (GONCALVES FILHO, 2014).

Destaca-se ainda que, o projeto inicial de 44 (quarenta) turbinas geradoras teve sua capacidade geradora alterada para 50 (cinquenta) turbinas do tipo bulbo com potencial média por turbina de 71,6 megawatts. Com esta modificação, a capacidade de geração a partir de novembro de 2016, passa a ser de 3.568 megawatts, energia suficiente para mais de 45 milhões de pessoas. Com a utilização de uma área de reservatório de 421,56 km² incluindo a calha natural do rio, que corresponde a 142 km². Em função de seu ineditismo tecnológico em sua implantação, operação e também por localizar-se em plena Bacia Amazônica, com os compromissos assumidos desde o início do projeto, a

⁵⁴ Projeto inicial modificado de 44 turbinas para 50 turbinas instaladas. Acréscimo de mais seis turbinas do tipo bulbo, com potência de 3.568 MW e capacidade para abastecer o equivalente a um consumo de 45 milhões de pessoas.

construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio é um marco na área de engenharia; sobretudo, em sustentabilidade, pois respeita os mais rigorosos padrões técnicos ambientais (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2017).

O segundo projeto hidrelétrico no rio madeira, refere-se à construção da UHE de Jirau que a partir de 19 de maio de 2008 teve a concessão de construção autorizada pela ANEEL⁵⁵. A previsão inicial de produção e distribuição de energia manteve-se a partir de 2013.

A empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) assumiu o direito de construir a Usina Hidrelétrica de Jirau. O projeto apresentado permitiu a redução global de custos da obra em R\$ 1 bilhão, o contrato de concessão tem duração prevista para 35 (trinta e cinco) anos, com o compromisso de fornecer energia limpa e barata, suficiente para assegurar o crescimento industrial, o desenvolvimento regional e nacional e atender à demanda do mercado pelos próximos anos (ESBR, 2016). A referida Usina é a quarta maior geradora de energia elétrica do Brasil em capacidade instalada, depois de Itaipu Binacional, Belo Monte e Tucuruí. Fica localizada no Rio Madeira, a 120 km da capital Porto Velho (RO), em um local chamado Ilha do Padre. <https://www.jirauenergia.com.br/conhec-a-uhe/>

Com a conclusão do empreendimento passou a gerar 3.750 MW, potencial energético que representa 3,7% de toda a energia hidrelétrica do Brasil. A energia será suficiente para abastecer mais de quarenta milhões de pessoas e está localizada no Rio Madeira, Porto Velho (RO), o qual gera energia desde setembro de 2013 para abastecer todo o país pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Além de abastecer também o Sistema Acre-Rondônia, o empreendimento desenvolve 34 (trinta e quatro) programas socioambientais e com previsão de cronograma de no ano de 2016 entregar a 50ª turbina⁵⁶, última UGs do projeto em funcionamento (ESBR, 2016).

De acordo com o Brasil (2012), “para construção da UHE de Jirau foram investidos R\$ 13,1 bilhões, possibilitou a geração de 18.000 postos de trabalhos diretos e mais de 30.000 indiretos ao longo de 90

⁵⁵ Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

⁵⁶ A Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, a terceira maior hidrelétrica do Brasil, foi inaugurada oficialmente no dia 16 de dezembro de 2016 com a presença do ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Filho e dos embaixadores da Bélgica e da França.

meses, com amplo aproveitamento da mão de obra local”.

A UHE Jirau foi construída com base na chamada engenharia otimizada, uma solução inovadora que leva em consideração o cuidado com o meio ambiente, a modicidade tarifária, a nova fronteira tecnológica de turbinas e geradores, resultando em segurança energética para o país. Sua barragem é do tipo enrocamento de terra na Margem Direita e de parte de núcleo asfáltico na Margem Esquerda. A UHE Jirau opera com nível d’água entre as cotas 82,5 m e 90,0 m. A área do reservatório é variável, com seu nível na cota 90 atingindo até 361.6 km². Sua garantia física é de 2.211,6 MW médios e fornece energia para o Sistema Interligado Nacional (SIN) desde o dia 6 de setembro de 2013, quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial.

A principal meta deste programa é buscar o fortalecimento de políticas públicas por meio da formulação de projetos, realização de obras, cursos de aprimoramento, treinamento e capacitação profissional visando o aumento da empregabilidade da população local com o propósito de estimular novos negócios e potencializar o aumento da renda e da dinamização da economia regional.

4.

DINÂMICA MIGRATÓRIA DE RONDÔNIA DE 1970 A 2010

Com o objetivo de apresentar os movimentos migratórios ocorridos no estado de Rondônia e seus reflexos no desenvolvimento econômico da região, demonstrar-se-á nesse capítulo os principais movimentos migratórios e seus impactos na região em quatro diferentes modalidades: a) movimentos migratórios interestaduais, b) movimentos migratórios interregionais, c) movimentos migratórios intraestaduais e d) movimentos migratórios internacionais.

Todos os municípios do estado foram analisados, pois um dos objetivos da pesquisa era atingir a totalidade da população envolvida. Porém, a forma de apresentação dos dados seguiu as próprias evoluções e/ou variações políticas ocorridas no espaço geográfico analisado. Assim, no primeiro decênio analisado (1970 a 1980) como existiam 7 (sete) municípios, todos foram apresentados. O mesmo ocorreu no segundo decênio analisado (1980 a 1991), existiam 23 (vinte e três) municípios e todos foram demonstrados. Já, nos dois próximos decênios analisados (1991 a 2000 e 2000 a 2010), todos os municípios foram analisados, porém escolheu-se a apresentação individualizada de 17 (dezessete) municípios, por ser aqueles que tiveram maior expressividade e destaque no quantitativo da demanda da migração intraestadual no período abrangente da pesquisa (1970 a 2010). Porém, os outros 35 (trinta e cinco) municípios foram consolidados na Coluna D+, assim tornou-se possível visualizar a pesquisa realizada em sua totalidade. Ainda, para melhor entendimento no início de cada decênio analisado, os procedimentos metodológicos adotados foram lembrados nos respectivos períodos em conformidade com os municípios envolvidos.

Como apontado, no capítulo 3 e nos apêndices 01 e 09, o aumento populacional do estado está relacionado ao fluxo migratório com destino à Rondônia. Nesse sentido, vê-se que, o primeiro grande movimento migratório que provocou retorno econômico para região ocorreu por volta de 1877, com os nordestinos, na exploração da borracha nativa, em virtude da grande seca que afetou a região. Nos anos seguintes, a busca por oportunidades de trabalho atraiu muitas pessoas para a região,

com isso, Rondônia abrigava no início da década de 1950, aproximadamente 37 mil pessoas⁵⁷. Outro fator apontado como responsável foi a abertura da estrada, BR-029, entre Porto Velho e Cuiabá no fim da década de 1950, anexou a região ao Centro-Sul do país. Esse fato aumentou o número de habitantes no final da década de 1960 e apontou uma população aproximada de 71 mil pessoas, representando na década um aumento de 64,76%⁵⁸. Já, na década de 1970, com a apuração do censo de 1980, verificou-se um aumento populacional superior a 385 mil habitantes, representando 331,42%⁵⁹. Pelos dados levantados, identificou-se a população urbana e rural nas terras pertencentes ao estado de Rondônia de acordo com dados do IBGE, no período de 1950 a 2010, demonstrado no quadro 08.

QUADRO 08 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL E AUMENTO POPULACIONAL DE RONDÔNIA – 1950 A 2010

Censos Demográficos	Pop. Urbana Rondônia	%	Pop. Rural Rondônia	%	Total
Censo 1950	13.816	37,406	23.119	62,594	36.935
Censo 1960	30.842	43,573	39.941	56,427	70.783
Censo 1970	60.541	51,913	56.079	48,087	116.620
Censo 1980	239.436	47,590	263.689	52,410	503.125
Censo 1991	658.172	58,200	472.702	41,800	1.130.874
Censo 2000	883.048	64,092	494.744	35,908	1.377.792
Censo 2010	1.149.180	73,552	413.229	26,448	1.562.409

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2106. IBGE – Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No Censo demográfico de 1970, os dados dos territórios nacionais existentes foram apresentados em conjunto entre Rondônia⁶⁰, Roraima e Amapá. O recenseamento geral de 1970, foi a oitava operação levada a efeito para o conjunto do país⁶¹ e constituiu do recenseamento Demográficos, Predial, Agropecuário, Industrial, Comercial e de Serviços; além de inquéritos especiais sobre as Instituições de Crédito, e seguradoras

⁵⁷ Conforme retrata o quadro 08.

⁵⁸ Análise entre os censos de 1960 e 1970.

⁵⁹ Análise entre os censos de 1970 e 1980.

⁶⁰ O Território Federal de Rondônia, contava em 01 de setembro de 1970 com: 2 municípios, 9 distritos, 2 cidades e 7 vilas. (IBGE, 1970).

⁶¹ Recenseamentos de 1872; 1890; 1900; 1920; 1940; 1950; 1960 e 1970.

e de produção de energia elétrica (IBGE,1970).

O Recenseamento Geral de 1970⁶², a exemplo dos realizados anteriormente, atendeu às solicitações da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais, integrando-se à Organização dos Estados Americanos (OEA), através da adoção do seu Programa Mínimo de investigações e tabulações que visavam assegurar a uniformidade de conceitos e a compatibilidade dos resultados dos Censos das Nações Americanas. No Censo de 1970, diferentemente dos anteriores, inclui na população economicamente ativa, as pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez. No período do censo de 1970, o Território Federal de Rondônia só possuía uma microrregião denominada Rondônia.

O quadro anterior apontou ainda que, na década de 1980⁶³, o fluxo migratório continuou a ocorrer para a região, representando um aumento populacional na década de 124,77%, a população cresceu de 503.125 habitantes do censo de 1980 para 1.130.874 habitantes no censo de 1991. Portanto, estes dados ratificaram a tendência da região em receber migrantes de outras regiões do país e entre os fatores que provocaram essa demanda estão na abertura das vias de acesso à Rondônia e na descoberta de terras férteis e favoráveis ao plantio e desenvolvimento de lavouras agrícolas. Tais condições foram aliadas a fatores de expulsão em outras regiões no Brasil que provocaram um crescimento populacional rápido e composto por migrantes oriundos de todas as regiões do país.

Entretanto, para tentar dar uma solução à problemática que se iniciava na região, foram lançados diversos projetos oficiais de colonização através do INCRA. Dessa forma, o primeiro projeto de colonização dirigido em Rondônia - o Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto (PIC – Ouro Preto), adequou trezentas famílias que haviam sido atraídas pela região por uma empresa privada de colonização. Nesse processo de forte atração de indivíduos para a região, realizaram-se diversos Projetos de Integração de Colonização (PIC) e dos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), estrategicamente criados para atender à política de

⁶² A realização do Recenseamento geral de 1970, obedeceu às determinações do Decreto-Lei n.º 369, de 19 de dezembro de 1968, regulamentado pelo decreto n.º 64.520, de 15 de maio de 1969, cujas disposições foram parcialmente alteradas pelo Decreto n.º 65.697 de 12 de novembro do mesmo ano.

⁶³ Análise entre os censos de 1980 e 1991.

ocupação da Amazônia Rondoniense⁶⁴, provocando a intensificação do movimento migratório para a região.

Tal movimento migratório, modificou a estrutura espacial existente na região, além disso, apresentou uma quebra de paradigma existente no estado, que foi deslocar o eixo econômico para os municípios. Em resumo, deslocou a fronteira econômica do sistema produtivo para o interior do estado. Com a intensificação do fluxo migratório teve como consequência imediata, a rápida formação de aglomerados urbanos e a ocupação efetiva da região do Estado, com destaque ao longo da rodovia BR-364.

Dessa maneira, os aspectos históricos e demográficos e sua evolução populacional serão apresentados no período entre 1970 a 2010 que envolve o período inicial com base no censo de 1980.

4.1 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 1980

Na análise da migração do Estado de Rondônia neste decênio, a base de dados utilizada foi o Censo de 1980. Em relação ao período de abrangência, envolveu período entre o Censo de 1970 ao Censo de 1980. Neste período, identificaram-se algumas particularidades relatadas a seguir, por exemplo, o estado possuía apenas 7 (sete) municípios. Por isso, a amostra abrange todos, totalizando 100% dos municípios e com o propósito de atingir 100% da população, como afirmado acima.

Os municípios existentes na época da realização do Censo de 1980 eram Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Porto Velho e Vilhena. Reafirma-se que, a periodização utilizada é a quinquenal no período de 1975 a 1980, pois tal procedimento foi adotado para adequar a análise aos dados publicados e colhidos no Censo. Nesse período, percebeu-se que, os movimentos migratórios de Rondônia, principalmente os interestaduais, assumiram relevante papel no contexto de desenvolvimento econômico regional e também no crescimento demográfico. A propósito disso, o quantitativo da migração interestadual atingiu 178.051⁶⁵ habitantes, ou seja, migrantes de outras Unidades

⁶⁴ Nos anexos 1, 2 e 3, retrata detalhes das informações.

⁶⁵ No apêndice 01, retrata o quantitativo de imigrantes por regiões e unidades federativas.

Federais, conforme retratado no gráfico 1, capítulo 5.

Vinculado a esta informação, logo acima, se soma a migração intraestadual de 19.685 habitantes⁶⁶. Os movimentos de readequação da população ocorridos entre municípios do estado, em busca de emprego e de melhor renda e oportunidades de vida, constituíram a motivação principal para migrar. No quadro da migração intraestadual de 1970 a 2010⁶⁷, ratifica-se o movimento migratório de colonização e adequação da população por um processo de mudança ou opção de escolha entre municípios da região. Também se evidencia a própria transformação política e geográfica do estado, fato determinante e atrativo, como o crescimento de 7 (sete) para 52 (cinquenta e dois) municípios, que provocou na época movimentos populacionais entre os municípios da região. Entre os sete municípios envolvidos, destacaram-se três principais, que tiveram migração intraestadual positiva. A saber: Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena.

O município de Ariquemes foi o mais atrativo no período e revelou um fluxo migratório positivo percentual de 37,37% em relação ao total de 19.685 migrantes do período. O município recebeu 8.201 imigrantes e somente 844 migraram para outros municípios, totalizando um fluxo positivo de 7.357 migrantes recebidos. Em seguida, o município de Pimenta Bueno, que recebeu 3.117 imigrantes e 1.829 habitantes emigraram para outros municípios de Rondônia, totalizando saldo positivo de 1.288 migrantes recebidos. O terceiro e último município com maior fluxo positivo foi Vilhena que recebeu 1.192 imigrantes e 636 emigraram para outros municípios⁶⁸.

Outro destaque apontado neste período, envolve o município de Ji-Paraná, que apresentou a maior emigração do período com o total de 8.931 habitantes, isto é, pessoas que deixaram Ji-Paraná como município de origem para se estabelecerem em outro município do estado. A transição representou um percentual de 45,30%, do movimento migratório intraestadual no período analisado⁶⁹.

⁶⁶ No apêndice 03, retrata o quantitativo de imigrantes por municípios.

⁶⁷ Nos apêndices: 03, 04, 05 e 06, retrata o quantitativo de imigrantes e emigrantes.

⁶⁸ Nos apêndices 03 e 04, retratam o quantitativo de imigrantes e emigrantes de todos os municípios.

⁶⁹ No apêndice 04, retrata o quantitativo de emigrantes de todos os municípios.

4.1.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1970

No movimento migratório interestadual, no período quinquenal de 1975 a 1980, destacou-se principalmente o quantitativo de 178.051 imigrantes provenientes de outras unidades federativas. Porém, a pesquisa apresentou o total de migrantes por região em ordem decrescente, a Região Sul, com 73.324 migrantes e com uma representatividade de 41,18%, seguida pela Região Centro-Oeste com 48.182 migrantes com um percentual de 27,06%. Em seguida, há a Região Sudeste com 31.791 migrantes e uma representatividade de 17,86%. E a seguir, a Região Norte com 14.359 migrantes e uma representatividade percentual de 8,06%. Por último, a Região Nordeste com 10.395 migrantes e uma representatividade de 5,84%⁷⁰.

Os dados levantados no período evidenciaram a importância da migração oriunda de outras Unidades Federativas, com destaque ao estado do Paraná, com 70.011 migrantes⁷¹ e representou um percentual de 39,32% do total de habitantes do período. Em relação às Unidades Federativas, os quatro municípios que mais receberam migrantes do estado do Paraná, foram Ji-Paraná com 21.055 migrantes e uma representatividade percentual de 30,07%; Cacoal com 15.898 migrantes e uma representatividade de 22,71%; Ariquemes com 14.113 migrantes e uma representatividade percentual de 20,16%. O quarto município com maior representatividade foi Vilhena com 12.637 migrantes e 18,05%. Com a apresentação destes quatro municípios, demonstrou-se um percentual de 90,99% do total de migrantes vindo do Paraná⁷².

Portanto, referente às Unidades Federativas relevantes neste período, destacou-se também, o estado do Mato Grosso com 28.624 emigrantes para Rondônia com uma representatividade percentual de 16,08% e o estado do Mato Grosso do Sul com 15.788 emigrantes e uma representatividade percentual de 8,87%, ambos da Região Centro-Oeste. A pesquisa revelou ainda que o município de Porto Velho recebeu 6.544 migrantes do Amazonas neste período, com uma representatividade percentual do total de 3,68%. E o Município de Ji-Paraná recebeu 5.097

⁷⁰ No apêndice 01, retrata o quantitativo de imigração interregional.

⁷¹ No apêndice 01, retrata o quantitativo de imigração interestadual.

⁷² No apêndice 08, retrata o quantitativo de imigrantes e os municípios que os absorveram.

migrantes do Estado do Espírito Santo com uma representatividade percentual de 2,86% do total de migrantes do período analisado⁷³.

4.1.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1970

As migrações, independentemente das classificações, possuem papel preponderante na organização do espaço, nas relações sociais e na construção da cultura. As pessoas quando migram carregam consigo todos os elementos que a constituíram, como sua história, memória e cultura. Ao chegar ao novo local de moradia, esses elementos interagem com a cultura e história locais e daí surgem novos e ricos tipos de relações entre as pessoas e das pessoas com o espaço vivido (MUNDO EDUCAÇÃO, 2017).

A migração internacional acontece por vários motivos, entre eles, destaca-se a busca por melhores condições de vida em outro país relacionada ao trabalho, estudo, saúde e bem-estar, entre outros fatores e são os maiores motivadores para as migrações na atualidade. Essa mudança pode ser definitiva ou temporária, voluntária ou forçada, individual ou em grandes fluxos (MUNDO EDUCAÇÃO, 2017).

Dessa maneira, a análise do período identificou o quantitativo total de 1.518 estrangeiros que migraram para Rondônia⁷⁴. Como os dados apurados pelo IBGE na época não registraram o país de procedência, esta informação não pode ser trabalhada, porém pode-se identificar os municípios que receberam estes estrangeiros. Como no caso dos municípios de: Cacoal com 386 (trezentos e oitenta e seis) migrantes e uma representatividade de 25,43% do total, Ji-Paraná com 314 (trezentos e quatorze) migrantes e 20,69%, Guajará-Mirim com 300 (trezentos) migrantes e 19,76%. Na situação decrescente, aponta o município de Vilhena com 157 (cento e cinquenta e sete) migrantes e 10,34% e, em seguida, Pimenta Bueno com 143 (cento e quarenta e três) migrantes e 9,42%. Estes cinco municípios foram os mais representativos e absorveram 85,64% do total de migrantes estrangeiros.

Faz-se necessário apontar que, no período específico 1975 a 1980, como não existe a informação data fixa, teve a necessidade de se fazer um

⁷³ No apêndice 08, retrata as unidades federativas de origem e os respectivos municípios.

⁷⁴ No apêndice 07, retrata o quantitativo de imigrante internacional.

proxy como tempo de residência na UF, no quadro interestadual e no município, sendo menor que 5 (cinco) anos. Por isso, os valores para as UF's não batem exatamente, pois os filtros são diferentes, porém adequados à apresentação dos valores conforme previamente apontado.

4.2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 1991

Na análise da migração do Estado de Rondônia na década de 1980, utilizou-se a base de dados do Censo de 1991. O período de abrangência envolveu o Censo de 1980 ao Censo de 1991 em que algumas particularidades foram evidenciadas, como por exemplo, o aumento relevante do quantitativo de municípios que saltou de sete para vinte e três. Por essa razão, optou-se pela amostra total dos municípios, totalizando 100% e buscando atingir a totalidade da população para não ocorrer ruptura de análise entre o segundo decênio com o primeiro analisado.

Portanto, os vinte e três municípios existentes quando da realização do censo eram: Alta Floresta d'Oeste, Alvorada d'Oeste, Ariquemes, Cabixi, Cacoal, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão d'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji – Paraná, Machadinho d'Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura, Santa Luzia d'Oeste, São Miguel do Guaporé, Vila Nova do Mamoré e Vilhena.

Como destacado anteriormente, a periodização utilizada foi a quinquenal no período de 1986 a 1991, tal procedimento foi utilizado para adequar a análise aos dados publicados e colhidos no Censo de 1991. Percebeu-se, portanto, que os movimentos migratórios interestaduais e intraestadual se intensificaram neste período. A migração entre os municípios no estado de Rondônia saltou de 19.685 migrantes no censo de 1980 para 88.202 migrantes no censo de 1991. Isso representou um crescimento percentual de 348,07% e demonstrou que estes movimentos de fluxos migratórios foram correntes e fluentes no processo de reordenação política e geográfica da região⁷⁵.

A informação da migração intraestadual com base nos dados e análise levantadas em conformidade ao censo de 1991, comprovaram a

⁷⁵ No apêndice 03, retrata as imigrações intraestaduais por município.

existência dos movimentos de readequação da população ocorridos entre os municípios de Rondônia e sua relevância no período. Entre os municípios apresentados, o município de São Miguel do Guaporé, foi o mais atrativo na migração intraestadual positiva, com uma representatividade percentual de 9,52% em relação ao total de 88.202 migrantes do período. O município recebeu 8.964 migrantes e somente 571 migraram para outros municípios, totalizando 8.393 migrantes positivos⁷⁶.

Na sequência e retratado no quadro 09, há os municípios que neste recorte temporal estudado, se destacaram com o fluxo migratório positivo de maior relevância com seus respectivos percentuais de representatividade.

QUADRO 09 – MIGRAÇÃO POSITIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991

FLUXO MIGRATÓRIO – MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
São Miguel do Guaporé	8.964	10,163%	571	0,647%	8.393	9,516%
Porto Velho	10.213	11,579%	3.853	4,368%	6.360	7,211%
Machadinho d'Oeste	4.329	4,908%	463	0,525%	3.866	4,383%
Alvorada d'Oeste	4.673	5,298%	2.009	2,278%	2.664	3,020%
Alta Floresta d'Oeste	4.225	4,790%	1.657	1,879%	2.568	2,911%
Pimenta Bueno	5.651	6,407%	3.563	4,040%	2.088	2,367%
Vilhena	4.547	5,155%	2.503	2,838%	2.044	2,317%
Total	42.602	-	14.619	-	27.983	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Pelo apresentado, os municípios de São Miguel do Guaporé, Porto Velho, Alvorada d'Oeste e Alta Floresta d'Oeste, Pimenta Bueno e Vilhena fazem parte da faixa de fronteira de Rondônia, conforme retratou a figura 5 no capítulo 3. Os dados apurados, apontaram que em vários municípios importantes da região na época, ocorreram em razão do fluxo migratório negativo e expressivo como o município de Cacoal, de Rolim

⁷⁶ Nos apêndices 03 e 04, retratam os imigrações e emigrações intraestadual.

de Moura e de Ji-Paraná. Portanto, evidenciou-se o rearranjo ocorrido na população do estado nesta época, conforme retrata o quadro 10.

QUADRO 10 – MIGRAÇÃO NEGATIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1986 A 1991

FLUXO MIGRATÓRIO NEGATIVO - MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
Cacoal	4.987	5,654%	12.431	14,094%	- 7.444	8,440%
Rolim de Moura	3.636	4,122%	10.530	11,939%	- 6.894	7,816%
Ji – Paraná	4.883	5,536%	10.641	12,064%	- 5.758	6,528%
Ouro Preto d'Oeste	3.588	4,068%	6.765	7,670%	- 3.177	3,602%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Além dos quatro municípios apresentados por relevância, no quadro 10, o fluxo migratório negativo também ocorreu entre outros sete municípios, como em Cerejeiras, Colorado do Oeste, Espigão d'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Presidente Médici e Santa Luzia d'Oeste, conforme retratado nos apêndices 03 e 04.

4.2.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1980

O movimento migratório interestadual no período quinquenal de 1986 a 1991 analisado, apresenta o quantitativo de 127.064 migrantes recebidos de outras unidades federativas⁷⁷. Em relação ao total de migrantes por região em ordem decrescente, a Região Sudeste apareceu em primeiro lugar com 36.495 migrantes e com uma representatividade de 28,72% do total de migrantes. Na sequência, há Região Sul com 27.384 migrantes e com uma representatividade de 21,55% do total de migrantes no período analisado.

A Região Centro-Oeste apareceu em terceiro lugar com 22.185 migrantes e uma representatividade de 17,46%. Na sequência está a Região Nordeste com 21.389 migrantes, com uma representatividade de 16,83%

⁷⁷ No apêndice 01, retrata a imigração interestadual e interregional.

e, por último, a Região Norte com 19.608 migrantes e uma representatividade de 15,43%. Assim, ao analisar a evolução populacional do estado, por regiões, entre o decênio atual com o anterior, identificou-se que no período anterior, a Região Sul foi a maior cedente de emigrantes, seguida das Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste com 178.051 emigrantes. Enquanto que, no decênio atual, ocorreu uma situação divergente, com destaque para a Região Sudeste em primeiro lugar, seguida das Regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sul com 127.064 emigrantes⁷⁸.

Em relação às Unidades Federativas, o destaque inicial apontou o estado do Paraná, com 23.475 migrantes e uma representatividade de 18,48% do total. Seguido do estado do Espírito Santo, com 14.695 migrantes e uma representatividade de 11,57%. Em terceiro lugar, apareceu o Mato Grosso com 11.659 migrantes e uma representatividade de 9,18%, seguido de Minas Gerais com 11.240 migrantes e uma representatividade de 8,85%, exposto no apêndice 01.

Em continuidade, aparece o estado de São Paulo com 8.179 migrantes e uma representatividade de 6,44%, seguido do estado do Amazonas com 7.660 migrantes e uma representatividade de 6,03%. Com o propósito de identificar os municípios de Rondônia que receberam a população provenientes de outros estados, pela análise realizada, destacou-se em primeiro, o município de Porto Velho com 40.056 migrantes e absorção de 31,52% do total recebido no período⁷⁹.

Outros municípios de quantitativos expressivos foram Ariquemes com 9.427 migrantes e uma representatividade proporcional de 7,42%, seguido por Ouro Preto do Oeste com 9.196 migrantes e uma representatividade de 7,24%. O quarto município que foi alvo do fluxo migratório de outros estados no período analisado, foi Cacoal com 8.095 migrantes recebidos e uma representatividade de 6,37%. Em comparativo ao decênio atual com o anterior, isto é, do Censo de 1991 em relação ao censo de 1980, teve-se uma migração menor em 50.987 migrantes, porém o total de 127.064 migrantes absorvidos pelo estado de Rondônia no período, tornou-se um quantitativo expressivo que alterou a dinâmica migratória no estado.

⁷⁸ No apêndice 01, retrata a imigração interestadual e entrar-regional.

⁷⁹ No apêndice 09, retrata a imigração interestadual e interregional por municípios.

4.2.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1980

O fluxo de migração internacional ocorrido no decênio, de acordo com os dados apurados e analisados da pesquisa, identificou 1.060 pessoas provenientes de sete países para fixar residência no estado de Rondônia⁸⁰. A procedência dos emigrantes estrangeiros ocorreu de países localizados no continente americano, como por exemplo, a Bolívia com 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) migrantes, Paraguai 335 (trezentos e trinta e cinco) migrantes, com destaque à participação destes dois países em 83,87% do total de migrantes internacionais, conforme retrata o quadro 11. A Venezuela com 95 (noventa e cinco) migrantes e a Colômbia com 10 (dez) migrantes encerrou o ciclo do continente americano.

QUADRO 11 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – PAÍS DE ORIGEM - 1986 A 1991

País	%	Rondônia
Bolívia	52,264%	554
Colômbia	0,943%	10
Paraguai	31,604%	335
Venezuela	8,962%	95
Alemanha	1,604%	17
Espanha	1,226%	13
Portugal	2,642%	28
País não especificado	0,755%	8
Total	100,00%	1.060

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Provenientes do continente europeu, há migrantes da Alemanha, Espanha e Portugal com 17 (dezessete), 13 (treze) e 28 (vinte e oito), respectivamente. O município de Porto Velho foi o que mais recebeu imigrantes internacionais, com o total de 234 (duzentos e trinta e quatro) migrantes, seguido pelos municípios de Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Alvorada d'Oeste com 209 (duzentos e nove), 157 (cento e cinquenta e sete) e 88 (oitenta e oito) migrantes, respectivamente.

⁸⁰ O apêndice 07, retrata a imigração internacional de 1970 a 2010.

4.3 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 2000

Na análise da migração do Estado de Rondônia na década de 1990, a base de dados utilizada foi o Censo de 2000. O período de abrangência considerou do Censo de 1991 até o Censo de 2000. Foram 52 (cinquenta e dois) municípios analisados neste período, um acréscimo de 29 (vinte e nove) municípios em relação ao decênio anterior. Este aumento entre os censos, já demonstrou as transformações políticas e geográficas ocorridas e o processo de mudanças espaciais em ebulição, que estava ocorrendo no estado de Rondônia.

Portanto, todos os municípios sofreram modificações decorrentes do movimento migratório, a amostra escolhida na pesquisa abrangeu 100% dos municípios, com o propósito de atingir a totalidade da população, como afirmado anteriormente neste capítulo. A periodização utilizada foi a quinquenal no período de 1995 a 2000, como já destacado também anteriormente. O procedimento foi utilizado para adequar a análise dos dados publicados no Censo de 2000.

Porém, quanto à forma de apresentação dos dados, escolheu-se uma forma didática mais reduzida e considerada mais apropriada. Escolheram-se 17 (dezesete) municípios mais representativos por quantitativo populacional de conformidade com o recorte do período da pesquisa (1970 a 2010). Contudo, os outros municípios foram apresentados de maneira consolidada em outro quadro com a nomenclatura D+, estão retratados nos apêndices 04 e 05.

Os municípios com maior representatividade populacional são Alta Floresta d'Oeste, Alvorada d'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cacoal, Candeias do Jamari, Cujubim, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho d'Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e Vilhena.

Os municípios D+, que os dados foram apresentados de forma consolidada são Alto Alegre do Parecis, Alto Paraíso, Cabixi, Cacaupônia, Campo Novo de Rondônia, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Costa Marques, Corumbiara, Espigão d'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, Nova União,

Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Pimenteiras do Oeste, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Santa Luzia d'Oeste, São Felipe do Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso. Ressalta-se que, os dados individualizados destes municípios estão retratados nos apêndices 05 e 06.

Os movimentos migratórios continuaram ocorrendo e, a migração entre municípios no estado de Rondônia cresceu dos 88.202 migrantes na década anterior e atingiu os 128.520 migrantes no censo de 2000⁸¹. Tal número representou um crescimento percentual de 45,71% e um aumento em quantitativo de 40.318 imigrantes. O indicador confirmou a existência deste fluxo migratório entre os municípios de Rondônia na década analisada.

Entre os municípios apresentados individualmente, o destaque principal se remeteu ao município de Buritis, que se tornou o mais atrativo na migração intraestadual, com uma representatividade percentual de 9,26% em relação ao total de 128.520 migrantes do período analisado. O município recebeu 11.895 migrantes e somente 758 (setecentos e cinquenta e oito) migrantes migraram para outros municípios de Rondônia, totalizando 11.137 migrantes positivos⁸².

Na sequência, o segundo maior município atrativo da migração intraestadual positiva no período analisado foi Vilhena, com uma representatividade percentual de 5,14% em relação ao total de 128.520 migrantes. A particularidade no município de Vilhena é que recebeu 6.608 migrantes e teve um quantitativo expressivo de 3.257 que migraram para outros municípios, que representou 46,33% do total dos migrantes recebidos. Este município totalizou um fluxo positivo de 3.773 migrantes no período analisado.

⁸¹ Nos apêndices 03 e 05, no apêndice 03 (valor 79.992) + Apêndice 05 (valores 1.881 + 46.647) = 128.520

⁸² Nos apêndices:03,04,05 e 06. Retratam a imigração e a emigração intraestadual

QUADRO 12 – FLUXO MIGRAÇÃO POSITIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2000

FLUXO MIGRATÓRIO POSITIVO – MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
Buritis*	11.895	9,255%	758	0,590%	11.137	8,666%
Vilhena*	6.608	5,142%	3.257	2,534%	3.351	2,607%
São Francisco do Guaporé*	3.404	2,649%	470	0,366%	2.934	2,283%
Candeias do Jamari	2.706	2,106%	596	0,464%	2.110	1,642%
São Miguel do Guaporé*	3.539	2,754%	1.535	1,194%	2.004	1,559%
Machadinho d'Oeste	3.916	3,047%	2.224	1,730%	1.692	1,317%
Cujubim	1.844	1,435%	465	0,362%	1.379	1,073%
Alto Paraíso	1.421	1,106%	700	0,545%	721	0,561%
Nova Mamoré*	1.115	0,868%	465	0,362%	650	0,505%
Nova Brasilândia d'Oeste*	1.726	1,343%	1.238	0,963%	488	0,380%
Total	38.174	-	11.708	-	26.466	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Na análise dos 10 (dez) municípios de maior relevância no fluxo migratório positivo foi retratado no quadro 12, evidenciando a hegemonia do município de Buritis em relação aos demais municípios com fluxo migratório positivo e apresentou o escore dos demais municípios.

Os municípios apontados com o símbolo de asterisco no quadro 12, pertencem à faixa de fronteira de Rondônia. Os dados levantados na pesquisa apontaram que em vários municípios importantes ocorreu fluxo migratório negativo, com destaque para o município de Jaru que recebeu 2.698 imigrantes com uma representatividade percentual de 2,10% do total de 128.520 migrantes neste período analisado e 10.116 emigrantes que representa 7,87% do total. Como resultado há uma migração negativa de 7.418 migrantes. Além do município de Jaru, no quadro a seguir, apresenta-se por relevância populacional os oitos municípios com fluxo migratório negativo.

QUADRO 13 – FLUXO DE MIGRAÇÃO NEGATIVA INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2000

FLUXO MIGRATÓRIO NEGATIVO – MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
Jaru	2.698	2,099%	10.116	7,871%	-7.418	5,772%
Ji – Paraná	6.658	5,181%	12.188	9,483%	-5.530	4,303%
Colorado do Oeste*	679	0,528%	4.507	3,507%	-3.828	2,979%
Cacoal	5.126	3,988%	9.235	7,186%	-4.109	3,197%
Rolim de Moura*	3.811	2,965%	7.454	5,800%	-3.643	2,835%
Ouro Preto do Oeste	3.267	2,542%	6.519	5,072%	3.252	2,530%
Pimenta Bueno*	1.594	1,240%	4.289	3,337%	2.695	2,097%
Cerejeiras*	1.416	1,102%	3.889	3,026%	2.473	1,924%
Total		-		-		-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2107. IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Assim, todos os municípios foram analisados individualmente para se obter os fluxos migratórios positivos e negativos. Todavia, nos quadros anteriores foram apresentados os de maiores relevâncias na pesquisa e, nos apêndices 03,04,05 e 06 retratam-se os valores representativos de todos os municípios individualmente. No quadro 13, o indicativo do símbolo de asterisco ressalta a participação do município pertencente a faixa de fronteira.

4.3.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 1990

O movimento migratório interestadual no período analisado de 1995 a 2000, apresentou o quantitativo de 84.330 migrantes recebidos de outras unidades federativas, retratado no apêndice 01. Ainda, na perspectiva de revelar o levantamento do total de migrantes por região do Brasil, apresentou-se por ordem decrescente no período analisado, a Região Sudeste aparece em primeiro lugar com 24.725 migrantes e uma representatividade em percentual de 29,32% do total.

A região Centro-Oeste ocupa a segunda posição com o total de 18.898 migrantes e uma representatividade percentual de 22,41%. Na sequência, a Região Norte com 16.200 migrantes e 19,21%. Em quarto

lugar, a Região Nordeste com 11.865 migrantes e 14,07%. E a quinta região é a Região Sul, com 11.637 migrantes e uma representatividade de 13,80%⁸³.

QUADRO 14 – MIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL PARA RONDÔNIA – 1995 A 2000

Matriz Migratória de UF's por Região para Rondônia – 1995 a 2000					
Região Norte			Região Centro – Oeste		
Estado	Total Migrantes	%	Estado	Total Migrantes	%
Acre	5.070	31,296	Distrito Federal	560	2,963
Amapá	179	1,105	Goiás	2.225	11,774
Amazonas	7.086	43,741	Mato Grosso	12.365	65,430
Pará	2.802	17,296	Mato Grosso do Sul	3.748	19,833
Roraima	650	4,012	Total Região C.Oeste	18.898	100,000
Tocantins	413	2,550			
Total Região Norte	16.200	100,000	Região Sudeste		
			Espírito Santo	7.754	31,361
			Minas Gerais	6.699	27,094
			Rio de Janeiro	1.571	6,354
Região Nordeste			São Paulo	8.701	35,191
Alagoas	352	2,967	Total Região Sudeste	24.725	100,000
Bahia	2.621	22,090			
Ceará	2.124	17,901			
Maranhão	2.775	23,388			
Paraíba	1.007	8,487	Região Sul		
Pernambuco	1.513	12,752	Paraná	9.008	77,409
Piauí	683	5,756	Rio G. do Sul	1.390	11,945
Rio G. do Norte	552	4,652	Santa Catarina	1.239	10,646
Sergipe	238	2,006	Total Região Sul	11.637	100,000
Total Região Nordeste	11.865	100,000			
Total Todas Regiões				83.325	
UF não especificado				1.005	
Total Geral				84.330	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

⁸³ No apêndice 01, retrata a imigração interregional.

Em relação à evolução populacional decorrente do fluxo migratório recebido de outras unidades federativas do Brasil, é importante destacar os estados do: Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Amazonas e Minas Gerais. Tais números evidenciam a contribuição populacional da Região Sudeste, uma vez que entre os seis estados mais relevantes, três são pertencentes a esta região. O estado do Mato Grosso aparece primeiro como fornecedor com 12.365 migrantes e uma representatividade de 14,66%, seguido do estado do Paraná com 9.008 migrantes e uma representatividade de 10,68%⁸⁴.

Em terceiro lugar, há a representatividade de São Paulo, com 8.701 migrantes e 10,32%; seguido do estado do Espírito Santo com 7.754 migrantes e uma representatividade de 9,20%. Na sequência, o estado do Amazonas com 7.086 migrantes e uma representatividade de 8,40%; em seguida, o estado de Minas Gerais com 6.699 migrantes e representatividade de 7,99%⁸⁵.

Outro apontamento identificado na pesquisa remete ao município mais relevante de Rondônia que recebeu a maior população proveniente de outros estados, de acordo com a análise, destacou-se o município de Porto Velho com 23.516⁸⁶ migrantes com absorção de 28,30% do total.

4.3.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 1990

De conformidade com os dados do Censo de 1990 e com as tabulações especiais do NEPO/UNICAMP, no período de 1995 a 2000, o movimento internacional apresentou o quantitativo de 1.125 migrantes vindos de 11 (onze) países⁸⁷ de origem.

A Bolívia se destacou em primeiro lugar com o quantitativo de 472 emigrantes e 41,96% do total de migrantes do período. Isto se explica em decorrência de sua proximidade com a faixa de fronteira com o estado de Rondônia e os 1.342 km em extensão existentes e limites diretos com nove municípios pertencentes ao estado de Rondônia a saber, Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Costa Marques, São Francisco do

⁸⁴ No apêndice 01, retrata a imigração interestadual e interregional.

⁸⁵ No apêndice 01, retrata a imigração interestadual.

⁸⁶ No apêndice 10, retrata a imigração interestadual e inter-regional por municípios.

⁸⁷ No apêndice 07, retrata a imigração internacional no período de 1970 a 2010.

Guaporé, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre do Parecis, Pimenteiras do Oeste e Cabixi.

Entre os cinco países em maior representatividade de emigrantes, há ainda, o Paraguai com 252 (duzentos e cinquenta e dois) emigrantes e 22,40%, o Japão com 110 (cento e dez) emigrantes e 9,78%, o Peru com 99 (noventa e nove) emigrantes e 8,80%; em quinto, no escore de ordem decrescente está a Venezuela, com 75 (setenta e cinco) emigrantes e 6,67%. Chama a atenção o quantitativo de emigrantes japoneses e a atenção que os mesmos estão recebendo do próprio Japão, justo porque o cônsul-geral do país, Shugi Goto, esteve na cidade de Porto Velho, em 17 de março de 2017 para estimular o desenvolvimento econômico e cultural entre os dois países.

Em relação à distribuição destes emigrantes nos municípios do estado, o município de Porto Velho se destacou com 193 (cento e noventa e três) migrantes, um percentual de representatividade de 17,16% do total, o município de Guajará-Mirim, com 162 (cento e sessenta e dois) migrantes e um percentual de 14,40%, o município de Costa Marques com 86 (oitenta e seis) migrantes internacionais e uma representatividade percentual de 7,64%, o município de Cacoal com 74 (setenta e quatro) migrantes e 6,58% e o município de São Miguel do Guaporé, com 64 (sessenta e quatro) migrantes e 5,69% de representatividade percentual. Estes cinco municípios representaram 51,47% do total da migração internacional do decênio analisado.

4.4 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE RONDÔNIA – BASE CENSO DE 2010

Na análise do fluxo migratório do Estado de Rondônia, na década de 2000, a base de dados utilizada é o Censo de 2010. O período de abrangência será do Censo de 2000 até o Censo de 2010. O total de municípios do estado foi inalterado, permaneceu o mesmo quantitativo de cinquenta e dois municípios do censo anterior e quanto ao fluxo migratório e às modificações decorrentes deste processo, a amostra escolhida abrangeu todos os municípios, considerando 100% dos municípios, sempre com o propósito de atingir a totalidade da população.

Entretanto, quanto à forma de apresentação dos dados, optou-

se pela mesma adotada no período anterior. Os 17 (dezessete) municípios com maior relevância populacional estão individualizados e os dados dos demais municípios foram estudados individualmente com dados demonstrado no quadro fluxo migratório intraestadual denominado Municípios D+, período 2005 a 2010⁸⁸. A periodização utilizada foi a quinquenal no período de 2005 a 2010, como destacado anteriormente, o procedimento foi utilizado para adequar a análise dos dados publicados com o Censo de 2010. Ainda, neste último período analisado, percebeu-se que, os movimentos migratórios entre os municípios de Rondônia, persistem e com uma intensidade muito significativa. Esta última década se mantém no mesmo nível quantitativo que na década anterior.

Observou-se que em relação à década anterior, ocorreu um aumento expressivo dos movimentos migratórios entre os municípios chegando a um aumento percentual representativo de 45,71%. Este quantitativo permaneceu estável nesta última década, identificando que os processos de adequação da população entre os municípios do estado continuam representativos.

Pelo apresentado, identificou-se também que a migração entre os municípios no estado permanece próxima a 120 mil migrantes, apontando uma representatividade um pouco menor em comparação ao censo anterior de 2000. O quantitativo atingido neste período de 117.547 migrantes intraestadual⁸⁹ em comparação ao período anterior de 128.520 migrantes, está nos mesmos níveis, com uma pequena diminuição na última década. No entanto, entre os municípios apresentados individualmente neste decênio analisado, o destaque principal coube à capital do estado, o município de Porto Velho, que se tornou o mais atrativo na migração intraestadual neste período analisado, com uma representatividade percentual de 13,04%, em relação ao total de 117.547 migrantes. O município recebeu 15.322 migrantes e de sua população 7.890 migraram para outros municípios do estado, totalizando 7.432 migrantes positivos. Assim, o município de Porto Velho, no período anterior, teve um fluxo migratório intraestadual negativo de 2.433 migrantes, resultado de uma população imigrante de 7.439 e de uma

⁸⁸ Nos apêndices: 03, 04, 05 e 06, retrata a imigração e a emigração intraestadual.

⁸⁹ Nos apêndices 03 e 05: no apêndice 03 (valor 77.737) + apêndice 05 (valores 44 + 39.766) = 117.547

população emigrante de 9.872 pessoas.

De sobremaneira, o município de Vilhena que tinha sido o segundo em maior atratividade de migração intraestadual na década anterior, repetiu o mesmo resultado para o período atual, com uma representatividade percentual de 3,94% e com o quantitativo de 4.626 migrantes em relação ao total percentual 117.547 migrantes. Portanto, em relação ao período anterior, constatou-se que o quantitativo apresentado diminuiu para 6 (seis) municípios no fluxo migratório intraestadual, no quadro 15 são retratados os municípios e seus respectivos quantitativos e percentuais representativos.

Destaca-se a relevância dos municípios de Cujubim, Candeias do Jamari, Nova Mamoré e Alto Paraíso, que se fizeram presentes nos dois últimos períodos analisados serão expostos aspectos individualizados dos mesmos. Dando sequência, à ordem dos municípios apresentados, o município de Cujubim registrou no período atual um fluxo migratório intraestadual positivo de 3.969 migrantes.

QUADRO 15 – FLUXO MIGRATÓRIO POSITIVO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 2005 A 2010

FLUXO MIGRATÓRIO POSITIVO – MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
Porto Velho*	15.322	13,035	7.890	6,712	7.432	6,323
Vilhena*	8.448	7,187	3.822	3,251	4.626	3,935
Cujubim	4.802	4,085	833	0,709	3.969	3,377
Candeias do Jamari	3.586	3,051	1.082	0,920	2.504	2,130
Nova Mamoré*	3.456	2,940	1.178	1,002	2.278	1,938
Alto Paraíso	2.023	1,721	954	0,812	1.069	0,909
Total	37.637	-	15.759	-	21.878	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Com base no exposto no quadro 15, evidenciou-se que a população no início do período era de 9.211 habitantes, que residiam no município de Cujubim. Neste período, ocorreu um ingresso de 4.802 migrantes, confirmando o aumento populacional em representatividade percentual de 52,13%. No período anterior, o município registrou um fluxo migratório positivo intraestadual de 1.444 migrantes, com uma

população no início do período de 4.352 habitantes e um ingresso de 1.909 migrantes, registrando um aumento populacional percentual de 43,87%. Os fatos apresentados corroboram à posição do município em ser atrativo de migrantes na região nos dois últimos períodos analisados. Os símbolos de asteriscos no quadro 15, indicaram os municípios que pertencem à faixa de fronteira do estado de Rondônia.

A análise do município de Candeias do Jamari apresentou um fluxo migratório positivo de 2.504 migrantes no período atual, e de 2.368 no período anterior. Com uma representatividade percentual em relação ao início do período de 25,86% e de 32,37%, respectivamente, aos períodos atual e anterior como município atrativo de migrantes. Com relação ao município de Nova Mamoré identificou um fluxo migratório intraestadual positivo de 2.278 migrantes no período atual e de 876 migrantes no período anterior. Com uma representatividade em relação ao início do período de 20,26% e de 10,76%, respectivamente, aos períodos atual e anterior como município atrativo de migrantes.

O último município de relevância analisado é Alto Paraíso que apresentou um fluxo migratório positivo de 1.069 migrantes no período atual e de 893 (oitocentos e noventa e três) migrantes no período anterior. Com uma representatividade em relação ao início do período de 14,47% e de 13,74%, respectivamente, aos períodos atual e anterior como município atrativo de migrantes, demonstrando uma regularidade nos dois períodos analisados em atratividade de migrantes.

Por fim, as alterações positivas dos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari e Nova Mamoré, estão diretamente relacionadas ao ciclo econômico das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira, abordado anteriormente. Estes municípios serviram de polo atrativo populacional às famílias de funcionários e também a diversas empresas e demais prestadores de serviço para atender às necessidades do projeto das usinas.

Os dados levantados na pesquisa, apontaram que em vários municípios importantes ocorreram fluxo migratório negativo com destaque para o município de Jaru que recebeu 2.875 imigrantes com uma representatividade percentual de 2,45% do total de 117.547 migrantes no período analisado; e, 8.159 emigrantes que representam 6,94% do total. Como resultado houve uma migração negativa de 5.284 migrantes. Além do município de Jaru, no quadro 16, apresentam-se por relevância

populacional, os seis municípios com fluxo migratório negativo.

Assim, uma análise entre o fluxo migratório negativo do período atual com o anterior, identificou-se que os municípios de Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno, possuem um papel de município polo para recebimento de migrantes na região. Em síntese, a população faz uma escolha inicial para este município e depois de conhecer a região “*in-locco*”, opta por residir em outro município do estado. O símbolo de asterisco no quadro 16, indica que o município pertence à faixa de fronteira do estado.

QUADRO 16 – FLUXO MIGRATÓRIO NEGATIVO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 2005 A 2010

FLUXO MIGRATÓRIO NEGATIVO – MUNICÍPIOS MAIOR REPRESENTATIVIDADE						
Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Resultado	%
Jaru	2.875	2,446%	8.159	6,941%	- 5.284	- 4,495
Ouro Preto do Oeste	2.571	2,187%	5.135	4,368%	- 2.564	-2,181
Ji – Paraná	6.250	5,317%	8.559	7,281%	- 2.309	-1,964
Cacoal	5.146	4,378%	7.522	6,399%	-2.376	-2,021
Ariquemes	5.847	4,974%	7.633	6,494%	-1.786	-1,519
Colorado do Oeste*	864	0,735%	2.514	2,139%	-1.650	-1,404
Total		-		-		-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

4.4.1 Migração Interestadual de Rondônia no decênio de 2000

O movimento migratório interestadual no período de 2005 a 2010 analisado, apresentou o quantitativo de 74.770 migrantes recebidos de outras unidades federativas, retratados no apêndice 01. Com isso, analisa-se em todos os períodos o total de migrantes por região do Brasil. Por ordem decrescente no período analisado há a Região Centro-Oeste em primeiro lugar, com 19.048 migrantes e uma representatividade em percentual de 25,48% do total. Tal região desbancou a região Sudeste que teve os dois últimos períodos anteriores em primeiro lugar e, neste período, apareceu em terceiro lugar.

A região Norte ocupou a segunda posição com o total de 15.942 migrantes e uma representatividade percentual de 21,32%. Na sequência,

está a Região Sudeste com 13.223 migrantes e 17,69%. Em quarto lugar, a Região Nordeste com 9.207 migrantes e 12,31%. E, em quinto lugar, a Região Sul, com 8.445 migrantes e uma representatividade de 11,30%. Em relação à evolução populacional decorrente do fluxo migratório vindo de outros estados do Brasil, é importante destacar os estados do Mato Grosso, Amazonas, São Paulo, Paraná e Acre. Tais movimentos evidenciaram a contribuição populacional da Região Centro-Oeste e Norte, no período em análise.

O estado do Mato Grosso despontou como primeiro provisor com 13.876 migrantes e uma representatividade de 18,56%, seguido do estado Amazonas com 6.145 migrantes e uma representatividade de 8,22%. Em terceiro lugar, há a representatividade do estado de São Paulo, com 5.936 migrantes e 7,94%, seguido do Paraná com 5.121 migrantes e representatividade de 6,85%. Na sequência, há o estado do Acre com 5.017 migrantes e uma representatividade de 6,71%.

QUADRO 17 – MIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL PARA RONDÔNIA – 2005 A 2010

Matriz Migratória Interestadual de UF's por Região para Rondônia – 2005 a 2010					
Região Norte			Região Centro – Oeste		
Estado	Total Migrantes	%	Estado	Total Migrantes	%
Acre	5.017	31,470	Distrito Federal	409	2,147
Amapá	117	0,734	Goiás	2.553	13,403
Amazonas	6.145	38,546	Mato Grosso	13.876	72,848
Pará	2.869	17,996	Mato Grosso do Sul	2.210	11,602
Roraima	685	4,297	Total Região C.Oeste	19.048	100,000
Tocantins	1.109	6,956			
Total Região Norte	15.942	100,000			
			Região Sudeste		
			Espírito Santo	2.231	16,872
			Minas Gerais	3.962	29,963
			Rio de Janeiro	1.094	8,273
Alagoas	436	4,736	São Paulo	5.936	44,892
Bahia	1.895	20,582	Total Região Sudeste	13.223	100,000
Ceará	1.626	17,660			
Maranhão	2.599	28,229	Região Sul		
Paraíba	825	8,961	Paraná	5.121	60,639

Pernambuco	805	8,743	Rio G. do Sul	1.446	17,123
Piauí	357	3,877	Santa Catarina	1.878	22,238
Rio G. do Norte	448	4,866	Total Região Sul	8.445	100,000
Sergipe	216	2,346			
Total Região Nordeste	9.207	100,000			
Total Todas Regiões				65.865	
Ignorado (aplicado)				8.584	
Não sabe UF's				321	
Total Geral				74.770	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

A pesquisa identificou os municípios com maior relevância de Rondônia em relação à população proveniente de outros estados, destacou-se o município de Porto Velho com 32.380⁹⁰ migrantes com absorção de 43,31% do total de migrantes no período analisado; outros municípios também tiveram papel importante neste período como municípios atrativos de migrantes interestadual foram, Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Rolim de Moura, Buritis, Jaru e Pimenta Bueno. O município de Vilhena foi o segundo maior relevante em atratividade de outras unidades federativas, com 7.033 migrantes e uma representatividade percentual de 9,41%. Em seguida, há o município de Ji-Paraná como receptor de 4.307 migrantes e uma representatividade em percentual de 5,76%.

Quanto ao município de Ariquemes, apontou-se como o quarto maior atrativo em relação à migração interestadual com 3.739 migrantes e uma representatividade de 5,00%. O próximo na ordem decrescente é o município de Cacoal, com 2.524 migrantes e uma representatividade 3,38%.

4.4.2 Migração Internacional de Rondônia no decênio de 2000

De conformidade aos dados do Censo de 2010 e com as tabulações especiais do NEPO/UNICAMP, no período de 2005 a 2010, o movimento migratório internacional apresentou o quantitativo de 3.606

⁹⁰ No apêndice 11, retrata a imigração interestadual e interregional por municípios.

migrantes para o estado de Rondônia, provenientes de 19 (dezenove) países. Assim, os países de origem relevantes no período foram, Estados Unidos com 1.422 migrantes e uma representatividade percentual de 39,43% do total, seguido de Portugal com 605 (seiscentos e cinco) migrantes e uma representatividade percentual de 16,78% e a Bolívia despontou neste escore com 494 (quatrocentos e noventa e quatro) migrantes e uma representatividade de 13,70%.

Além destes países, destacaram-se a Espanha com 366 (trezentos e trinta e seis) migrantes e um percentual de 10,15%, o Japão com 254 (duzentos e cinquenta e quatro) migrantes 7,04%. Estes cinco países representam 87,11% do percentual de migrantes estrangeiros recebidos em Rondônia no período. Em comparação ao período anterior, a Bolívia mesmo ocupando o segundo lugar, confirmou a tendência de que a faixa de fronteira existente com o estado de Rondônia acabou sendo um atrativo para alguns membros da população do país virem buscar uma nova perspectiva de emprego, de melhor renda e de cultura, entre outras condições para migrar.

Por conseguinte, o destaque de maior relevância no período é apontado com os Estados Unidos, que desponta o maior quantitativo de imigrantes. Nesse caso específico, deve-se aguardar até o próximo decênio para ver se estes índices se repetem. No entanto, evidenciou-se que o ciclo econômico da agricultura e o ciclo econômico da construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, contribuíram para um atrativo de migrantes de países estrangeiros na região. Ainda, referente aos migrantes internacionais, todos os 52 (cinquenta e dois) municípios foram analisados individualmente, porém por questão didática, na apresentação do quadro 24, apêndice 07, constaram somente os municípios de maior relevância populacional que foram destacados.

Nesse sentido, os municípios que mais receberam migrantes estrangeiros neste período em ordem decrescente foram, Porto Velho, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Vilhena e Jaru. A capital do estado Porto Velho, recebeu 658 (seiscentos e cinquenta e oito) migrantes estrangeiros, Ji – Paraná, 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) migrantes e em terceiro lugar o Município de Ouro Preto do Oeste com 282 (duzentos e oitenta e dois) migrantes, Jaru com 205 (duzentos e cinco) migrantes e Vilhena com 194 (cento e noventa e quatro) migrantes encerram os cinco municípios

que mais receberam migrantes estrangeiros e representaram 49,78% do total.

Assim, pode-se afirmar que os ciclos econômicos ocorridos no estado tiveram uma relação de atratividade e provocaram os movimentos migratórios, quase sempre, relacionados a política governamental do país. No período pós metade do decênio de 1960 e no decênio de 1970 e 1980, a política nacional implementada pelo governo militar brasileiro, gerou uma busca por terras e/ou emprego, lê-se nova oportunidade, na região que provocou um processo de colonização, de exploração extrativista e de desenvolvimento econômico na região.

Nos dois últimos decênios analisados, que foi o último do século vinte e o primeiro do século vinte e um, identificaram-se os fatores relacionados ao ciclo da agricultura que contribuíram no processo de motivação deste desenvolvimento. Estes fatores presentes nos dias atuais, como divulgado na primeira semana de junho de 2017 na manchete, Rondônia receberá recursos do Plano Safra 2017/2018, lançado pelo governo federal de 2,7 bilhões para ser implantado no agronegócio (ALVES, 2017).

Na realidade, Rondônia ainda é um estado de grandes investimentos em crédito rural em comparação a outras unidades da federação que já estão estabilizadas, necessitando de recursos apenas para as áreas de produção. O estado se encontra na fase de custeio e dos investimentos que são altos, porém uma característica é que a inadimplência na região é baixa, que passa a ser visto como um bom negócio para a aplicação de novos recursos pelas instituições financeiras. É importante observar que, neste momento de hoje da política nacional, a musculatura do agronegócio no estado tem chamado atenção pelo desenvolvimento que vem impulsionando os outros setores da economia regional. Na composição do agronegócio citada acima, destaca-se o café, a carne, o leite, o peixe e ainda a pecuária de corte, a soja e o milho que são os carros-chefes da agricultura em Rondônia.

5. ANÁLISES DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DE RONDÔNIA

A pesquisa realizada e apresentada permitiu explicar que o estado de Rondônia iniciou sua base produtiva impulsionada pelas políticas nacionais, dos períodos estudados, por meio do investimento econômico. Os governos atuaram, via incentivos, pela integração da região aos mercados interno e externo e provocaram ações de colonização. Logo, este movimento de migrantes foram atores neste processo. Nesse momento histórico entre as décadas de 1970 a 2010 transcorreram-se quarenta anos de transformações econômicas e sociais, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento e o crescimento demográfico da região.

Na década de 1970, a área em questão era palco da defesa da ocupação pela população, para garantir que a região de fronteira fosse um grande atrativo para as famílias e indivíduos. A expansão da população na região repercutiu e possibilitou a este espaço geográfico, tal como apontado, ser considerado como uma das novas fronteiras do país⁹¹.

Dessa maneira, foi comprovado um aumento relevante de migrantes, que proporcionou à região ser classificada como um dos principais locais de destinos migratório no país. Conforme dados analisados⁹², a região iniciou nos anos 1970 com uma população total de 116.620 habitantes e terminou o decênio com 503.125 habitantes, evidenciando um aumento percentual representativo de 331,42%.

Analisando a questão dos impactos dos movimentos migratórios, Rippel (2005), aponta que pequenos produtores rurais do estado do Paraná nos anos de 1970, sejam eles agregados, arrendatários ou proprietários, precisaram abandonar o campo com o intuito de conseguir trabalho em outro local ou noutro cenário econômico em função disso, além dos paranaenses, Rondônia recebeu migrantes de todas as unidades federativas brasileira⁹³, com destaque aos estados do Mato Grosso, do

⁹¹ Brasil. Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. E a Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

⁹² Base de dados analisada, IBGE - Censos demográficos 1970 e 1980.

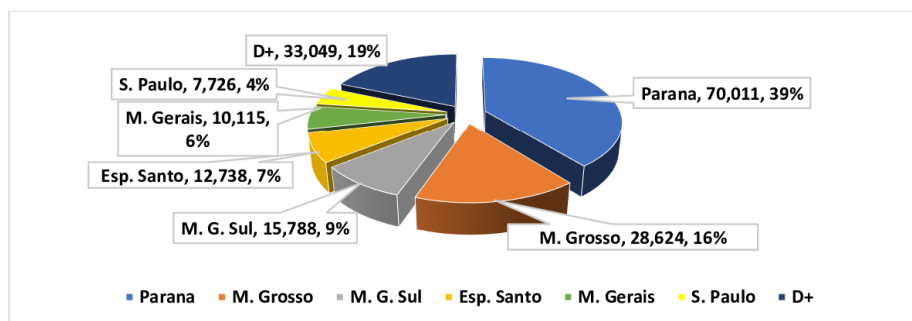
⁹³ No apêndice 01, retrata a imigração interestadual.

Mato Grosso do Sul, do Amazonas e do Acre, que se ratificaram pelo posicionamento apontado na pesquisa, o qual, evidenciou a proximidade territorial de fronteira ser um fator preponderante no processo migratório.

Não obstante, outros fatores também contribuíram para o recebimento do movimento migratório no decênio de 1970, conforme retrata o gráfico 1. A política de expansão territorial e posse da faixa territorial de fronteira neste período do governo militarista no país visou amenizar os reflexos da situação que estava ocorrendo nas periferias das cidades, que emergiam como polos industriais no país.

Assim, o “Ciclo Agrícola”, cronologicamente sucedâneo ao “Ciclo da Cassiterita” beneficiou-se da política de planejamento do governo nacional em transformar o espaço geográfico do atual estado na nova fronteira agrícola do país e também dos agregados populacionais de todos os ciclos anteriores. Nesse processo, Rondônia se consolidou como estado produtor da Amazônia e entre posto comercial da Região Norte do país. Os principais fatores desse ciclo foram a presença maciça de investimentos federais nos projetos de colonização e a intensificação do movimento migratório. A pesquisa registrou como fatores relevantes, os Projetos de Integração de Colonização (PIC)⁹⁴ e os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), realizados ao longo da década de 1970, administrados pelo INCRA, com assentamentos para agricultores de baixa renda, outorgando títulos de propriedade ou de benefício sobre as terras.

GRÁFICO 1 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980



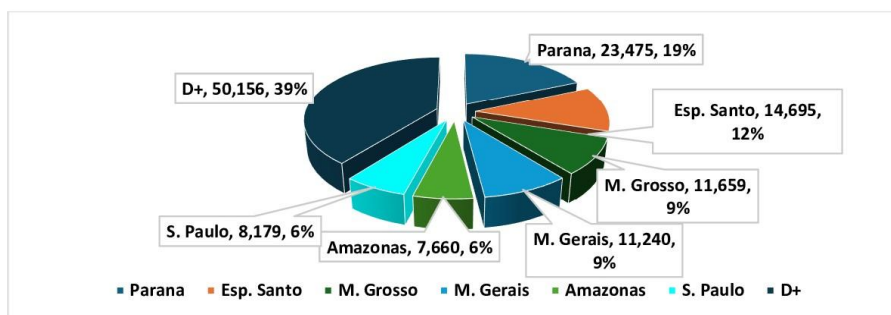
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos demográficos 1970 e 1980. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

⁹⁴ Os anexos 1 e 2, retratam os PIC e PAD realizados na região.

Nas décadas de 1970 e de 1980, Rondônia experimentou o maior fluxo migratório da sua história, acompanhando novamente a política nacional. Era o segundo PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, que teve início no governo Geisel sendo consolidado no governo João Figueiredo. O programa apresentou ao país, Rondônia, como sua nova “Fronteira Agrícola”, o estado passou a ser ocupado por agricultores de todo o Brasil.

Quanto à análise em relação aos impactos dos movimentos migratórios na região, no transcorrer do decênio de 1980, o cenário econômico demográfico da região transformou-se ainda mais⁹⁵. Além dos 178.051 imigrantes identificados e recebidos na região, apontado no gráfico 1, adicionaram-se 127.064 imigrantes no quinquênio de 1986 a 1991, retratado no gráfico 2. Neste novo período, as mudanças políticas, foram fatores expressivos para a atratividade de imigrantes. Isto se evidenciou no aumento de municípios, saltou de 2 (dois) no início de 1977 para 23 (vinte e três) municípios no final da década de 1980⁹⁶. O processo de criação desses municípios em curto espaço de tempo, provocou a reestruturação espacial e geográfica da região e proporcionou a estas novas cidades se tornarem atrativas aos migrantes.

GRÁFICO 2 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos demográficos 1980 e 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

⁹⁵ Brasil. Lei-Complementar n.º. 041, de 22 de dezembro de 1981. Congresso Nacional. Cria o Estado de Rondônia.

⁹⁶ No apêndice 09, retrata os municípios individualmente com os respectivos quantitativos de imigrantes por unidade federativa e região do país, no decênio abordado.

Essa situação provocou um ciclo virtuoso que beneficiou diretamente empresas e trabalhadores, ou seja, quanto mais empregos gera um município, maior é o volume de dinheiro em circulação, maior o consumo, que significa mais vendas e mais empregos e maior atratividade de imigrantes. Nesse período analisado, os novos municípios de Rondônia criaram um ciclo de ações positivas em uma cadeia, assim definida: novos municípios, geram novos cargos públicos municipais e estaduais, novas escolas, novos postos de atendimento de saúde, farmácias, novas lojas, restaurantes, postos de gasolinas, pousadas e hotéis entre outros. Como desdobramento o estado impulsiona a necessidade de contratação de novos profissionais para exercer as atividades econômicas nos novos municípios. Nesse contexto, portanto, o município se tornou polo de atratividade de migrantes.

Desse modo, a política expansionista territorial e a posse da área de fronteira do regime militarista continuaram expressivas na década de 1980. A política de integração de colonização, (PIC), continuava nesta década com outra nomenclatura específica denominada Projetos de Assentamentos (PA's)⁹⁷, favorecendo a atratividade de migrantes para a região. Além disso, a ocupação do estado acompanhou o ritmo acelerado do desmatamento, exigido na época pelo INCRA para que posseiros recebessem a documentação da terra. E análogo a esse movimento, surgiu a pecuária de corte e leite, ampliando seus espaços com crescimento ininterruptos dos rebanhos. O modelo de desenvolvimento econômico do Território, nesse período, tornou-se exportador dos produtos agrossilvopastoril, ou seja, extrativismo, agricultura e pecuária. Dado o acelerado crescimento populacional na região, verificou-se com a comprovação do resultado dos censos demográficos, que os movimentos de imigração realizados na região foram, em sua maioria para as áreas rurais, na década de 1980, refletindo uma mudança no quadro populacional rural de Rondônia em relação ao decênio anterior.

Denota-se, na análise da migração da região, que no conjunto, os movimentos migratórios interestaduais assumiram relevante papel no contexto do desenvolvimento econômico regional e, mais ainda, em seu crescimento demográfico⁹⁸, conforme retratado no gráfico 2. Identificou-

⁹⁷ No anexo 3, retrata os PA's realizados na região, no período apontado.

⁹⁸ Nos apêndices 01, 03, 05, 08, 09,10 e 11, também evidenciam a situação apontada.

se assim, que a principal explicação para essa expressiva mudança residiu nos fatores de que, no período a região vivenciava a criação rápida de muitos municípios, os incentivos financeiros federais aplicados na construção e pavimentação da BR- 364, ligando (Porto Velho - RO a Cuiabá - MT e Porto Velho – RO a Rio Branco - AC), que provocou e contribuiu para um número expressivo de imigração para as áreas urbanas ao longo do traçado da rodovia e a reafirmação produtiva do Ciclo Agrícola. Identificou-se também, que os valores absolutos da população urbana e rural na região cresceram de modo vertiginoso nesse período⁹⁹.

Dessa maneira, durante o período da colonização e ocupação obteve-se como resultado a instalação do parque industrial madeireiro atraído pela quantidade abundante de matéria-prima. Com isso, o ápice dessa atividade ocorreu na década de 1990, com aproximadamente três mil empresas madeireiras instaladas, respondendo por aproximadamente 40% do emprego industrial e da arrecadação de impostos¹⁰⁰ da época. A atividade econômica associada à extração madeireira, chegou a representar cerca de 90% das exportações, porém em análise a atividade industrial ainda mantinha um modelo de economia subdesenvolvida, pois não agregava valor ao produto final.

Na análise dos fatores dos movimentos migratórios na região no último decênio do século XX, há a permanência dos fatores anteriormente citados. As mudanças político-administrativas continuaram relevantes, pois o número de municípios saltou de 23 (vinte e três) para 52 (cinquenta e dois)¹⁰¹ e nesse período, continuou a existir a reestruturação espacial e geográfica da região. Diante disso, os novos municípios continuaram a influenciar e impulsionar a atratividade de migrantes e, nesse período, evidenciou-se um outro comportamento no estado que, foi o aumento da migração intraestadual, que cresceu de 88.202 para 128.520¹⁰² migrantes entre os municípios, com um aumento percentual de 44,71%¹⁰³.

Dessa maneira, a atratividade de imigrantes continuou a

⁹⁹ No quadro 8, como apontado, retrata a população urbana e rural de Rondônia entre o censo de 1950 a 2010.

¹⁰⁰ Base de dados; FIERO, 2003.

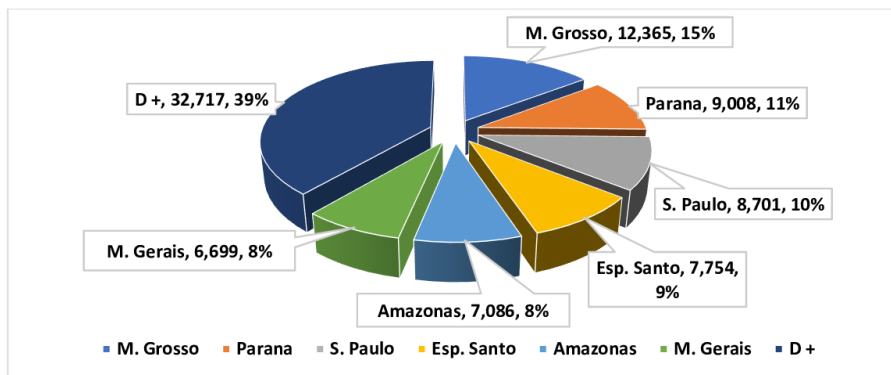
¹⁰¹ No apêndice 10, retrata os municípios individualmente com o respectivo quantitativo de imigrantes por estado e região do país.

¹⁰² Somatório dos valores referente os anos de 1995 a 2000: do apêndice 03 = 79.992 + apêndice 05 = (46.647+1.881) = 128.520

¹⁰³ No apêndice 12, retrata a migração intraestadual.

acontecer em uma escala percentual de 33,63% menor, porém ainda muito expressiva com 84.330 imigrantes recebidos neste decênio de 1990, conforme retrata o gráfico 3¹⁰⁴. Nesse período, a contribuição do ciclo agrícola na economia regional e o agronegócio no âmbito nacional foi reconhecido como importantes fontes geradoras de riquezas para o país. Nesse conjunto, destacou-se a cultura da soja, cuja produção consolidou-se na região sul do país, na região centro-oeste e também na região centro-sul do estado de Rondônia. Contudo, conforme apontam Jank et al. (2004/5), o escoamento da soja da região centro-oeste, por se concentrar no modal rodoviário e este estar em estado precário de conservação, teve significativas perdas, afetando o custo logístico do país que aumentou expressivamente, superando, em média, em 83% o custo dos Estados Unidos e em 94% o da Argentina, principais concorrentes brasileiros no setor da soja.

GRÁFICO 3 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censo demográfico 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Assim, por conta da inadequação do modal rodoviário, não ser adequado para distâncias superiores a 800km¹⁰⁵, às características do produto e às longas distâncias percorridas, aliada ao estado precário de conservação da malha rodoviária do país, comprometeu 25% da receita de vendas da produção de soja com os custos internos de transportes. Nesse

¹⁰⁴ No apêndice 10, retrata os municípios individualmente com o respectivo quantitativo de imigrantes por estado e região do país.

¹⁰⁵ NOGUEIRA NETO, A.; BRAUN, M.B.S. p.81-8, retrata do assunto apontado.

sentido, destacou-se a construção e utilização do porto graneleiro da cidade de Porto Velho, pois com a junção da utilização do modal rodoviário com o modal hidroviário, tornou-se um caminho viável e rentável de exportação de soja na região.

Dessa maneira, a construção do porto graneleiro na cidade de Porto Velho, iniciada em 1995 e inaugurada, em 1997, com 1.115 km de extensão, liga o porto da cidade de Porto Velho, estado de Rondônia ao porto de Itacoatiara, no estado do Amazonas. Nas afirmativas de Oliveira (2004), visou o escoamento da produção agrícola, principalmente da soja do estado, bem como da região noroeste do estado de Mato Grosso, através da BR-364 e dos rios Madeira e Amazonas, saindo para o Oceano Atlântico. Destaca-se ainda, que a hidrovía do Rio Madeira é a terceira maior em volume na navegação interior do país, além disso, outras cidades importantes da região como Humaitá, Novo Aripuanã, Borba e Nova Olímpia do Norte, dependem economicamente desta hidrovía. Com isso, a hidrovía do Rio Madeira vem se consolidando como um relevante eixo de escoamento de cargas, em especial devido ao seu papel de conexão entre as regiões Norte e Centro-Oeste, por onde as cargas são enviadas a outros países, de acordo com a ANTAQ¹⁰⁶. A soja transportada pelo rio tem como principal destino a Europa, sobretudo Portugal, Inglaterra, Noruega, Holanda, Rússia, Espanha, Romênia, Lituânia e Dinamarca.

Outra atividade econômica em expansão em Rondônia, que se consolidou neste decênio, foi a pecuária. A atividade leiteira atingiu a superioridade em comparação aos demais estados que compõem a Região Norte. Por essa razão, surgiram plantas industriais com instalações de laticínios, inicialmente para a produção de leite pasteurizado e queijos, e posteriormente constituiu-se em uma atividade em franco crescimento impulsionada pela rápida expansão da pecuária em todo o estado. Além disso, em consequência do aumento quantitativo de rebanho bovino, surgiram os frigoríficos e a produção de carne de gado atingiu patamares de autossuficiência com operações voltadas para as exportações tanto nacional como para mercado exportação internacional. Dentro do próprio segmento, verificou-se a existência de atividades diversificadas através de aproveitamento de resíduos (sebo, ossos, vísceras, sangue), especialmente,

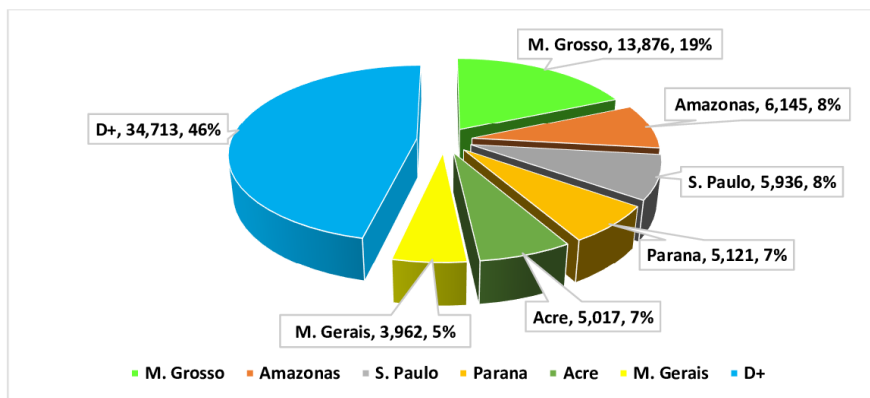
¹⁰⁶ ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviário.

na fabricação de sabão, farinha de osso e carne e também carne em subproduto como mortadela e salames.

Nesse período, despontou também com grande potencialidade a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. As atividades envolvidas na construção do complexo iniciaram os estudos de viabilidade em 2001, efetivação do início da obra em 2008 e conclusão no ano de 2016. Os investimentos da UHE Jirau, superam à cifra de investimentos de R\$ 13 bilhões e uma capacidade de energia de 3.750 MW, causando aceleração em todas as atividades econômicas do Estado, que acabou gerando mais de 12 mil empregos diretos e 30 mil indiretos. Ainda, referente ao complexo do Rio Madeira, houve a construção da UHE Santo Antônio com investimentos superiores a R\$ 15 bilhões e com capacidade de gerar 20 mil empregos diretos e capacidade de 3.150 MW.

Em relação ao último decênio analisado, que comportou o período entre o ano de 2000 a 2010, o complexo hidrelétrico do Rio Madeira continuou sendo um dos fatores de atratividade de imigrantes para a região, conforme retrata o gráfico 4.

GRÁFICO 4 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010



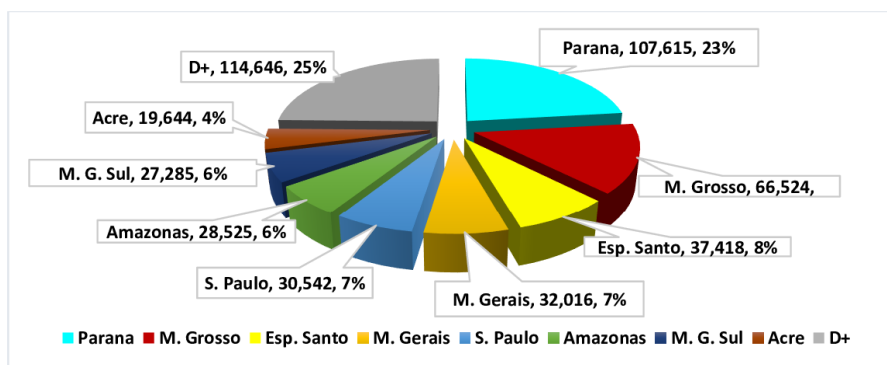
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censo demográfico 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Neste novo período, o quantitativo de municípios não se modificou em comparação ao período anterior, o total de 52 (cinquenta e dois) municípios permaneceram. Assim, analisando o movimento migratório no período, a reestruturação espacial e geográfica continuou a acontecer, com

isso, a migração entre os municípios se intensificou, ou seja, o movimento intraestadual¹⁰⁷ apontou 117.547¹⁰⁸ migrantes, evidenciando o estágio atual de modificações em diversos pontos e municípios que provocaram esses deslocamentos populacionais. Além disso, o movimento migratório interestadual aponta 74.770 imigrantes, conforme retrata o gráfico 4. Dessa maneira, se evidenciou a continuidade do estado em atratividade para imigrantes de outras unidades federativas. Assim, os demais fatores apontados no período anterior como o ciclo agrícola, a pecuária e o processo de desenvolvimento industrial continuaram acontecendo, ratificando a importância deles neste decênio.

Concluindo a análise por imigrantes interestaduais e por decênios, realizou-se a apresentação geral, envolvendo o período de 1970 a 2010, retratado no gráfico 5, com a perspectiva de apresentar em números o quantitativo de imigrantes e os índices de desenvolvimento alcançado nas atividades e/ou áreas econômicas para expressar a contribuição e/ou evolução ocorrida no período total de abrangência da pesquisa, de conformidade com os fatores apontados.

GRÁFICO 5 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos demográficos 1970 a 2010. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Mediante a leitura do gráfico 5, a pesquisa evidenciou que de

¹⁰⁷ No apêndice 12, retrata os municípios com os respectivos quantitativos de movimento migratório intraestadual.

¹⁰⁸ Somatório dos valores referente aos anos 2005 a 2010: apêndice 03 = 77.737 + apêndice 05 = (39.766+44) = 117.547.

1970 a 2010, Rondônia saltou de uma população residente de 116.620 para 1.562.409 habitantes. Os números registraram um aumento populacional de 1.445.789 pessoas e uma representatividade percentual nos quarenta anos de período analisado de 1.239,74%. Tais indicadores consolidaram o recebimento de aproximadamente 500 mil imigrantes interestaduais¹⁰⁹, 355 mil migrantes intraestaduais¹¹⁰ e 7mil imigrantes internacionais¹¹¹, números significativos neste período em análise. Portanto, os números consolidaram a tendência da região em receber migrantes de outras unidades federativas do país e de outros países. Estes números também tiveram reflexo no índice da densidade demográfica com base na população recenseada, o qual pulou de 0,49 em 1970 para 6,58 em 2010¹¹², tornou-se a unidade federativa de maior densidade demográfica da Região Norte do país.

Como retratado no gráfico 5, o fluxo de imigração interestadual estabeleceu o montante de 464.215¹¹³ pessoas procedentes de outras unidades federativas. Do estado do Paraná, que detêm a maior contribuição como estado originário de migrantes com 23% e 107.615 pessoas; e, também com destaque aos estados que fazem linha de fronteira, como o Mato Grosso, com a segunda maior contribuição com 14% e 66.524 pessoas e ainda os estados do Amazonas e do Acre, com 6% e 28.525 pessoas e 4% e 19.644 pessoas, respectivamente¹¹⁴.

Contudo, os fenômenos migratórios, via de regra, modificaram a estrutura etária e de sexo na região. Com esse fato, confirma-se o posicionamento de Cunha (2006), quando afirma que, a análise dos migrantes na área, especialmente das faixas etárias afetadas, configura-se em fator essencial para entender como ocorreu esse processo.

Assim, o estado de Rondônia tornou-se uma nova unidade federativa do país em conformidade aos dados analisados¹¹⁵, possui 72,2% da sua população com idade inferior a 39 (trinta e nove) anos e apenas

¹⁰⁹ No apêndice 01, retrata a imigração no período por região e por unidade federativa do país.

¹¹⁰ A somatória dos apêndices 03 e 05 retrata a imigração intraestadual de 1970 a 2010.

¹¹¹ No apêndice 07, retrata a imigração internacional de 1970 a 2010.

¹¹² IBGE - Censo 2010.

File:///E:\Mapas%203\IBGE\Censo%202010%densidade%20demograf.html. Acesso em 09/12/2016.

¹¹³ No apêndice 01, retrata individualmente por unidade federativa.

¹¹⁴ No apêndice 01, os dados são retratados por unidade federativa.

¹¹⁵ IBGE, censo demográfico de 2010.

7,2% com pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. Com destaque para a faixa etária de 25 (vinte e cinco) a 39 (trinta e nove) anos que detém 25,3%¹¹⁶ da população total do estado. Este fato é bastante significativo na medida em que permite identificar que 72,2% da população do estado nasceu no período abordado na pesquisa e isso vem corroborar à característica apresentada de se tratar de um estado jovem com uma população jovem e que detém o índice de vigésimo terceiro estado mais populoso do país. Já, em relação à distribuição por sexo, 795.157 são masculinos que representam 50,89% e 767.252, são femininos e representam 49,11% da população do estado.

Como foi evidenciado, o movimento migratório contribuiu significativamente para o aumento da população rural em décadas anteriores, porém a tendência do aumento da população urbana sobrepondo-se à rural no país, tornou-se realidade também na região. Assim, os números apontam que 73,55% da população do estado é urbana com 1.149.180 pessoas e 26,45% é rural com 413.229 pessoas¹¹⁷. Com base no exposto, a pesquisa registrou que o movimento migratório ocorrido se tornou um dos fatores contributivos para o desenvolvimento econômico alcançado na região.

Por essa razão, optou-se por escolher como representatividade da análise econômica dados da balança comercial¹¹⁸, pois um único índice atende ao propósito da pesquisa, pois demonstra a produção existente no período em diversos setores econômicos em um comparativo entre exportação e importação realizada com a finalidade de evidenciar importantes transformações alcançadas por Rondônia ao longo do período. Essa situação coaduna com teorias escolhidas como referencial teórico do estudo. Percebeu-se no processo, uma significativa melhora na produção e exportação do estado e para demonstrar o ocorrido, utilizou-se a base de dados comparativa dos anos de 2000 e 2010, finalizando com a apresentação do ano de 2015.

Quanto aos valores no ano de 2000, a balança comercial¹¹⁹

¹¹⁶ IBGE. Censo 2010. População de RO por faixa etária. 0 a 5 anos 10%, 6 a 14 anos 17,2%, 15 a 24 anos 19,7%, 25 a 39 anos 25,3%, 40 a 59 anos 20,6%, 60 anos ou mais 7,2%.

¹¹⁷ Censo 2010, utilizado como base de dados.

¹¹⁸ Balança comercial brasileira – é um termo econômico, inerente à contabilidade nacional, o qual resulta da agregação da balança de bens e serviços, ambos componentes da balança corrente. A balança comercial registra, as importações e exportações de bens e serviços entre países.

¹¹⁹ Os dados foram obtidos no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC),

registrou U\$59.544.846 com a exportação, U\$45.166.266 com a importação e uma variação positiva de U\$14.378.580. Para o ano de 2.010, saltou para U\$426.928.869 o saldo com as exportações, U\$235.227.568 com as importações e uma variação positiva de U\$191.701.301. As análises entre os índices evidenciaram um aumento percentual significativo na balança comercial do estado de 716,99% na exportação, de 520,80% na importação e de 1.333,24% na variação positiva do saldo. E em uma atualização de dados para o ano de 2015, fica evidenciado que a balança comercial continua em ritmo de crescimento rentável para Rondônia e em proporções percentuais maiores ainda do que no período analisado. Apresenta os seguintes valores de U\$982.516.401 para a exportação, U\$634.958.121 para a importação e saldo com variação positiva de U\$347.558.280¹²⁰.

Sendo assim, Rondônia é uma unidade federativa exportadora de mais de 100 produtos¹²¹, sendo os principais produtos exportados: 1º Carnes desossadas de bovino congelada com U\$489.363.981 e 49,81%; o 2º a Soja triturada, com U\$292.576.923 e 29,78% e em 3º o Milho em grão com U\$26.709.205 e 2,72% em percentual participativo. Esses três produtos apontados representam 82,31% do total de exportação realizado no estado no ano de 2015. A respeito dos importados, são apresentados diversos produtos, mais de 100, porém com percentuais representativos menores de 1%, com destaque para dois produtos - outros polietilenos, em forma primária com U\$32.610.582 e 5,14% e polipropileno em forma primária, com U\$21.327.856U\$ e 3,36% em percentual participativo.

Concluindo as análises econômicas, evidenciou-se que as empresas exportadoras mais relevantes do estado, em conformidade com

trata-se do órgão governamental responsável para divulgação da balança comercial brasileira.

¹²⁰ Tais valores, foram obtidos através do comércio exterior com os principais países de destinos e respectivos valores em ordem decrescente: 1º. Venezuela, com 166.321.621U\$ e 16,93%; 2º. Egito, com 153.024.813U\$ e 15,57%; 3º. Hong Kong, com 122.368.826U\$ e 12,45%; 4º. Países Baixos (Holanda), com 108.403.002U\$ e 11,03%; 5º. Rússia, com 76.850.233U\$ e 7,82%; 6º. Espanha, com 56.969.709U\$ e 5,80% e 7º. China, com 31.201.144 U\$ e 3,18% entre outros. E na análise realizada por principais blocos econômicos de destinos temos: 1º. União Europeia - UE, com 233.383.404U\$ e 23,75%; 2º. Associação Latino Americana de Integração – ALADI, com 213.294.932U\$ e 21,71%; em 3º. Ásia (exclusive Oriente Médio), com 191.470.235U\$ e 19,49%; 4º. África, com 180.734.139U\$ e 18,40%; e em 5º. Oriente Médio, com 53.513.135U\$ e 5,45% em percentual participativo.

¹²¹ Ver todos os produtos em: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-unidades-da-federacao?layout=edit&id=2206.

Acesso em 25.set.2017.

os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), são mais de 40 (quarenta) empresas¹²², as seis principais são: em 1º JBS S.A., com U\$180.029.398 e 25,56%; 2º Cargill Agrícola S.A., com U\$108.345.805 e 15,38%; 3º Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda., com U\$71.045.845 e 10,09%; 4º Amaggi Exportação e Importação Ltda., com U\$61.499.395 e 8,73%; 5º. Bunge Alimentos S.A., com U\$48.566.063 e 6,89%; 6º Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A., com U\$41.374.682 e 5,87% em percentual participativo.

Dessa maneira, os dados econômicos analisados evidenciaram a relevância do desenvolvimento do ciclo agrícola na contribuição do processo produtivo no estado de Rondônia. Os principais produtos apontados estão diretamente relacionados ao processo industrial proveniente de produtos do agronegócio.

No quinquênio de 1975 a 1980, outro fator relevante confirmado na pesquisa, foi a emigração interestadual a qual evidenciou os estados do Mato Grosso, com 2.779 emigrantes e 19%; o Amazonas, com 2.054 emigrantes e 14% e o Acre, com 802 e 6% em percentual participativo do total de 14.431 pessoas¹²³. Tais unidades federativas estão localizadas geograficamente na linha de fronteira como o estado de Rondônia. Evidenciando, dessa forma, o processo de busca de oportunidades e de melhoria de qualidade de vida, em estados vizinhos, que atraíram quantidades significativas de população com o propósito de conseguir obter vantagens econômicas e sociais. Além da proximidade geográfica apontada, outros fatores provocaram este comportamento, entre eles identificam a facilidade de assimilar os costumes e as condições de vida e as particularidades existenciais locais¹²⁴, quando se trata de um estado na linha de fronteira.

De acordo com Martine (1994), diante de um cenário de crise, os indivíduos tendem a realizar deslocamentos para lugares em que possuam uma rede de amigos e parentes já estabelecidos. E aponta como um dos principais fatores desse cenário o desequilíbrio econômico, pois se o

¹²² Base de dados ano 2016. Vide. www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao. Acesso em 25.set.2017.

¹²³ No apêndice 16, gráfico 17, retratam-se as informações individualizadas por unidade federativa.

¹²⁴ As particularidades existenciais locais de Rondônia na época eram: falta de energia elétrica, linha telefônica e comunicação precária e produtos alimentares industrializados insuficientes para a população, entre outros.

migrante percebe que o retorno econômico não é compensador atualmente e, nem possui perspectivas futuras de ser compensador, provoca a migração de retorno.

Contudo, no decênio seguinte, os anos de 1980 representam um período de desequilíbrio econômico o qual refletiu na distribuição espacial da população. De acordo com Macedo (1994), esta década foi caracterizada por importantes transformações econômicas e significativas alterações do uso do espaço nacional evidenciado por distintas modalidades de movimentos migratórios¹²⁵. Com relação à situação econômica da época, o país encontrava-se no segundo choque de preço do petróleo, no aumento crescente da dívida externa e na crescente taxa de inflação e, nesse sentido, elaborou-se o III PND como proposta de crescimento moderado.

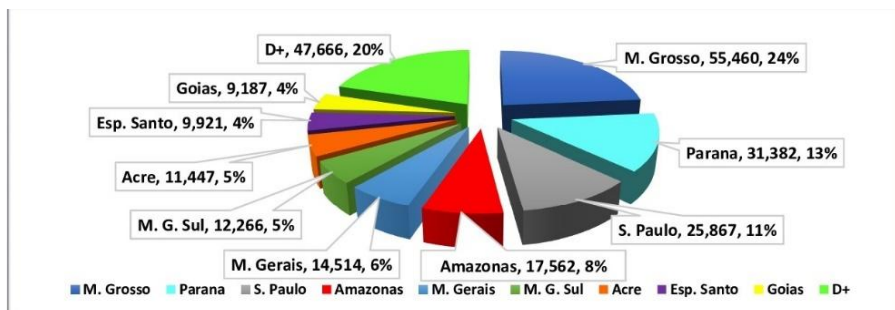
Dessa maneira, nesta década a emigração saltou para 94.462 pessoas, com um aumento percentual de 654,58%, índice de maior expressividade entre os decênios analisados. Os estados que receberam a migração de retorno foram Mato Grosso com 19,36% e 18.289 pessoas, Paraná com 17,28% e 16.321 e São Paulo com 13,48% e 12.737 pessoas. Além disso, os fatores citados foram significativos neste processo e permaneceram presentes e atuantes nas características desta década.

No último decênio do século XX, o fluxo de emigração diminuiu em relação ao período anterior, porém os fatores relevantes permaneceram os mesmos dos períodos anteriores. Identificou-se que o fato da diminuição ocorreu devido à retomada de crescimento no estado, mais especificamente à abertura de vagas profissionais provocadas pelo início da construção das usinas do complexo do Rio Madeira. Como apontado, este empreendimento possibilitou a geração de mais de 48.000 postos de trabalhos diretos e indiretos, sobretudo com amplo aproveitamento de mão de obra local.

Portanto, este fator também foi relevante no primeiro decênio do século XXI e os fatores informados anteriormente continuaram presentes neste novo período em análise. Conforme retrata o gráfico 6, demonstra-se uma visão integral do período entre 1970 a 2010.

¹²⁵ As modalidades de movimento migratórios, podem ser: migração pendular, transumância, êxodo rural, êxodo urbano entre outros. www.mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.html. Acesso em 25.set. 2017.

GRÁFICO 6 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos Demográficos 1970 a 2010. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

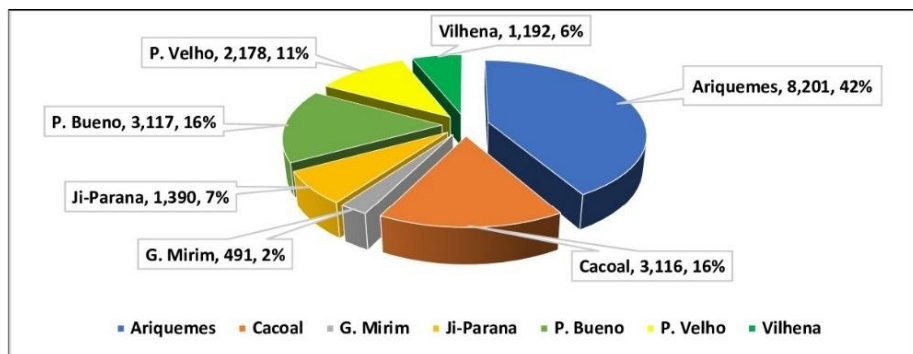
Analisando a emigração interestadual exposta no gráfico, no período entre 1970 a 2010, os estados que fazem linha de fronteira continuaram interferindo no processo de migração, como o Mato Grosso, o Amazonas e o Acre. Os números evidenciaram também outros estados, porém em quantitativos menores ao fluxo de migração¹²⁶.

Outros aspectos relevantes apontados na pesquisa, tratam da questão com referência aos impactos dos movimentos migratórios intraestaduais ocorridos em Rondônia. A pesquisa evidenciou o montante de 19.685 habitantes no processo de readequação populacional entre municípios com base no censo de 1980, conforme retrata o gráfico 7. Atribui-se que, os fatores determinantes impulsionadores como motivação deste movimento estão relacionados à distribuição de lotes rurais, busca de emprego e de melhores condições de renda.

A pesquisa constatou que o movimento migratório de colonização e adequação da população passou por um processo de mudança ou opção de escolha entre municípios da região. Essa situação proporcionou o início da transformação política e espacial territorial do estado de Rondônia e foi fator determinante atrativo que despertou na época, os movimentos entre os municípios da região, conforme apontado nessa discussão.

¹²⁶ No apêndice 02, retrata a emigração interestadual.

GRÁFICO 7 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Entre os sete municípios existentes na época¹²⁷ retratados no gráfico 7, destacaram-se três com relação à migração intraestadual positiva, que foram os municípios de Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena¹²⁸. O município de Ariquemes foi o mais atrativo entre os municípios no período com um fluxo migratório positivo percentual de 42% em relação ao total de 19.685 migrantes do período. O município recebeu 8.201 migrantes e somente 844 migraram para outros municípios, totalizando 7.357 migrantes positivos. A pesquisa concluiu que os fatores atrativos para o município estavam relacionados aos Projetos de Assentamentos Dirigidos, Burareiro criado em abril de 1974 e o Marechal Dutra, criado em 1975¹²⁹, ambos projetos assentaram mais de 5.585 famílias na região.

O município de Pimenta Bueno, que recebeu 3.117 migrantes de sua população, 1.829 habitantes migraram para outros municípios de Rondônia, totalizando 1.288 migrantes positivos. Constatou-se que o fator de atratividade para o município foi a instalação da colonizadora Itaporanga que deu início à colonização na região de Espigão do Oeste. E o terceiro município que teve fluxo positivo foi o município de Vilhena que recebeu 1.192 migrantes e de sua população 636 migraram para outros municípios, totalizando 556 migrantes positivos. A característica deste município está relacionada à sua localização geográfica, primeiro

¹²⁷ Nos apêndices 03 e 12, retrata a imigração intraestadual.

¹²⁸ No apêndice 12, retrata individualmente quantitativo de imigração e emigração dos municípios.

¹²⁹ No anexo 2, retrata os projetos de assentamentos apontados.

município após entrar no estado vindo na direção Cuiabá – Porto Velho, tornou-se ponto de parada, denominado portal da Amazônia.

Assim, mediante à pesquisa realizada, constatou-se que neste período, o quantitativo de imigrantes intraestaduais no montante de 19.685 em comparação com o montante de 178.051 imigrantes interestaduais identificados, demonstrou-se o início de um processo de rearranjo populacional dos migrantes na região; os quais foram orientados pelas emancipações municipais existentes e pelos projetos de colonizações iniciados. Dessa forma, os movimentos migratórios se intensificaram no período com base no Censo de 1991 e a migração entre os municípios no estado de Rondônia saltou de 19.685 migrantes no censo de 1980 para 88.202 migrantes no censo de 1991. Esse contexto representou um crescimento percentual de 348,07% e demonstrou como estes movimentos migratórios foram constantes no processo de reordenação política, territorial da região que cresceu de 7 (sete) para 23 (vinte e três) municípios. Com isso, a informação da migração intraestadual com base nos dados e análise realizadas de acordo com o censo de 1991, comprova-se a existência dos movimentos de readequação da população ocorridos entre os municípios de Rondônia no período¹³⁰.

Nesse período, destacou-se o município de São Miguel do Guaporé, como o mais atrativo na migração intraestadual positiva, com uma representatividade percentual de 9,52% em relação ao total de 88.202 migrantes do período. O município recebeu 8.964 migrantes e somente 571 migraram para outros municípios, totalizando 8.393 migrantes positivo¹³¹.

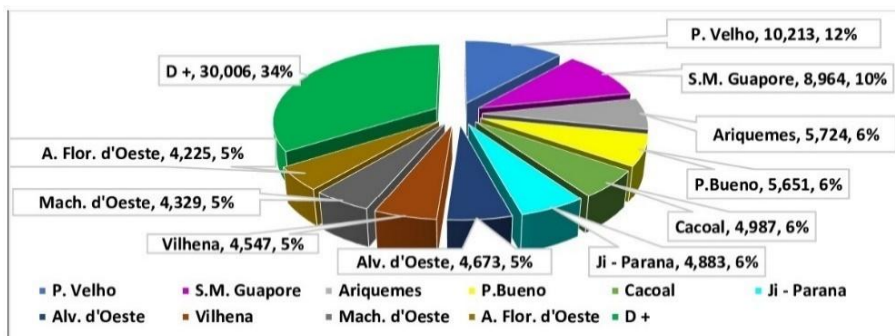
No mesmo período, conforme retrata o gráfico 8, o município com maior destaque em atratividade de pessoas foi Porto Velho, capital do estado, com 10.213 migrantes e com representatividade percentual de 12%¹³². O município apresenta maior atratividade, porém esta atratividade não se comprovou em maior migração positiva, pois a emigração do município no período atingiu 4.368 emigrantes. A pesquisa evidenciou que os fatores atrativos foram a busca de municípios com emancipação recente que polarizou o quantitativo populacional entre os municípios.

¹³⁰ Nos apêndices 03 e 12, retratam movimentos migratórios.

¹³¹ Nos apêndices 03 e 12, retratam do assunto apontado.

¹³² No apêndice 12, retrata do assunto apontado.

GRÁFICO 8 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991

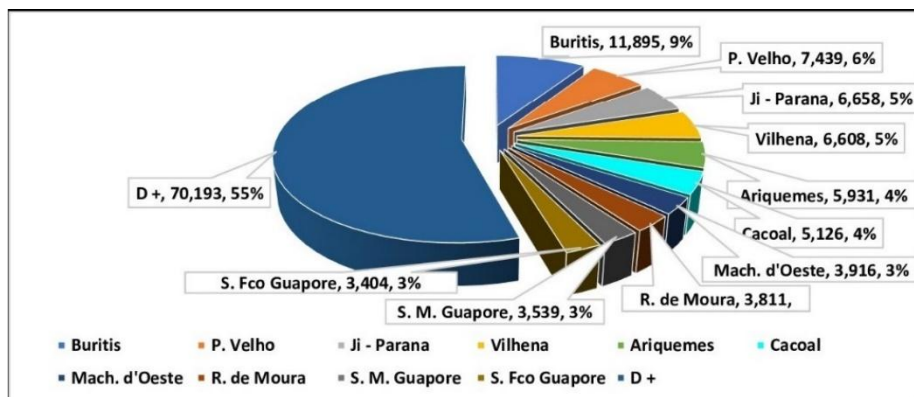


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. Censo demográfico 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Observando a migração do Estado de Rondônia com base nos dados do Censo de 2000, o período de análise utilizado foi do Censo de 1991 até o Censo de 2000. O total de municípios do estado no período aumentou de 23 (vinte e três) no Censo de 1991, para 52 (cinquenta e dois) municípios no Censo de 2000, conforme apontado anteriormente. O acréscimo de 29 (vinte e nove) municípios entre os censos, já demonstrou as transformações políticas e geográficas ocorridas e o processo de transformações espaciais que estava ocorrendo no estado.

Identificou-se no período atual, que os movimentos migratórios continuaram ocorrendo entre os municípios no estado de Rondônia. O montante de 88.202 migrantes na década anterior atingiu 128.520 migrantes no censo de 2000, que representa um crescimento percentual de 45,71% e um aumento quantitativo de 40.318 migrantes. Estes números confirmaram a emancipação recente dos municípios como fator de atratividade e readequação populacional, inclusive no quantitativo de municípios que retrata o gráfico 9.

GRÁFICO 9 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000

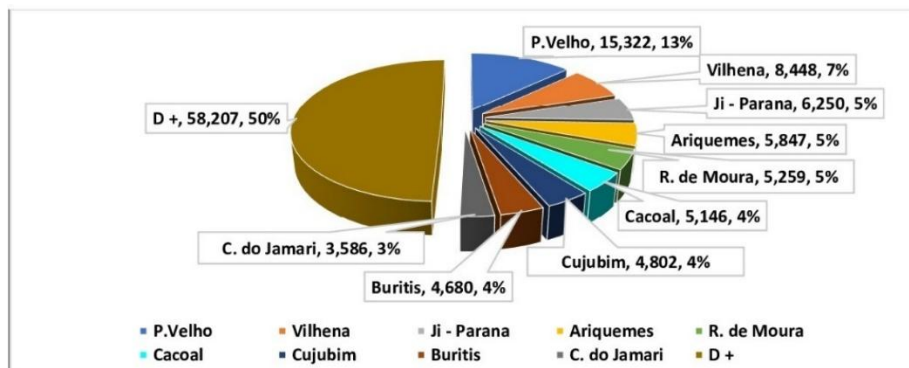


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

A migração entre municípios no estado de Rondônia, saiu do nível de 88.202 migrantes na década anterior e atingiu o nível de 128.520 migrantes no Censo de 2.000, com uma representatividade percentual de 45,71%. Ratifica-se que a década resultou na maior migração intraestadual comparativamente às demais analisadas na pesquisa. Conforme retrata o gráfico 9, o município de Buritis foi o mais atrativo na migração intraestadual com uma representatividade percentual de 9,52% em relação ao total de 128.520 migrantes do período analisado. O município recebeu 12.883 migrantes e somente 758 migrantes migraram para outros municípios de Rondônia, totalizando 12.125 migrantes positivos. O extrativismo de madeira florestal como apontado anteriormente, foi o fator decisivo para a atratividade populacional deste município.

Com relação à nova década de análise, referente ao Censo de 2010, a pesquisa apurou que a capital do estado, o município de Porto Velho, tornou-se o mais atrativo na migração intraestadual neste período analisado, retratado no gráfico 10. Com uma representatividade percentual de 6,53%, em relação ao total de 117.547 migrantes. O município recebeu 15.568 migrantes e de sua população 7.890 migraram para outros municípios do estado, totalizando 7.678 migrantes positivos.

GRÁFICO 10 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010

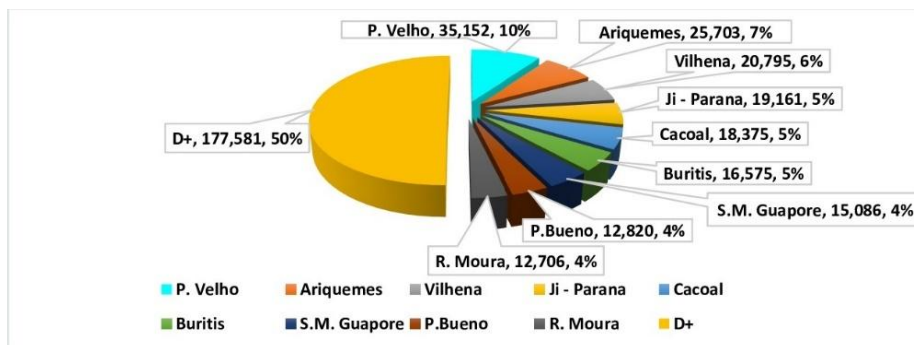


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

A pesquisa comprovou que o fator de atratividade deste município nesta década está diretamente relacionado aos investimentos realizados no município e região como a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, já mencionadas anteriormente. Prova disso, é que no período anterior, o movimento migratório intraestadual no município foi negativo de 1.729 migrantes, resultado de uma população imigrante de 8.143 e de uma população emigrante de 9.872 habitantes.

A propósito das migrações intraestaduais ocorridas no período entre 1970 a 2010, retratada no gráfico 11, com base nos censos demográficos e comprova-se que no estado em análise ocorreu uma ocupação espacial direcionada aos investimentos econômicos propiciados pela política governamental nacional com apoio de programas e planos com aplicabilidade local, que fomentaram o estado a continuar uma alternativa nacional de atratividade de migrantes.

GRÁFICO 11 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA – 1970 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2017. IBGE: Censos demográficos 1970 a 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

Assim, mediante a análise realizada, constatou-se que a região saltou de um processo de inexistência produtiva e começou a construir nestes quarenta anos do recorte da pesquisa um caminho em direção ao desenvolvimento humano¹³³, como fator de resultado do desenvolvimento econômico alcançado. Diversos critérios podem ser empregados para calcular o grau de desenvolvimento econômico do desenvolvimento humano ou social. Contudo, o econômico significa aumento do PIB¹³⁴, da produção de bens e serviços e do rendimento das pessoas, enquanto que o humano e social, diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população, expectativa de vida, escolaridade, distribuição da renda, acesso à educação, à saúde, à água tratada e à rede de esgotos, entre outros. De acordo com os dados analisados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD 2010, aponta o índice de IDH para Rondônia em 0,690 considerado médio. E em uma lista dos municípios do estado, nenhum deles apresenta IDHM¹³⁵ muito alto (de 0,800 a 1000) como

¹³³ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) uma medida usada cujo objetivo é medir o desenvolvimento dos países, de regiões e varia entre 0 (menor desenvolvimento) e 1 (maior desenvolvimento). Classifica como desenvolvidos (em desenvolvimento humano muito alto), em países em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e países subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita como indicador do padrão de vida a nível nacional. (HADDAD, 2009).

¹³⁴ Produto Interno Bruto (PIB) – é a produção econômica de um país, a sua produção de riquezas, i. é., a sua produção interna, aquela realizada dentro do território nacional.

¹³⁵ O PNUD, adaptou a metodologia do IDH para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros a partir de dados provenientes do Censo. Através da metodologia adotada, foi

também nenhum deles estão na faixa do muito baixo (entre 0,000 a 0,499), sete municípios apresentam IDHM alto (entre 0,700 e 0,799), 36 (trinta e seis) municípios se apresentam no nível médio (entre 0,600 a 0,699) e 9 municípios no baixo (entre 0,500 a 0,599). Os sete municípios e seus respectivos índices em ordem decrescente foram: Porto Velho, 0,736; Vilhena, 0,731; Cacoal, 0,718; Ji-Paraná, 0,714; Pimenta Bueno, 0,710; Ariquemes, 0,702 e Rolim de Moura, 0,700.

Os municípios citados acima, expressam o padrão de vida e se tornaram referenciais de desenvolvimento humano para o estado. E ainda, mostram que os demais municípios podem conseguir atingir índices melhores de desenvolvimento, não esquecendo da particularidade da região de serem: identificados como municípios novos de um estado com menos de quarenta anos de vida e que está apresentando uma perspectiva de melhoria contínua, conforme apontado nos dados econômicos onde se visualizou que os últimos índices sempre superaram os índices anteriores. No entanto, esta compreensão é importante para analisar o volume atingido dos resultados nos diversos exemplos apontados em Rondônia frente à mudança cultural ocorrida. Porém, é importante a participação da população composta por migrantes que chegaram aos municípios e decidiram se organizar com iniciativas locais enfrentando as resistências regionais. Nessas circunstâncias, transformaram o processo produtivo deste estado, como bem relatado no Hino do estado de Rondônia: “Como sentinelas avançadas, somos destemidos pioneiros e desta fronteira de nossa Pátria, gritam com força somos brasileiros”.

possível recalculando o IDHM, possibilitando uma comparação temporal e espacial do desenvolvimento municipal no Brasil. O IDHM brasileiro, segue a mesma composição do IDH global, é composto de três características sintéticas que representam o bem-estar: o padrão de vida, representado pela renda per capita; um componente de conhecimento, representado pelo acesso dos indivíduos ao sistema de educação formal; e a longevidade, representada pela expectativa de vida (PNUD, 1990).

CONCLUSÃO

O estudo realizado, teve como proposta, analisar o desenvolvimento regional do espaço geográfico que, atualmente, compõe o estado de Rondônia a partir de dois enfoques: o populacional e o econômico. Ambos foram utilizados para demonstrar de que modo a migração vivenciada pela área influenciou no seu desenvolvimento. Assim, o estudo foi direcionado para a análise do crescimento populacional, dos movimentos migratórios de ocupação da área, do papel dos diversos planos de desenvolvimento nacionais e dos fatores determinantes desse processo.

Assim, no transcorrer do estudo ao longo das décadas de 1970 a 2010, utilizou-se dos recursos metodológicos que os estudos da migração e das informações censitárias propiciaram sobre o fenômeno. Essa necessidade foi impulsionada para ampliar o conhecimento sobre a mobilidade espacial da população regional e pelo quantitativo de informações disponíveis referentes à Rondônia, que passaram a ser mensurável após o censo de 1991.

Nesse cenário, houve o propósito de destacar diversos ciclos econômicos que foram responsáveis por um crescimento econômico e pelo desenvolvimento regional em Rondônia. Além disso, estes mesmos ciclos se tornaram instrumentos de atratividade de pessoas para a região e os novos imigrantes participaram efetivamente na construção da alavancada econômica regional.

A pesquisa identificou que, o motivo inicial da mudança comportamental regional estava vinculado à política de planejamento econômico implementada no Brasil, nos anos do governo do regime militarista. Em sua diretriz possuía em um primeiro momento, o propósito de adequar a mão de obra rural excedente existente em algumas regiões que passavam por um processo de mecanização do campo. Como também em um segundo momento, amenizar a ocorrência de fluxos migratórios em alguns centros produtivos industriais, que não comportavam todos os trabalhadores disponíveis à empregabilidade no país.

Nesse prisma, a região estudada, tornou-se uma possibilidade ao país de ser incluída em uma política nacional de povoamento, por possuir grande quantidade de terras férteis que pertenciam à União. Com base no

exposto, desenvolveu-se uma política de propaganda nacional, com intensa divulgação, comunicando estar surgindo um “novo eldorado”, assim, convidavam a população para se dirigir à Rondônia em busca de melhores condições de vida. Ademais, informava-se da necessidade de contratação de trabalhadores para muitas funções comerciais e para todas as atividades de prestação de serviços que estavam surgindo na região. Prometiam-se empregos e glebas de terras para pessoas que comprovassem uma experiência de vida em lavouras e experiências em serviços de “colonos”¹³⁶.

Por se tratar de área de fronteira, ocorreram iniciativas de políticas nacionais que objetivaram desenvolver a região para garantir a proteção do espaço territorial, isto é, o domínio do espaço-geográfico atrelado à segurança nacional e à soberania territorial da nação. Assim, esses procedimentos foram muito difundidos na política econômica aplicada no regime militarista e essas iniciativas levaram o avanço do capital econômico em direção à região de fronteira amazônica.

Assim, com base nos parâmetros apontados, consolidou-se o objeto da pesquisa em analisar o desenvolvimento regional de Rondônia e confirmado a hipótese da inferência do Estado no processo de crescimento e desenvolvimento da área. Essa condição foi possível por meio de políticas econômicas nacionais e de planejamento para promover o crescimento e o desenvolvimento em diferentes partes de um país ou região.

Considerou-se um cenário de desenvolvimento desequilibrado, que se tornou um instrumento direcionador e também influenciador da história e da migração vivenciada na região, no decorrer do processo de colonização no estado. Esse contexto, na fronteira agrícola rondoniense, foi um relevante objeto de estudo demográfico de conquistas econômicas e sociais na região.

Entre as bases teóricas utilizadas, como suporte estrutural do estudo e da convalidação da hipótese da pesquisa, utilizaram-se as afirmativas de autores e as argumentações expostas no conteúdo apresentado, ratificaram o posicionamento de que a região em estudo só conseguiu atingir os avanços econômicos apresentados por ter vivenciado a

¹³⁶ Colonos – expressão utilizada para trabalhador rural que desempenhava atividades de lavrador e cultivava a terra, na maioria das vezes, arrendada.

inferência de investimentos financeiros públicos direcionados por uma política de planejamento governamental regional.

E para tanto, fez-se necessário compreender os fatores que fundamentaram a construção desse cenário, pois a importância histórica do desenvolvimento pode ser verificada através de ciclos, pois trata de um processo significativo quando encerra um período e inicia outro. Assim dentro destes parâmetros apontados, destacou-se o primeiro ciclo econômico da região - o Ciclo da Borracha - que teve seu início por volta de 1877, registrando um movimento migratório de nordestinos brasileiros para a exploração dos seringais da região e, a conseqüente, produção de látex, voltada exclusivamente para atender ao mercado exportador. Este ciclo sofreu seu declínio ocasionado pelo preço praticado do látex no mercado internacional produzido na Malásia pelos Ingleses a partir de 1912 e em 1918 o látex amazônico, deixou de ser um produto com preço competitivo no mercado internacional que, por fim, encerrou este ciclo.

Após o declínio do ciclo da borracha, surgiu na área o Ciclo do Telégrafo (1907 a 1930), em cujas implantações telegráficas, meio de comunicação e integração eficiente na época, no sentido sul-norte, isto é, sentido de Cuiabá-Porto Velho, foram direcionadas por uma preocupação governamental do país para não esvaziar a região. Este ciclo não foi suficiente o bastante para reter a população esperada na região, mas em sua decorrência, criaram-se pequenas agrovilas e, desse modo, uma cultura econômica de subsistência estabeleceu na região.

Assim, em decorrência da ocupação das tropas japonesas nos seringais da Malásia, em 1942 por ocasião da Segunda Guerra Mundial, ressurgiu o Segundo Ciclo da Borracha na Amazônia, como outra alternativa econômica para a região. Nessa época, o governo brasileiro¹³⁷ convocou trabalhadores para trabalharem na extração da borracha, com isso, houve um novo movimento migratório para a região, direcionado por incentivo governamental.

O próximo ciclo econômico na região, denominado Ciclo da Cassiterita, esteve relacionado à descoberta de estanho ocorrida em 1952 no município de Porto Velho, atualmente, pertencente à microrregião de Ariquemes, o qual se tornou outro parâmetro econômico para o Estado.

¹³⁷ Getúlio Vargas era o Presidente Brasileiro da época.

O ciclo da extração da cassiterita foi composto da garimpagem manual e da garimpagem mecanizada ocorrida após a normatização pelo governo federal em 31 de março de 1971.

Nesse contexto, surgiu no decênio de 1970, o Ciclo Agrícola, que nasceu com a expectativa de se tornar uma alternativa econômica para o estado de Rondônia. Na temática da demografia, este estudo apontou os fatores causais entre o processo de desenvolvimento e o comportamento espacial da população e suas transformações resultantes desses movimentos migratórios. A particularidade deste novo ciclo, se beneficiou das modificações ocorridas na região provocadas pelos ciclos anteriores. Logo, estas alterações propiciaram vantagens para realização do plantio de lavouras, formação de pastos e instalação de indústrias madeireiras extrativistas florestais.

Conforme demonstrou a pesquisa, o cenário migratório verificado na década de 1970, em Rondônia, caracterizou-se por novos aspectos de redistribuição espacial da população. Sendo assim, ocorreram reflexos diretos na ocupação incipiente da fronteira amazônica em conformidade ao processo de absorção de áreas mais antigas como São Paulo e Minas Gerais. Essa condição se explicou em decorrência de se tornarem polos industriais do processo de industrialização da lavoura.

Ficou inconteste a condição migratória ocorrida na região foi incentivada pelo governo federal, devido à implantação dos Projetos Integração de Colonização (PIC) e pelos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), realizados na década de 1970. Essas iniciativas foram colocadas em prática de forma organizada resultante do planejamento governamental que outorgava títulos de benefícios sobre as terras, garantido a posse da terra. Após atendidas às exigências legais de desbravar as terras nuas e cruas advindas da União, era outorgado o título de propriedade.

Por conseguinte, a essas medidas, assentaram-se mais de 25 mil famílias¹³⁸, amparadas pelos projetos iniciados na década de 1970. Assim, em números absolutos, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE, a pesquisa verificou em um decênio, o crescimento populacional

¹³⁸ Nos anexos 1 e 2: retrata o quantitativo de famílias assentadas e respectivos projetos e localidades.

de 116.620 para 503.125 habitantes¹³⁹. Nesta década, a migração foi caracterizada eminentemente do tipo rural-rural¹⁴⁰, justo porque a maioria dos migrantes que chegaram a Rondônia, eram pequenos agricultores.

De sobremaneira, a pavimentação da via de acesso à Rondônia¹⁴¹, facilitou e se tornou acesso de deslocamento das pessoas para a região. Por essa razão, também modificou a estrutura espacial existente com a expansão da fronteira econômica produtiva do estado ao longo das margens da rodovia em construção. A periodização utilizada foi a quinquenal, a pesquisa evidenciou no período de 1975 a 1980 o quantitativo de 178.051 imigrantes interestaduais. Conforme exposto, destes 70.011 imigrantes foram provenientes do Paraná com uma representação percentual de 39% do total, sendo esta a unidade federativa com maior incidência no processo de colonização de Rondônia, nesta década. A pesquisa apurou com relação ao processo de migração intraestadual da década, que Ariquemes foi o município de maior atratividade com 8.201 migrantes e 42% de participação percentual do total. A situação ocorreu em decorrência da exploração de madeiras florestais na região¹⁴².

Diante disso, na década de 1980 cresceram de modo flagrante os aglomerados populacionais no estado e, com isso, os projetos de assentamentos aceleraram-se devido a intensa imigração que estava ocorrendo no estado. Os números de imigrantes confirmaram esta realidade, bem porque atingiu-se o total de 127.064 migrantes, provenientes de todas as unidades federativas do país, com maior relevância aos estados do Paraná, Espírito Santo e Mato Grosso, que juntos totalizaram um percentual de 39% e uma representatividade de 49.829 pessoas do total de imigrantes da década. Todavia, a pesquisa

¹³⁹ IBGE – dados Censos Demográficos de 1970 e 1980.

¹⁴⁰ Caracterização da migração foi de procedência-rural para destino-rural. Por isso chamado de rural-rural.

¹⁴¹ A construção da BR-364, antiga BR-029, foi a rodovia que quebrou o isolamento da Região Oeste do Brasil. A obra foi iniciada na década de 1960, porém somente com a participação do governador Jorge Teixeira de Rondônia no governo do presidente João Figueiredo realizou-se sua pavimentação com conclusão em 1984. Em 14 de setembro de 1984 foi efetivamente concluída a pavimentação e entregue a obra concluída a população de Rondônia. Em 14 de setembro de 2024 completaram-se 40 (quarenta) anos de conclusão das obras.

¹⁴² A exploração do setor industrial madeireiro ocorrida na década de 1970 e 1980, foi patrocinada com créditos e incentivos fiscais a esta atividade, concedidos pela SUDAM, com intuito de atrair investimentos privados para a Amazônia. Isto refletiu no quantitativo de madeiras existentes em Rondônia que saltou de 4 em 1953, para 781 em 1987.

evidenciou como relevante as mudanças político-administrativas ocorridas no espaço geográfico em decorrência desse novo quantitativo de habitantes no estado, decorreu a criação de dezesseis novos municípios, ampliando de sete para vinte e três.

Dessa maneira, o surgimento de novos municípios provocou um rearranjo espacial da população, justo porque vê-se que o movimento migratório intraestadual, que se deslocou internamente em Rondônia se intensificou atingindo o quantitativo de 88.202 migrantes intraestadual ocorrido nesta década. A representatividade do percentual revelou um aumento de 348% comparada à década anterior e novos municípios, até então desconhecidos, surgiram como relevantes ao processo de atração de pessoas, caso específico do município de São Miguel do Guaporé, que se tornou o mais positivo no percentual da migração intraestadual. Este município com 8.964 migrantes revelou uma representatividade de 9,5% em relação ao total de migrantes no período. Porém há de se relativizar a questão, porque a população original local era muito reduzida, tal qual apontado no capítulo 5, o município superou a capital do estado a cidade de Porto Velho, em percentualidade, não em números populacionais absolutos.

Não obstante, a pesquisa constatou que nos últimos dez anos do século XX, ocorreram mudanças e/ou transformações estruturais com o propósito de atingir o desenvolvimento na região. Entre as mais expressivas, destaca-se a criação de vinte e nove novos municípios que cresceu de vinte e três para cinquenta e dois municípios. Com esse novo quantitativo de municípios, a proximidade geográfica entre eles tornou-se realidade e a facilidade de acesso com estradas vicinais que foram construídas, permitiram o transporte com maior rapidez. Nessas circunstâncias, os movimentos migratórios intraestaduais se intensificaram, alcançando um valor estimado de 128.520 pessoas, elevando um acréscimo percentual de 45,71% e um aumento quantitativo de 40.318 migrantes, em relação à década anterior.

Portanto, referente ao fato migratório ocorrido entre os municípios nesta década, concluiu-se que o município de Buritis atingiu a maior migração positiva, revelando uma representatividade percentual de 9,25% em relação ao total do estado, com o quantitativo de 11.895 imigrantes. Identificou-se ainda que, a atratividade do município estava

relacionada à exploração de madeira na região e aos incentivos e créditos fiscais governamentais. Assim, ao longo da década de 1990, a atividade da indústria madeireira, atraída pela abundância de matéria-prima chegou ao seu ápice, com cerca de três mil empresas instaladas e respondendo por 40% dos empregos industriais, conforme apontado anteriormente.

Referente à migração intraestadual nesta década, constatou-se que entre os 52 (cinquenta e dois) municípios analisados, os 10 (dez) mais relevantes em relação à migração positiva foram selecionados¹⁴³. Entre eles, somente o município de Vilhena, que é considerado polo na região estava incluído entre os destacados. Este fato demonstrou o comportamento do migrante em buscar nesse período municípios recém emancipados, uma vez que por estarem em processo inicial de criação, proporcionavam melhores oportunidades e condições de ascensão econômica rápida aos migrantes.

Analisando, nesse sentido, a evolução populacional decorrente da migração interestadual nesta década, o cenário demográfico da região se transformou expressivamente. A atratividade de imigrantes para a região continuou a acontecer em percentuais menores que na década anterior, contudo, com representatividade relevante, pois o estado recebeu 84.330 imigrantes provenientes de outras unidades federativas. De modo que, evidenciou-se nesta década, o início de uma procura de imigrantes já em decorrência da relevância do mercado produtivo industrial de Rondônia.

Nesse período, a contribuição do ciclo agrícola na economia regional e, em paralelo o agronegócio em âmbito nacional, são reconhecidos como importantes fontes geradoras de riquezas tanto para a região como para a Nação. Nesse sentido, realizou-se a construção do porto graneleiro na cidade de Porto Velho com a utilização da hidrovia do Rio Madeira com extensão de 1.115km, ligando a cidade de Porto Velho estado de Rondônia ao porto da cidade de Itacoatiara, no estado do Amazonas. A propósito, a finalidade do porto é o escoamento da produção agrícola, principalmente da soja e do milho do estado como também, a produção de grãos da região noroeste do Mato Grosso, que tem como principal destino a exportação dos produtos para o mercado

¹⁴³ No quadro 12, Cap. 5, p. 122: retrata os dez municípios individualizados com respectivo quantitativo e participação percentual correspondente.

internacional. Também se observou na área a expansão da produção de bens agrícolas voltados à exportação como importante agente de transformação estrutural do estado. Desse modo, ressaltou-se o processo de desenvolvimento econômico resultante da capacidade de integração a grandes mercados por meio de suas exportações regionais.

Considera-se que, ainda nesta década, verificou-se a expansão da pecuária de corte e do desenvolvimento da atividade leiteira. Estas atividades atingiram a superioridade com relação aos demais estados da Região Norte e, em decorrência desse processo evolutivo, surgiram diversas plantas industriais de laticínios demonstrando rápido crescimento e expansão em todo o estado. Com relação à produção de carne de gado, é preciso ressaltar que, o estado atingiu patamar de autossuficiência com operações voltadas para o mercado exportador, tanto que, a produção de carne fora certificada¹⁴⁴ para ser consumida nos mercados mais rigorosos mundiais.

Concluiu-se, no último decênio analisado, (2000-2010). o total de municípios do estado permaneceu inalterado entre o período atual e o anterior. Com relação aos movimentos migratórios ocorridos nesta década, a reestruturação espacial continuou a acontecer, diante disso, a intensidade da migração intraestadual permaneceu significativa. Esse fator pode ser constatado no quantitativo de 117.547 migrantes apurados nos deslocamentos populacionais entre os municípios de Rondônia comprovados nesta pesquisa.

Assim, neste período evidenciou-se, de forma significativa a continuidade de atratividade de imigrantes para a região, bem porque apurou-se o total, de 74.770 imigrantes, provenientes de outras unidades federativas. Com isso, Rondônia atingiu o quantitativo de 1.562.409 habitantes¹⁴⁵. Nesse período, constatou-se que com os fatores propulsores para a atratividade de migrantes, foram os investimentos ocorridos pela política governo federal, especificamente com o plano de aceleração de crescimento (PAC), década de 2000, o qual contribuiu economicamente e

¹⁴⁴ De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Amarela (PNEFA), desde o ano de 2003, Rondônia é área livre de febre aftosa com vacinação. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/combate-febre-aftosa>. Acesso em: 08 set. 2017.

¹⁴⁵ IBGE: Dados Censo Demográfico, 2010.

permitiu iniciar o processo de construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira¹⁴⁶ com a perspectiva de estimular o investimento privado e buscar promover com o desenvolvimento socioeconômico da região.

Neste contexto, surgiu um novo ciclo econômico iniciado a partir dos anos de 2001 (século XXI), denominado de ciclo energético, o qual gerou mais de cinquenta mil postos de trabalhos diretos e indiretos com amplo aproveitamento da mão de obra local. Essa condição ocorreu por meio de cursos de aprimoramento, treinamento e capacitação profissional visando o aumento da empregabilidade da população local para estimular sobretudo novos negócios. De fato, potencializou-se o aumento da renda local e a dinamização da economia regional, com investimentos aplicados no estado durante todo o período da obra na ordem de 38 bilhões de reais.

Concluiu-se ainda, que as intensidades dos movimentos migratórios vivenciados por Rondônia, constituíram-se em fatores motivadores e indicativos do estágio de desenvolvimento da região. O desenvolvimento econômico do estado de Rondônia, foi de sobremaneira, evidenciado no processo de especialização da economia regional, inicialmente centrada na exploração dos produtos *in natura* da região, na venda da madeira e no crescimento da produção de produtos primários voltados para exportação e que possibilitaram a formação e a acumulação de capital.

Assim, essa situação se consubstanciou nos períodos recentes pelos saldos econômicos apresentados da balança comercial envolvendo os anos de 2000 e 2010 conforme apontado no capítulo 5, que confirma o estado de Rondônia estar em um processo contínuo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Essas questões geraram, sobretudo, oportunidades de investimentos internos regionais e o incremento das inovações tecnológicas dos meios de produção, de comercialização e de exportação agroindustrial regional. Tais procedimentos direcionados na região, conforme apontado na pesquisa, ressaltaram que a economia regional atrelada ao estudo de áreas e universos de recursos, os quais afetam o

¹⁴⁶ O complexo hidrelétrico do rio madeira é caracterizado como o conjunto das obras: A UHE – SANTO ANTÔNIO com capacidade geradora de 3.568 MW e a UHE – JIRAU com capacidade geradora de 3.750 MW. Ambas com capacidade individuais suficiente para gerar energia para mais de 45 milhões de pessoas. Inauguradas no segundo semestre de 2016.

desenvolvimento de países e regiões.

Inicialmente, portanto confirma-se em Rondônia a grande capacidade do estado em absorver imigrantes nas áreas rurais, provenientes de todas as unidades federativas do país. Esse contexto se efetivou mediante movimento direcionado de caráter relacionado ao planejamento político nacional para a ocupação da região em pequenas propriedades e, posteriormente, em suas áreas urbanas. Sendo assim, as ocupações que se transformaram em colonizações provocaram alterações na estrutura espacial populacional.

Do mesmo modo, transferiram-se contingentes de indivíduos das áreas rurais para as urbanas em um espaço de tempo muito curto. Confirmaram-se também, as transformações no perfil econômico produtivo da região no período da pesquisa que modificou a intensidade e a direção dos movimentos migratórios e a região se transformou em um local de significativas possibilidades econômicas.

Assim primeiramente, de fato os vários planos de desenvolvimento nacional contribuíram decisivamente para a ocupação e para o crescimento demográfico da Unidade Federativa estudada. Sobretudo, à luz das teorias consultadas e dos dados apontados, o Estado se inseriu na base de exportação interna e externa, dado seu conjunto de produtos gerados, principalmente nas últimas duas décadas.

Apesar de deter um importante histórico de ocupações esporádicas ligadas à fronteira, ao ciclo da borracha, da madeira e da cassiterita não se consubstanciaram em efetivos movimentos capazes de reter e fazer crescer o Estado. Isto realmente só se tornou possível após o ingresso da Unidade Federativa na expansão de área de fronteira agrícola nacional da década de 1980, com sua inserção no agronegócio e recentemente na geração e distribuição de energia elétrica.

Conclui-se, por fim, que todas estas fases vivenciadas pela Unidade Federativa, por sua população e sua organização deu ao Estado um papel de destaque no crescimento da região Norte do país, principalmente em termos populacional, econômicos e energéticos. Assim, encerra-se este ciclo de conclusões com o Estado de Rondônia da mesma forma que em outras Unidades Federativas e áreas do país onde se realizou tal tarefa adotada e utilizada ao longo do tempo como uma base econômica de exportação. Essa situação foi concentrada em uma estrutura

interna polarizada, fato que deu origem a seis polos efetivos de destaque no Estado: Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

Confirmou-se, portanto que, o objetivo da elaboração deste estudo em aprofundar a compreensão das características e dos fatores demográficos ocorridos na região foram atingidos. Pode-se, diante do exposto, qualificar a área estudada como sendo de forte atratividade a fluxos migratórios que provocaram um acentuado crescimento da população e, efetivamente, remodelaram o espaço Rondônia, como um sugestivo objeto de estudo de caso da migração no país.

De um lado, o estudo permitiu analisar alguns dos fatores do processo crescente de atividades econômicas e do comportamento da população que repercutiram na possibilidade de compreender melhor o fenômeno migratório e seus fatores condicionantes econômicos. Por outro lado, permitiu entender as características da migração no contexto, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos e, nesse processo, forneceu uma ferramenta analítica auxiliadora. Acredita-se que, além de apresentar um panorama histórico bastante detalhado do fenômeno migratório de Rondônia, inclusive em termos espaciais, este estudo também contribui para explicar o desenvolvimento econômico da região.

Assim, sugestões de pesquisas posteriores à temática desenvolvimentista e socioeconômica relacionada ao estado de Rondônia devem ser realizadas em enfoques específicos nos municípios pertencentes à faixa de fronteira de forma individualizada e também por municípios pertencentes às microrregiões ou por mesorregiões.

Com isso, há de se ressaltar que há muito ainda a ser desenvolvido na temática abordada, por se tratar de uma área de fronteira e de um estado novo. Sinaliza-se a necessidade de as informações pertencentes à região serem coletadas e trabalhadas, no intuito de que proporcionem entendimento melhor deste espaço geográfico que compõe o atual estado de Rondônia.

Por fim, é de entendimento deste autor, em relação à análise do estudo realizado que as possibilidades de pesquisas no campo abordado são desafiadoras e além da temática envolvida, há a particularidade de estudar uma unidade federativa emancipada no último quartel do século XX, que apesar do pouco tempo de emancipação, já aponta suas

características e singularidades próprias, buscando firmar seus aspectos produtivos em âmbito regional e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica.** [São Paulo]. Versão 14 de jun. 2004. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPrav1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- ALVES, J. L. Plano Safra alavanca agronegócio em Rondônia. **Jornal Diário da Amazônia.** Suplemento Diário Rural. Porto Velho, 12 jun. 2017, p. R1 – R4.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, Brasília, 1998.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BECKER, B. K. Significado atual da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, C. (Org.). **Fronteiras.** Brasília: UNB/ORSTOM, 1988, v., p. 60-89.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschmann na América Latina e sua triologia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.2, p.131-150, ago. 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Resolução Normativa nº 316 de 13 de maio de 2008 (aprova o anual de programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor e de outras providências).

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Resolução Normativa nº 504 de 14 de agosto de 2012 (altera a RN nº 316 de 13 de maio de 2008).

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Presidência da República. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967. Presidência da República. Publicado no D.O.U. seção 1, pág. 3301 de 20 mar 1967.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60457-13-marco-1967-401287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Grupo de trabalho interfederativo de integração fronteiriça (GTIIF). Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/combate-febre-aftosa>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Programa de P & D – Aneel. Disponível em:

http://www.aneel.gov.br/programa-de-p-d/-/asset_publisher/ahiml6B12KVf/content/legislacao-correta-

1/656831?inherit Redirect=false. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **FURNAS**. Relatório de Sustentabilidade 2015. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arcs/pdf/RelatorioSocioAmbiental/2015/RelatorioSustentabilidadeFurnas2015.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. (Síntese). Documento Epea nº 1, nov. 1964.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Diretrizes de Governo e Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Brasília, jul. 1967.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **O Plano plurianual 1996-1999** (PPA 1996 – 1999). Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004 - 2007** (PPA 2004 – 2007). Brasília: MP, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008 - 2011** (PPA 2008 – 2011). Projeto de Lei. Brasília: MP, 2008.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)**. Belém: Sudam/Serviço de Documentação e Divulgação, ago.1967b.

BRASIL. Portal das Câmaras dos Deputados. Disponível em: Acesso em 13/abr./2024. https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment_Pdf. Acesso em:13 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) 1972-1974**. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. Presidência da República. **Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 1975-1979**. Brasília, DF, 1974.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.634**, de 02 de maio de 1979. Brasília, DF, 1979.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação do governo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND)**. Brasília: DF, 1980.

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986-89**. Brasília, 1985. Aprovado pela Lei nº. 7.486 de 06 jun.1986.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 9.991** de 24 de julho de 2000. Brasília: DF, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 7.486** de 6 de junho de 1986. Brasília: DF, 1986.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Plano de Controle Macroeconômico**. Brasil. Ministério da Fazenda, 1987.

BRITO, F. R. A. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. p. 20. (Texto para discussão nº 366).

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CAMARANO, ANA A. (org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CAMPOS, N. M. **Síntesis de la história de Rondônia**. 2. ed. Porto Velho, 2005.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Global, São Paulo, 1985.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo: ABEP, 1998.

CAVALCANTE, M. M. A. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, lenhificação e meio ambiente**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba: PPGG, 2012.

CAVALCANTE, M. M. A.; SANTOS, L. J. C. Hidrelétricas no Rio Madeira – RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. nº 15, 2012.

CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. **Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira**. Cap. 1. p.13 a 44. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p.13a44.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-

Hall, New Jersey, 1966.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

CORAGGIO, J. L. Polarizacion, desarrollo y integracion. In: KUKLINSKI, A. **Desarrollo polarizado y politicas regionales**. México: FCE, p.49-60, 1985.

CORTESÃO, JAIME. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Parte I – Tomo I (1695 – 1735). São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CORTESÃO, JAIME. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Parte I – Tomo II (1735 – 1753). São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. (coords.). **Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste**. Núcleo de Estudos de População – NEPO. Campinas: Unicamp, 1999.

CUNHA, J. M. P.; ALMEIDA, G. M. R.; RAQUEL, F.; CARVALHO, P. **Textos Nepo 49 - Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2004.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan/jun 2006.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**. Salvador, v. 18, nº 43, p. 87-101. jan./abr. 2005.

CUNHA, S. R. P. **A Hidrelétrica de Jirau e seus impactos no Estado de Rondônia**. Disponível em:
http://www.fucapi.br/tec/imagens/revistas/011_ed014_a_hidreletrica

_de_jirau.pdf. Acesso em: 7 set. 2016.

DAL PAI, C. **Transformações econômicas e mobilidade espacial da população na mesorregião norte de Mato Grosso de 1986 a 2010.**

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio).

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE: Toledo, 2016.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001. p. 19. (Texto para discussão n° 159).

ESBR. Energia Sustentável do Brasil. Usina Hidrelétrica de Jirau. 2015. Disponível em: <https://www.esbr.com.br>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ESBR. Energia Sustentável do Brasil. Usina Hidrelétrica de Jirau. 2016. Disponível em: <https://www.esbr.com.br>. Acesso em: 7 set. 2016.

ESBR. Energia Sustentável do Brasil. Usina Hidrelétrica de Jirau. 2017. Disponível em: <https://www.esbr.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2017.

FERREIRA, Darlene A. de O.; FERREIRA, Enéas R. (Orgs.). **Geografia e Território: interpretações do espaço brasileiro.** Rio Claro: IGCE/UNESP – Pós-Graduação em Geografia, 2012.

FERRERA DE LIMA, J. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 7 p. 7-13, set. 2003.

FIERO. **Perfil socioeconômico e industrial do estado de Rondônia.** Porto Velho, 1997.

FIERO; SEBRAE/RO. **Rondônia: perfil socioeconômico industrial.** Porto Velho, 2003. 422p.

FISHLOW, A. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira

após 1964. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 7, p. 5-65, jan. /mar., 1974.

FOCHEZATTO, A. **Desenvolvimento Regional**: recomendações para um paradigma produtivo. O ambiente regional. Três décadas de economia gaúcha. v.1, 2010.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

FUJITA, M; THISSE, J. F. The formation of economic agglomerations: old problems and new perspectives. In: HURIOT, J. M.; THISSE, J. F. (Ed.). **Economics of cities**: theoretical perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FUKUYAMA, F. **Construção de Estados**: governo e organização mundial no século XXI. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rosso, 2005.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O Brasil pós-milagre**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ática, 1961.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1999.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal**: o PPA 2000 – 2003. Brasília: IPEA, maio 2000. (Texto para discussão, 726).

GEO. DIEESE. ORG. BR. **Taxa de crescimento da população**. Disponível em: geo.dieese.org.br/suprof/indicadores/indicador_02.php. Acesso em: 23 nov. 2015.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, 1995.

GONÇALVES FILHO, E. M. **Empreendimentos elétricos do Rio Madeira**: transformações no espaço econômico de Porto Velho. (Dissertação de mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2014.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRECELLÉ, R. A. A pecuária que deu certo: a experiência que veio do Norte do Brasil. RONDÔNIA: um estado essencialmente pecuário. In: III JORNADA TÉCNICA EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE E CADEIA PRODUTIVA. 2007, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, UFRGS, 2007.

GUIMARÃES FILHO, R. M. A evolução do planejamento federal e a participação legislativa. **Revista de informação legislativa**. a. 36. n. 143. jul/set. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 147-185.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, v. 35, n. 3, a 33, Editora UFPR, set. /dez. 2009. p. 119 -146.

HIRSCHMAN, A. O. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro, 1983.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOGAN, D. J.; AZEVEDO, A. M. M.; CARMO, R. L.; GAMA, I.; DARCIE, C.; DELGADO, C. C. Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. In: Daniel Joseph Hogan; Roberto Luiz do Carmo; José Marcos Pinto da Cunha; Rosana Baeninger. (Org.). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas, SP: MPC Artes Gráficas em Papel, 2002. p. 177-278.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930 - 1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 12 nov. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados populacionais e territoriais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional**. Rondônia. 1980. Acesso em: 01 ago. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 23 nov. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadessat/painel/historico.php?codmun=110020&search=rondonia%7Cporto-velho&lang=>. Acesso em: 6 nov. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Rondônia, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional**. Rondônia, 2016.

INFOESCOLA. **Êxodo Rural**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/>. Acesso em: 24 nov. 2015.

IPEA. **Ipeadata - Regional**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2014.

JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. H. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 14-27, dez./fev., 2004/05.

JANUZZI, P. M. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. **RAP**, Rio de Janeiro, 29 (3): 197-210, jul. /set. 1995.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KORNIS, G. E. M. **A política econômica do governo Castelo Branco**: algumas reflexões sobre o PAEG. Tese (mestre). Departamento de economia e planejamento econômico. Campinas: Unicamp, 1982.

KUZNETS, S. S. **Crescimento econômico moderno**: ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu, **Anais...** ABEP. Caxambu, set. 2010.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2009 (Texto para Discussão).

LOPES, C. T. G. **Planejamento, Estado e crescimento**. São Paulo: Atlas, 1998.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINE, G. A demografia é útil no planejamento e nas políticas públicas? **Revista Coletiva**, n. 14, 2014. Disponível em: http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_mailton. Acesso em: 15 fev. 2015.

MARTINE, G. **Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A02.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Texto para Discussão, 329).

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 1, n. 2. p. 99-143, jan./dez. 1984.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. In: SEMINÁRIO BRASIL SÉCULO XXI, 1989, Campinas, **Anais...** Campinas, UNICAMP, 1989.

MARTINE, G; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas públicas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-24.

MARTINE, G., NEIVA, I. C., MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1984, Águas de São Pedro. **Anais...**, Águas de São Pedro, 1984.

MARTINS, M. A. **A Amazônia é nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército. 1971.

MATIAS, F. **Formação histórica e econômica de Rondônia**. 3. ed. Porto Velho: Indam, 2010.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2002.

MEYRELLES FILHO, S. F. **A localização segundo o modelo centro-periferia: elemento da nova geografia econômica**. Texto para discussão n° 12. Goiânia: UFG, 2009.

MILAN, M. **Estado, acumulação de capital e subdesenvolvimento no Brasil (1930 – 1980)**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em

Economia) – Instituto de Pesquisa Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

MONTEIRO, T. **As hidrelétricas do Madeira**: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte. Disponível em: <http://www.observatorio.inesc.org.br/down.php>. Acesso em: 01 dez. 2015.

MONTEIRO NETO, A.; GOMES, G. M. **Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro**: recursos públicos em ação. Texto para discussão n° 712. Brasília: IPEA, mar. 2000.

MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDAO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégicas e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

MULLER, K. D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo-Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 83-129, jan./mar. 1986.

MULLER, K. D. **Toledo um povoamento pioneiro planejado no Sul do Brasil**: Toledo, Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 33, n. 129, p. 100-108, abr./jun., 1975.

MULLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007.

MYRDAL, G. **Economy Theory and under-development regions**. London: Gerald Duckworth & CO. Ltda., 1957.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Trad. Ewaldo Correa Lima. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

MYRDAL, G. **O estado do Futuro**. Trad. Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MYRDAL, G. **Desafio à Riqueza**. Trad. Rafael Tramm. São Paulo: Brasiliense, 1966.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma teoria econômica internacional**. Trad. J. Reis. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Trad. José Auto. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo: n. 101, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100006 &lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 fev. 2015.

NOGUEIRA NETO, A.; BRAUN, M. B. S. O mercado de commodities e o transporte de cargas na região da hidrovia do rio madeira. I ENCONTRO RONDONIENSES DE ADMINISTRADORES. 2016, Porto Velho, **Anais...**, Porto Velho, RO. 2016. p. 81-98.

NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977a. p. 333-343.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCWARTZMANN, J. (org.). **Economia Regional e Urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1977. p. 291-313.

OLIVEIRA, G.; PEREIRA, A. S. Da agricultura ao desenvolvimento: a transição de regiões periféricas ao capitalismo mercantil segundo Douglass North. **Cadernos de Economia** (Unochapecó. Impresso), v. 16, p. 21-35, 2012.

OLIVEIRA, O. A. **História: Desenvolvimento e Colonização do estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda., 2004.

OLIVEIRA, O. A. **Geografia de Rondônia Espaço & Produção**. 3. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2005.

OLIVEIRA, O. A. **História desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. 6. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2007.

OLIVEIRA, O. A. **História desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. 4. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2001.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

PENA, R. F. A. **Economias de aglomerações**. Disponível em: <http://brasil.escola.uol.com.br/geografia/economias-aglomeracao.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PEREIRA, L. **Que faremos com o fim do desenvolvimento?** 2004. Disponível em: <http://www.midianindependente.org/pt/blue/2004/05/281746.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Lisboa: Herber, 1967.

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?** Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.

PERROUX, F. **Le Capitalisme**. Paris: Prese Universitaire de France, 1962.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PERROUX, F. **Note sur la notion de pôle de croissance. Économie appliquée**, v. 1, p. 307-320. 1955.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCWARTZMANN, J. (org.). **Economia Regional e Urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1977. p. 145 -156.

PIACENTINI, C. A. et al. **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 204 p.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 2009. 167 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2009.

PIMENTA NETO, M. D. **Faixa de fronteira e o domínio público**. Jusbrasil.com.br. Disponível em: <https://marciliooberserk.jusbrasil.com.br/artigos/169553071/faixa-de-fronteira-e-o-dominio-publico>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PINTO, E. P. **Hidrovia do Grão-Pará a Mato Grosso: projeto para integração da fronteira oeste da Amazônia colonial entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé (1797-1800)**. Porto Velho: ABG, 1998.

PORTER, M. E. **Clusters e a nova competitividade econômica**. Harvard Business Review; Boston; nov/dec, 1998.

PREBISCH, R. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. Editora Fondo de Cultura Económica. México, 1981.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1970.

PREBISCH, R. **Transformacion y desarrollo la gran tarea de la américa latina**. Rio de Janeiro: Editora Fondo de Cultura, 1964.

PUGA, D. The rise and fall of regional inequalities. **European economic review**, n.43, 1999, p.303-334.

RANGEL, I. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

REVISTA MANCHETE. **Transamazônica – estrada que liga o Atlântico ao Pacífico**. Rio de Janeiro, a. 20. n. 1043, 15 abr. 1972. p. 63-77.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. 261 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. Polos de Crescimento Econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 136-149, 2009.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; SILVA, J. R. A teoria dos polos de crescimento de François Perroux. **Cadernos de Economia** (Unochapecó. Impresso), Chapecó, SC, v. 7, n.7, p. 75-96, 2000.

RIZZOTTO, M. L. F. A saúde nos planos de desenvolvimento no Brasil (1948 – 1984). In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (orgs). **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007. 295 p.

ROCHA, D. P.; BACHA, C. J. C. **A evolução do setor industrial madeireiro em Rondônia e a exploração dos recursos florestais**. Dissertação de mestrado. Disponível em:
file:///D:/Downloads/A%20Evolucao%20do%20Setor%20Industrial

%20Madeireiro%20em%20Rondonia%20e%20a%20Exploracao%20dos
%20Recursos%20Florestais.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

ROCHA, G. M.; BRITO, S. O. A construção das usinas no Rio Madeira em Rondônia e os impactos no município de Porto Velho: uma abordagem socioeconômica e ambiental. IX CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. **Anais...** Jun 2013.

RUIZ, R. M. **A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?** Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2003.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTO ANTONIO ENERGIA. **Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.** 2015. Disponível em: www.santoantonioenergia.com.br. Acesso em 06.set.2015.

SANTO ANTONIO ENERGIA. **Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.** 2016. Disponível em: www.santoantonioenergia.com.br. Acesso em 23.ago.2016.

SANTO ANTONIO ENERGIA. **Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.** 2017. Disponível em: www.santoantonioenergia.com.br. Acesso em 22.jul.2017.

SAWYER, D. População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no cerrado. In: HOGAN, D. J. et al. (org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste.** Campinas, NEPO/UNICAMP: PRONEX, 2002. p. 279-299.

SCHERMERHORN Jr., J. R. **Administração.** 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1997.

SCHWARTZMAN, J. A. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, p. 37-91, 1975.

SILVA, A. G. **Amazônia – Porto Velho**. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, F. B. et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (Coleção Documentos Brasileiros, 190).

SILVA, J. R. **A teoria dos polos de desenvolvimento: uma discussão teórica dos polos de desenvolvimento do Paraná** (Monografia de graduação), UNIOESTE/Campus de Toledo, 1996.

SINGER, P. I. O “Milagre Brasileiro” causas e consequenciais. **Cadernos CEBRAP**, n. 6. São Paulo: CEBRAP, 1972. p. 62.

SINGER, P. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. **Revista de Economia Política**, v. 2-3 (7), SP, jul. /set. 1982.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Hucitec, 1976.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**, 14. ed. revista (1^a ed. em 1973). São Paulo, Contexto, 1998.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias**

atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SKIDMORE, T. E. **Brasil:** de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, A. **Riqueza das nações.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. 2 vols.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 415.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. **História regional:** Rondônia. 3. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2002.

TORRES, H. G. Informação demográfica e políticas públicas na escala regional e local. **“Reunión de expertos sobre población y desarrollo local”.** Santiago, Chile: CELADE/CEPAL, out. 2005.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica.** São Paulo: Ática, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

QUADRO 18 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – UNIDADES FEDERATIVAS POR REGIÕES - 1970 A 2010

Imigração Interestadual de Rondônia e Interregional do Brasil - 1970 a 2010					
Unidades Federativas por Regiões para Rondônia					
UF's e Regiões	Rondônia 1975 a 1980	Rondônia 1986 a 1991	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Região Norte	14.359	19.608	16.200	15.942	66.109
Acre	4.183	5.374	5.070	5.017	19.644
Amapá	49	70	179	117	415
Amazonas	7.634	7.660	7.086	6.145	28.525
Pará	2.302	5.397	2.802	2.869	13.370
Roraima	191	704	650	685	2.230
Tocantins	0	403	413	1.109	1.925
Região Nordeste	10.395	21.389	11.865	9.207	52.856
Alagoas	304	584	352	436	1.676
Bahia	3.124	5.711	2.621	1.895	13.351
Ceará	2.413	4.437	2.124	1.626	10.600
Maranhão	2.173	5.307	2.775	2.599	12.854
Paraíba	620	1.664	1.007	825	4.116
Pernambuco	983	1.870	1.513	805	5.171
Piauí	371	712	683	357	2.123
R. Gr. do Norte	255	851	552	448	2.106
Sergipe	152	253	238	216	859
Região C.-Oeste	48.182	22.185	18.898	19.048	108.313
Distrito Federal	516	843	560	409	2.328
Goiás	3.254	4.144	2.225	2.553	12.176
Mato Grosso	28.624	11.659	12.365	13.876	66.524
MT G. do Sul	15.788	5.539	3.748	2.210	27.285
Região Sudeste	31.791	36.495	24.725	13.223	106.234
Espírito Santo	12.738	14.695	7.754	2.231	37.418

Minas Gerais	10.115	11.240	6.699	3.962	32.016
Rio de Janeiro	1.212	2.381	1.571	1.094	6.258
São Paulo	7.726	8.179	8.701	5.936	30.542
Região Sul	73.324	27.384	11.637	8.445	120.790
Paraná	70.011	23.475	9.008	5.121	107.615
Rio G. do Sul	1.407	1.652	1.390	1.446	5.895
Santa Catarina	1.906	2.257	1.239	1.878	7.280
Ignorado	0	0	0	8.584	8.584
Sem especificação	0	3	1.005	321	1.329
Total Geral	178.051	127.064	84.330	74.770	464.215

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 02

QUADRO 19 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1970 A 2010

Emigração Interestadual de Rondônia e Interregional do Brasil - 1970 a 2010					
Unidades Federativas e Regiões para Rondônia					
UFs e Regiões	Rondônia 1975 a 1980	Rondônia 1986 a 1991	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Região Norte	4.147	11.384	13.189	12.585	41.305
Acre	802	3.728	3.530	3.387	11.447
Amapá	66	74	109	73	322
Amazonas	2.054	2.515	6.307	6.686	17.562
Pará	922	2.520	1.527	1.316	6.285
Roraima	303	1.504	1.118	748	3.673
Tocantins	0	1.043	598	375	2.016
Região Nordeste	1.018	7.685	6.938	4.290	19.931
Alagoas	23	239	73	184	519
Bahia	50	1.464	1.134	1.014	3.662
Ceará	378	1.750	2.056	884	5.068
Maranhão	139	1.167	1.192	531	3.029
Paraíba	133	873	838	432	2.276
Pernambuco	159	987	586	694	2.426
Piauí	22	268	313	178	781
R. Gr. do Norte	104	791	628	251	1.774
Sergipe	10	146	118	122	396
Região C.-Oeste	4.106	29.268	27.481	19.451	80.306
Distrito Federal	314	997	1.169	913	3.393
Goiás	247	3.462	3.077	2.401	9.187
Mato Grosso	2.779	18.289	20.606	13.786	55.460
MT G. do Sul	766	6.520	2.629	2.351	12.266
Região Sudeste	3.758	26.940	14.491	9.267	54.456
Espírito Santo	614	4.794	2.116	2.397	9.921
Minas Gerais	926	7.712	4.036	1.840	14.514
Rio de Janeiro	512	1.697	1.104	841	4.154
São Paulo	1.706	12.737	7.235	4.189	25.867
Região Sul	1.402	19.185	10.635	8.046	39.268
Paraná	1.073	16.321	7.970	6.018	31.382
Rio G. do Sul	210	1.245	1.153	656	3.264
Santa Catarina	119	1.619	1.512	1.372	4.622

Ignorado	0	0	2	4	6
Total Geral	14.431	94.462	72.736	53.643	235.272

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 03

QUADRO 20 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010

Imigração Intraestadual de Rondônia - 1970 a 2010 De Municípios para Municípios					
Municípios	Rondônia 1975 a 1980	Rondônia 1986 a 1991	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Alta Floresta d'Oeste		4.225	1.684	1.397	7.306
Alvorada d'Oeste		4.673	2.268	1.432	8.373
Ariquemes	8.201	5.724	5.931	5.847	25.703
Buritis		0	11.895	4.680	16.575
Cabixi		1.160	0	0	1.160
Cacoal	3.116	4.987	5.126	5.146	18.375
Candeias do Jamari		0	2.706	3.586	6.292
Cerejeiras		1.486	0	0	1.486
Colorado do Oeste		2.004	0	0	2.004
Costa Marques		1.952	0	0	1.952
Cujubim		0	1.844	4.802	6.646
Espigão d'Oeste		2.164	0	0	2.164
Guajará-Mirim	491	1.669	0	0	2.160
Jaru		3.964	2.698	2.875	9.537
Ji-Paraná	1.390	4.883	6.658	6.250	19.181
Machadinho d'Oeste		4.329	3.916	2.838	11.083
Nova Brasilândia d'Oeste		2.827	1.726	1.629	6.182
Ouro Preto do Oeste		3.588	3.267	2.571	9.426
Pimenta Bueno	3.117	5.651	1.594	2.458	12.820
Porto Velho	2.178	10.213	7.439	15.322	35.152
Presidente Médici		2.546	0	0	2.546
Rolim de Moura		3.636	3.811	5.259	12.706
Santa Luzia d'Oeste		1.707	0	0	1.707
São Miguel do Guaporé		8.964	3.539	2.583	15.086
Vila Nova do Mamoré		921	0	0	921
Vilhena	1.192	4.547	6.608	8.448	20.795
Subtotal (1)	19.685	87.820	72.710	77.123	257.338
Ignorado em RO			7.282	43	7.325
Não Declarado		382	0	571	953
Total Geral	19.685	88.202	79.992	77.737	265.616

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 04

QUADRO 21 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010

Emigração Intraestadual de Rondônia - 1970 a 2010					
Municípios D+					
Municípios	Rondônia 1975 a 1980	Rondônia 1986 a 1991	Rondônia 1995 a 2.000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Alta Floresta d'Oeste		1.657	1.710	2.624	5.991
Alvorada d'Oeste		2.009	3.002	2.415	7.426
Ariquemes	844	4.580	7.869	7.633	20.926
Buritis		0	758	5.048	5.806
Cabixi		385	0	0	385
Cacoal	3.568	12.431	9.235	7.522	32.756
Candeias do Jamari		0	596	1.082	1.678
Cerejeiras		3.777	0	0	3.777
Colorado do Oeste		4.631	0	0	4.631
Costa Marques		1.061	0	0	1.061
Cujubim		0	465	833	1.298
Espigão d'Oeste		2.205	0	0	2.205
Guajará-Mirim	1.341	1.785	0	0	3.126
Jaru		6.259	10.116	8.159	24.534
Ji-Paraná	8.931	10.641	12.188	8.559	40.319
Machadinho d'Oeste		463	2.224	3.335	6.022
Nova Brasilândia d'Oeste		2.552	1.238	2.259	6.049
Ouro Preto do Oeste		6.765	6.519	5.135	18.419
Pimenta Bueno	1.829	3.563	4.289	2.881	12.562
Porto Velho	2.536	3.853	9.872	7.890	24.151
Presidente Médici		3.787	0	0	3.787
Rolim de Moura		10.530	7.454	4.847	22.831
Santa Luzia d'Oeste		1.913	0	0	1.913
São Miguel do Guaporé		571	1.535	2.041	4.147
Vila Nova do Mamoré		281	0	0	281
Vilhena	636	2.503	3.257	3.822	10.218
Subtotal (1)	19.685	88.202	82.327	76.085	266.299
Ignorado em RO			5.900	263	6.163
Não Declarado		0	991		991
Total Geral	19.685	88.202	89.218	76.348	273.453

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 05

QUADRO 22 – IMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE RONDÔNIA - 1995 A 2010

Imigração Intraestadual de Rondônia - 1995 a 2010					
Municípios D+					
Municípios	Rondônia Municípios Ignorado 1995 a 2000	Rondônia Municípios Ignorado 2005 a 2010	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Alto Alegre dos Parecis	244	0	2.013	1.533	3.790
Alto Paraíso			1.421	2.023	3.444
Cabixi	17	0	578	407	1.002
Cacaulândia	48	0	709	863	1.620
Campo Novo de Rondônia	159	0	3.212	2.101	5.472
Castanheiras	49	0	731	450	1.230
Cerejeiras			1.416	1.372	2.788
Chupinguaia	92	9	1.009	1.434	2.544
Colorado do Oeste			679	864	1.543
Corumbiara	39	0	912	897	1.848
Costa Marques			1.134	1.022	2.156
Espigão d'Oeste			1.302	1.935	3.237
Governador Jorge Teixeira	126	0	1.298	486	1.910
Guajará – Mirim			1.794	1.024	2.818
Itapuã do Oeste	94	0	1.419	1.292	2.805
Ministro Andreazza	34	0	650	825	1.509
Mirante da Serra	137	0	1.692	1.103	2.932
Monte Negro			1.385	2.084	3.469
Nova Mamoré			1.115	3.456	4.571
Nova União	30	0	2.171	743	2.944
Novo Horizonte do Oeste	50	0	1.226	891	2.167
Parecis	83	0	672	574	1.329
Pimenteiras do Oeste	41	0	489	377	907
Presidente Médici			1.884	1.236	3.120
Primavera de Rondônia	3	0	358	517	878
Rio Crespo	7	2	485	419	913
Santa Luzia d'Oeste			745	628	1.373
São Felipe do Oeste	12	0	668	687	1.367

São Francisco do Guaporé			3.404	2.052	5.456
Seringueiras	166	23	2.162	837	3.188
Teixeirópolis	13	0	539	493	1.045
Theobroma	186	0	2.548	1.647	4.381
Urupá	81	0	1.726	1.415	3.222
Vale do Anari	139	10	1.899	1.594	3.642
Vale do Paraíso	31	0	1.202	485	1.718
Total Geral	1.881	44	46.647	39.766	88.338

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 06
QUADRO 23 – EMIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DE
RONDÔNIA - 1995 A 2010 MUNICÍPIOS D+

Emigração Intraestadual de Rondônia - 1995 a 2010					
Municípios D+					
Municípios	Rondônia Municípios Ignorado 1995 a 2000	Rondônia Municípios Ignorado 2005 a 2010	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Alto Alegre dos Parecis	0	0	656	1.135	1.791
Alto Paraíso	52	0	700	954	1.706
Cabixi	19	0	773	810	1.602
Cacaulândia	0	0	545	986	1.531
Campo Novo de Rondônia	0	0	426	871	1.297
Cerejeiras	0	0	3.889	2.578	6.467
Castanheiras	0	0	295	675	970
Chupinguaia	0	0	298	835	1.133
Colorado do Oeste	98	0	4.507	2.514	7.119
Corumbiara	0	0	1361	1.026	2.387
Costa Marques	127	0	1.302	1.336	2.765
Espigão d'Oeste	41	11	2.177	2.077	4.306
Governador Jorge Teixeira	0	0	292	983	1.275
Guajará – Mirim	164	0	2.813	2.411	5.388
Itapuã do Oeste	0	0	401	511	912
Ministro Andreazza	0	0	772	627	1.399
Mirante da Serra	0	0	1.738	1.730	3.468
Monte Negro	123	0	1.013	1.394	2.530
Nova Mamoré	223	0	456	1.178	1.857
Nova União	0	0	315	707	1.022
Novo Horizonte do Oeste	0	0	635	770	1.405
Parecis	0	0	346	735	1.081
Pimenteiras do Oeste	0	0	12	269	281
Presidente Médici	132	0	3.964	2.559	6.655
Primavera de Rondônia	0	0	190	385	575
Rio Crespo	0	0	217	344	561
Santa Luzia d'Oeste	68	0	1.867	999	2.934
São Felipe do Oeste	0	0	410	819	1.229
São Francisco do Guaporé	292	9	470	2.151	2.922
Seringueiras	0	0	935	1.516	2.451
Teixeirópolis	0	0	301	485	786
Theobroma	0	0	470	1.027	4.381

Urupá	0	0	2.208	1.937	4.145
Vale do Anari	0	0	527	1.110	1.637
Vale do Paraiso	0	0	682	735	1.417
Subtotal (1)	1.339	20	37.963	41.179	80.501
Total Geral	1.339	20	37.963	41.179	80.501

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2.000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 07

QUADRO 24 – IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RONDÔNIA - 1970 A 2010

Imigração Internacional de Rondônia - 1970 a 2010					
Países de Origens para Rondônia					
Países	Rondônia 1975 a 1980	Rondônia 1986 a 1991	Rondônia 1995 a 2000	Rondônia 2005 a 2010	Total
Alemanha		17	10	13	40
Argentina			11	21	32
Bolívia		554	472	494	1.520
Congo				6	6
Colômbia		10	9	9	28
Cuba			11	46	57
Espanha		13		366	379
Estados Unidos			64	1.422	1.486
Guatemala				5	5
Guiana			12		12
Itália				31	31
Japão			110	254	364
México				9	9
Paraguai		335	252	46	633
Peru			99	98	197
Portugal		28	0	605	633
Reino Unido				51	51
Rep. Centro Africana				10	10
Suíça				30	30
Venezuela		95	75	42	212
País não especificado	1.518	8	0	48	1.574
Total Geral	1.518	1.060	1.125	3.606	7.309

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 08

QUADRO 25 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA E INTERREGIONAL DO BRASIL – 1975 A 1980

Quadro Migratório Interestadual e Interregional de Rondônia de UF's por Regiões para Municípios período 1975 a 1980								
UF s Por Regiões	Ari- que- mes	Ca- coal	Gua- jará- Mi- rim	Ji- Pa- raná	Pi- menta Bu- eno	Porto Ve- lho	Vi- lhena	To- tal
Região Norte	512	282	480	755	43	12.071	216	14.359
Acre	83	113	186	143	7	3.594	57	4.183
Amapá	8	0	0	0	0	41	0	49
Amazonas	311	51	236	396	0	6.544	96	7.634
Pará	102	115	54	216	36	1.720	59	2.302
Roraima	8	3	4	0	0	172	4	191
Região Nordeste	1.310	1.363	388	2.504	308	3.745	777	10.395
Alagoas	64	80	4	63	0	71	22	304
Bahia	804	423	0	1.107	136	138	516	3.124
Ceará	61	373	154	419	93	1.196	117	2.413
Maranhão	214	219	59	283	25	1.345	28	2.173
Paraíba	43	88	42	117	4	294	32	620
Pernambuco	29	139	34	394	32	299	56	983
Piauí	62	12	30	62	8	197	0	371
R. Gr. do Norte	33	0	32	24	3	157	6	255
Sergipe	0	29	33	35	7	48	0	152
Região C.-Oeste	4.723	10.488	196	10.198	3.964	1.975	16.638	48.182
Distrito Federal	81	57	27	49	58	205	39	516
Goiás	574	646	34	935	206	580	279	3.254
Mato Grosso	2.724	4.611	81	4.392	1.942	686	14.188	28.624
MT. G. do Sul	1.344	5.174	54	4.822	1.758	504	2.132	15.788
Região Sudeste	3.657	7.853	256	11.759	2.725	2.045	3.496	31.791
Espírito Santo	979	4.467	3	5.097	1.356	93	743	12.738
Minas Gerais	1.219	2.023	109	4.271	676	405	1.412	10.115
Rio de Janeiro	101	153	26	291	41	518	82	1.212
São Paulo	1.358	1.210	118	2.100	652	1.029	1.259	7.726

Região Sul	14.652	16.137	296	21.396	4.814	1.946	14.083	73.324
Paraná	14.113	15.898	209	21.055	4.572	1.527	12.637	70.011
Rio G. do Sul	193	83	42	230	191	300	368	1.407
Santa Catarina	346	156	45	111	51	119	1.078	1.906
Total	24.854	36.123	1.616	46.612	11.854	21.782	35.210	178.051

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1970 e 1980. Tabulações Especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 09
QUADRO 26 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE
RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO
BRASIL – 1986 A 1991 –
Páginas - (206 a 207)

Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1986 a 1991

L. 01/02

UP' s Por Região	Alta Floresta D' Oeste	Alvorada D' Oeste	Ariquemes	Cabixi	Cacoeira	Cerejeiras	Colorado do Oeste	Costa Marques	Espigão d' Oeste	Guajará Mirim	Jaru	Ji – Paraná	Machadinho d' Oeste	Nova Brasilândia d' Oeste	Ouro Preto do Oeste	Pimenta Buena	Porto Velho	Presidente Médici	Rolim de Moura	Santa Luzia d' Oeste	São Miguel do Guaporé	Vila Nova do Mamoré	Vilhena	Total	
Região Norte	100	144	582	11	275	49	113	0	91	263	412	624	105	10	422	111	15.653	54	219	99	19	31	223	19.610	
Acre	28	0	80	11	0	0	27	0	77	158	19	242	8	0	45	12	4.434	46	130	15	2	8	33	5.375	
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	0	0	0	0	0	0	70	
Amazonas	0	31	114	0	122	0	20	0	41	99	244	0	0	0	95	73	6.741	0	12	0	0	0	69	7.661	
Pará	47	113	311	0	153	49	29	0	64	0	49	97	0	0	166	26	4.047	8	77	0	17	23	121	5.397	
Roraima	25	0	77	0	0	0	0	0	0	0	279	60	0	10	116	0	138	0	0	0	0	0	0	705	
Toçantins	0	0	0	0	0	0	37	0	14	0	15	29	0	0	0	0	223	0	0	84	0	0	0	402	
Região Nordeste	211	20	2.101	5	688	86	290	62	187	447	965	714	182	119	1.588	531	11.195	153	391	70	34	115	526	21.390	
Alagoas	26	0	155	0	113	0	0	0	15	6	10	86	0	0	5	0	92	10	0	0	31	0	36	585	
Bahia	134	17	1.457	5	201	86	96	15	92	55	668	130	96	48	1.196	235	518	110	154	68	0	56	273	5.710	
Ceará	40	0	160	0	70	0	138	10	0	125	80	23	68	0	0	53	3.487	0	110	0	0	16	77	4.437	
Maranhão	0	0	127	0	38	0	0	0	25	172	181	92	13	0	45	0	4.549	0	34	0	3	22	7	5.308	
Parabá	8	0	16	0	63	0	6	0	11	19	0	115	0	0	33	219	1.114	0	38	0	0	9	13	1.664	
Pernambuco	3	3	113	0	149	0	38	0	32	12	26	259	5	71	234	13	779	25	0	2	0	0	105	1.869	
Piauí	0	0	32	0	0	0	7	0	0	41	0	9	0	0	13	0	584	0	0	0	0	12	15	713	
R. G. Norte	0	0	41	0	0	0	15	0	0	17	0	0	0	0	15	0	755	8	0	0	0	0	0	851	
Sergipe	0	0	0	0	54	0	0	37	12	0	0	0	0	0	47	11	37	0	55	0	0	0	0	253	
Região Centro-Oeste	114	638	1.429	112	971	556	1.585	243	571	128	1.082	1.119	759	195	952	1.368	4.214	764	1.303	375	633	85	1.989	22.185	
Distrito Fed.	0	0	14	0	33	0	0	0	6	5	0	21	0	0	117	19	555	0	0	0	0	0	0	73	843
Goiás	219	71	328	0	153	146	175	0	11	23	221	142	234	0	169	276	1.364	103	20	95	88	33	271	4.142	
Mato Grosso	764	223	795	98	418	352	1.208	72	467	91	650	579	422	121	488	430	1.737	330	529	244	332	21	1.287	11.658	
M. G. Sul	131	344	292	14	367	58	202	171	87	9	211	377	103	74	178	643	558	331	754	36	213	31	358	5.542	

n. 02/02

Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1986 a 1991

UF's Por Região	Alta Floresta D' Oeste	Alvorada D' Oeste	Ariquemes	Cabixi	Cacoal	Cerejeiras	Colorado do Oeste	Costa Marques	Espigão d' Oeste	Guajará Mirim	Jaru	Ji – Paraná	Machadinho d' Oeste	Nova Brasília d' Oeste	Ouro Preto do Oeste	Pimenta Bueno	Porto Velho	Presidente Médici	Rolim de Moura	Santa Luzia d' Oeste	São Miguel do Guaporé	Vila Nova do Mamoré	Vilhena	Total
Região Sudeste	1.363	488	2.153	332	4.072	440	855	200	1.115	412	3.228	2.674	699	686	4.794	1.834	4.688	1.425	2.408	454	1.270	108	826	36.494
Espírito Santo	920	240	685	50	2.592	97	108	30	758	29	1.129	906	229	375	2.115	947	394	442	1.456	227	832	0	134	14.695
Minas Gerais	268	76	1.011	222	603	194	435	132	175	94	1.726	992	154	134	1.959	402	1.174	619	266	105	272	47	179	11.239
R. de Janeiro	0	9	115	0	139	9	115	26	0	79	140	90	6	10	273	32	1.148	96	45	35	26	0	18	2.381
São Paulo	175	133	342	60	738	140	197	12	182	210	233	686	310	167	447	453	1.972	268	641	117	140	61	495	8.179
Região Sul	1.793	567	3.162	228	2.089	992	1.039	50	833	120	1.243	1.445	562	215	1.440	1.761	3.586	612	2.075	349	1.006	125	2.093	27.385
Paraná	1.675	518	2.715	221	1.761	769	937	50	588	61	1.196	1.351	489	157	1.253	1.571	2.386	599	1.984	260	884	105	1.945	23.475
R.G do Sul	41	23	156	0	66	142	11	0	42	27	5	7	12	0	61	78	855	6	4	0	7	20	90	1.653
S. Catarina	77	26	291	7	262	81	91	0	203	32	42	87	61	58	126	112	345	7	87	89	115	0	58	2.257
Total Geral	4.581	1.827	9.427	688	8.095	2.123	3.872	555	2.797	1.370	6.930	6.576	2.307	1.225	9.196	5.605	40.056	3.008	6.396	1.347	2.962	464	5.657	127.064

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, IBGE; Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 10
QUADRO 27 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE
RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO
BRASIL - 1995 A 2000
Páginas – (209 a 212)

UF's Por Região		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1995 a 2000																											
Região Norte	103	49	51	0	360	659	5	17	314	122	413	8	92	31	27	6	19	27	46	109	166	144	303	563	23	4	62	47	
Acre	24	21	18	0	83	283	0	5	0	57	164	0	0	10	0	0	0	0	32	25	32	33	94	156	0	0	10	10	
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Amazonas	15	0	0	0	146	291	5	5	163	24	185	0	16	0	0	0	0	0	0	35	53	83	100	240	11	3	19	14	
Pará	64	28	5	0	78	4	0	0	70	0	48	8	76	21	6	19	27	14	6	70	28	73	66	12	1	15	0	0	
Roraima	0	0	28	0	53	61	0	0	0	35	11	0	0	0	17	0	0	0	0	0	11	0	13	31	0	0	7	13	
Tocantins	0	0	0	0	0	20	0	7	81	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	19	23	70	0	0	0	0	
Região Nordeste	105	49	137	65	680	78	10	126	385	121	250	19	116	26	34	28	64	66	64	80	206	100	230	543	275	37	52	141	
Alagoas	39	0	10	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	37	0	0	20	21	0	0	0	0	7
Bahia	44	38	74	9	260	42	0	65	152	116	50	7	31	5	9	4	21	49	40	22	12	11	57	230	141	29	44	61	
Ceará	0	11	19	24	182	10	0	7	98	0	38	0	34	0	0	8	14	5	0	5	79	18	8	68	0	0	8	0	0
Maranhão	0	0	0	0	93	5	10	0	11	0	125	0	0	0	0	4	0	0	0	0	70	62	33	51	59	0	0	6	0
Pernambuco	22	0	0	25	7	0	0	26	35	0	0	12	19	8	0	12	6	3	12	11	0	0	8	46	29	0	0	3	0
Piauí	0	0	5	0	30	16	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	32	32	0	5	0	32	0
R.G. Norte	0	0	0	0	17	0	0	34	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	9	0	0	64	89	46	0	0	0	0
Sergipe	0	0	29	0	9	0	0	0	0	0	0	0	7	0	15	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
Reg. Centro Oeste	424	187	219	359	976	854	119	35	1.608	112	70	44	451	373	402	235	181	48	346	151	149	68	446	1.984	444	53	237	8	21
D. Federal	24	0	0	0	10	9	0	15	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	2	0	2	6	52	0	0	0	6	0	8
Goiás	9	22	31	0	154	39	3	3	175	23	8	0	32	52	46	49	35	0	27	0	23	4	93	229	31	0	41	26	0
MT. Grosso	247	121	176	214	549	690	98	6	517	20	36	19	397	316	303	158	125	48	257	121	120	46	284	1.228	333	53	163	15	
MT.G. Sul	144	44	12	145	263	116	18	11	316	69	26	25	32	5	53	28	16	0	62	28	6	12	17	527	80	0	27	38	0

n. 02/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1995 a 2000																											
UF's Por Região		Monte Negro	Mirante da serra	Ministro Andreazza	Machadinho d' Oeste	Ji - Paraná	Jaru	Itapua Do Oeste	Guajará – Mirim	Gov. Jorge Teixeira	Espigão d' Oeste	Cujubim	Costa Marques	Corumbiara	Colorado do Oeste	Chupinguaia	Cerejeiras	Castanheiras	Candeias do Jamari	Campo Novo de Rondônia	Cacoal	Cacaulândia	Cabixi	Buritis	Ariquemes	Alvorada d' Oeste	Alto Paraiso	Alto Alegre dos Parecis	Alta Floresta d' Oeste
Região Sudeste			339	357	868	2.031	12 47	65	296	403	588	85	133	89	245	67	245	24	137	377	1.538	95	121	558	1.500	386	192	373	725
Esp. Santo Min. Gerais			282	282	281	468	42	15	194	142	326	50	22	18	0	29	80	10	21	99	631	29	17	253	85	44	215	470	
Rio Janeiro			96	33	442	558	517	5	0	0	230	0	77	18	120	26	26	4	75	120	325	38	51	505	32	43	84	98	
São Paulo			11	0	0	106	12	0	99	0	9	9	5	4	9	0	20	0	21	36	65	4	0	4	42	0	6	0	0
Região Sul			135	42	145	899	417	18	182	67	23	26	29	49	116	38	119	10	20	122	517	24	53	171	868	105	68	157	
Paraná			68	107	256	1.092	461	69	155	26	216	45	78	71	164	37	187	26	99	199	645	21	96	389	945	174	73	453	
R.G do Sul			53	99	188	950	429	69	119	35	197	35	54	57	129	37	176	0	60	471	473	21	79	278	56	134	41	367	
S. Catarina			0	8	0	84	0	0	9	0	19	0	9	0	0	0	11	0	19	0	86	4	0	13	16	0	32	0	
N. Espec.			15	0	48	0	20	0	27	0	0	7	0	5	35	0	0	4	20	11	86	4	4	51	0	40	0	86	
Total Geral			752	558	1.872	6.389	2.7 01	459	993	707	1.260	271	481	433	880	534	1.091	121	985	936	3.906	327	356	2.564	4.501	797	731	1.816	

n. 03/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1995 a 2000																									
UP s Por Região		Reg. Norte	12	280	99	11	367	7	63	6	10.799	195	11	0	145	31	20	45	18	26	19	50	35	18	23	381	16.200
		Acre	12	126	8	6	23	0	17	0	3.435	76	0	18	0	71	0	11	0	0	0	4	18	0	6	201	5.071
		Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	168	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	179
		Amazonas	0	16	6	5	13	0	35	0	5.240	85	0	44	27	7	10	0	26	14	40	0	0	0	8	101	7.085
		Pará	0	0	16	0	243	7	11	6	1.613	11	0	0	30	4	13	24	18	0	0	6	17	10	9	26	2.803
		Roraima	0	0	0	0	88	0	0	0	234	23	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	8	0	10	648
		Tocantins	0	8	0	0	0	0	0	0	109	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	3	6	0	0	43	414
		Reg. Nordeste	19	240	10	26	394	72	212	18	5.461	47	2	16	309	87	75	32	200	109	17	99	36	30	5	257	11.865
		Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	80	19	0	0	0	0	25	0	69	4	0	0	0	0	0	12	352
		Bahia	0	88	6	0	152	36	16	0	390	0	2	9	37	43	0	0	0	27	4	67	8	27	29	88	2.621
		Ceará	0	20	0	5	41	0	0	18	1.280	28	0	4	11	7	0	0	8	0	4	16	0	0	0	47	2.124
		Maranhão	0	130	0	0	19	0	0	0	1.989	0	0	3	12	0	0	0	0	49	0	4	0	0	0	40	2.775
		Paraná	11	4	4	21	88	12	0	0	455	0	0	0	80	7	0	0	17	0	5	0	9	0	5	10	1.007
		Pernambuco	0	0	0	0	70	0	80	0	548	0	0	0	159	30	31	5	106	17	4	7	16	0	0	30	1.513
		Piauí	0	32	0	0	0	0	0	0	361	0	0	0	0	0	6	0	0	3	0	0	3	0	0	21	683
		R. G. Norte	8	0	0	0	24	24	89	0	274	0	0	0	0	0	3	0	0	9	0	5	0	3	0	9	552
		Sergipe	0	0	0	0	0	0	27	0	84	0	0	10	0	10	27	0	10	0	0	0	0	0	7	0	238
		R.C. Oeste	33	225	57	92	236	43	513	83	2.719	366	172	20	621	135	62	330	226	103	44	161	31	39	50	2.338	18.898
		D. Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	398	4	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	560
		Goias	7	0	35	7	20	0	129	0	568	27	13	0	12	31	0	14	0	0	0	3	6	5	8	185	2.225
		M. Grosso	13	225	9	37	154	37	208	42	1.260	263	88	8	463	104	62	246	58	92	44	143	13	30	24	1.947	12.365
		M.G. Sul	13	0	13	48	62	6	176	41	493	72	71	12	118	0	0	70	168	11	0	15	12	4	4	206	3.748

Fl. 04/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 1995 a 2000																									
UF's Por Região		Região Sudeste	Nova Brasilândia d' Oeste	Nova Mamoré	Nova União	Novo Horizont do Oeste	Ouro Preto do Oeste	Parecis	Pimenta Bueno	Pimenteiras do Oeste	Porto Velho	Presidente Médici	Primavera de Rondônia	Rio Crespo	Rolim de Moura	Santa Luzia do Oeste	São Felipe d' Oeste	São Fco do Guaporé	São Miguel do Guaporé	Sringueiras	Teixeirópolis	Theobroma	Urupá	Vale do Anari	Vale do Paraíso	Vilhena	Total
		477	264	247	320	1.013	81	403	64	2.648	950	69	52	707	354	215	196	695	352	71	300	711	142	468	821	24.725	
		274	57	89	207	569	24	74	20	1.238	102	39	0	159	97	45	89	463	195	33	86	444	97	202	23	7.754	
		26	28	131	48	213	23	135	14	616	338	3	0	134	172	92	57	93	36	33	144	141	12	131	234	6.699	
		76	0	0	0	8	23	13	0	835	28	0	10	28	0	0	0	0	14	5	0	10	0	23	35	1.571	
		101	119	27	65	223	11	181	30	1.069	462	27	42	386	85	78	50	139	107	0	70	116	33	112	529	8.701	
		192	155	50	137	323	9	102	6	1.706	68	60	9	645	102	80	88	257	78	43	67	32	18	62	1.066	11.637	
		166	121	50	128	215	9	84	6	811	68	44	5	639	77	73	36	246	78	30	28	17	18	57	763	9.008	
		0	6	0	9	96	0	18	0	567	0	0	4	6	25	0	52	0	0	0	3	0	0	5	159	1.390	
		26	28	0	0	12	0	0	0	328	0	16	0	0	0	7	0	11	0	13	36	15	0	0	144	1.239	
		7	0	17	27	9	0	0	0	183	8	0	0	14	23	11	0	33	0	0	31	0	4	4	0	138	1.005
		740	1.104	484	592	2.342	212	1.293	177	23.516	1.634	177	97	2.441	732	463	706	1.429	668	194	681	851	247	644	5.001	84.330	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 11
QUADRO 28 – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE
RONDÔNIA POR MUNICÍPIOS E INTERREGIONAL DO
BRASIL - 2005 A 2010
Páginas – (214 a 217)

Fl. 07/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 2005 a 2010																							
UF ¹ s Por Região		Municípios																							
		Reg. Norte	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Roraima	Tocantins	R. Nordeste	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraná	Piauí	Pernambuco	Paraná	R.G. Norte	Sergipe	Reg. C. Oeste	D. Federal	Goiás	MT / Grosso	MT/G. Sul	
	Monte Negro	60	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mirante da serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ministro Andreazza	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Machadinho d' Oeste	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ji – Paraná	670	140	56	147	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jaru	140	91	196	134	7	134	5	56	147	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Itapua Do Oeste	91	196	134	7	134	5	56	147	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guajará – Mirim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gov. Jorge Teixeira	60	13	196	134	7	134	5	56	147	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Espigão d' Oeste	60	13	196	134	7	134	5	56	147	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cujubim	101	74	101	22	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Costa Marques	74	101	22	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Corumbiara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Colorado do Oeste	30	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Chupinguaia	41	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cerejeiras	26	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Castanheiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Candeias do Jamari	262	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Campo Novo de Rondônia	97	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cacoal	197	86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cacaulândia	10	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cabixi	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Buritis	174	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ariquemes	440	132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alvorada d' Oeste	53	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alto Paraiso	74	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alto Alegre dos Parecis	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alta Floresta d' Oeste	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Reg. Norte	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	R. Nordeste	52	61	20	551	91	3	34	110	39	131	15	31	43	45	0	43	86	122	4	147	70	124	399	21
	Alagoas	0	0	0	44	25	0	0	0	0	0	0	21	0	22	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bahia	0	15	12	10	126	32	0	11	25	7	0	9	0	0	0	29	55	0	5	0	0	166	21	5
	Ceará	6	37	6	0	198	6	0	33	0	28	0	12	8	0	16	0	10	0	0	9	37	111	0	0
	Maranhão	0	0	10	0	88	0	0	0	18	6	41	8	4	3	0	6	41	0	0	34	13	26	25	0
	Paraná	0	0	6	0	18	28	3	0	26	12	19	0	0	0	0	0	0	0	0	78	0	40	51	0
	Pernambuco	46	0	21	0	0	0	0	0	19	5	0	0	0	0	21	0	0	0	0	30	8	0	34	0
	Paraná	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	8	0	34	0
	Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0
	R.G. Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0
	Sergipe	0	0	6	0	53	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Reg. C. Oeste	189	104	180	91	898	349	93	20	1068	75	224	35	316	240	286	122	98	394	432	31	289	129	376	1476
	D. Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Goiás	0	11	10	0	157	39	4	0	71	44	20	0	5	0	30	3	0	189	43	35	226	0	5	0
	MT / Grosso	181	82	148	83	629	229	89	20	936	31	164	21	310	223	251	117	53	357	402	31	78	57	302	960
	MT/G. Sul	8	11	22	8	112	81	0	0	51	0	25	14	6	8	31	5	15	34	30	0	23	14	39	277

FL 02/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 2005 a 2010																											
UF ¹ e Por Região																													
		Monte Negro	Mirante da serra	Ministro Andreazza	Machadinho d' Oeste	Ji – Paraná	Jaru	Itapuã Do Oeste	Guajará – Mirim	Gov. Jorge Teixeira	Espigão d' Oeste	Cujubim	Costa Marques	Corumbiara	Colorado do Oeste	Chupinguaia	Cerejeiras	Castanheiras	Candeias do Jamari	Campo Novo de Rondônia	Cacoal	Cacaulândia	Cabixi	Buritis	Ariquemes	Alvorada d' Oeste	Alto Paraíso	Alto Alegre dos Parecis	Alta Floresta d' Oeste
R. Sudeste	63	72	152	70	027	458	44	38	484	80	117	28	147	61	164	50	73	134	302	65	189	71	449	823	194	88	101	96	
Esp. Suro	8	21	22	0	109	154	4	17	151	19	12	14	50	7	13	4	15	16	153	10	12	16	126	232	88	75	5	16	
Mis. Gerais	7	15	28	14	175	70	14	14	56	34	12	0	21	36	61	22	26	0	0	40	55	0	139	260	81	7	67	35	
R. Janeiro	12	0	0	0	30	0	0	0	24	0	9	0	0	0	0	0	0	0	25	0	111	0	0	0	0	0	5	0	0
São Paulo	36	36	102	56	313	234	26	7	223	27	84	14	76	18	90	24	32	118	124	15	11	55	184	331	25	11	29	45	
Região Sul	55	40	58	23	669	354	29	19	213	10	56	11	258	47	63	12	29	90	111	20	30	83	0	145	524	152	5	34	17
Paraná	70	20	28	25	555	240	20	16	185	5	27	8	199	41	53	12	24	90	111	20	45	0	59	281	102	5	30	8	
R.G do Sul	0	0	0	0	60	14	4	3	0	5	0	0	26	0	8	0	5	0	0	0	0	36	0	30	55	22	0	0	4
S. Catarina	15	20	0	0	54	0	5	0	28	0	29	3	33	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	56	28	0	0	4	5
N. Sudeste	9	0	9	0	14	23	2	0	0	4	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	53	0	0	0	0
Igouardo	81	148	106	67	540	375	41	21	492	72	169	6	61	96	99	26	134	167	107	55	98	47	185	522	498	32	24	132	
Total Geral	511	440	610	326	3739	1724	229	142	2524	377	959	95	849	528	689	210	451	972	1134	188	188	1010	408	1428	4307	1052	232	324	469

Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 2005 a 2010

UF's Por Região	Reg. Norte	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Roraima	Tocantins	Região Nordeste	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraná	Pernambuco	Piauí	R. G. Norte	Sergipe	R. C. Oeste	D. Federal	Goiás	M. Grosso	M. G. Sul	Região Sudeste	Esp. Santo	Min. Gerais	R. Janeiro	São Paulo	Total
	30	5	0	16	9	0	0	15	0	0	0	0	0	15	0	0	126	0	32	89	5	82	21	24	0	37	37	
	202	93	0	58	12	19	20	92	0	33	12	11	0	26	0	0	67	0	10	42	15	133	6	40	0	23	70	
	7	0	0	0	7	0	0	19	0	19	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	7	21	52	41	12	0	3	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	108	0	0	98	2	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	96	22	0	49	0	20	
	6	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	
	239	21	0	210	0	0	0	64	0	10	0	0	28	0	0	0	522	49	0	43	5	305	11	57	0	18	11	
	2	0	0	0	0	0	2	14	0	14	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	20	258	21	69	0	37	11	
	74	10	0	44	20	0	0	106	0	72	0	16	10	0	0	0	140	49	8	9	11	52	41	11	0	131	0	
	18	6																										

Fl. 09/04		Quadro de Fluxo Migratório – Imigração Interestadual e Interregional por Municípios – 2005 a 2010																									
UF's Por Região		Nova Brasilândia d' Oeste	Nova Mamoré	Nova União	Novo Horizont do Oeste	Ouro Preto do Oeste	Parecis	Pimenta Buena	Pimenteiras do Oeste	Porto Velho	Presidente Médici	Primavera de Rondônia	Rio Crespo	Rolim de Moura	Santa Luzia do Oeste	São Felipe d' Oeste	São Fco do Guaporé	São Miguel do Guaporé	Seringueiras	Teixeirópolis	Theobroma	Urupá	Vale do Anari	Vale do Paraíso	Vilhena	Total	
Região Sul		64	60	20	33	68	3	102	21	3.468	35	6	12	260	18	6	71	97	28	5	5	47	0	0	1172	8.445	
Paraná		35	40	20	33	68	3	47	17	1.349	35	6	0	201	18	6	71	21	28	5	5	47	0	0	784	5.121	
R.G do Sul		0	20	0	0	0	0	25	2	832	0	0	0	0	0	0	0	76	0	0	0	0	0	0	0	218	1.446
S. Catarina		29	0	0	0	0	0	30	2	1.287	0	0	12	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	170	1.878
N. Sabe UF		0	24	0	0	0	0	0	0	161	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	321	
Ignorado		101	257	23	44	152	32	155	10	1.731	54	4	28	333	5	38	108	62	64	16	127	62	36	14	730	8.584	
Total Geral		418	835	153	182	798	111	1387	68	32.380	462	95	166	1902	161	153	586	802	215	90	284	285	125	151	7.033	74.770	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 12
QUADRO 29 – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS
INTRAESTADUAIS - 1970 A 2010
Páginas – (219 a 220)

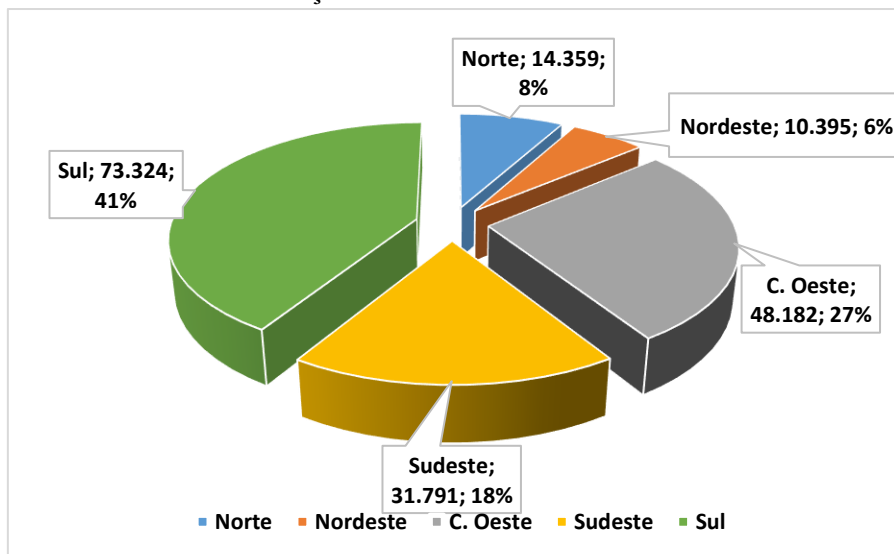
Movimentos Migratórios Intraestaduais – 1970 a 2010

Fl. 01/02

Municípios	1975 – 1980						1986 – 1991						1995 – 2.000						2.005 – 2.010											
	Valor		%		%		Valor		%		%		Valor		%		%		Valor		%		%							
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%						
	1.975 – 1.980						1.986 – 1.991						1.995 – 2.000						2.005 – 2.010											
	Emigração						Emigração						Emigração						Emigração											
Alta Floresta d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alto Alegre dos Parecis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alto Paraíso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avanhandare do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ariquemes	8.201	41,661	5.724	6,490	5.931	4,615	5.847	4,974	844	4,288	0	0	4.580	5,193	7.869	6,123	7.633	6,494	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Buritis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cabixi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cacaulândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Novo de Rondônia	3.116	15,829	4.987	5,654	5.126	3,988	5.146	4,378	3.568	18,125	0	0	12.431	14,094	9.235	7,186	7.522	6,399	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Candéias do Jamari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castanheiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caxarias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chaparrão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chaparrão do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Corumbiara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Costa Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cujubim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espigão d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gov. Jorge Teixeira	491	2,494	1.669	1,892	1.794	1,396	1.024	0,871	1.341	6,812	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guajará – Mirim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaipava do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jaru	1.390	7,061	4.883	5,536	6.658	5,181	6.250	5,317	8.931	45,370	0	0	10.641	12,064	12.188	9,483	8.559	7,281	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ji – Paraná	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Machadinho d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério Andreazza	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Parcelal	13.198	67,050	43.220	49,000	65.003	50,578	57.381	48,815	14.684	74,595	0	0	51.884	58,824	69.370	53,976	67.439	57,457	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

APÊNDICE 13
GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975
A 1980

GRÁFICO 12 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980

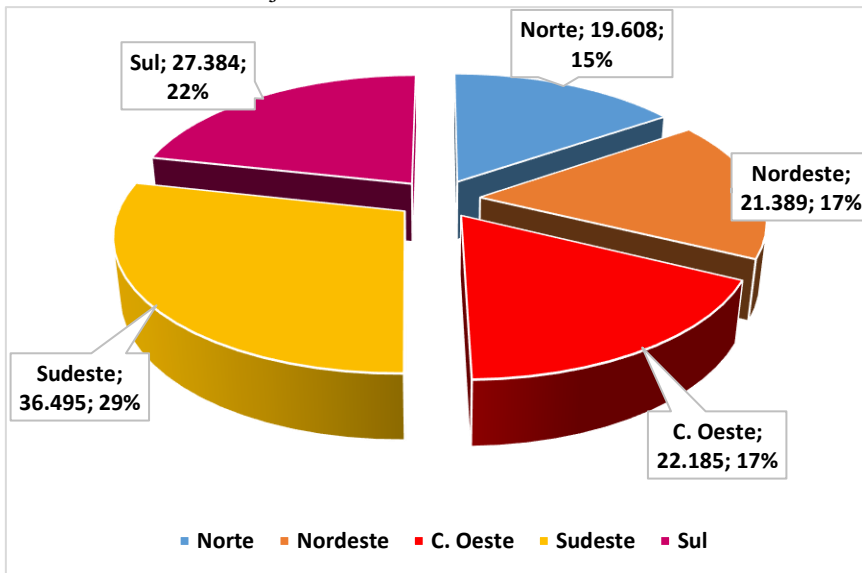


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 14

GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL –1986 A 1991

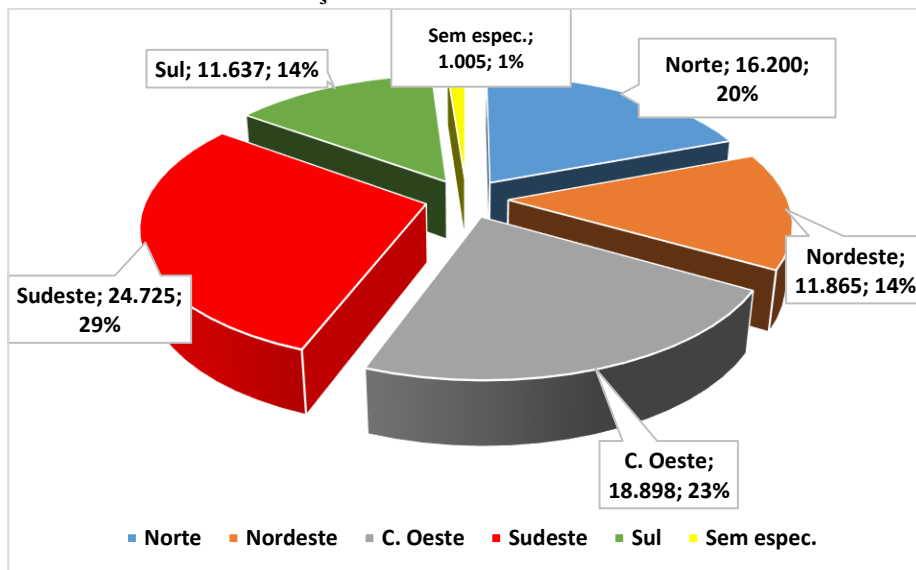
GRÁFICO 13 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017

APÊNDICE 15
GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL
– 1995 A 2000

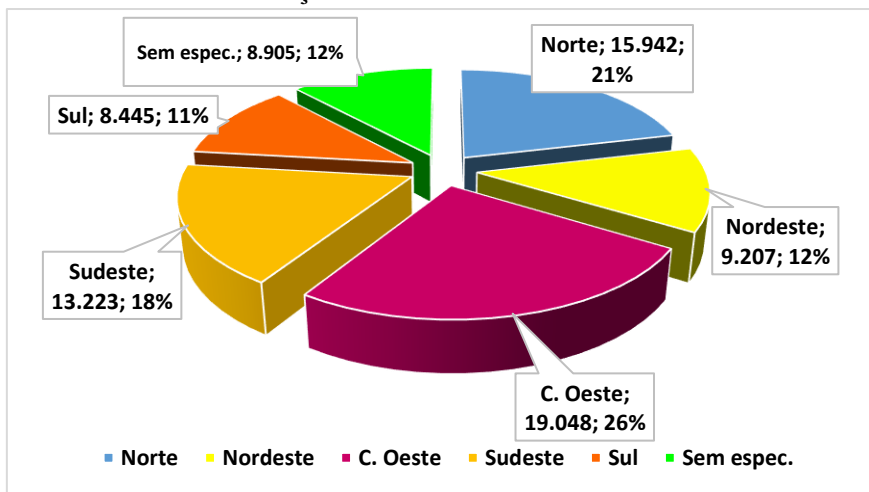
GRÁFICO 14 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 16
GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL
– 2005 A 2010

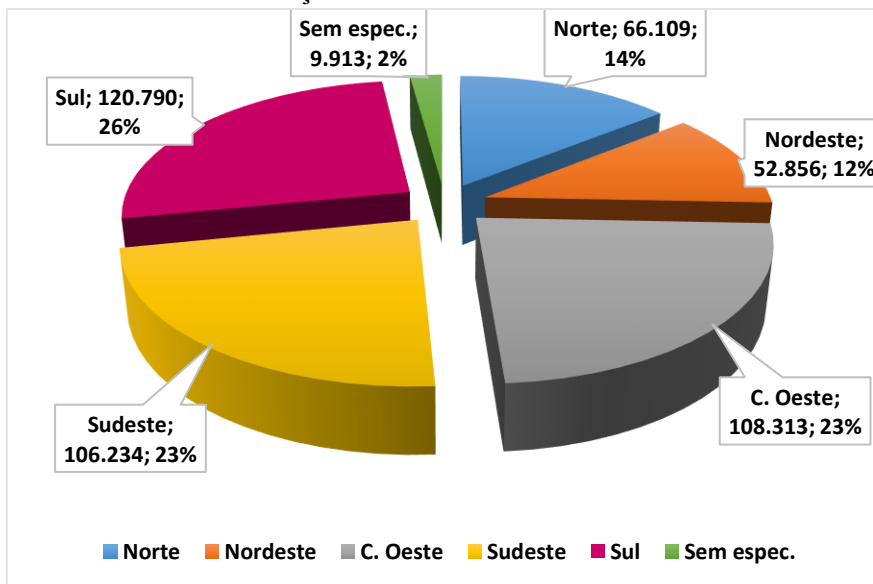
GRÁFICO 15 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 17
GRÁFICO: IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL
– 1970 A 2010

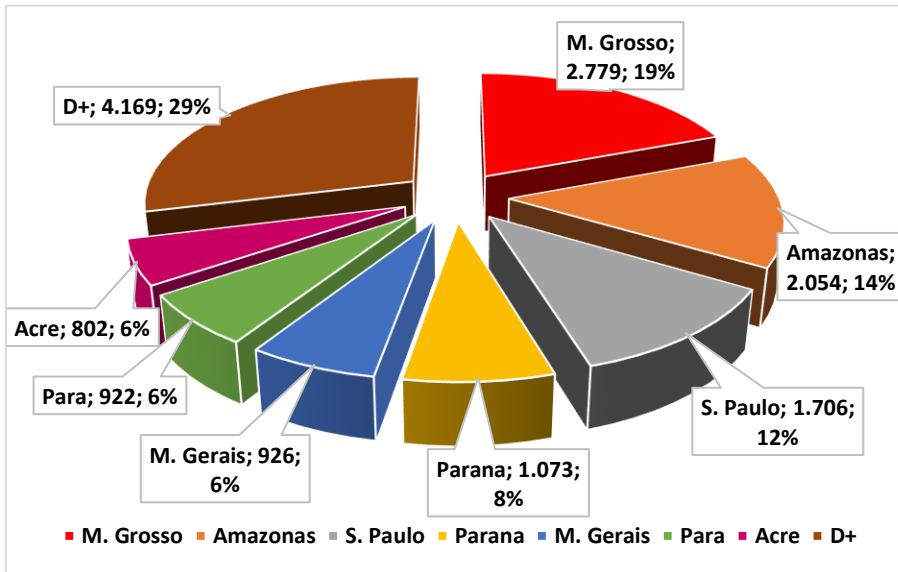
GRÁFICO 16 – IMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1970 a 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 18
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA
– 1975 A 1980

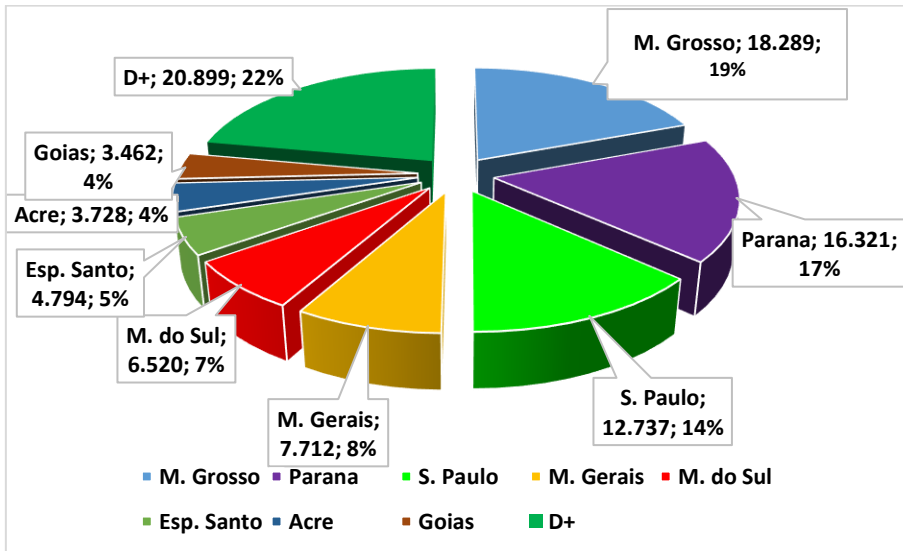
GRÁFICO 17 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1975 A 1980



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 19
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA
– 1986 A 1991

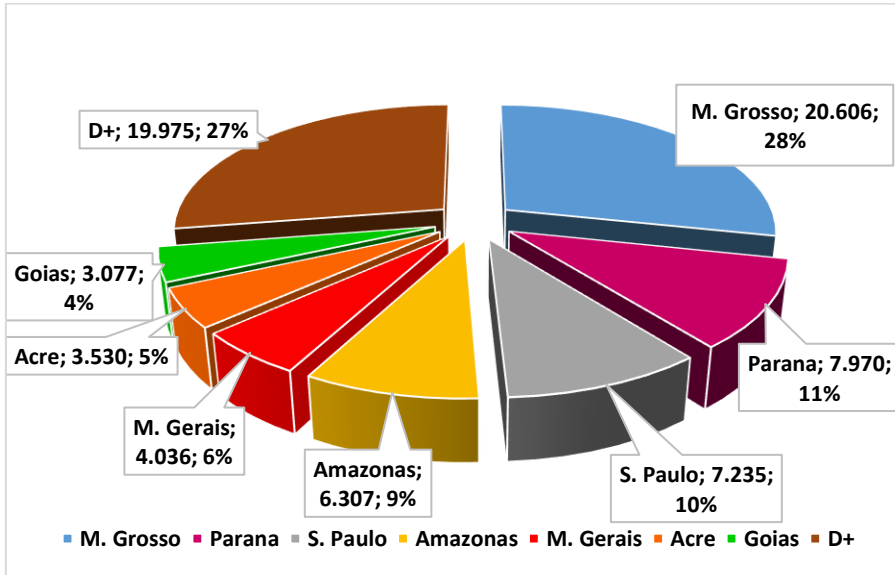
GRÁFICO 18 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1986 A 1991



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017

APÊNDICE 20
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA
– 1995 A 2000

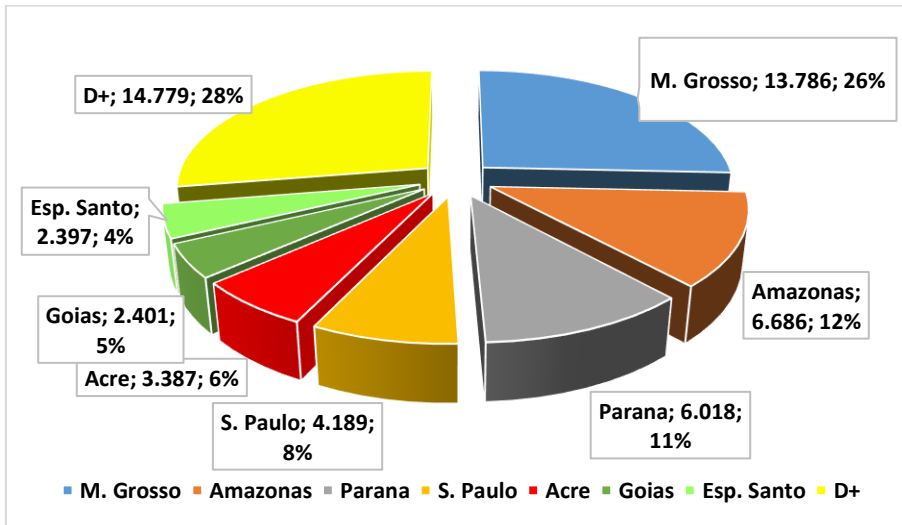
GRÁFICO 19 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 1995 A 2000



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 21
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA
– 2005 A 2010

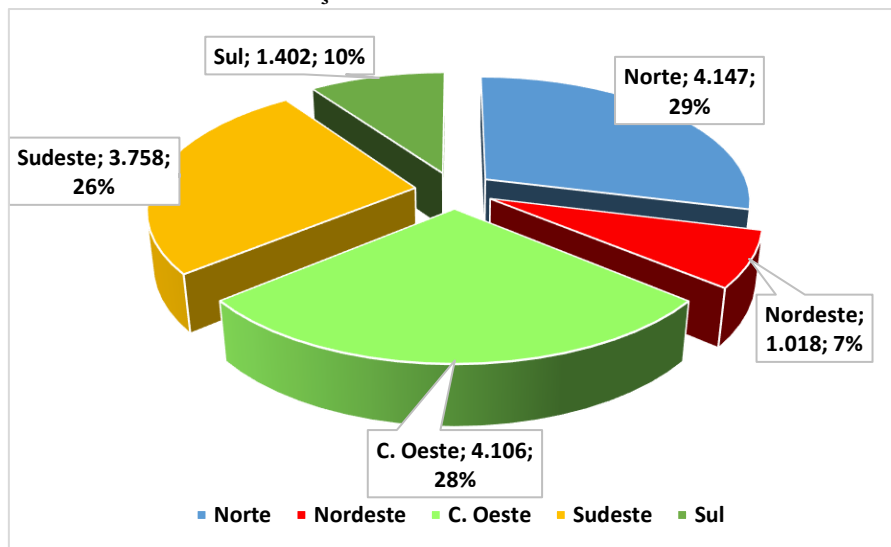
GRÁFICO 20 – EMIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RONDÔNIA – 2005 A 2010
A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 22
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975
A 1980

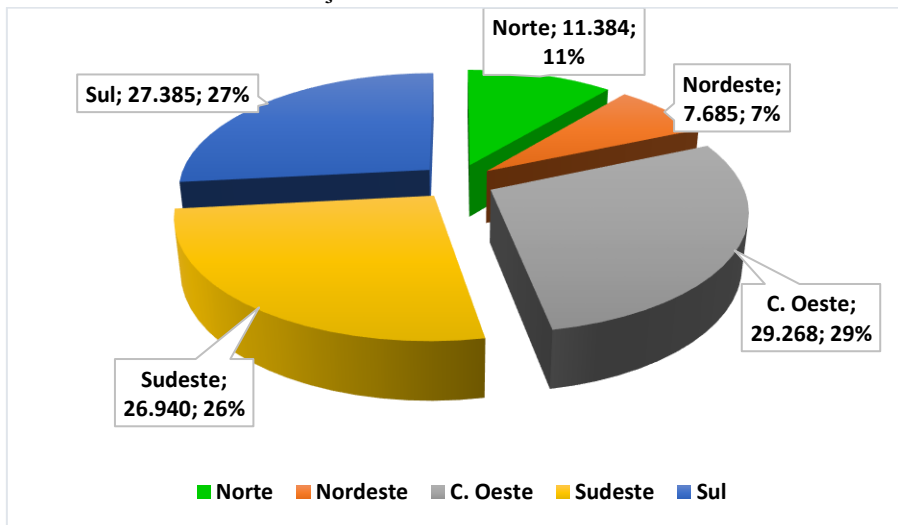
GRÁFICO 21 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1975 A 1980



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 23
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991

GRÁFICO 22 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1986 A 1991

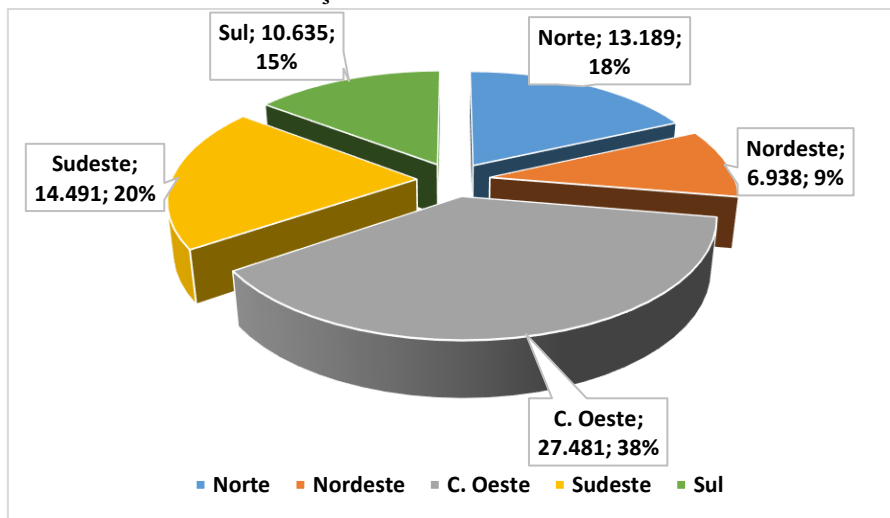


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1991. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 24

GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000

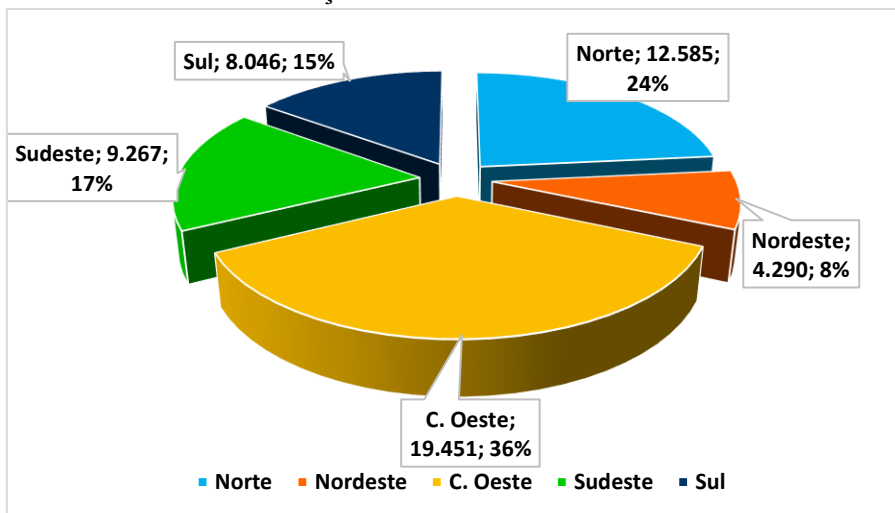
GRÁFICO 23 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1995 A 2000



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2000. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 25
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010

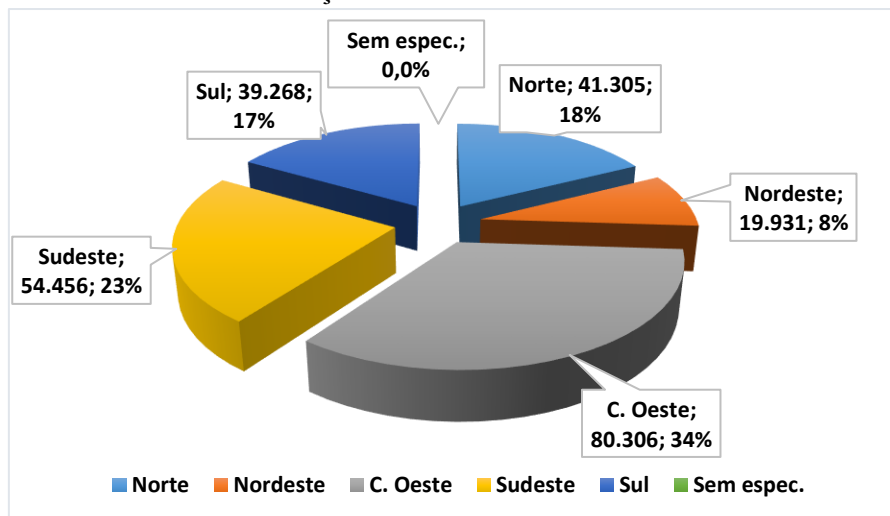
GRÁFICO 24 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 2005 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 26
GRÁFICO: EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970
A 2010

GRÁFICO 25 – EMIGRAÇÃO INTERREGIÕES DO BRASIL – 1970 A 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2017. IBGE: Censo Demográfico 1970 A 2010. Tabulações especiais: NEPO/UNICAMP, 2017.

APÊNDICE 27

QUADRO 30 – MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA COM DATA DE CRIAÇÃO E LEGISLAÇÃO

	Município	Data	Legislação	Instalação
01	Alta Floresta d'Oeste	20/05/1986	Lei Estadual nº 104	31/12/1986
02	Alto Alegre dos Parecís	22/06/1994	Lei Estadual nº 570	20/06/1995
03	Alto Paraíso	13/02/1992	Lei Estadual nº 375	01/01/1993
04	Alvorada d'Oeste	20/05/1986	Lei Estadual nº 103	31/12/1986
05	Ariquemes	11/10/1977	Lei Complementar nº6.448	21/11/1977
06	Buritis	27/12/1995	Lei Estadual nº 649	01/01/1997
07	Cabixi	06/07/1988	Lei Estadual nº 208	31/12/1988
08	Cacaulândia	13/02/1992	Lei Estadual nº 374	01/01/1993
09	Cacoal	11/10/1977	Lei Complementar nº6.448	26/11/1997
10	Campo Novo de Rondônia	13/02/1992	Lei Estadual nº 379	01/01/1993
11	Candeias do Jamari	13/02/1992	Lei Estadual nº 363	01/01/1993
12	Castanheiras	13/02/1992	Lei Estadual nº 366	01/01/1993
13	Cerejeiras	05/08/1983	Decreto Lei nº071	30/12/1984
14	Chupinguaia	27/12/1995	Lei Estadual nº 643	01/01/1995
15	Colorado do Oeste	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	05/10/1983
16	Corumbiara	13/02/1992	Lei Estadual nº 377	01/01/1997
17	Costa Marques	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	05/10/1983
18	Cujubim	22/06/1994	Lei Estadual nº 568	20/05/1995
19	Espigão d'Oeste	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	01/02/1983
20	Governador Jorge Teixeira	13/02/1992	Lei Estadual nº 373	01/01/1993
21	Guajará – Mirim	12/07/1928	Lei Estado M. Grosso nº 991	10/04/1929
22	Itapuã do Oeste	13/02/1992	Lei Estadual nº 364	01/01/1993
23	Jaru	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	07/11/1981
24	Ji – Paraná	11/11/1977	Lei Complementar nº6.448	21/11/1977
25	Machadinho d'Oeste	11/05/1988	Lei Estadual nº 198	01/01/1989
26	Ministro Andreazza	13/02/1992	Lei Estadual nº 372	01/01/1993
27	Mirante da Serra	13/02/1992	Lei Estadual nº 369	01/01/1993
28	Monte Negro	13/02/1992	Lei Estadual nº 378	01/01/1993
29	Nova Brasilândia d'Oeste	19/06/1988	Lei Estadual nº 157	31/12/1988

30	Nova Mamoré	06/07/1988	Lei Estadual nº 207	31/12/1988
31	Nova União	22/06/1994	Lei Estadual nº 566	24/06/1995
32	Novo Horizonte do Oeste	13/02/1992	Lei Estadual nº 365	01/01/1993
33	Ouro Preto do Oeste	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	07/11/1981
34	Parecis	22/06/1994	Lei Estadual nº 573	18/05/1995
35	Pimenta Bueno	11/11/1977	Lei Complementar nº6.448	24/11/1977
36	Pimenteiras do Oeste	27/12/1995	Lei Estadual nº 645	01/01/1997
37	Porto Velho	02/10/1914	Lei Estadual nº 757	24/01/1915
38	Presidente Médici	16/06/1981	Lei Complementar nº6.921	01/02/1983
39	Primavera de Rondônia	22/06/1994	Lei Estadual nº 569	18/05/1995
40	Rio Crespo	13/02/1992	Lei Estadual nº 376	01/01/1993
41	Rolim de Moura	05/08/1983	Decreto Lei Estadual nº071	28/12/1984
42	Santa Luzia d'Oeste	11/05/1986	Lei Estadual nº 100	31/12/1986
43	São Felipe d'Oeste	22/06/1994	Lei Estadual nº 567	18/05/1995
44	São Francisco do Guaporé	27/12/1995	Lei Estadual nº 644	01/01/1997
45	São Miguel do Guaporé	07/06/1988	Lei Estadual nº 200	31/12/1988
46	Seringueiras	13/02/1992	Lei Estadual nº 370	01/01/1993
47	Teixeirópolis	22/06/1994	Lei Estadual nº 571	24/06/1995
48	Theobroma	13/02/1992	Lei Estadual nº 371	01/01/1993
49	Urupá	13/02/1992	Lei Estadual nº 368	01/01/1993
50	Vale do Anari	22/06/1994	Lei Estadual nº 572	24/06/1995
51	Vale do Paraíso	13/02/1992	Lei Estadual nº 367	01/01/1993
52	Vilhena	11/11/1977	Lei Complementar nº6.448	21/11/1977

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados IBGE, 2016.

APÊNDICE 28
QUADRO 31 - EXPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO

Exportação de Rondônia – 2015			
Principais Países e Blocos Econômicos de destino			
	Países	US\$ FOB	Part. %
01	Venezuela	166.321.621	16,93
02	Egito	153.024.813	15,57
03	Hong Kong	122.368.826	12,45
04	Países Baixos (Holanda)	108.403.002	11,03
05	Rússia	76.850.233	7,82
06	Espanha	56.969.709	5,80
07	China	31.201.144	3,18
08	França	26.939.146	2,74
09	Chile	21.194.203	2,16
10	Estados Unidos	19.516.713	1,99
11	Reino Unido	16.169.313	1,65
12	Malásia	14.623.978	1,49
13	Portugal	14.026.871	1,43
14	Bolívia	13.899.110	1,41
15	Argélia	11.036.204	1,12
16	Palestina	9.972.425	1,01
17	Israel	9.099.356	0,93
18	Japão	7.445.279	0,76
19	Republica Dominicana	6.862.218	0,70
20	Emirados Árabes	5.712.869	0,58
21	Alemanha	4.969.382	0,51
22	Bélgica	4.898.269	0,50
23	Jordânia	4.770.790	0,49
24	Argentina	3.659.438	0,37
25	Arábia Saudita	3.362.991	0,34
26	Tailândia	2.790.250	0,28
27	Índia	2.563.667	0,26
28	Cingapura	1.931.873	0,20
29	Turquia	1.570.317	0,16
30	Itália	286.748	0,03
31	Demais Países	60.075.643	6,11
Principais Blocos Econômicos			
01	União Europeia – EU	233.383.404	23,75
02	Associação Latino Americana de Integração – ALADI	213.294.932	21,71
03	Ásia – (exclusive Oriente Médio)	191.470.235	19,49
04	África	180.734.139	18,40
05	Oriente Médio	53.513.135	5,45
06	Demais Blocos	110.120.135	11,21

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MDIC. MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior, 2017.

APÊNDICE 29
QUADRO 32 - IMPORTAÇÃO DE RONDÔNIA: PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS

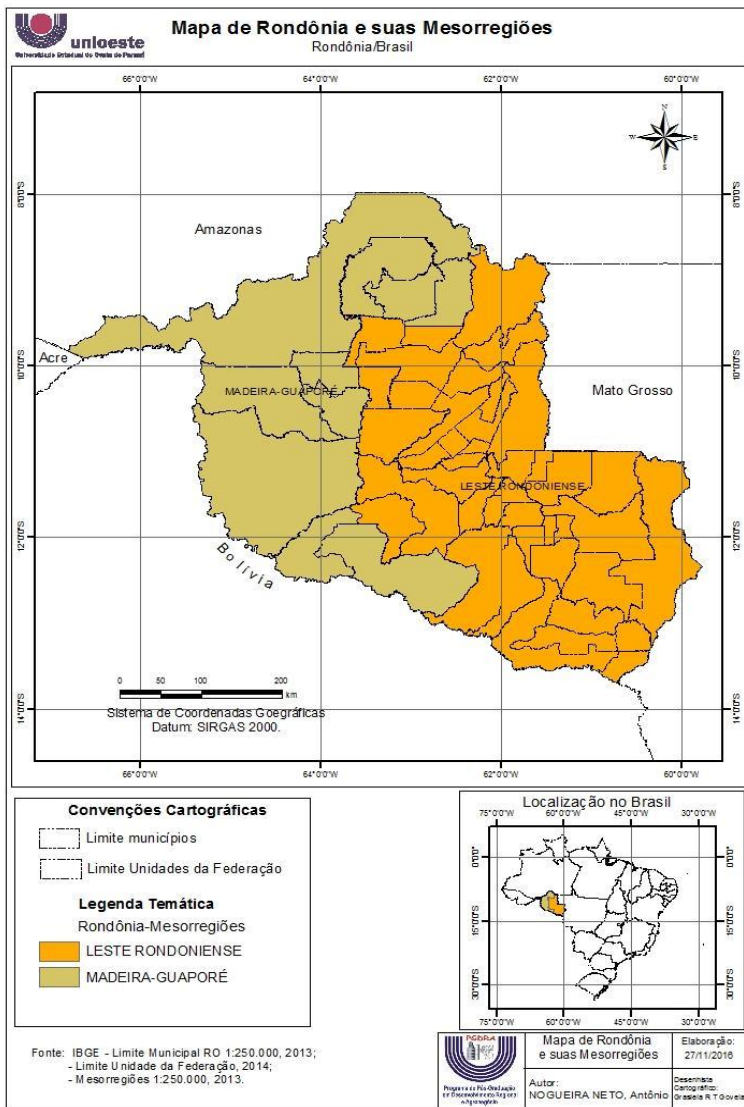
Importação de Rondônia – 2015			
Principais Países e Blocos Econômicos de destino			
	Países	US\$ FOB	Part. %
01	China	257.691.737	40,58
02	Estados Unidos	135.733.202	21,38
03	Peru	51.059.999	8,04
04	Argentina	17.446.103	2,75
05	Taiwan (Formosa)	15.910.560	2,51
06	Colômbia	13.194.685	2,08
07	Tailândia	13.078.707	2,06
08	Paraguai	12.971.423	2,04
09	Índia	11.021.908	1,74
10	Espanha	10.535.275	1,66
11	Hong Kong	10.168.101	1,60
12	Chile	7.923.286	1,25
13	Coreia do Sul	7.493.821	1,18
14	Itália	7.235.264	1,14
15	França	6.819.765	1,07
16	Indonésia	6.795.515	1,07
17	Alemanha	4.832.292	0,76
18	Arábia Saudita	4.458.273	0,70
19	Portugal	4.258.012	0,67
20	Turquia	3.086.796	0,49
21	Canada	2.610.675	0,41
22	Japão	2.585.132	0,41
23	Vietnam	1.700.602	0,27
24	Israel	1.491.012	0,23
25	Países Baixos (Holanda)	1.416.801	0,22
26	México	1.322.421	0,21
27	Malásia	1.240.980	0,20
28	Uruguai	507.185	0,08
29	Bolívia	439.529	0,07
30	Paquistão	220.091	0,03
31	Demais Países	19.707.969	3,10
	Principais Blocos Econômicos		
01	Ásia – (exclusive Oriente Médio)	331.037.225	52,14
02	Sem Agrupamento Específico	141.431.392	22,27
03	Associação Latino Americana de Integração – ALADI	105.528.560	19,49
04	União Europeia – EU	44.702.329	7,04
05	Oriente Médio	8.221.567	1,29
06	Demais Blocos	4.037.048	0,64

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MDIC. MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior, 2017.

APÊNDICE 30

FIGURA: MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MESORREGIÕES

FIGURA 7 – MAPA DE RONDÔNIA E SUAS MESORREGIÕES



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 PROJETO INTEGRAÇÃO DE COLONIZAÇÃO (PIC)

Projeto criado para agricultores com baixa renda com uma parcela mediana de 100 hectares, administrados pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), no que se refere à implantação da organização territorial, realizando assentamentos, outorgando títulos de propriedade ou de benefícios sobre as terras, promovendo indiretamente a assistência técnica e comercialização, como também atividades ligadas à saúde e à educação do assentado.

Em Rondônia os **Projetos Integração de Colonização - PIC's**, implantados foram:

- Projetos Integração de Colonização Ouro Preto

Criado em 1970, com área física de 512.585 hectares e uma área média de parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 5.162 famílias;

- Projeto Integração de Colonização Sydney Girão

Criado em 1971, com uma área física de 60.000 hectares e uma área média de parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 638 famílias;

- Projeto Integração de Colonização Ji-Paraná

Criado em 1972, com uma área física de 486.137 hectares e uma área média das parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 4.756 famílias;

- Projeto Integração de Colonização Paulo de Assis Ribeiro

Criado em 1973, com uma área física de 293.580 hectares e uma área média de parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 3.353 famílias;

- Projeto Integração de Colonização Padre Adolpho Rohl

Criado em 1975 com uma área física de 407.219 hectares e uma área média de parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 3.786 famílias.

ANEXO 2

PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO (PAD)

Nos Projetos de Assentamentos Dirigidos o beneficiário deveria ter um mínimo de conhecimento agrícola e uma situação econômica razoável, além de possuir experiência referente ao crédito bancário.

Em Rondônia, foram implantados os seguintes Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's):

- Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra

Criado em 1975, com uma área física de 494.661 hectares e uma área média de parcelas de 100 hectares. Foram assentadas 4.767 famílias.

- Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro

Criado em 1975, com uma área física de 304.925 hectares de uma área média de parcelas de 100 e de 250 hectares. Foram assentadas 1.640 famílias.

Cabe lembrar, que até 1977 o Território Federal de Rondônia, possuía apenas dois Municípios: Porto Velho e Guajará-Mirim.

Os projetos de colonização, como polo de migração foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos e catalizadores do processo de transformação de vilas em distritos e destes em cidades e municípios.

ANEXO 3

PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

Os **Projetos de Assentamentos (PA's)**, criados na década de 1980 para fazer frente as pressões sobre a terra, devido ao processo migratório acelerado ocorrido no estado. Novas áreas foram incluídas neste projeto de colonização.

Os Projetos de Assentamentos (PA's), foram:

- Projeto de Assentamentos Urupá

Criado em 1981, com uma área física de 75.400 hectares e com uma área média de parcelas de 35 hectares. Foram assentadas 1.246 famílias.

- Projeto de Assentamento Machadinho

Criado em 1982, com uma área física de 382.940 hectares em uma área média de parcelas de 40 hectares. Foram assentadas 501 famílias.

- Projeto de Assentamento Bom Princípio

Criado em 1983, com uma área física de 190.000 hectares e uma área média de parcelas de 65 hectares. Foram assentadas 797 famílias.

SOBRE O AUTOR

Antônio Nogueira Neto

Profissional da Educação Superior com Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE,2018); Mestre em Engenharia de Produção, área de Gestão de Qualidade e Produtividade (UFSC,2003); Graduação em Administração (UNIR, 1994); Graduação em Ciências Contábeis (UNIR,1990). Professor Associado, no curso de Administração na UNIR – Universidade Federal de Rondônia, campus Vilhena desde 2010, onde foi Diretor Pró-Tempore do Campus de Vilhena – UNIR (2012 – 2013), atualmente líder dos Grupos de Pesquisas em (i) Políticas Públicas e Sustentabilidade – GPPPS e (ii) Núcleo de Estudos Organizacionais – NEO; Professor na Faculdade de Rondônia – FARO Porto Velho – RO nos cursos de graduação (Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Pedagogia)e na pós-graduação (Liderança e Gestão de Pessoas) de 1996 a 2010; Diretor Administrativo na Faculdade São Lucas – Porto Velho (2004-2010).

O propósito desta obra é considerar a importância de analisar um determinado espaço territorial para demonstrar os principais ciclos econômicos e a interrelação com os movimentos migratórios ocorridos na região, hoje o atual estado de Rondônia. Para tanto, foram consideradas diferentes épocas relacionando-as à orientação histórico-econômica do Brasil. O enfoque abordado consiste em um estudo de caso, que tem como referência histórica as interpretações das mudanças expressas no cenário socioeconômico e migratório, entre a criação do Território Federal do Guaporé de 1943 aos dias atuais da primeira década século XXI.

No recorte da pesquisa foram considerados dados dos censos demográficos ocorridos no período de 1970 a 2010. A justificativa para a escolha deste estudo tem por base a magnitude do processo migratório ocorrido na região e seus rebatimentos no ambiente histórico-econômico e social. Esses fatores refletiram na espacialidade e na dinâmica regional e, por essa razão, a realização dessa pesquisa teve como objeto a compreensão das relações existentes entre as variáveis do desenvolvimento econômico regional e o crescimento populacional na região.

Destaco que houve a necessidade de distribuição de oportunidades econômicas, determinadas pela forma da organização da produção e pela alteração setorial e espacial que provocaram os deslocamentos geográficos da população. Esse resultado corresponde a evidência empírica e teórica de que a busca de emprego e de melhor renda, constituem na região, a motivação principal para migrar. A partir dessa realidade, o planejamento público nacional tornou-se direcionador à economia regional, mediante a presença de incentivos governamentais federais pela integração da região de fronteira. Esse projeto estruturou melhorias, na cadeia produtiva em busca de transformar Rondônia em um estado produtor e exportador da Amazônia.